RELATÓRIO SEMESTRAL DO PROGRAMA

EARLY MOVERS REM Acre

















ESTADO DO ACRE SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS - IMC

RELATÓRIO DE PROGRESSO SEMESTRAL DO PROGRAMA REDD EARLY MOVERS (REM) ACRE FASE II

Relatório das atividades realizadas no âmbito do Programa Redd Early Movers (REM) Acre Fase II relativo ao período de Janeiro a Junho de 2020

Rio Branco - Acre Agosto 2020

Sumário

1.Resumo Executivo
2. Apresentação8
<u>3. Contexto</u> 9
3.1. Atualização do contexto político-institucional no Acre e em relação às políticas
públicas relevantes para o Programa (REDD+, PPCDAM entre outras). 9
3.2. Sugestões de respostas adequadas do Programa em relação as referidas políticas públicas 10
3.3. Análise dos avanços/mudanças na implementação da ENREDD+ e sugestões de
respostas adequadas do Programa em relação a implementação da ENREDD+11
3.4. Análise do contexto das ações de monitoramento e de controle da taxa de desmatamento.
4. Avanços na implementação do Programa
4.1 Concepção do Programa REM Acre Fase II19
4.2 Remuneração de resultados de REDD+
4.3 Atividades, avanços, resultados e impactos dos subprogramas 21
4.3.1.SubprogramaTerritório Indígenas23
4.3.2 Subprograma Território de Produção Familiar Sustentável 27
4.3.3 Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável 34
4.3.4. Componente Mecanismos de REDD+ e Fortalecimento do SISA37
4.3.4.1. Ações desenvolvidas no âmbito dos Mecanismos de REDD+ - Monitoramento de
Base Comunitária 40
4.3.4.2 Monitoramento da Implementação das Ações do SISA/REM 40 4.3.4.3 Formação e Comunicação 40
4.3.4.4 Estruturação Tecnológica e Operacional do IMC 40
4.3.4.5 Assessorias de Governança, Comunicação e Coordenação 40
4.3.4.6 Estudos, Geração e Gestão do Conhecimento 40
4.3.4.7 Estudos Jurídicos do SISA 40
4.3.4.8 Fortalecimento e apoio a Comissão Estdual de Avaliação e
Acompanhamento40
4.3.4.9 fortalecimento e apoio à Câmara Temática Índigena41
4.3.4.10 Fortalecimento e apoio à Câmara Temática Mulher41
4.3.4.11 Ouvidoria do SISA41
4.3.4.12 Fortalecimento e apoio ao Comitê Científico42
4.4. Ações desenvolvidas no âmbito do Fortalecimento do SISA42
4.5. Gestão operacional (técnica, admnistrativa e financeira) do Programa REM Acre
4.6. Descriçõe des desafies/gargales identificades na implementaçõe.
4.6. Descrição dos desafios/gargalos identificados na implementação51

5. Avanços e avaliação da gestão e governança do Programa	53
5.1. Descrição dos avanços na gestão e governança do Programa	53
6. Abordagem dos temas transversais do Programa	<u></u> 53
6.1. Ouvidoria 6.1.1. Estruturação da ouvidoria	53 53
6.2. Gestão de riscos sócio ambientais, ligados à implementação do Programa 6.2.1. Descrição breve do sistema e do funcionamento 6.2.2. Resumo dos riscos e medidas de mitigação implementadas 6.2.3. Desafios encontrados na implementação e na gestão do SGRSA	53 53 54 55
6.4. Salvaguardas socioambientais do SISA	55
6.5. Monitoramento, avaliação e aprendizagem obtidas (MEL, por sigla em inglês) 8. Anexos	<u></u> 56
56	

Sistematização: Janio Nascimento de Aquino

Colaboração: Equipe UCP/REM/SEPLAG Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do

Estado do Acre – IMC

Equipe técnica dos órgãos subexecutores

Lista de tabelas, gráficos, figuras e quadros

Lista de Tabelas

Tabela 1	Focos de calor na Amazônia Legal e Acre, de janeiro a dezembro de 2005, 2010 e de 2016, 2019 e 2020 até 31/0712
Tabela 2	Taxas de desmatamento dos estados da Amazônia Legal14
Tabela 3	Valores PDI 1 e PDI 2 consoldados
Tabela 4	Resumo do desembolso Programa REM Acre Fase II23
Tabela 5	Execução geral do Subprograma Território Indígena23
Tabela 6	Execução geral do Subprograma Produção Familiar Sustentável27
Tabela 7	Pagamento subsídio da borracha e murmuru29
Tabela 8	Execução geral do Subprograma Pecuária diversificada Sustentável34
Tabela 9	Ações, gastos e saldos aplicados para as ações de mecanismos de REDD+ e Fortalecimento do
	SISA37

Lista Figuras

Figura 1	Densidade de focos de calor nos estados da Amazônia12
Figura 2 e 3	Distribuição de cicatrizes de queimadas em Rio Branco, de maio a agosto de 2020
Figura 4 e 5	Imagens de satélite Landsat indicando parea de queimadas nos municípios acreanos de Capixaba em 18/07 e Plácido de Castro e Senador Guiomard e Capixaba em 15/07/2020
Figura 6	Extensão dos alertas de desmatamento entre 01/08/2019 a 31/07/2020 na Amazônia Legal
Figura 7	Área de alertas desmatamento em 2020, no Acre, por município15
Figura 8	Alertas de desmatamento do Deter B e Labgama, de janeiro a julho de 2020 no Acre
Figura 9	Alertas de desmatamento (DeterB) município por ano para o estado do Acre 9
Figura 10	(ha)
Figura 11	Acre
Figura 12	Alertas de desmatamento DeterB em 2020, por classe fundiária do

	estado			do			Acre
	(ha)					18	
Figura 13	Percentuais Indígena		do	fluxo	de	gastos	Território
Figura 14	Percentuais ol Sustentável						
Figura 15	Percentuais of Diversificada 5			_			
Figura 16	Percentuais of Instrumento REDD+			•			do SISA e de
Lista de qua	adros						
Quadro 1	Principais risco	os do Progra	ma e po	ossíveis m	nedidas	de mitiga	ção 54

1. Resumo Executivo

O presente documento se refere as atividades realizadas no período de janeiro a junho de 2020, denominado relatório semestral de avanço do Programa Global REDD+ para Early Movers (Programa REM) viabilizado por meio de Contrato com o Governo do Estado do Acre. O Programa consiste na remuneração ou "premiação" sobre resultados (ex-post) de reduções de emissões de gases de efeito estufa oriundos do desmatamento, com recursos do BMZ (Ministério para Cooperação Econômica e Desenvolvimento) no âmbito da Cooperação Financeira Alemã e agora, com a parceria do Reino Unido/BEIS.

Constitui objetivo principal do Programa REM Acre Fase II, a redução significativa de emissões de gases de efeito estufa oriundos do desmatamento no Estado do Acre.

A forma operacional do Programa ocorre por meio da estratégia de repartição de benefícios que é baseada no cenário de contribuições não reembolsáveis de 10 Mio € da cooperação alemã (BMZ) e 17,84 milhões de £ do Governo Britânico (BEIS) através do Banco de Desenvolvimento Alemão KFW. O acordo de cooperação foi assinado, com o Governo do Acre, em 14 de novembro de 2017, com um período de implementação das ações prevista para cinco anos.

O Programa REM Acre Fase II está estruturado em 03 subprogramas:

- i. Subprograma Territórios Indígenas
- ii. Subprograma Territórios da Produção Familiar Sustentável
- iii. Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável

Além desses programas, há o componente de Fortalecimento do SISA e Mecanismos de REDD+:

- i. Instrumentos de REDD+
- ii. Fortalecimento do SISA

Outro componente importante diz respeito ao Sistema de Governança do SISA/Programa REM Acre, onde as ações são guiadas pela transparência, a participação social e o compromisso técnico-científico. Esses princípios explicam a criação de instâncias de governança necessária para o controle, monitoramento e acompanhamento das ações desenvolvidas.

Desta forma o presente documento traz o relato das atividades desenvolvidas primeiro semestre do ano de 2020, conforme preconizadas nas estruturas citadas acima. Entretanto, integra o processo de implementação das atividades do Programa REM Acre, um conjunto de desafios e riscos tanto operacionais quanto estratégicos que são inerentes as iniciativas inovadoras com as quais o Programa REM propõe.

Relevante destacar que o primeiro semestre de 2020 ficou caracterizado por um cenário atípico. Em 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2) constitui uma Emergência de Saúde Pública de

Importância Internacional (ESPII). No Brasil, a doença foi reconhecida em 31 de janeiro de 2020 como uma Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional.

Nesse sentido, o Governo do Estado do Acre, por intermédio do Decreto Nº 5.465, de 16 de março de 2020, adota algumas precauções a serem tomadas, além de outras medidas para prevenção, mitigação e enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da doença COVID-19.

Desde o dia 17 de março de 2020, o Estado do Acre vem apresentando um incremento significativo nos números de acreanos infectados com o novo Coronavirus – COVID-19. Em razão disso, a Assembleia Legislativa do Estado do Acre – ALEAC, por intermédio do Decreto Legislativo nº 02 de 20 de março de 2020, declarou Estado de Calamidade Pública. Posteriormente o Governo do Estado do Acre também publicou, com data de 23 de abril de 2020, o Decreto Nº5.830 que declara a Situação de Calamidade Pública, em decorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 (Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE 1.5.1.1.0 – Doenças Infecciosas Virais).

A Portaria nº 1.187, de 23 de abril de 2020, reconheceu, por procedimento sumário, o Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado do Acre, em decorrência de Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19), Decreto Nº 5.830, de 23 de abril de 2020.

Nesse contexto, as atividades de campo ou que envolviam aglomeração de pessoas, tais como reuniões presenciais, treinamentos e capacitações previstas para o Programa REM Acre foram suspensas. Atividades administrativas e de planejamento foram realizadas e estão ainda sendo aprimoradas no sentido de qualificar as ações do Programa REM à medida que a flexibilização com relação a pandemia sejam estabelecidas, e a segurança dos procedimentos sejam devidamente comprovados.

Nesta perspectiva os resultados de forma geral oriundos das atividades realizadas ficaram bastante prejudicados o que requer todos os esforços necessários no próximo período do ano para reverter este quadro.

2. Apresentação

O presente relatório semestral referente ao primeiro semestre do ano de 2020, constitui uma responsabilidade do Estado do Acre conforme estabelecido no Contrato de Contribuição Financeira (2016 69 092 recursos BMZ) e no Contrato Financeiro de Implementação (recursos BEIS).

As informações aqui descritas representam uma sistematização das atividades e resultados obtidos no âmbito da atuação dos órgãos estaduais subexecutores responsáveis pela implementação das atividades previstas no Programa REM Acre. Os referidos órgãos envolvidos são:

- Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Estado do Acre – IMC
- ii. Secretaria de Estado de Produção Agronegócio SEPA
- iii. Secretaria de Estado de Meio Ambiente SEMA
- iv. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão SEPLAG
- v. Secretaria de Estado de Empreendedorismo e Turismo SEET
- vi. Corpo de Bombeiros Militar do Acre CBMAC
- vii. Fundação de Tecnologia do Estado do Acre FUNTAC
- viii. Instituto de Meio Ambiente do Acre IMAC

- ix. Instituto de Terras do Acre ITERACRE
- x. Polícia Militar do Estado do Acre Batalhão de Policiamento Ambiental BPA
- xi. Secretaria de Estado de Educação SEE
- xii. Secretaria de Estado de Segurança Pública Centro Integrado de Operações Aéreas (CIOPAER)
- xiii. Companhia de Desenvolvimento e Serviços Ambientais CDSA
- xiv. Secretaria de Estado de Industria, Ciência e Tecnologia-SEICT

As atividades realizadas no âmbito do Programa REM Acre Fase II, no período de janeiro a junho de 2020, seguem conforme prevista na estratégia de Repartição de Benefícios do Programa que obedece uma abordagem programática de conservação do estoque e redução do fluxo do carbono florestal, utilizando políticas públicas que beneficiam populações de florestas e de áreas abertas e que promovam o fortalecimento do Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais – SISA, visando a redução do desmatamento e degradação florestal no Acre.

Assim, o documento inicia com uma breve abordagem do contexto político-institucional que envolve as política públicas relevantes em relação ao Programa REM, assim como sugestões e respostas que o Programa pode trazer como agregação de resultados a estas políticas. Inerente a isso, foi registrado o contexto do monitoramento e controle em torno da temática de desmatamento no Acre e na Amazônia.

Outro ponto abordado se refere aos avanços obtidos mediante a implementação das atividades previstas no planejamento e que em grande medida contribuirão para futura análise das lições aprendidas. Destaca-se neste processo a implementação de atividades vinculadas aos serviços ambientais como o pagamento do subsídio aos produtores de borracha natural, bolsa para os agentes agroflorestais indígenas, investimentos em ações relacionadas a sistemas agroflorestais, formação de diversos beneficiários tanto indígenas como não indígenas e em temáticas voltadas para boas práticas, assim como relacionadas as cadeias produtivas sustentáveis.

Tais aspectos possuem importante relação com a estratégia de repartição de benefícios por meio do comparativo entre as atividades planejadas e realizadas levando em consideração os respectivos custos disponibilizados, resultados e impactos gerados pelo Programa.

No campo da governança do Programa, os espaços constituídos tais como a CEVA e o Comitê Executivo do SISA foram acionados sempre que necessário mediante as prerrogativas de cada instância e com isso atuaram no processo decisório, acompanhamento e interação entre o SISA e o Programa REM Acre.

Os temas transversais que remetem aos temas como ouvidoria, gestão de riscos socioambientais, salvaguardas de REDD, monitoramento, avaliação e aprendizagem obtidas, estão descritas mediante desafios superados e outros que ainda requerem aprimoramento que será vislumbrado a partir do próximo período de execução das atividades planejadas.

Por fim as prioridades do Programa para o próximo período de execução estão contidas no planejamento simplificado que encontra-se anexo a este relatório, onde todos os órgãos subexecutores definem suas ações de forma a facilitar tanto a execução como o acompanhamento das mesmas por parte do IMC e SEPLAG.

3. Contexto

3.1. Atualização do contexto político-institucional no Acre e em relação às políticas públicas relevantes para o Programa (REDD+, PPCDAM entre outras).

O Governo do Estado do Acre tem desenvolvido ações estruturantes voltadas para a mitigação dos impactos ao meio ambiente notadamente aviltadas pelo contexto da pandemia gerada pela Convid-19.

De forma concreta, objetivando combater com rigor os ilícitos ambientais, o Governo do Acre criou o Comitê de Ações Integradas de Meio ambiente, cujo o objetivo é coordenar ações de monitoramento, comando e controle para coibir o desmatamento, queimadas, incêndios florestais e ilícitos ambientais em todo território acreano, em especial nas Unidades de Conservação do Estado. Além de ações contra crimes ambientais, o comitê promoverá a consolidação de ações de desenvolvimento sustentável no Estado.

O referido Comitê é formado pelas secretarias de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Planejamento e Gestão (SEPLAG), Infraestrutura (SEINFRA), Desenvolvimento Urbano e Regional (SEDUR), Instituto de Meio Ambiente do Estado do Acre (IMAC), Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação do Clima (IMC), Instituto de Terras do Acre (ITERACRE), Polícia Militar do Estado do Acre (PMAC) e Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA), Secretaria Adjunta de Licitações (SELIC/SEICT) e Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Para a operacionalização das ações, foram elaborados planos de ação onde a equipe do Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental da Sema vai subsidiar o comitê com informações técnicas, mapas e dados geoespaciais.

Outra medida diz respeito a realização da Operação Focus II, em que um conjunto de ações integradas entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), Polícia Militar e Corpo de Bombeiros intensificam a fiscalização e o monitoramento de áreas rurais no combate aos ilícitos ambientais, como o desmatamento, queimadas e exploração ilegal de madeira nos meses mais secos do ano. Além das medidas repressivas, orientações educativas também serão levadas a sociedade envolvida.

Importante evidencia que em todo o Estado, oito equipes já estão distribuídas nas cincos regionais (vales do Baixo Acre, Alto Acre, Purus, Tarauacá/Envira e Juruá). Com o auxílio de imagens de satélite, cerca de 200 profissionais terão informações em tempo real sobre os crimes praticados nas áreas consideradas mais críticas, possibilitando assim a tomada de medidas que fizerem necessárias.

Ao mesmo tempo que estas medidas estão sendo tomadas, devemos destacar que apesar da ampliação dos desafios frente aos ilícitos ambientais, a implementação da 4ª fase do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAm) 2016-2020 continua em vigor, na direção da redução do desmatamento na Amazônia Legal até 2020, relativo à média da taxa de desmatamento no período de 1996-2005. A interlocução entre governo federal e estados segue sendo necessária para otimizar os esforços de implementação das ações, especialmente nas áreas críticas de desmatamento.

3.2. Sugestões de respostas adequadas do Programa em relação as referidas políticas públicas.

Nesse período, sob a coordenação da SEPLAG e IMC coordenaram a elaboração do planejamento junto à todos os órgãos subexecutores. A partir de um roteiro de

planejamento previamente elaborado, foram previstas as atividades, objetivos, metas, recursos necessários (previstos no PDI e POA), metodologia de execução e cronograma. A partir deste planejamento será possível estabelecermos de forma mais estruturada as ações de monitoramento, assim como acompanharmos de forma mais organizada visando o alcance dos indicadores do Marco Lógico previsto para o Programa REM. Além desse processo, o planejamento de cada órgão, mesmo que seguindo a lógica da NTRB e o PDI serão relevantes para o planejamento estratégico de todo o programa. Outro passo importante será o alinhamento das ações previstas com a estratégia de REDD+, ZEE, PPCDAM e demais planos que visam gerar as possibilidades de melhor qualidade de vida para povos e comunidades locais, defensores dos princípios da sustentabilidade ambiental e socioprodutiva.

3.3. Análise dos avanços/mudanças na implementação da ENREDD+ e sugestões de respostas adequadas do Programa em relação a implementação da ENREDD+.

Nesse período o cenário envolvendo as ações promovidas no âmbito da Estratégia Nacional de REDD+ não foram alteradas e nenhuma ação de fato foi concretizada. A baixa prioridade estabelecida pelo Governo Federal para esse tema tem dificultado ações assertivas capazes de gerar estímulos à temática ambiental.

3.4. Análise do contexto das ações de monitoramento e de controle da taxa de desmatamento.

O desmatamento acumulado no Estado do Acre até 2019 corresponde a 14,6 % do seu território, ou seja, o Acre ainda mantém 85,4% de sua cobertura vegetal.

De 01/08/2019 a 31/07/2020, o Deter B indicou 4.212 alertas para o Acre, representando 449,3 km2. Os municípios de Feijó, Sena Madureira e Rio Branco lideraram o processo, no período.

Os projetos de assentamento da reforma agrária, as propriedades particulares e as áreas discriminadas continuam ocupando o ranque das áreas que mais desmatam no estado. As Terras Indígenas representam a classe fundiária que menos contribui com o desmatamento no estado. Dentre as Unidades de Conservação no Estado do Acre, a Resex Chico Mendes é a mais preocupante, compondo o ranque das áreas que mais contribuem com o desmatamento no Acre.

Quanto às queimadas, verifica-se que o Acre, embora encontre-se na 8ª posição no ranque, em relação aos demais estados da Amazônia Legal, representando apenas 1,5 % das queimadas da região, esses valores já ultrapassaram os de 2019, especialmente nos municípios de Tarauacá, Feijó, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Rio Branco.

De modo geral, a distribuição dos desmatamentos no estado tem relação com a estrutura de ocupação territorial, concentrado principalmente no Vale do Acre, ao redor dos centros urbanos e ao longo dos grandes rios e rodovias, com destaque para as rodovias federais BR 364 e BR 317. Estes eixos, em geral, relacionam-se com o processo de escoamento da produção familiar nos projetos de assentamento e nas áreas discriminadas.

De 01 janeiro a 31 de julho de 2020 na Amazônia Legal foram registrados 24.189 focos de queimadas, segundo dados do Satélite de Referência (INPE, 2020). Entre os Estados que

compõe essa região, Mato Grosso apresentou o maior percentual com 37,9 %, seguido do Pará com 15,1 % e do Tocantins (14,4 %), e são também os estados que apresentam maior densidade de focos de calor (Figura1).

Segundo dados do Satélite de Referência, o estado apresentou 466 focos de queimadas, no período, representando 1,9 % dos focos de queimadas acumulados na Amazônia Legal. No Estado Acre os focos apresentam maior densidade no Oeste do estado, mas estão ocorrendo ao logo de todo o estado embora em menor intensidade. Os municípios acreanos com maior número acumulado de focos no período de janeiro a julho de 2020 foram: Tarauacá (81 F), Feijó (55 F) e Cruzeiro do Sul (50 F), Sena Madureira (36 F) e Rio Branco (32 F).

Para o mesmo período em 2019 foram registrados na Amazônia Legal 25.209 focos, desses 375 focos de queimadas ocorreram no Acre. Os dados mostram que os indicadores de queimadas em 2020 já superaram valores observados em 2019.

As imagens abaixo mostram a espacialização da densidade de focos de calor na Amazônia Legal e no Acre, indicando as áreas de maior criticidade (Figura 1).

Figura 1: Densidade de Focos de calor nos estados da Amazônia Legal e no Acre

Fonte: Inpe/ Programa Queimadas Focos de calor de 01/01/2020 a 11/08/2020. Satélite Referência/Inpe

A Tabela 1 a seguir indica a representatividade do Acre no contexto da Amazônia Legal. Percebe-se que o ano de 2019 superou os anos de 2018 e 2017, mas nenhum evento climático anômalo justificou esse aumento, a não ser pelo uso antrópico do fogo, na grande maioria, de forma ilegal, pois não foram emitidas licenças pelo órgão ambiental que justificasse esse fato. O Acre representou percentuais que oscilaram entre 4 e 7 % dos focos de queimadas registrados na Amazônia Legal nos anos analisados.

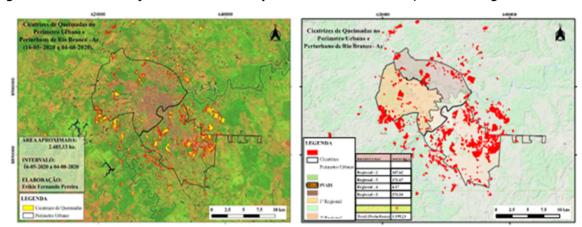
Tabela 1. Focos de calor na Amazônia Legal e Acre, de janeiro a dezembro de 2005, 2010 e de 2016, 2019 e 2020 até 31/07*

Anos		Amazônia	Acre	%
2005		263.994	15.993	6,1
2010		215.775	8.661	4,0
2016		124.046	7.684	6,2
2017		149.411	6.295	4,2
2018		90.408	6.626	7,3
2019		126.091	6.802	5,4
2020*	Rel	atório semestra 4.189 n	damento do REM 466r	e Fase II 1,94 de 56

*Focos de calor de 01 de janeiro a 31 de julho de 2020 Fonte: Satélite de Referência/INPE

De 01 de janeiro a 31 de julho de 2020, as Unidades de Conservação apresentaram 51 focos, sendo 24 deles localizados na Reserva Extrativista Chico Mendes; 09 no Parque Nacional da Serra do Divisor: e 06 nas Resex do Alto Juruá e Resex Riozinho da Liberdade. Ouanto à Terras Indígenas, foram observados 28 focos de queimadas, com destaque para a TI Alto Rio Purus (04 F), TI Jaminawa do Rio Bagé (03 F) e TI Poyanawa (03 F).

O mapeamento das cicatrizes de queimadas nas áreas urbanas, periurbanas e rurais da capital do Estado, começou a ser realizado em maio, devido à falta de imagens com baixa cobertura de nuvens. De 16 de maio a 04 de agosto de 2020 foram registrados 2.485,1 hectares de áreas degradadas pelo fogo em Rio Branco, sendo a 6ª Regional a mais afetada, com 666,2 hectares, conforme indicado nas Figuras 2 e 3.



Figuras 2 e 3 - Distribuição de cicatrizes de queimadas em Rio Branco, de maio a agosto de 2020

Queimadas significativas ocorreram nos municípios de Capixaba em 18/07/2020, em Plácido de Castro e Senador Guiomard em 27/07/2020, conforme mostram as Figuras 4 a 5 produzidas pelo LAbGama/CZS, a partir de imagens Landsat.



Figuras 4 a 5 — Imagens de satélite Landsat indicando áreas queimadas nos municípios acreanos de Capixaba em 18/07 e Plácido de Castro e Senador Guiomard e Capixaba em 27/07/2020

Fonte: LabGama/Ufac-CZS

Desmatamento em 2019 e alerta em 2020

Taxas de desmatamento em 2019

As taxas anuais de desmatamento são publicadas pelo Instituto de Pesquisas Espaciais -Inpe, a partir do Projeto de Monitoramento do Desflorestamento da Amazônia Legal -Inpe/Prodes, indicando para o período de agosto de 2018 a julho de 2019 uma taxa de desmatamento de 10.129 km2, representando um aumento de 34 % na Amazônia Legal em relação a 2018. O estado do Acre, com uma taxa de 682 km2 teve um aumento de 54 % de 2018 para 2019 (Tabela 2).

Tabela 2 - Taxas de desmatamento dos estados da Amazônia Legal de 2004 a 2019

Ano/Estados	AC	AM	AP	MA	MT	PA	RO	RR	TO	AMZ LEGAL
2004	728	1232	46	755	11814	8870	3858	311	158	27772
2005	592	775	33	922	7145	5899	3244	133	271	19014
2006	398	788	30	674	4333	5659	2049	231	124	14286
2007	184	610	39	631	2678	5526	1611	309	63	11651
2008	254	604	100	1271	3258	5607	1136	574	107	12911
2009	167	405	70	828	1049	4281	482	121	61	7464
2010	259	595	53	712	871	3770	435	256	49	7000
2011	280	502	66	396	1120	3008	865	141	40	6418
2012	305	523	27	269	757	1741	773	124	52	4571
2013	221	583	23	403	1139	2346	932	170	74	5891
2014	309	500	31	257	1075	1887	684	219	50	5012
2015	264	712	25	209	1601	2153	1030	156	57	6207
2016	372	1129	17	258	1489	2992	1376	202	58	7893
2017	257	1001	24	265	1561	2433	1243	132	31	6947
2018	444	1045	24	253	1490	2744	1316	195	25	7536
2019	682	1434	32	237	1702	4172	1257	590	23	10129
Var. 2019-2018*	54%	37%	-33%	-6%	14%	52%	-4%	203%	-8%	349
Var. 2019-2004*	-6%	16%	-30%	-69%	-86%	-53%	-67%	90%	-85%	-649

Fonte: Inpe/Prodes, 2020. * Atualizado em 15/06/2020

O desmatamento acumulado no estado do Acre até 2019 corresponde a 14.6% do seu território. No período de 2008 a 2019 os desmatamentos concentraram-se principalmente nas classes de pequenos e médios polígonos. Os municípios de Rio Branco, Sena Madureira e Feijó possuem a maior extensão de áreas desmatadas em todo o estado, mas os maiores percentuais de territórios desmatados estão em Plácido de Castro, Senador Guiomard, Acrelândia e Brasileia.

Os projetos de assentamentos são a classe fundiária que mais contribuiu com os desmatamentos no estado do Acre, seguidos das propriedades particulares. As Terras Indígenas e as Unidades de Conservação no estado do Acre são as classes fundiárias que menos contribuem com o desmatamento. Dentro da categoria de Unidades de Conservação, a Resex Chico Mendes, a APA São Francisco e a Resex Alto Juruá foram as que mais contribuíram com o total de desmatamentos nas UCs.

Os desmatamentos que ocorreram em 2019 sã os maiores já registrados nos últimos 11 anos, e estão próximos de áreas anteriormente antropizadas, ou seja, ao longo das principais rodovias, hidrovias e dos cursos hídricos, em geral, principalmente nas regionais do Baixo Acre e Tarauacá/Envira.

Alertas de desmatamentos de 01 de janeiro a 31 de julho de 2020

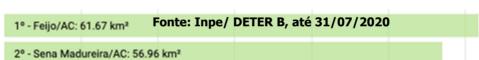
O Instituto de Pesquisas Espaciais - Inpe1, por meio do projeto DETER-B, mapeia diariamente as alterações na cobertura florestal da Amazônia Legal, com área mínima próxima a 1 hectare, mas apenas o Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama tem acesso a esses dados diariamente.

Desse modo, o Governo do Estado do Acre utiliza os dados disponibilizados na Plataforma TerraBrasilis, onde os polígonos mapeados possuem dimensão mínima de 6,25 ha e são atualizados cerca de cinco dias após a data de detecção, o que possibilita a validação dos alertas.

Os dados de alerta de desmatamento do Deter B mostram que de 01/08/2019 a 31/07/2020 foram emitidos 44.121 alertas para a Amazônia Legal, representando 9.056,24 km2. Esse valor representa um aumento de 34,5% em relação ao período anterior (2018/2019). Os estados do Pará (3.865,6 km2) e Mato Grosso (1.863,2 km2) ficaram na liderança em termos de número e extensão de alertas de desmatamento, seguidos pelo Amazonas (1.253,7 km2) e Rondônia (1.235,1 km2). O estado do Acre está entre os estados com menor número de alertas de desmatamentos, com registro de 449,3 km2 de desmatamentos, de agosto/2019 a julho/2020 (Figura 6)



3865.60 km²

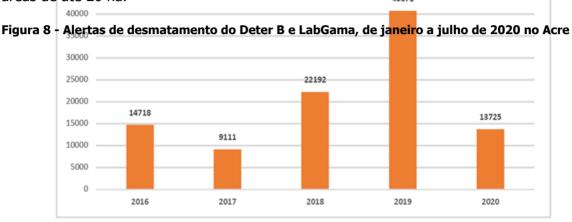


Nesse período, os alertas do Deter-B no estado do Acre indicaram que Feijó (61,7 km2), Sena Madureira (56,9 km2) e Rio Branco (55,5 km2) lideraram o processo, conforme Figura 7, a seguito - Brasileia/AC: 37.91 km²



Fonte: Inpe/ DETER B

Analisando os alertas em 2020, verifica-se que de janeiro a julho, a área total acumulada de alertas de no Acre foi 13.725 ha, segundo dados do Deter B, enquanto o Laboratório Gama da UFA/CZS registrou 32,993 han cujo somatório chega a **46.718** ha, conforme Figura 12. Segundo os dados do Deter B os alertas se concentraram em áreas de até 50 ha, enquanto os alertas do LabGama se concentram principalmente em áreas de até 20 ha.



Fonte: Inpe/Deter B e LABGama/Ufac

Nos últimos cinco anos o maior registro de alertas de desmatamento foi em 2019, seguido por 2018 e 2016, até o momento (Figura 9). De modo geral, os alertas de desmatamento se concentram no mês de agosto (figura 10), o que significa que a situação pode ainda se agravar.

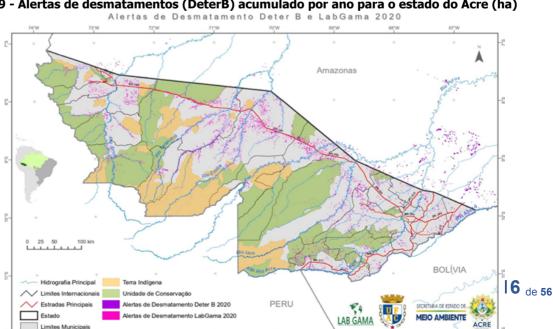


Figura 9 - Alertas de desmatamentos (DeterB) acumulado por ano para o estado do Acre (ha)

Segundo os dados do Deter B no mês de julho de 2020 foram indicados 6.581 hectares de alertas de desmatamento no Acre, representando uma redução de aproximadamente 36,3 % em relação ao mesmo período de 2019, que apresentou 10.337 hectares, nos alertas emitidos (Figura 10).

Alerta DeterB (ha) Meses

Figura 10 - Alertas de desmatamentos do Deter B, acumulado (ha) por mês, de 2018 a 2020 no estado do Acre

Nesse período, os municípios de Feijó (2.503,7 ha), Rio Branco (1.767,8 ha), Sena Madureira (1.641,8 ha), Tarauacá (1.291 ha) e Manoel Urbano (1.049,9 ha) ficaram na liderança dos alertas emitidos pelo Deter B, conforme Figura 11.

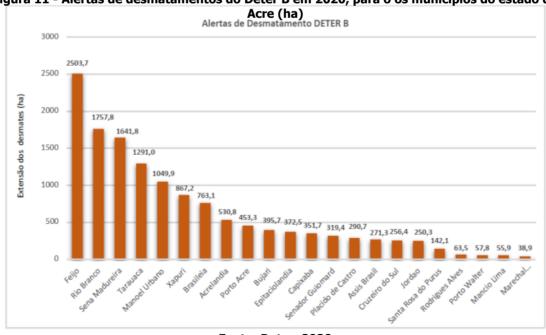


Figura 11 - Alertas de desmatamentos do Deter B em 2020, para o os municípios do estado do

Fonte: Deter, 2020

Em termos de classe fundiária, em 2020, o desmatamento foi maior nos projetos de assentamento, nas propriedades particulares e nas áreas discriminadas, no entanto os valores foram inferiores aos de 2019, como pode ser observado na Figura 12.

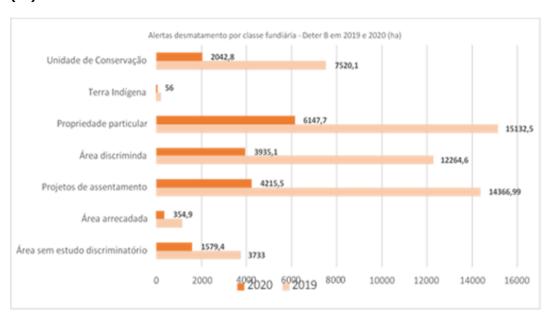


Figura 12 - Alertas de desmatamentos Deter B em 2020, por classe fundiária do estado do Acre (ha)

Importante notar que o desmatamento acumulado no Estado do Acre até 2019 corresponde a 14,6 % do seu território, ou seja, o Acre ainda mantém 85,4% de sua cobertura vegetal.

De 01/08/2019 a 31/07/2020, o Deter B indicou 4.212 alertas para o Acre, representando 449,3 km2. Os municípios de Feijó, Sena Madureira e Rio Branco lideraram os indicadores.

Estratégias e ações de iniciativa do Governo do Estado Acre

O Governo do Estado instituiu o Comitê de Ações Integradas de Meio Ambiente, através do Decreto 5.866 de 29/04/2020 para coordenar as ações de monitoramento e combate ao desmatamento ilegal, queimadas, incêndios florestais e crimes ambientais no Estado, para fazer frente ao atual quadro de uso e ocupação irregulares de terras em várias áreas do estado, por processos contínuos de invasões nas áreas públicas, especialmente nas Unidades de Conservação. A equipe técnica da Sema e das instituições de Comando e Controle – Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC e Batalhão de Policiamento Ambiental – BPA, elaborou um Plano estratégico operacional, que é parte dessa estratégia de governo.

Este Plano de ação está vinculado ao Decreto 5.866/2020 e tem o objetivo de promover ações nas áreas de meio ambiente, regularização fundiária, segurança, infraestrutura e planejamento para o combate ao desmatamento e queimadas ilegais, bem como qualquer ilícito ambiental nas Unidades de Conservação e entorno, em função dessas ocorrências. As estratégias estabelecidas visam garantir a conservação das florestas e a continuidade dos negócios florestais em curso, tais como as concessões florestais, o manejo madeireiro florestal, o manejo não madeireiro, este com cadeias de valor considerada relevante para a Bioeconomia, dentre outras atividades apoiadas pelo Governo e que garantem a manutenção de milhares de famílias nessas Unidades.

Desde 2019, a Sema, em parceria com IMAC, Iteracre e Secretaria de Estado da Produção – SEPA, adotou os **mutirões ambientais como estratégia para a regularização ambiental do produtor**. Esta metodologia tem permitido uma maior aproximação do Governo nas áreas rurais, levando as políticas públicas do estado, seguidas de orientação sobre adesão ao CAR e regularização de passivos, através do Programa de Regularização Ambiental-PRA, dentre outras atividades.

A Sema tem trabalhado para o fornecimento de **Assistência Técnica Rural – ATER ao pequeno produtor**, através da inovação dos **Planos de incremento produtivo – IPCs** para os pequenos produtores, além da melhoria de ramais, que permite o escoamento da produção, o deslocamento, facilitando também o acesso das equipes de fiscalização e monitoramento no interior do estado.

O planejamento e a implementação dessas ações tem sido possível graças a recursos de operações de crédito do BID e BIRD, recursos não reembolsáveis do PSAM/MMA, do Programa REM/KfW e dos recursos do ARPA para o Parque Estadual do Chandless.

Em termos de queimadas, embora o Acre ocupe o 8º lugar no ranque dos estados da Amazônia Legal, representando apenas 1,5 % das queimadas da região, seus valores já superaram os de 2019, especialmente nos municípios de Tarauacá, Feijó, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Rio Branco.

O Estado está buscando **sinergia institucional e celeridade** nas ações desenvolvidas pelas instituições para **aumentar a eficiência e a eficácia no combate o desmatamento ilegal, que gera queimadas e também promove aumento das emissões de gases de efeito estufa, comprometendo sobremaneira a saúde da população e a biodiversidade, representando um risco a mais neste período de pandemia da COVID-19.**

Todas as informações contidas neste item foram elaboradas pela SEMA, órgão do Governo do Estado do Acre que coordena, monitora e implementa um conjunto de medidas técnicas com base em informações científicas que possibilitam a tomada de decisões acerca das medidas mitigatória e controle exercido pelo Governo do Acre.

4. Avanços na implementação do Programa

4.1 Concepção do Programa REM Acre Fase II

Os avanços nesse período de execução do Programa foram batante prejudicados devido o quadro de pandemia que instalou em todo planeta. No Acre o isolamento social foi determinado mediante orientação das autoridades de saúde e do Governo do Estado, gerou o adiamento e cancelamentos de eventos em massa de qualquer natureza. A publicação do Decreto Estadual nº 5.496, de 20/03/2020 estabeleceu as orientações e procedimentos para controle da situação. Com isso as ações do Programa REM foram afetadas em função das limitações que ocorreram e que ainda estamos vivenciando apesar da diminuição do número de mortes e ocupação de leitos de UTI em todo o Estado.

Ainda assim, mediante o estabelecimento de prioridades, algumas atividades foram realizadas mesmo considerando todo esse cenário.

4.2 Remuneração de resultados de REDD+

Considerando dados do desmatamento PRODES/2020 para o ano florestal de 2019, foi verificado o índice de 682 Km2, como o gatilho definido como referencia é de 330 Km2 conclui-se que não houve performance do Estado do Acre para esse ano florestal. Em relação a CONAREDD+, o Acre não possui mais assento, visto que pela Portaria Nº 225 de 11 de maio de 2020 (D.O. da União) foi definida a metodologia para realização do sorteio para seleção do representante dos órgãos estaduais, bem como seu suplente, na CONAREDD+. Após esse sorteio o Estado de Rondônia foi conduzido a representação da CONAREDD+.

4.3 Atividades, avanços, resultados e impactos dos subprogramas

As atividades aqui descritas com seus respectivos volumes de recursos utilizados foram implementadas por meio dos recursos repassados pelo Banco KfW ao Governo do Acre, esses recursos são relativos ao primeiro e segundo desembolso dos recursos do KFW e o primeiro desembolso dos recursos do Reino Unido.

O planejamento para a utilização desses recursos e do segundo desembolso do Reino Unido que ainda não foi realizado, foram distribuídos no PDI 01 e PDI 02 após alinhamento feito durante a missão de acompanhamento da equipe do KFW e Reino Unido em maio de 2019. Foi elaborado a partir de então a consolidação das planilhas com recursos previstos no PDI 1 e PDI 2, conforme tabela 4, onde é demonstrado também as atividades com seus respectivos recursos disponibilizados no âmbito dos subprogramas do Programa REM Acre Fase II.

Tabela 3. Valores do PDI 01 e PDI 2 consolidado.

Programa Global REDD+ para Early Movers – Programa REM Acre, Fase II	Secretaria	Valor Planejado PDI 01 e 02 (R\$)
I. ATIVIDADES EM NÍVEL LOCAL (70%)		R\$ 57.067.083,60
SUBPROGRAMA 01: Subprograma Territórios Indígenas		R\$ 9.739.010,39
1.1 Gestão Territorial Indígena		R\$ 9.739.010,39
1.1.1 Bolsa dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs)	SEMA	R\$ 4.147.373,60
1.1.2 Formação e Capacitação de AAFIs	SEMA	R\$ 1.122.372,70
1.1.3 Implementação dos Planos de Gestão de Terras Indígenas (PGTIs)	SEMA	R\$ 3.309.217,38
1.1.4 Formação Intercultural Diferenciada Indígena (clima, floresta, associativismo, cooperativismo, gestão de projetos)	SEE	R\$ 1.160.046,71
SUBPROGRAMA 02: Subprograma Produção Familiar Sustentável		R\$ 27.043.980,28
2.1 Cadeias Produtivas Extrativistas (Produtos Florestais Não Madeireiros e da Agricultura Familiar)		R\$ 23.235.745,96
"2.1.1 CADEIAS PRODUTIVAS CONSOLIDADAS		R\$ 5.141.528,97
Borracha	SEPA	
a. Incentivos aos Serviços Ambientais: Lei Chico Mendes (CVP, FDL, látex líquido)	JLI A	
b. Fortalecimento da produção de preservativos (logística e insumos)"		
"2.1.2 Murmuru	SEPA	R\$ 1.157.105,52
a. Incentivos aos Serviços Ambientais: Lei Chico Mendes"	JLI A	
"2.1.3 Mel	SEPA	R\$ 756.449,95
a. Fortalecimento da cadeia (logística e insumos)"	JLI A	
"2.1.4 CADEIAS PRODUTIVAS A ESTRUTURAR		R\$ 1.753.615,78
Óleos florestais		
 a. Fomento à estruturação, em processos de coleta, pré-beneficiamento e desenvolvimento tecnológico, garantindo produção sustentável e qualidade da produção 	FUNTAC	
b.Formação (associativismo, cooperativismo, mercado, gestão de negócios), com destaque para juventude e gênero"		

2.1.5 Assistência técnica agroflorestal para comunidades extrativistas das florestas públicas estaduais, incluindo a gestão das UGAIs	SEMA	R\$ 1.801.593,66
2.1.6 Apoio Logístico de Coleta e Transporte do Látex e Fabrica de Preservativos	FUNTAC	R\$ 1.329.178,63
2.1.7 Manejo Florestal	SEMA	R\$ 909.759,59
"2.1.8 Florestas Plantadas em SAFs (Fruticultura: açaí, abacaxi, coco, cupuaçu, pupunha) e não madeireiros (seringa e castanha) a. Incentivos à recuperação de áreas degradadas b. Produção de mudas c. Apoio à comercialização d. Capacitação (associativismo, cooperativismo, mercado, gestão de negócios), com destaque para Juventude e Gênero"	SEPA	R\$ 4.329.732,98
2.1.9 Apoio ao Programa de Regularização Ambiental (PRA)	SEMA	R\$ 6.056.780,88
2.2 Economia Criativa	SEET	R\$ 3.808.234,32
SUBPROGRAMA 03: Subprograma Território da Pecuária Diversificada Sustentável		R\$ 20.284.092,93
3.1 Cadeias Produtivas da Pecuária Diversificada		R\$ 20.284.092,93
3.1.1 Cadeia Produtiva da Bovinocultura de Corte e Leite (Integração Lavoura Pecuária Floresta (ILPF))	SEPA	R\$ 8.015.404,00
3.1.2 Cadeia Produtiva da Piscicultura (Fomento às atividades da Piscicultura (ração, tanques, alevinos,		R\$ 11.365.940,80
assistência técnica e extensão rural, etc.) e capacitação (associativismo, cooperativismo, mercado, gestão de negócios), com destaque para Juventude e Gênero)	SEMA	
3.1.3 Agroenergia	SEMA	R\$ 902.748,13
4: Fortalecimento do SISA e Instrumentos de REDD+		R\$ 24.347.525,97
4.1 Mecanismos de REDD+		R\$ 7.366.145,59
4.2 Fortalecimento do SISA		R\$ 8.716.009,18
4.3 Gestão Operacional (Técnica, Administrativa e Financeira) do Programa		R\$ 5.112.367,23
4.4 Consultoria Internacional		R\$ 3.153.003,97
TOTAL		R\$ 81.414.609,57

Obs: Os valores previstos no Plano de Investimento - PDI 01 e 02 foram consolidados conforme acordo realizado na missão do KFW em 2019.

Tabela 4: Resumo de desembolsos Programa REM Acre Fase II

DESEMBOLSOS PDI 1									
1º DESEMBOLSO	€ 5.000.000,00	R\$ 19.665.000,00							
2º DESEMBOLSO	€ 7.937.756,44	R\$ 35.450.020,26							
3º DESEMBOLSO	€ 2.499.925,00	R\$ 11.164.665,05							
TOTAL	€ 15.437.681,44	R\$ 66.279.685,31							

A seguir a descrição das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa REM Acre Fase II conforme previstas no Plano de Aplicação - PDI.

4.3.1 Subprograma Território Indígenas.

Este Subprograma tem como objetivo central fortalecer em cada Território e Zona definidos pelo ZEE, projetos produtivos sustentáveis desenvolvidos por produtores tradicionais. Os órgãos subexecutores SEMA e SEE são os órgãos responsáveis pelas seguintes atividades:

- i. bolsa para atuação dos agentes agroflorestais;
- ii. formação e capacitação dos agentes agroflorestais;
- iii. Implementação dos Planos de Gestão de TIs;
- iv. formação intercultural diferenciada indígena.

Tabela 5: Execução geral do Subprograma Territórios Indígenas

Ações/Atividades	ÓRGÃO	VALOR PDI (R\$)	VALOR CONTRAT ADO (R\$)	VALOR PAGO (R\$)	SALDO DE CONTRAT O (R\$)	SALDO A CONTRATA R (R\$)
Gestão Territorial Indígena	SEMA	R\$ 9.739.01 0,39	R\$ 7.845.51 0,93	R\$ 3.208.76 4,56	R\$ 4.636.746, 37	R\$ 1.893.499,4 6
Bolsa dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs)	SEMA	R\$ 4.147.37 3,60	R\$ 4.097.11 6,81	R\$ 2.620.05 8,43	R\$ 1.477.058, 38	R\$ 50.256,79
Formação e Capacitação dos AAFIs	SEMA	R\$ 1.122.37 2,70	R\$ 768.835, 31	R\$ -	R\$ 768.835,31	R\$ 353.537,39
Implementação dos Planos de Gestão de Terras Indígenas (PGTis)	SEMA	R\$ 3.309.21 7,38	R\$ 2.639.99 2,63	R\$ 445.051, 59	R\$ 2.194.941, 04	R\$ 669.224,75
Formação Intercutural Diferenciada Indígena (clima, floresta, associativismo, cooperativosmo, gestão de projetos)	SEE	R\$ 1.160.04 6,71	R\$ 339.566, 18	R\$ 143.654, 54	R\$ 195.911,64	R\$ 820.480,53

TOTAL SUBPROGRAMA	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	9.739.01	7.845.51	3.208.76	4.636.746,	1.893.499,4
	0,39	0,93	4,56	37	6
TOTAL SUBRPROGRAMA EM PERCENTUAL SOBRE 100%	12%				

Figura 13 – Percentuais obtidos do fluxo de gastos Territórios Indígena



Fonte: UCP/REM/SPLAG

A SEMA enquanto subexecutora do Programa REM Fase II teve aprovado nos Planos de Investimentos – PDI I e II recursos pra desenvolver ações que se apresentam distribuídas em quatro Subprograma: Terrrítorios Indígenas, Produção Familiar Sustentável, Território da Pecuárai Diversificada Sustentável e Fortalecimento do SISa e Instrumentos de REDD+ e, e em sua grande maioria, são ações que tiveram inicio na fase I do programa com continuidade nessa fase II.

Os recursos finacneiros subsídiam a execução das seguintes ações: Gestão Territorial Indígena (Bolsa dos Agentes Agroflorestais Indígenas, Implementação dos Planos de Gestão em Terras Indígenas e formação e Capacitação dos Agentes Agroflorestais Indígenas); Programa de Regularização Ambiental — PRA; ATER nas Florestas Públicas Estaduais e Gestão das UGAIs; Manejo Florestal Comunitário; Capacitação e Investimento na Agroenergia; Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas — SEANP; Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE e Ouvidoria do SISA.

No âmbito do Programa REM todas as atividades desenvolvidas buscam atingir o objetivo de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, beneficiando atores que conservam as florestas e os que reduzem o desmatamento, por meio dos programas existentes e em execução pela SEMA, principalmente nas áreas que sofrem maior pressão ao desmatamento ilegal, como é o caso das Unidades de Conservação (Complexo Estadual de Florestas do Rio Gregório — CFERG, Floresta Estadual do Afluente, Parque Estadual do Chandess, dentre outras), e onde concentra a maioria das ações da Fase II do REM.

No presente relatório não será possível apresentar resultados quantitativos com relação ao número de beneficários que o programa atingiu, pois todas as ações que envolvem o contato direto com comunitários, extrativistas, indígenas e outros públicos, foram temporariamente paralisadas em decorrência do cenário de pandemia causado pelo COVID-19 que se instalou no Estado, levando a adoção de medidas severas de distanciamento social, por parte dos

governos, com o objetivo de evitar a propagação da doença, conforme Decretos 5.465 de 16/03/2020 e 5.496, de 20/03/2020. Porém, apesar desses impedimentos no primeiro semestre de 2020, avançarmos nos processos licitatórios, principalmente nas contratações para o Programa de Regularização Ambiental — PRA para as atividades de recomposição florestal e equipe de ATER, como também no subprograma Indígena com a conclusão dos Termos de Fomento dos projetos aprovados nos Editais de Chamamento Público para implementação dos PGTIs e Festivais Culturais, além do pagamento de bolsas para apoio à formação de Agentes Agroflorestais Indígenas.

Outra ação relevante refere-se a necessidade de apoio às populações indígenas e tradicionais durante o período da pandemia do Covid-19. Neste sentido foi iniciado o processo de discussão com a SEMA para remanejamento das ações dos subprogramas Territórios indígenas (R\$ 750.000,00 e Territórios da produção familiar (R\$ 200.000,00), com o objetivo de viabilizar a distribuição de cestas básicas a tais grupos. Nesse sentido, uma série de atividades preparatórias foram realizadas desde o mês de maio, incluindo reuniões com lideranças, equipes técnicas e entidades representativas como a FUNAI e SESAI, com o objetivo de definir a necessidade, volume de demanda e o perfil dessas cestas, para que fossem adequadas às especificidades alimentares dos grupos em comento. Houve ainda a aprovação destas ações emergenciais na reunião do Comitê Gestor de Mudanças Climática do SISA e posterior envio ao KfW que formalizou a não objeção e consequente autorização para efetivação desta ação.

Neste momento estão sendo adquiridas as cestas básicas que responderão como medida urgente de salvaguarda da vida dessas comunidades, que até o momento registram mais de 700 indígenas infectados e 23 óbitos.

a) Bolsa para atuação dos agentes agroflorestais indígenas:

A SEMA vem trabalhando fortemente no sentido de estabelecer os mecanismos necessários para a efetivação do pagamento das bolsas, considerando a importância dessa ação para o Programa REM. E, para tanto, instituiu o Conselho Gestor do Programa por meio da portaria Conjunta SEMA/SEPA nº 01/2019 de 13.09.2019, o qual já deliberou em reunião extraordinária realizada em 03.10 sobre a contratação da AMAAIAC por inexigibilidade.

Essa ação será implementada por meio de Termo de Colaboração firmado no mês de março/2020 com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas – AMAAIAC, onde já foi feita a liberação do primeiro desembolso no valor de R\$ 413.051,37 em abril/2020, para despesas com pagamento de bolsas pelo prazo de 04(quatro) meses. No entanto, em decorrência do quadro de pandemia do COVID-19 que se agravou no Estado, ainda não foi realizado nenhum pagamento aos AAFIs, pois há orientações da Fundação Nacional do Índio - Funai e da Secretaria Especial de Saúde Indígena – Sesai para que os indígenas não saiam de suas aldeias devido à alta contaminação que vem ocorrendo nessa população. A Sema já solicitou a AMAAIAC posicionamento quanto as ações que serão adotadas para a efetivação das bolsas frente a pandemia.

b) Formação e capacitação dos agentes agroflorestais

O Termo de Fomento foi firmado com a Comissão Pró-Índio do Acre - CPI, no entanto não houve o desembolso dos recursos em decorrência de mudança na equipe de coordenação da entidade e, consequentemente, alteração nos documentos bancários. A CPI está providenciando a atualização dos dados junto a instituição bancária.

c) Implementação dos Planos de Gestão de Terras Indígenas (PGTIs).

Para o respectivo período foi realizado assinatura e publicação de 21 (vinte e um) Termos de Fomento com organizações indígenas localizadas nos municípios de Sena Madureira, Feijó,

Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Santa Rosa do Purus, Jordão e Marechal Thaumaturgo. A SEMA não liberou os recursos para implementação dos projetos em virtude das Portarias publicadas pela FUNAI e SESAI/MF, a exemplo da Portaria Nº 419/PRES/FUNAI, de 17 de março de 2020, que restringe a entrada de pessoas e atividades que possam ser desenvolvidas nas terras indígenas, com exceção das atividades essenciais, especialmente os relativos aos atendimentos a saúde, devidamente autorizados e monitorados pela FUNAI, enquanto durar a pandemia do Covid-19. Contudo, a SEMA vem mantendo diálogo com essas instituições no sentido de traçar estratégias que possibilitem a chegada dos investimentos junto aos beneficiários sem colocar em risco a saúde desses.

d) Apoio a Manifestações Culturais Indígenas - Festivais Indígenas

Para o respectivo período foram realizadas assinaturas e publicação de 08 (oito) Termos de Fomento com organizações indígenas localizadas nos municípios de Feijó, Tarauacá e Mâncio Lima. A SEMA não liberou os recursos para implementação dos projetos em virtude das Portarias publicadas pela FUNAI e SESAI/MF, a exemplo da Portaria Nº 419/PRES/FUNAI, de 17 de março de 2020, que restringe a entrada de pessoas e atividades que possam ser desenvolvidas nas terras indígenas, com exceção as essenciais, especialmente os relativas aos atendimentos a saúde, devidamente autorizados e monitorados pela FUNAI, enquanto durar a pandemia do Covid-19. Como os festivais são eventos abertos a participação de diversos públicos, nesse momento de pandemia todas as atividades que geram aglomerações de pessoas não são permitidas.

d) Formação intercultural diferenciada indígena.

A Educação Escolar Indígena é o vetor de reconhecimento e sistematização dos projetos socioculturais, bem como, da gestão ambiental e territorial indígena. O objetivo principal das ações de "Formação Intercultural" (Formações Iniciais e Continuadas - FICs) realizadas pela equipe do Departamento de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esportes do Acre - SEE, no âmbito do Programa Redd Early Movers (REM) Acre Fase II, trata-se da efetivação do "Subprograma Territórios Indígenas" que abordagem pedagógica específica, diferenciada, consiste em uma intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária. A principal característica das atividades consiste na potencialização da temática ambiental e gestão territorial indígena, fomentando a prática constante entre professores e agentes agroflorestais nas unidades escolares implantadas nas aldeias.

Entretanto, destacamos que apesar do planejamento das ações para o ano de 2020, taIs como oficinas, cursos e acompanhamentos pedagógicos, a Pandemia do novo Coronavirus que chegou ao Acre e toda Amazônia, ocasionou a suspensão de todas as atividades em Terras Indígenas (TIs) planejadas para o primeiro semestre do ano de 2020.

A previsão para a retomada das atividividades no âmbito do Programa Redd Early Movers (REM) Acre Fase II, está definida para os meses de setembro e outubro do presente ano, de acordo com as normas e regras estabelecidas pela Fundação Nacional do Indio - FUNAI, e as orientações da Secretaria Especial de Saúde Indígena através de seus DSEIs (Distritos Sanitários Especiais Indígenas).

Sem dúvidas que a Pandemia da Covid19 realçou a característica de alta vulnerabilidade social das comunidades tradicionais que habitam as florestas do Acre e toda Amazônia brasileira. O controle de acesso às TIs pela FUNAI, e as barreiras sanitárias da SESAI/DSEIs, amenizaram os impactos da Pandemia, mas não foram suficientes para impedir o contágio e mortes nas aldeias indígenas.

4.3.2 Subprograma Território de Produção Familiar Sustentável

O Território da Produção Familiar Sustentável possui como objetivo fortalecer em cada Território e Zonas definida pelo ZEE, projetos produtivos sustentáveis desenvolvidos por produtores tradicionais, extrativistas e agricultores familiares que possam receber pagamentos monetários pelos serviços ambientais na redução das emissões, manutenção ou aumento do estoque de carbono florestal. Este Subprograma é de responsabilidade das seguintes subexecutoras: SEPA, FUNTAC, SEMA e SEET.

Tabela 6: Execução geral do Subprograma Produção Familiar Sustentável.

Ações/Atividades	ÓRGÃO	VALOR PLANEJADO (R\$)	VALOR CONTRATADO (R\$)	VALOR GASTO (R\$)	SALDO DE CONTRATO(R\$)	SALDO A CONTRATAR (R\$)
Incentivos aos Serviços Ambientais - Lei Chico Mendes - Borracha	SEPA	R\$ 5.141.528,97	R\$ 1.335.807,53	R\$ 1.335.807,53	R\$ -	R\$ 3.805.721,44
2. Incentivos aos Serviços Ambientais - Lei Chico Mendes — Murmuru	SEPA	R\$ 1.157.105,52	R\$ 148.259,70	R\$ 148.259,70	R\$ -	R\$ 1.008.845,82
3. Fortalecimento da cadeia do Mel	SEPA	R\$ 756.449,95	R\$ 300.343,45	R\$ 45.913,45	R\$ 254.430,00	R\$ 456.106,50
4.Florestas Plantadas em SAFs (Fruticultura: açaí, abacaxi, coco, cupuaçu, pupunha) e não madeireiros (seringa e castanha).a. Incentivos à recuperação de áreas degradadas, b. Produção de mudas, c. Apoio à comercialização, d. Geração e Gestão de Conhecimento (associativismo, cooperativismo, mercado, gestão de negócios), com destaque para Juventude e Gênero.	SEPA	R\$ 4.329.732,98	R\$ 2.851.259,02	R\$ 1.514.545,75	R\$ 1.336.713,27	R\$ 1.478.473,96
5. Fomento à estruturação, em processos de coleta, prébeneficiamento e desenvolvimento tecnológico, garantindo produção sustentável e qualidade da produção de Óleos florestais.	FUNTAC	R\$ 981.354,87	R\$ 216.908,78	R\$ 72.008,78	R\$ 144.900,00	R\$ 764.446,09
6. Óleos florestais - Geração e gestão do conhecimento (associativismo, cooperativismo, mercado, gestão de negócios), com destaque para juventude e gênero.	FUNTAC	R\$ 772.260,91	R\$ 97.753,06	R\$ 69.776,47	R\$ 27.976,59	R\$ 674.507,85
7. Apoio Logístico de Coleta e Transporte do Látex e Fabrica de Preservativos	FUNTAC	R\$ 1.329.178,63	R\$ 52.929,78	R\$ 52.929,78	R\$ -	R\$ 1.276.248,85
8. Assistência técnica agroflorestal para comunidades extrativistas das florestas públicas estaduais, incluindo a gestão	SEMA	R\$ 1.801.593,66	R\$ 1.090.535,57	R\$ 988.870,08	R\$ 101.665,49	R\$ 711.058,09

das UGAIs						
9. Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica para prestar serviços de apoio as ações de fortalecimento do setor de base florestal no estado do Acre	SEMA	R\$ 909.759,59	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 909.759,59
10. Apoio ao Programa de Regularização Ambiental (PRA)	SEMA	R\$ 6.056.780,88	R\$ 5.680.160,93	R\$ 233.240,84	R\$ 5.446.920,09	R\$ 376.619,95
11. Turismo de Base Comunitária	SETUL	R\$ 1.956.392,80	R\$ 485.876,66	R\$ 438.198,47	R\$ 47.678,19	R\$ 1.470.516,14
12. Designer em produtos madeireiros	SEPN	R\$ 928.608,17	R\$ 722.000,00	R\$ 722.000,00	R\$ -	R\$ 206.608,17
13. Artesanato Florestal	SEPN	R\$ 923.233,34	R\$ 390.197,70	R\$ 236.607,22	R\$ 153.590,48	R\$ 533.035,64
TOTAL SUBPROGRAMA		R\$ 27.043.980,28	R\$ 13.372.032, 18	R\$ 5.858.158,0 7	R\$ 7.513.874,1 1	R\$ 13.671.948,10
TOTAL SUBPROGRAMA EM PERCENTUAL SOBRE 100 %		33%				

Figura 14 — Percentuais obtidos do fluxo de gastos Territórios da Produção Familiar Sustentável



Fonte: UCP/REM/SEPLAG

A. Incentivos aos Serviços Ambientais - Lei Chico Mendes - Borracha.

Com relação ao pagamentos dos incentivos aos serviços ambientais notadamente relativo ao subsídio da borracha e murumuru ocorreu a tramitação de 148 processos de reconhecimento de dívida, visando o pagamento a 167 extrativistas, totalizando uma produção de cerca de 53 toneladas de borracha.

Ao mesmo tempo, foi realizada a prestação de contas dos pagamentos realizados em 2019 e 2018 (a partir do 3º repasse). Os dois primeiros repasses relativos a 2018, estão sendo providenciados pela Cooperacre, para posterior análise da SEPA.

Atualmente, os processos de reconhecimento de dívida encontram-se sob análise da assessoria jurídica da Coordenação do REM-KfW — SEPLAG.

Da mesma forma, se procedeu visando o pagamento do subsídio do murmuru. Desta feita, pretende-se atender 126 extrativistas, apoiando a produção de cerca de 126 toneladas de coco da palmeira de murmuru. O processo encontra-se no mesmo estágio que os processos do subsídio da borracha.

Como, ainda, não houve o efetivo repasse, não consta na planilha os atendimentos. Para os pagamentos futuros, foi submetido a Coordenação do KfW – SEPLAG, minuta de chamada pública para selecionar entidades, visando regularizar os pagamentos tanto do subsídio da borracha quanto o subsídio do murmuru. A minuta encontra-se sob análise da assessoria jurídica da SEPLAG.

Em audiência pública realizada no mês de agosto de 2020 na Assembleia Legislativa do Acre, contando com a participação de parlamentares, representantes da SEPLAG, SEPA, PGE e COOPERACRE, ocorreu um amplo dabate com o objetivo de encontrar soluções em relação ao reconhecimento de dívida e s epossível imediato pagamento para os extrativistas.

Na ocasião foi apontada pela Procuradoria Geral do Estao-PGE uma alternativa jurídica para que a COOPERACRE possa intermediar os pagamentos aos produtores (ver parecer anexo) ainda que sem instrumento jurídico vigente, o que facilitará sobremaneira a operacionalização administrativa dos pagamentos e agregará celeridade à resposta.

Assim, os processos de "Reconhecimento de Dívida" já concluídos, somando R\$ 341.836,16 referentes a subsídios da borracha com fatos geradores no ano 2019, deverão ser pagos no decorrer da próxima semana.

Quanto aos demais, tão logo finalizados os "Reconhecimentos de Dívida", serão remetidos à UCP-REM/SEPLAG para liberação financeira. Acreditamos que, de forma gradativa, todos os pagamentos pendentes abaixo listados serão concluídos até o próximo mês:

Tabela 7- Pagamentos subsídio da borracha e murmuru

ANO	VALORES DOS PROCESSOS JÁ INSTRUÍDOS (R\$)	VALORES DOS PROCESSOS EM INSTRUÇÃO (R\$)	TOTAL
2019	341.836,16	457.191,77	799.027,93
2020		86.986,10	86.986,10
Total			886.041,03

Fonte: SEPLAG

Desta maneira, espera-se finalizar os 148 processos de reconhecimento de dívida instaurados, visando o pagamento a 167 extrativistas, totalizando a produção de cerca de 53 toneladas de borracha.

Concernente aos subsídios do Mumumuru, também foi autorizada no dia 21/08/2020 pela UCP-REM/SEPLAG a liberação financeira de R\$ 126.506,00 (cento e vinte e seis mil, quinhentos e seis reais) para pagamento do benefício por meio de Reconhecimento de Dívida.

Como a produção e o fornecimento da borracha e do murumuru continuam, os pagamentos por meio de "Reconhecimento de Dívida" deverão permanecer até o resultado final do

Chamamento Público para seleção de nova(s) cooperativa(s) de produtores, cujo edital foi lançado no dia 21/08/2020.

B. Fortalecimento da cadeia do Mel.

O planejamento das atividades para esta cadeia produtiva a ser realizadas no ano de 2020 incuia a realização de encontros, reuniões, assim como atividades de assessoria técnica à meliponicultores e apicultores para comunidades indígenas e não indígenas. Em grande medida, foi a cadeia mais fortemente impactada pela Pandemia, tendo em vista que a maioria das atividades prevê atividades coletivas que poderam ser realizadas. Para o segundo semestre do ano de 2020, pretende-se adquirir os equipamentos necessários para realização de atividades que irão fortalecer a cadeia produtiva, por meio do incremento a produção e comercialização. Certamente que a realização das atividades coletivas ficarão condicionadas a evolução da Pandemia e as orientações das autoridades de saúde estadual e federal.

C. Fomento à estruturação, em processos de coleta, pré-beneficiamento e desenvolvimento tecnológico, garantindo produção sustentável e qualidade da produção de Óleos florestais. (FUNTAC)

Para este projeto foram formado 2 (dois) acordos de cooperação técnica entre Funtac e organização comunitária para desenvolvimento da cadeia produtiva de espécies oleaginosas onde serão beneficiados os comunitários extrativistas do Município de Xapuri (Regional do Alto Acre), Cruzeiro do Sul e Rodrigues Alves (Regional Vale do Juruá).

D. Óleos florestais - Geração e gestão do conhecimento (associativismo, cooperativismo, mercado, gestão de negócios), com destaque para juventude e gênero - (FUNTAC).

Quanto aos óleos vegetais, o atendimento com transferência de conhecimento para a extração e processamento destes será mantido e ampliado, ao mesmo tempo que serão realizadas ações de desenvolvimento de novos produtos que possam ser assimilados pelo público alvo. Será realizada também consultoria para orientar as comunidades na melhor forma de gerir seus empreendimentos. Neste período, considerando as limitações impostas pela pandemia, as seguintes atividades foram desenvolvidas:

- Visita técnica a Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Nova Cintra - COOPERCINTRA para alinhar as atividades e prospectar informações das necessidades e processos produtivos para parceria com os produtores de óleo e carvão de cocão;
- Visita técnica as organizações comunitárias Cooperativa dos Produtores Familiares e Extrativistas de Tarauacá – COOPTACRE, Associação Mamoré-Maracanã e Cooperativa Agroextrativista de Tarauacá, com objetivo de identificar produtos potenciais ou melhorar a produção e logística dos que já são trabalhados para sua inserção no mercado;
- Visita técnica no Município de Jordão como objetivo de realizar prospecção de mercado das espécies Cocão e Copaíba, com vistas a participação na reunião com a Secretaria de Agricultura Municipal e visita técnica junto a Associação de Produtores Rurais e as Aldeias Cachoeira, Nova Fortaleza, Três Fazendas e Nova União, para os quais foram apresentados os objetivo do projeto REM e verificação em campo do

potencial de extração das espécies produtoras de óleos florestais tais como cocão e copaíba.

E. Assistência técnica agroflorestal para comunidades extrativistas das florestas públicas estaduais, incluindo a gestão das UGAIs.

As atividades de Assistência Técnicas às comunidades localizadas nas Florestas Públicas e manutenção das UGAIs serão realizadas com recursos do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre — PDSA Fase II. Os contratos já foram formalizados e as equipes, tanto de ATER quanto de apoio operacional para as quatro UGAIS já iniciaram as atividades, no entanto, em decorrência da pandemia não foi possível realizar trabalhos de assessoramento junto as comunidades rurais nos processos de produção, gestão e comercialização das cadeias de valor existentes nas localidades. As UGAIS estão em pleno funcionamento e têm servido de base para as missões integradas de monitoramento e fiscalização nas Florestas Públicas Estaduais (Mogno, Liberdade, Gregório, Afluente e Antimary), visando coibir o desmatamento e queimadas ilegais.

F. Apoio Logístico de Coleta e Transporte do Látex e Fábrica de Preservativos. (FUNTAC)

Com relação a esta atividade, não há ainda nenhuma definição estratégica para implementação da mesma, no entanto, as tratativas internas no sentido de encontrar saídas operacionais e estratégicas estão sendo providenciadas e com brevidade será informado ao KfW.

G. Manejo Florestal (SEMA).

Em fase de elaboração de Termos de Referência para implementação deste projeto.

H. Florestas Plantadas em SAFs (Fruticultura: açaí, abacaxi, coco, cupuaçu, pupunha) e não madeireiros (seringa e castanha). a. Incentivos à recuperação de áreas degradadas. b. Produção de mudas. c. Apoio à comercialização. d. Geração e Gestão de Conhecimento (associativismo, cooperativismo, mercado, gestão de negócios), com destaque para Juventude e Gênero. (SEPA)

Em relação as atividades que preveem a aquisição de mudas frutíferas, insumos e mecanização, apenas as ações de mecanização agrícola no campo da preparação de solos tem sido realizadas junto aos produtores. Entretanto, os trabalhos estão na fase inicial, onde os dados que estão endo enviados dos escritórios locais da SEPA nos Municípios ainda estão sendo analisados e consolidados.

Quanto a aquisição de mudas e insumos, estão sendo identificados os produtores com potencial e perfil adequado para serem beneficiados, assim como possíveis iniciativas adequadas a lógica da produção familiar em sistema consorciado.

I. Apoio ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

O Programa REM Acre Fase 2 prevê no seu Plano de Investimento, e no respectivo Plano Operativo Anual referente ao período de 01/12/2017 à 31/12/2020, o financiamento do apoio ao Programa de Regularização Ambiental no Estado do Acre – PRA-Acre, constante no Subprograma Territórios da Produção Familiar Sustentável. Dentre as diretrizes do REM Fase 2, foram definidas algumas estratégias, inclusive em complementariedade ao portfólio de outros doadores, como a Implementação do

PRA no Acre, com vistas a redução significativa das emissões de gases de efeito estufa e do desmatamento. O Programa 2), Desenvolvimento das Cadeias Produtivas, por meio da implantação do Subprograma, Territórios de Produção Familiar Sustentável, pretende, entre outros, a consolidação de cadeias produtivas sustentáveis da produção familiar, em unidades de conservação de uso sustentável e em projetos de assentamento da reforma agrária, com ações de fomento às cadeias produtivas agroflorestais.

A priorização da regularização ambiental e Implementação do PRA no Acre, na estratégia do Eixo I (Comando e Controle, Gestão e Governança) o Programa vem realizando o apoio à consolidação do cadastro Ambiental Rural — CAR, como instrumento de gestão e regularização ambiental dos imóveis rurais.

As ações de controle e combate ao desmatamento e queimadas ilegais, no Eixo II (Incentivos Econômicos aos Sistemas de Produção Sustentável, Implantação do Programa de Regularização Ambiental – PRA), tem como estratégia o uso econômico das áreas de passivo ambiental, especialmente em Áreas de Preservação Permanente - APP e Áreas de Reserva Legal - ARL, com prioridade para as áreas da Bacia do Rio Acre e áreas críticas de desmatamento no Estado, os assentamentos e as áreas de posse rural.

A SEMA está em etapa de implementação do PRA-Acre, com ações que vem promovendo o fomento e incentivo à regularização ambiental de imóveis rurais, por meio de mutirões integrados, em todas as regionais de desenvolvimento do Estado, da capacitação de técnicos das instituições parceiras, bem como dos técnicos do Escritório Técnico do CAR e PRAAC e na condução dos processos para a contratação de equipe técnica, com vistas ao fortalecimento do setor de análise e ATER do CAR e PRA.

Atualmente está tramitando o processo de licitação para a "contratação de serviços de recomposição florestal com sistemas agroflorestais no Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório – CFERG e nos municípios de Plácido de Castro, Acrelândia, Capixaba e Senador Guiomard", onde está localizada a maior concentração de áreas com passivo ambiental e déficit de Áreas de Reserva Legal - RL e de Preservação Permanente – APP, no estado do Acre. Por conta da pandemia da Covid 19, no primeiro semestre 2020 as ações foram restringidas, mas com o apoio do Programa foram realizadas pelo Escritório Técnico de Gestão do CAR e PRA-AC e Viveiro da Floresta as seguintes ações:

- (i) Participação na oficina de Planejamento e Gestão Ambiental de Agroecossistemas de Imóveis Rurais, promovida pelo IPAM, apresentando Programa de Regularização Ambiental PRA desafios e oportunidades da Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais (SEMA);
- (ii) No mês de fevereiro a Secretaria de Estado de Meio Ambiente SEMA, firmou parceria com o 7º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro, com o objetivo de proporcionar um curso de formação de militares para produção de mudas e, em contrapartida, o fornecimento de mão de obra para a produção de mudas. A SEMA apoiou o 7º BEC com o fornecimento de combustível para o deslocamento dos soldados até o Viveiro da Floresta. Na oportunidade os mesmos passaram por um processo de formação e aprendizagem em serviço. Como resultado dessa ação, obtivemos a produção de 31.632 mudas de espécies florestais e frutíferas que serão utilizadas no processo de implementação do Programa de Regularização Ambiental, no âmbito do REM KfW.

Em função do decreto governamental que estabelece a suspensão de serviços não essenciais no estado do Acre, a parceria com o 7º BEC foi suspensa temporariamente. No entanto, a produção está sendo mantida em casa de sombra no Viveiro da Floresta, em processo de revezamento pela equipe local.

J. Ação: Economia Criativa.

Ações coordenadas pela Secretaria de Estadual de Empreendedorismo e Turismo, onde as atividades desenvolvidas foram no âmbito do Turismo de Base Comunitária, Design em produtos madeireiros e Artesanato Florestal, conforme descrito a seguir:

K. Turismo de Base Comunitária.

A secretaria de Estado de Empreendedorismo e Turtrismo-SEET coordena esta atividades, visando contribuir para o fortalecimento e o desenvolvimento regional e sustentável da atividade turística, por meio da identificação e mapeamento de potenciais turísticos, capacitações, elaboração do Plano de Turismo de Base Comunitária, realização de oficinas, participação e/ou organização de feiras e eventos regionais, acompanhamento de comunidades e de áreascoo potencial turístico, promoção da divulgação e do reconhecimento no âmbito regional e nacional destas potencialidades turísticas.

Todas estas atividades estavam sendo realizadas desde o ano de 2019 e continuadas durante o início do ano de 2020, onde foram adquiridos equipamentos, material de marketing em fase de contratção, equipes em deslocamento para o interior do Estado em apoio às comunidades com potencial turístico, ações de divulgação e do reconhecimento no âmbito regional e nacional destas potencialidades.

A partir de março do corrente ano, ocorreu o cenário de pandemia, onde limitações sociais foram necessárias visando o combate a COVID-19. Neste aspecto todas as ações foram paralisadas com perpectivas de retomada a partir do segundo semestre mediante orientações das autoridades de saúde e do Govero do Acre.

L. Design em produtos madeireiros.

As ações dessa atividade objetivam o aumento da competitividade da cadeia produtiva da madeira e do mobiliário no Estado do Acre. Com base na legislação nacional aplicável, foi feita a contratação do Instituto SENAI de Tecnologia, Madeira e Móveis para o cumprimento de duas metas, Contrato nº 013/2018, sendo Meta 1 - Promoção de cadeias produtivas sustentáveis - Apoio ao Manejo Florestal (madeira) - Indústrias de processamento de madeira e Polos Moveleiros - Implantação de Programa de Produção Enxuta em Serrarias e Marcenarias nos Municípios de Rio Branco (15 empresas), Sena Madureira (5 empresas) e Cruzeiro do Sul (5 empresas) e Meta 2 - Suporte técnico voltado para criação e desenvolvimento de 30 novos produtos artesanais provenientes da madeira, conectando assim os saberes da floresta com o imaginário do artesão acreano, com novas oportunidades de negócios sociais para 15 artesãos acreanos, no período de 06 meses de maio a novembro de 2018.

Da mesma forma que ação anterior não houveram avanços nesse período do ano de 2020 em função do quadro de pandemia a qual toda a sociedade está submetida.

M. Artesanato Florestal.

As ações desta atividade visam a valorização e promoção dos artesãos, das comunidades tradicionais em todo o território do Estado do Acre por meio da realização de ações de identificação e cadastramento de artesãos; promoção de capacitações; inclusão e estímulo à participação dos artesãos em eventos e feiras regionais, nacionais e internacionais; incentivo à produção e a criação de novos processos de produção artesanal, adquirir equipamentos de produção, etc. Neste período do ano de 2020 a realização das atividades ficaram prejudicadas em função da pandemia gerada pela COVID-19, limitadas apenas a algumas visitas de campo realizadas antes da paradas de todas as atividades.

4.3.3 Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável

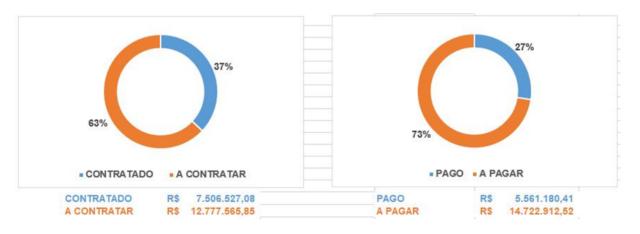
O Subprograma Pecuária Diversifica Sustentável objetiva ampliar a oferta de proteína animal no Estado por meio do incremento da produtividade e diversificação da criação de animais; incentivar a recuperação de áreas degradadas do Estado (em cumprimento à Lei Federal 12.651/2012 - novo código florestal); reduzir a pressão sob novas áreas de florestas, a fim de evitar o desmatamento e/ou queimadas; e fomentar atividades que mantenham e ampliem a oferta dos serviços ecossistêmicos. Dos 70% dos recursos, 36% são destinados a impulsionar investimentos a atividades ligadas à produção de proteína animal, que ocupam uma parte significativa das áreas já desmatadas do Estado.

Tabela 8. Execução geral do Subprograma: Território da Pecuária Diversificada Sustentável

Ações/Atividades	ÓRGÃO	VALOR PLANEJAD O (R\$)	VALOR CONTRATA DO (R\$)	VALOR GASTO (R\$)	SALDO CONTRAT ADO (R\$)	SALDO A CONTRAT AR (R\$)
Cadeia Produtiva da Diversificada Sustentável	Pecuária	R\$ 20.284.09 2,93	R\$ 7.506.527, 08	R\$ 5.561.180, 41	R\$ 1.945.346, 67	R\$ 12.777.565 ,85
Cadeia Produtiva da Bovinocultura de Corte e Leite (Integração Lavoura Pecuária Florestal (ILPF)		R\$ 8.015.404, 00	R\$ 2.983.291, 15	R\$ 1.037.944, 48	R\$ 1.945.346, 67	R\$ 5.032.112, 85
Extensão, monitoramento e diagnóstico da bovinocultura de corte	SEPA	R\$ 1.426.396,4 0	R\$ 1.093.588,1 1	R\$ 323.021,4 4	R\$ 770.566,6 7	R\$ 332.808,2 9
Fortalecimento da infraestrutura e logística que promovam a eficiência da cadeia da bovinocultura	SEPA	R\$ 1.621.420,4 2	R\$ 57.928,10	R\$ 57.928,10	R\$ -	R\$ 1.563.492 ,32
Implantação de unidades demonstrativas em propriedades de referência e recuperação de pastagens degradadas em unidades produtivas familiares	SEPA	R\$ 2.119.118,3 4	R\$ 1.044.440,0 0	R\$ 324.000,0 0	R\$ 720.4440,0 0	R\$ 1.074.678 ,34
Formação de Atores e transparência	SEPA	R\$ 652.884,09	R\$ 274.943,20	R\$ 34.943,20	R\$ 240.000,0 0	R\$ 377.940,8 9
Assistência Técnica para promoção de práticas sustentáveis na bovinocultura	SEPA	R\$ 2.195.584,7 5	R\$ 512.391,74	R\$ 298.051,7 4	R\$ 214.340,0 0	R\$ 1.683.193 ,01

Cadeia Produtiva da Piscicultura		R\$ 11.365.94 0,80	R\$ 4.523.235, 93	R\$ 4.523.235, 93	R\$ -	R\$ 6.842.704, 87
Insumos para piscicultura (ração, alevinos e outros)	SEDENS	R\$ 4.679.091, 71	R\$ 3.847.689, 70	R\$ 3.847.689, 70	R\$ -	R\$ 831.402,01
Capacitação e assistência técnica aos produtores	SEDENS	R\$ 4.606.554, 38	R\$ 675.546,2 3	R\$ 675.546,23	R\$ -	R\$ 3.931.008, 15
Apoio à modernização dos sistemas produtivos (equipamentos e infraestrutura)	SEDENS	R\$ 2.080.294, 70	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.080.294, 70
Agroenergia		R\$ 902.748,1 3	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 902.748,13
Capacitação, Assistência e Monitoramento	SEDENS	R\$ 232.917,8 6	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 232.917,86
Implantação e Modernização dos Sistemas de Agroenergia (equipamentos e infraestrutura)	SEDENS	R\$ 669.830,2 7	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 669.830,27
TOTAL SUBPROGRAMA		R\$ 20.284.09 2,93	R\$ 7.506.527, 08	R\$ 5.561.180, 41	R\$ 1.945.346, 67	R\$ 12.777.565 ,85
TOTAL SUBPROGRAMA EM PERCENTUAL SOBRE 100%		25%				

Figura 15 – Percentuais obtidos do fluxo de gastos Territórios da Pecuária Diversificada Sustentável



Fonte: UCP/REM/SEPLAG

Cadeia Produtiva da Bovinocultura de Corte e Leite

Este projeto objetiva implantar ações de intensificação em pequenas propriedades, visando verticalizar a pecuária do Estado do Acre por meio da recuperação de pastagens, reduzindo a

pressçao sobre a floresta na abertura de novas áreas e redução de emissões de Gases de Efeito Estufa. As seguntes atividades integram esse projeto:

- A. Extensão, monitoramento e diagnóstico da bovinocultura de corte (SEPA).
- B. Fortalecimento da infraestrutura e logística que promovam a eficiência da cadeia da bovinocultura.
- C. Implantação de Unidades demonstrativas em propriedades de referência e recuperação de pastagens degradadas em unidades produtivas familiares.
- D. Formação de atores e transparência.
- E. Assistência Técnica para promoção de práticas sustentáveis na bovinocultura.

O subprograma tem como metas atender 500 produtores, implantar 5.000 hectares e implantar 16 Unidades Demonstrativas em propriedades de referência e recuperação de pastagens degradadas em unidades produtivas familiares.

A equipe técnica iniciou as ações com visitas ao Alto e Baixo Acre, laem de Tarauacá-Envira e Purus. Foram identificados 11 produtores que após palestra sobre as especificidades do programa e dirimidas as dúvidas, se comprometeram em atuar de acordo com as diretrizes do REM-KfW. Há uma agenda de visitas técnicas previstas para inicar no mês de agosto de 2020 para a região do Juruá, onde espera-se ampliar a identificação de um maior númeo de produtores.

Quanto a atender com assistência técnica e extensão rural aos 500 produtores, se procedeu com uma tentativa de contratar de forma direta, por meio de dispensa de licitação, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Entretanto, a iniciativa não logrou êxito devido a algumas especificidades da entidade que impossibilitou que o processo avançasse. Atualmente, tramita internamente o processo que pretende licitar empresa(s) para atuar com os produtores.

Quanto a mecanização, foram beneficiados cerca de 30 hectares, com disponibilização de 60 toneladas de adubos.

F. Cadeia Produtiva da Piscicultura

Possui como objetivo melhorar a eficiência e a competitividade da cadeia de valor da piscicultura no Estado do Acre, com ênfase na participação dos pequenos agricultores familiares e extrativistas, com foco no forne-cimento de pescado para processamento e contribuir para o desenvolvimento sustentável e preservação da floresta. As ações previstas são:

- i. Insumos para piscicultura (ração, alevinos e outros).
- ii. Capacitação e assistência técnica aos produtores.
- iii. Apoio à modernização dos sistemas produtivos (equipamentos e infraestrutura)ia produtiva da Piscicultura.

G. Agroenergia

- i. Capacitação, Assistência e Monitoramento.
- ii. Implantação e Modernização dos Sistemas de Agroenergia (Equipamentos e Infraestrutura).

As atividades da cadeia produtiva da piscicultura e da agroenergia não foram ainda retomadas. Ambas as atividades foram replanejadas com previsão de reinício no segundo semestre de 2020. Em recente reunião do Comitê Executivo do SISA, foi deliberado que as atividades da cadeia produtiva da piscicultura será coordenada pela Secretaria de Estado da Produção Familiar e Agronegócio – SEPA e as ações de agroenergia serão coordenadas pela SEMA.

4.3.4. Componente Mecanismos de REDD+ e Fortalecimento do SISA

Os recursos destinados no âmbito do Fortalecimento do SISA objetivam apoiar as ações e atividades que contribuam para o fortalecimento do arranjo institucional criado pela Lei do SISA. As atividades planejadas (Tabela 13), os respectivos órgãos responsáveis e todos os valores inerentes ao processo de execução das ações:

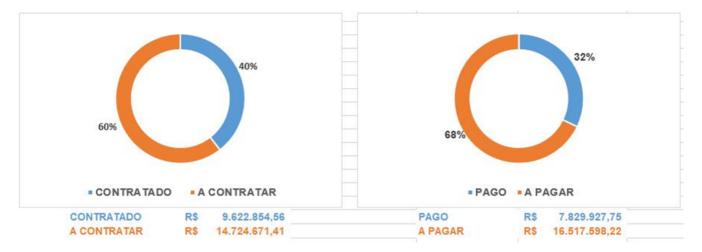
Tabela 9 – Ações, gastos e saldos aplicados para as ações de mecanismos de REDD+ e Fortalecimento do SISA.

Ações/Atividades	ÓRGÃO	VALOR PLANEJADO (R\$)	VALOR CONTRATADO (R\$)	VALOR GASTO (R\$)	SALDO DE CONTRATO(R \$)	SALDO A CONTRATAR
Mecanismos de REDD+		R\$ 7.169.645, 59	R\$ 3.443.413,8 6	R\$ 2.568.70 9,46	R\$ 874.704,40	R\$ 3.726.231,73
Monitoramento de Base Comunitária	IMC	R\$ 537.292, 47	R\$ 116.635,9 3	R\$ 116.635, 93	R\$ -	R\$ 420.656,54
Monitoramento da Implementação das Ações do SISA/REM	IMC	R\$ 404.722, 00	R\$ 228.739,2 7	R\$ 228.739, 27	R\$ -	R\$ 175.982,73
Formação, Comunicação, Salvaguardas	IMC	R\$ 482.857, 33	R\$ 245.850,7 4	R\$ 245.850, 74	R\$ -	R\$ 237.006,59
Estruturação Tecnológica e Operacional do IMC	IMC	R\$ 1.000.99 3,38	R\$ 460.904,0 6	R\$ 430.431, 48	R\$ 30.472,58	R\$ 540.089,32
Consultores (Governança, Comunicação e Coordenação)	IMC	R\$ 663.843, 57	R\$ 271.791,7 1	R\$ 271.791, 71	R\$ -	R\$ 392.051,86
Estudos, Geração e Gestão do Conhecimento	IMC	R\$ 649.634, 47	R\$ 343.750,2 0	R\$ 343.750, 20	R\$ -	R\$ 305.884,27
Pesquisas para setor florestal	SEMA	R\$ 410.968, 92	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 410.968,92

Revisão e Atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre - ZEE/AC, Fase II	SEMA	R\$ 899.134, 45	R\$ 890.658,4 0	R\$ 718.096, 14	R\$ 172.562,26	R\$ 8.476,05
Estudos Jurídicos do SISA	IMC	R\$ 317.037, 75	R\$ 25.870,00	R\$ 15.870,0 0	R\$ 10.000,00	R\$ 291.167,75
Fortalecimento e apoio a Comissão Estadual de Avaliação e Acompanhamento – CEVA	IMC	R\$ 493.758, 47	R\$ 150.003,2 3	R\$ 78.003,2 3	R\$ 72.000,00	R\$ 343.755,24
Fortalecimento e apoio ao Grupo de Trabalho Indígena	IMC	R\$ 489.828, 47	R\$ 334.684,3 5	R\$ 65.530,3 5	R\$ 269.154,00	R\$ 155.144,12
Fortalecimento e apoio ao Grupo de Trabalho Mulher	IMC	R\$ 489.828, 47	R\$ 308.772,9 0	R\$ 39.826,2 6	R\$ 268.946,64	R\$ 181.055,57
Ouvidoria do SISA	SEMA	R\$ 280.611, 37	R\$ 43.671,77	R\$ 12.102,8 5	R\$ 31.568,92	R\$ 236.939,60
Fortalecimento e apoio ao Comitê Científico	IMC	R\$ 49.134,4 7	R\$ 22.081,30	R\$ 2.081,30	R\$ 20.000,00	R\$ 27.053,17
Fortalecimento do SISA		R\$ 8.912.50 9,18	R\$ 4.973.107, 42	R\$ 4.297.83 3,58	R\$ 675.273,84	R\$ 3.939.401,76
Gestão de Ativos, Subprogramas e Finanças para Sustentabilidade	CDSA	R\$ 599.134, 47	R\$ 488.271,0 3	R\$ 205.389, 67	R\$ 282.881,36	R\$ 110.863,44
Prevenção e Combate ao Desmatamento e Queimada	СВМАС	R\$ 1.589.50 0,00	R\$ 1.091.163, 47	R\$ 1.075.71 0,73	R\$ 15.452,74	R\$ 498.336,53
Fiscalização, Patrulhamento e Combate Aéreo	CIOPAE R	R\$ 1.349.50 0,00	R\$ 1.179.926, 26	R\$ 1.129.92 6,26	R\$ 50.000,00	R\$ 169.573,74
Fiscalização, Prevenção e Patrulhamento Terrestre e Fluvial	ВРА	R\$ 1.089.50 0,00	R\$ 453.714,5 0	R\$ 407.539, 28	R\$ 46.175,22	R\$ 635.785,50
Fiscalização, Combate e Controle Ambiental	IMAC	R\$ 2.228.29 6,48	R\$ 599.517,2 9	R\$ 548.425, 37	R\$ 51.091,92	R\$ 1.628.779,19
Promover a gestão e difusão das Unidades de Conservação Estaduais e o funcionamento do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEANP), visando potencializar	SEMA	R\$ 555.338, 80	R\$ 289.736,5 5	R\$ 258.111, 23	R\$ 31.625,32	R\$ 265.602,25

os esforços de redução de desmatamento e melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais							
Regularização Fundiária	ITERAC RE	R\$ 1.501.23 9,43	R\$ 870.778,3 2	R\$ 672.731, 04	R\$ 198.047,28	R\$ 630.461,11	
Observatório Ambiental	MPAC	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Gestão Operacional (Téc Administrativa e Finance Programa		R\$ 5.112.36 7,23	R\$ 1.206.333, 28	R\$ 963.384, 71	R\$ 242.948,57	R\$ 3.906.033,95	
Recursos humanos para UCP/REM	SEPLAG	R\$ 1.918.43 0,75	R\$ 470.040,0 0	R\$ 370.080, 00	R\$ 99.960,00	R\$ 1.448.390,75	
Monitoramento e gestão do programa	SEPLAG	R\$ 1.338.99 7,10	R\$ 595.763,5 8	R\$ 565.198, 77	R\$ 30.564,81	R\$ 743.233,52	
Auditorias Externas	SEPLAG	R\$ 1.854.93 9,38	R\$ 140.529,7 0	R\$ 28.105,9 4	R\$ 112.423,76	R\$ 1.714.409,68	
Consultoria Internaciona	l	R\$ 3.153.00 3,97	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.153.003,97	
Consultoria Internacional	SEPLAG	R\$ 3.153.00 3,97	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.153.003,97	
TOTAL SUBPROGRAMA		R\$ 24.347.5 25,97	R\$ 9.622.854, 56	R\$ 7.829.92 7,75	R\$ 1.792.926,81	R\$ 14.724.671,41	
TOTAL SUBPROGRAMA EM PERCENTUAL SOBRE 0 100%		30%					

Figura 16 – Percentuais obtidos do fluxo de gastos do Fortalecimento do SISA e Instrumentos de REDD+



4.3.4.1. Ações desenvolvidas no âmbito dos Mecanismos de REDD+

Monitoramento de Base Comunitária

Em razão das limitações impostas pela pandemia de Covid-19, as atividade presenciais foram suspensas. Como retomada das ações, será realizado o planejamento estratégico para implementação desta atividade, a depender da flexibilização do Decreto Estadual nº 5.496, de 20/03/2020.

4.3.4.2 Monitoramento da Implementação das Ações do SISA/REM

Em razão das limitações impostas pela pandemia de Covid-19, as atividades presenciais foram suspensas. Assim como a validação em campo das atividades apresentadas nos relatórios semestrais da subexecutoras. Foram realizadas as análises dos relatórios de atividades e dos planos de ação das subexecutoras para verificação com o previsto na Nota Técnica de Repartição Benefício e Plano de Investimento do REM.

4.3.4.3 Formação, Comunicação e salvaguardas

Neste período foi firmado um Termo de Cooperação entre IMC e SECOM, no âmbito do Programa REM Acre Fase II para implementação do plano de comunicação, como também foram concluídos os relatórios das lições aprendidas e Relatório executivo do programa REM Fase I na versão português e Inglês. Outra ação foi a elaboração do manual de identidade e padronização visual do Programa REM Acre Fase II. Também foi feita a divulgação sobre o SISA/Programa REM no programa Planeta Acre na Rádio difusora acreana

Está sendo elaborado um plano estratégico para implementação do plano de comunicação, através dos produtos prioritários para divulgação.

4.3.4.4 Estruturação Tecnológica e Operacional do IMC

Foi realizada e validada pela SEPLAG a revisão do POA 2020-2021, com a adequação das atividades que serão executadas pelo IMC com isso alguma alterações foram feitas e no próximo relatório os resultados serão apresentados.

4.3.4.5 Consultores (Governança, Comunicação e Coordenação)

Com a atualização do POA, foram identificadas alternativas para contratação das consultorias, conforme necessidade, onde seus resultados serão apresentados no próximo relatório.

4.3.4.6 Estudos, Geração e Gestão do Conhecimento

Não houve atividade para os estudos e levantamento de dados para elaboração do Inventário de Gases de Efeito Estufa do Acre Ano Base 2016 (IGEE).

4.3.4.7. Estudos Jurídicos do SISA

Nenhuma atividade desenvolvida no período. Os estudos jurídicos serão desenvolvidas pela PGE conforme demanda.

4.3.4.8. Fortalecimento e apoio a Comissão Estadual de Avaliação e Acompanhamento.

Foi realizada uma consultoria em parceria com a GIZ para Avaliação da Governança Participativa do Programa REM Acre Fase II. Dois relatórios foram produzidos e encontramse anexo a este documento. Além disso foi realizada uma reunião extraordinária com a CEVA na data de 01/06/2020 com as seguintes pautas:

- Apresentação de informes gerais sobre as ações de combate ao desmatamento;
- Apreciação do pedido de remanejamento, realocação e aporte financeiro para contratação de horas/voo do comando e controle, em áreas críticas de invasão e consequente desmatamento ilegal.

4.3.4.9. Fortalecimento e apoio a Câmara Temática Indígena

Em razão das limitações impostas pela pandemia de Covid-19, ficaram prejudicadas as atividades previstas para formação e pagamento de bolsas dos agentes agroflorestais indígenas (AAFI's), reunião presencial da CTI, editais para implementação dos planos de gestão territorial e ambiental (PGTI's) e apoio às manifestações culturais (Festivais).

Ainda assim houve a participação do IMC na Assembleia do povo Shawãdawa, onde foi debatido sobre a Câmera Temática Indígena no âmbito do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA).

Para o próximo período de execução, faz-se necessária a elaboração do plano de monitoramento para as terras indígenas de forma participativa com lideranças e representações, como também aumentar a articulação e a sinergia entre as instituições que atuam na pauta indígena.

4.3.4.10. Fortalecimento e apoio ao Grupo de Trabalho Mulher

Não houve a realiação de atividades no período. No entanto, faz-se necessária no próximo período a identificação de representantes das 5 regionais para recomposição da CTM e posteriormente elaborar um plano de ação para o ano de 2020-2021. Com isso, buscaremos integrar ações de gênero existentes com outros projetos para o fortalecimento da CTM.

4.3.4.11. Ouvidoria do SISA

A Ouvidoria do SISA foi criada pela Lei n. 2.308, de 22 de outubro de 2010, que também criou o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais – SISA, teve seu regimento

interno regulamentado pelo Decreto nº 8.102 de 25 de julho de 2014, ficando a mesma vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA.

O objetivo é que a Ouvidoria do SISA funcione como um instrumento de democratização, de interlocução do Estado com o cidadão, permitindo-lhe controlar e participar da gestão do Sistema, cabe a ouvidoria também tomar providencias e informar aos órgãos legalmente responsáveis, quanto a indícios de ilegalidades, violações de salvaguardas e impactos negativos das ações do sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais.

No dia 16 de março, o ouvidor juntamente com a equipe da ouvidoria do SISA/Acre participou do dia do Ouvidor na sede do Tribunal de Contas do Estado do Acre. Este encontro foi realizado pela ouvidoria do TCE/AC e teve por objetivo integrar, aprimorar e capacitar as ouvidorias do estado, bem como apresentar a importância e discutir o papel das ouvidorias públicas como um espaço democrático que oportuniza ao cidadão ter acesso aos serviços prestados pelo estado de forma mais eficaz e satisfatória. Esta foi uma oportunidade de estabelecer intercambio entre ouvidoria do SISA/Acre e demais ouvidorias presentes.

A equipe da ouvidoria vem trabalhando na definição das rotinas de procedimentos e na elaboração do plano de ação 2020/2021 cujos os objetivos são: aproximar a ouvidoria do SISA ao seu público beneficiário, bem como aos órgãos envolvidos no SISA; revisão das normativas legais e capacitação da equipe. Para tanto, tem como principal desafio a divulgação dos canais de acesso da Ouvidoria em todas as ações do Programa REM.

Em decorrência do cenário de pandemia no Acre, o governo publicou o Decreto Nº 5.465, de 16 de março de 2020, que estabeleceu medidas de isolamento social e suspendeu todas as atividades não essenciais no Estado.

Durante esse período a equipe da ouvidoria participou de cursos de capacitação junto a Escola Nacional da Administração Pública – ENAP e na elaboração de Termos de Referência para contratações de serviços e insumos para as atividades da Ouvidoria.

4.3.4.12. Fortalecimento e apoio ao Comitê Científico

O Comitê Científico possui a finalidade de opinar sobre assuntos estratégicos do programa, em questões técnicas, jurídicas e metodológicas relativas ao SISA, contribuindo com conhecimentos científicos aprimorados e capazes de gerar sucesso e reconhecimento das atividades do estado no âmbito nacional e internacional.

No período o Comitê Científico não foi acionado, visto que somente é demandado quando necessária sua consulta e apoio em tomadas de decisões de caráter científico e estratégicos.

4.4. Ações desenvolvidas no âmbito do Fortalecimento do SISA

A. Gestão de Ativos, Subprogramas e Finanças para Sustentabilidade (CDSA).

No âmbito do Programa REM Acre Fase II, a CDSA - Companhia de Desenvolvimento dos Serviços Ambientais do Estado do Acre S.A. possui como função desenvolver ações que viabilizem a atração de investimentos públicos e privados para o SISA, além de realizar a gestão dos ativos ambientais, elaborar os subprogramas, projetos e planos de ação, conforme a Lei do SISA e promover a captação de recursos por meio de mecanismos inovadores para sustentabilidade do SISA, ações que lhe competem no Fortalecimento do SISA e nos Mecanismos de REDD.

No ano de 2020, foi elaborado o Portfólio de Negócios: "O governo do Acre cria oportunidades de investimento e negócios sustentáveis para consolidação de cadeias produtivas e valoração dos ativos ambientais parte do SISA". Os resultados esperados são:

- O Fortalecimento das iniciativas das indústrias locais e consolidação das cadeias produtivas de baixas emissões (iniciado pelo governo passado), por meio do reconhecimento e importância destes produtos e iniciativas pelos novos gestores. Inclusão de novos produtos de baixas emissões no portfólio de negócios sustentáveis do estado e alinhamento de "pitches" com a nova marca do governo: "Agronegócios de Baixas Emissões".
- Através do projeto SISA+ vem elaborando o plano de Low Emission Agribusiness (LEA) para o estado do Acre, visando o fortalecimento de uma economia de baixas emissões, permitindo fomentar os serviços ambientais, contribuindo com a redução do desmatamento, promoção e criação de oportunidades de negócios de produtos e iniciativas de baixas emissões. Foram elaborados e atualizados os meios de promoção e divulgação dos produtos e iniciativas de industrias de baixas emissões, através da plataforma acreppp.org.
- Promoção do diálogo entre empresas compradoras (cadeia de supermercados locais) e fornecedores de produtos de baixas emissões (11 cooperativas), visando discutir as possibilidades de comércio e valorização dos produtores locais. Nesse encontro destacou-se um produto (farinha de mandioca de Cruzeiro do Sul), que atualmente vem sendo ofertado nas redes de supermercados de Rio Branco-AC.

Atualização da estratégia de captação de recursos para os Programas de serviços ambientais do SISA.

o Fortalecimento do envolvimento do setor privado, procurando financiadores para valoração dos produtos da Sociobiodiversidade e recuperação de áreas degradadas do programa ISA Carbono, mediante a elaboração de propostas para AMAAIAC (National Geography) e Cooperacre (Reino Unido). As duas propostas têm como objetivo fortalecer a valoração dos produtos das florestas localizadas em Terras Indígenas e Reservas Extrativistas, além de incentivar a recuperação de áreas abertas, diminuir a pressão sobre as florestas pela abertura de novas áreas, valorizar produtos das florestas, fortalecer a economia das famílias e capacitar lideranças locais, bem como os Agentes Agroflorestais Indígenas, seringueiros e pequenos agricultores.

Negociações para obtenção de investimentos / financiamento para as cadeias produtivas sustentáveis e industriais de baixo carbono.

Participação em espaços com divulgação das lições aprendidas e visando o fortalecimento do SISA por meio da elaboração do plano de Low Emission Agribusiness (LEA) para o Estado Acre, que visa promover a recuperação, conservação e manutenção de serviços ambientais, incluindo a recuperação de áreas degradadas para ampliar a produção de grãos, assim evitando o desmatamento de novas áreas. Fortalecimento da Estratégia de captação de investimentos através das negociações de créditos de carbono atualmente com frentes de diálogo com 03 empresas investidoras da Califórnia.

Plataforma Acreppp e Criação da Loja Virtual para Mulheres produtoras rurais de baixas emissões. Ferramenta de divulgação e promoção de produtos e serviços ambientais com alto potencial de comercialização em mercados sustentáveis acessíveis a potenciais investidores

Fortalecimento da divulgação e promoção dos produtos e serviços ambientais com alto potencial de comercialização e potenciais investidores. Elaboração dos "Pitches" em formato de vídeo, abrangendo as iniciativas e produtos de baixas emissões, como castanha, óleos vegetais, borracha, frutas tropicais e piscicultura. Divulgação on-line atualizada e incorporada à visão do novo governo, através da plataforma de negócios sustentáveis acreppp.org. Destaque da presença da mulher empreendedora rural nos vídeos e na plataforma acreppp.org.

Promoção do 2º. Encontro Trinacional de Empresárias Rurais de Baixas Emissões e captação de recursos em torno de R\$ 3 milhões.

- Neste encontro a CDSA teve oportunidade de reunir mulheres de 2 segmentos produtivos: as produtoras rurais e as empresárias da indústria de produtos regionais do Acre, Pando e Madre de Dios. Este encontro foi privilegiado com o compromisso das Primeira Damas de estado com o propósito de apoiar a continuidade com projetos a beneficiar o desenvolvimento de produtos de baixas emissões.
 - com o compromisso firmado com as mulheres produtoras e empresárias de baixas emissões concluiu-se ao final de julho o Termo de Cooperação entre a CDSA, a SEASDHM e o Gabinete da 1ª. Dama, a aprovação de recursos para aquisição de equipamentos e capacitação de 4 comunidades de mulheres produtoras de baixas emissões nos municípios de Bujari, Capixaba, Rodrigues Alves e Cruzeiro do Sul. Serão atendidas cerca de 80 famílias com estes recursos.

Consultoria IPAM: construção das diretrizes e estratégias da CDSA, com vistas ao desenvolvimento de mecanismos econômicos públicos e privados dos serviços ambientais e captação de recursos.

- Com esses serviços o Plano Estratégico da CDSA foi elaborado, assim como 03 planos de negócios para: Produtoras Rurais de Baixas emissões, Populações Tradicionais e Empresas de baixas emissões em elaboração. Elaboração de 03 planos de Negócios para: 1) mulheres produtoras rurais de baixas emissões (agricultoras, extrativistas e ribeirinha); 2) mulheres indígenas e 3) empresárias de baixas emissões.
- Realização do 2º Encontro de mulheres produtoras rurais e empresárias de baixas emissões realizado em 14 de março em Rio Branco, em que se levantou todas as demandas para o desenvolvimento de planos de negócios a fim de fortalecer e aprimorar o desenvolvimento das cadeias regionais de produtos de baixas emissões. A CDSA através da consultoria do IPAM, e em cooperação com o EII, a SEASDHM e o gabinete da primeira dama estão realizando visita às comunidades para identificar demandas para a promoção e fortalecimento das cadeias produtivas de baixas emissões, visando elaborar planos de negócios para produção de baixas emissões. Já foram visitadas as mulheres produtoras rurais do BUJARI, as quais iniciaram o projeto FEIRASISA+, com a criação da venda delivery através da Loja Virtual https://cdsafeirasisa.acreppp.org para comercialização durante o período da pandemia. A CDSA já visitou mais duas comunidades: a Comunidade do Rio Croa, localizada em CRUZEIRO DO SUL e a comunidade do ramal Nova Cintra no município de Rodrigues Alves. No Rio Croa as mulheres estão organizadas na Associação de Mulheres Agroextrativistas do Rio Croa, um lugar paradisíaco ao longo de um rio de aguas pretas, vitórias régias, pássaros e uma floresta exuberante com a visitação contínua de turistas estrangeiros. Foi apresentado pelas mulheres diversas atividades econômicas desenvolvidas, que vão desde a produção de artesanato, gastronomia regional e serviços de atendimento ao turista. Na Nova Cintra em Rodrigues Alves, uma Associação composta por 42 Mulheres desenvolve a produção de sabonetes feitos de forma artesanal utilizando insumos de óleos vegetais como murmuru, açaí,

andiroba, patauá, buriti e copaíba. Atualmente com uma indústria certificada pela Anvisa, as extrativistas anseiam por apoio na elaboração de um plano de negócios e na aquisição de insumos para iniciar a produção. Das demandas apresentadas, a CDSA está incorporando aos projetos em andamento e outras buscando parcerias para apoiar.

Convênio entre SEICT/CDSA e o Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, no valor de R\$ 3 milhões para realização Pesquisa de Base do Programa da Sociobiodiversidade.

 Resultado obtidos: Convênio firmado e em fase ajustes para início dos processos licitatórios. Embora a vigência seja a partir de janeiro de 2020, deverá revisto o cronograma devido à Pandemia.

Termo de Cooperação em construção com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade — FUNBIO recebidos pela Diretora do FUNBIO

 Resultados obtidos: Em construção o Termo de Cooperação entre FUNBIO, CDSA e IMC, para que o FUNBIO faça captação de recursos financeiros de fundos internacionais para implementação de projetos na área de adaptação.

2 Termos de Cooperação assinados para execução de projetos

 Com a SEASDHM –Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos e Políticas para as Mulheres com Recursos oriundos da Lei 173, na ordem de 8 milhões para Fortalecimento Econômico de mulheres pós covid; Pelo Ministério de Políticas para Mulheres projeto aprovado na ordem de 2 milhões para Fortalecimento econômico de Mulheres indígenas pós covid – 2 milhões.

Com a SEICT- Secretaria de Industria Ciência e Tecnologia do Estado do Acre

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO SOCIOECONOMICA DO ESTADO DO ACRE DURANTE E PÓS PANDEMIA DE COVID-19: Acre Relief/Aceleration Sustainable BONDS – ISA CARBON Bond's Programa de Recuperação Socioeconômica apresentado como estratégia de recuperação socioeconômica para Estado do Acre, durante e pós Pandemia de COVID-19; Recursos em captação R\$ 1.650.000.000,00 (Hum milhão seiscentos e cinquenta mil reais).

• Com o EII – Earth Innovation Institute – para assessoramento no SISA com elaboração de projetos, planos e programas de desenvolvimento dos serviços ambientais do Acre. Importante na busca de parcerias público privada e na captação de recursos para a sustentabilidade do SISA. Em 2020 foram abertas 3 frentes de captação de recursos: Funbio, Janela B e Noruega.

B. Prevenção e Combate ao Desmatamento e Queimada (CBMAC)

No Corpo de Bombeiros Militar do Acre (CBMAC), para o ano de 2020, o objetivo foi de promover ações de Combate às queimadas ilegais e incêndios florestais junto às comunidades Rurais, áreas de Preservação Ambiental, áreas de reserva extrativista dentre outras áreas críticas do Bioma Amazônia no Estado do Acre. Frente a nova realidade oriunda da pandemia foi estabelecido o distanciamento social e com isso houve a alteração na dinâmica de trabalho de todas as instituições, no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do

Acre foram mantidas apenas as atividades presenciais essenciais ao serviço administrativo e operacional.

A suspensão das aulas da rede pública e privada impediu que as palestras educativas previstas para atender o projeto REM fossem realizadas. Portanto, as metas estabelecidas para 2020 nesse quesito não foram atingidas.

Além disso, a formação de brigadas de combate a incêndios florestais também ficou prejudicada pela impossibilidade de reunir produtores rurais e bombeiros militares para o treinamento. As metas para 2020 foram readequadas e encaminhadas de modo a atender a nova realidade que se apresenta às organizações.

As atividades efetivamente realizadas neste período foram destinadas as seguintes operações:

- a) Incêndio oriundos da queimada de lixo/entulhos urbanos 62 ocorencias atendidas
- b) Ocorrencia de incêndios em vegetação 674 ocorrencias
- c) Incêndios menores 904 ocorrencias

C. Fiscalização, Patrulhamento e Combate Aéreo (CIOPAER)

O objetivo das atividades desenvolvidas pelo Centro Integrado de Operações Aéreas – CIOPAER, órgão subordinado à Secretaria e Estado de Justiça e Segurança Pública, é de fortalecer as ações de fiscalização ambiental aéreo de prevenção, fiscalização, controle e repressão ao desmatamento ilegal, queimadas e incêndios florestais como missão institucional. Complementarmente o órgão atua de forma relevante na prestação de serviços públicos, como assistência social, serviços de saúde pública e prestação de socorro.

Durante o primeiro semestre do ano de 2020 o CIOPAER contou apenas com uma aeronave tipo avião Seneca, Harpia 02, para a execução das missões integradas de Comando e Controle aéreo ambiental. Diante desse cenário, o CIOPAER efetuou durante o período de abrangência do presente relatório, cerca de 48 sobrevoos. As ações foram integradas com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente com o intuito de mapear o desmatamento ilegal nos municípios de Bujari, Feijó, Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus e Sena Madureira em especial das unidades de conservação: Floresta Estadual do Antimary, Floresta Estadual do Afluente - Provisória (Gleba Afluente) e Parque Estadual do Chandless. O levantamento efetuado desencadeou a missão Antimary III, sob a responsabilidade do IMAC e Batalhão de Proteção Ambiental da Polícia Militar. Os principais resultados obtidos forma:

- Maior Integração entre os órgãos de proteção ambiental, haja vista, a parceria com a SEMA para a realização dos sobrevoos impactou na missão de fiscalização Antimary III, sob a responsabilidade do IMAC e Batalhão de Proteção Ambiental da Polícia Militar;
- Melhoria da gestão das ações das equipes de solo em função das imagens e demais informações coletadas nos sobrevoos, pois voltaram seus esforços apenas para as áreas realmente degradadas;
- Melhoria na precisão do grau de degradação ambiental dos pontos de desmatamento ambiental nas localidades de sobrevoo;
- Sucesso do levantamento de dados com o desencadeamento de missão de fiscalização e repressão, intitulado Antimary III;
- Inclusão do CIOPAER no Comitê de Ações Integradas de Meio Ambiente do Estado do Acre (Decreto Estadual nº 6.086, de 2 de junho de 2020);
- Melhoria no tempo de planejamento das operações em razão do emprego do modal aéreo, que possibilitou a cobertura de 03 Unidades de Conservação, compreendidas

em 5 municípios num curto espaço de tempo com emprego de um número menor de servidores.

D. Fiscalização, Prevenção e Patrulhamento Terrestre e Fluvial (BPA)

As atividades desenvolvidas pelo Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA) visam proporcionar uma melhor qualidade de vida para a população acreana, uma vez que a defesa do meio ambiente, que é um direito difuso, proporciona essa melhora na qualidade, fazendo com que os recursos naturais sejam utilizados de forma racional e sustentável, evitando sua escassez e garantindo que as futuras gerações também possam ser beneficiadas com os recursos ora existentes.

O BPA realiza um serviço de policiamento especializado, através do patrulhamento ostensivo repressivo e preventivo, com o intuito de combater os ilícitos ambientais, em especial a exploração ilegal de madeira oriunda principalmente das áreas de desmatamento ilegal e de furtos de madeira. A atuação ocorre em toda a extensão do território acreano. O patrulhamento ambiental é feito 24 horas/dia, atendendo também demandas na área ambiental de órgãos das esferas estadual e federal, Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal, Tribunais de Justiça, além de operações de fiscalização ambiental oriundas de planejamentos internos, orientadas pelo setor de inteligência do BPA. Todas essas demandas são atendidas utilizando, também, recursos do Programa REM Acre Fase II. A população das áreas rurais, população tradicional de extrativistas e ribeirinhos são os principais beneficiários com a atuação do BPA, uma vez que a maior parte das ações ocorre nessas áreas.

Neste semestre de 2020 as seguintes atividades foram realizadas e com devidos resultados alcançados:

- Comando e Controle Combater desmatamento, averiguação de denúncias: O objetivo dessa atividade foi realizar um levantamento dos moradores autorizados e invasores das florestas públicas do Estado do Acre, neste caso, na Floresta Estadual do Antimary. A ação foi realizada no combate a ilícitos ambientais e prevenção de queimadas. Para a efetivação destas operações foi criado o Comitê de Ações Integradas de Meio Ambiente, a qual instituições estaduais uniram esforços e desenvolveram suas atividades de forma integrada para atuar nestas áreas de domínio público. O comitê é composto pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC) e o Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA);
- Em outra operação realizada em um único dia, equipes compostas por seis policiais militares do efetivo do batalhão de policiamento ambiental realizaram a vistoria de seis áreas de possível invasão da floresta estadual do Afluente. O gestor da área acompanhou a operação onde os invasores foram notificados a desocupar a área de invasão, impedindo o crescimento do desmatamento no local;
- Vistoria realizada por uma equipe de três policiais pertencentes ao efetivo do Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA) e dois técnicos do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), e teve por objetivo averiguar denúncia realizada por moradores extrativistas locais, que relatam invasões e desmatamento na floresta estadual do Antimary;
- Operação realizada para averiguar informes de garimpo ilegal de minérios e caça de animais silvestres em unidade de proteção integral do Parque Estadual do Rio Chandless (Figura 03), e ainda foi realizado o levantamento dos moradores locais. Para realização desta operação foram empenhados - 07 (sete) policiais militares do Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA) - 01 (um) fiscal do IMAC (Instituto de Meio

- Ambiente do Acre) 01 (um) gestor do parque estadual (SEMA) 01 (um) fotógrafo do estado (SEMA) 02 (dois) barqueiros da SEMA;
- Levantamento de 56 áreas de invasão dentro da floresta pública estadual do Antimary, relatando pequenas derrubadas e possível uso do fogo. Foi realizada a comunicação aos invasores sobre o ato ilícito ao invadir florestas de domínio público e orientando aos invasores a desocupar o local;
- Operação realizada por equipe composta de seis policiais militares do batalhão de policiamento ambiental. Realizaram a vistoria de seis áreas de possível invasão da floresta estadual do Afluente. O gestor da área acompanhou a operação onde os invasores foram notificados a desocupar a área de invasão, impedindo o crescimento do desmatamento no local. Houve aplicação de 12 notificações realizadas pela equipe da SEMA, além de 04 autos de infrações e 03 embargos de áreas realizadas pelo IMAC:
- Vistoria realizada por uma equipe de três policiais pertencentes ao efetivo do Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA) e dois técnicos do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), que teve por objetivo averiguar denúncia realizada por moradores extrativistas locais, que relatam invasões e desmatamento na floresta estadual do Antimary;
- Operação realizada para averiguar informes de garimpo ilegal de minérios e caça de animais silvestres em unidade de proteção integral do Parque Estadual do Rio Chandless, e ainda foi realizado o levantamento dos moradores locais. Para realização desta operação teve a participação de 07 (sete) policiais militares do Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA) 01 (um) fiscal do IMAC (Instituto de Meio Ambiente do Acre) 01 (um) gestor do parque estadual (SEMA) 01 (um) fotógrafo do estado (SEMA)- 02 (dois) barqueiros da SEMA. Ocorreu a retirada de um invasor, a prisão em flagrante de um cidadão, apreensão de aproximadamente 160 kg de carne de animal silvestre e 04 jabutis que foram soltos na floresta, foi confeccionado 01 autos de Infração realizado pelo IMAC.

E. Fiscalização, Combate e Controle Ambiental (IMAC).

O Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC é órgão responsável pela coordenação das ações de comando e controle no Estado do Acre, em parceria com as demais instituições tais como Batalhão de Policiamento Ambiental – BPA, IBAMA, Centro Integrado de Operações Especiais - CIOPAER, Corpo de Bombeiro, Defesa Civil e SEMA.

Durante esse período, as ações de monitoramento ambiental foram integradas às operações do BPA, CBMAC, CIOPAER e SEMA.

Devido aos ilícitos ambientais terem maior incidência no segundo semestre do ano, quando ocorre a maioria das queimadas e desmatamentos ilegais, as atividades do IMAC não âmbito do Programa REM-Acre Fase II são mais incisivas nesta segunda parcela do ano.

F. Promover a gestão e difusão das Unidades de Conservação Estaduais e o funcionamento do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEANP), visando potencializar os esforços de redução de desmatamento e melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais (SEMA).

A Divisão de Áreas Naturais Protegidas (DAPBIO) é beneficiada com recursos previstos no Plano Operacional Anual do Projeto REM KfW Fase II, subprograma 04, para promover a gestão e difusão das Unidades de Conservação Estaduais e o funcionamento do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEANP), visando a redução dos índices de

desmatamento e melhorarias na condição de vida de moradores em Unidades de Conservação Estaduais. O subprograma 04 tem como instituições co-executoras de ações o Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC) e o Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA). O objetivo das atividades do subprograma 04 são: garantir a gestão eficiente das Unidades de Conservação Estaduais, bem como operacionalizar o SEANP visando a redução dos índices de desmatamento e apoiar ações para a melhoria da condição de vidas das populações tradicionais no Estado do Acre.

As atividades programadas no âmbito do Programa REM Acre Fase II para o SEANP, tiveram como foco no primeiro semestre de 2020 no planejamento e execução de ações de comando e controle para coibir ilícitos ambientais nas Unidades de Conservação Estadual. As missões de fiscalização/comando e controle foram realizadas em 04 UCs: Floresta Estadual do Antimary, localizada na regional do Baixo Acre, município do Bujari, Floresta Estadual de Afluente na regional do Purus, municípios de Manoel Urbano e Feijó, Floresta Estadual do Chandless, regional do Tarauacá-Envira, município de Tarauacá e o Parque Estadual do Chandless, regional do Purus, município de Manoel Urbano. As atividades de comando e controle foram executadas em parceria com o Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), o Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA) e Corpo de Bombeiros Militar (CBM).

As atividades do projeto voltadas a reuniões ordinárias de conselhos gestores de UCs, capacitações de populações tradicionais e atividades culturais e esportivas, que requerem aglomeração de pessoas estão provisoriamente suspensas em virtudes da pandemia atual, com base nos decretos governamentais N° 5.966, de 15 de maio de 2020, que altera dispositivos e prorroga prazos do Decreto N° 5.496, de 20 de março de 2020, que estabelece novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID-19, causada pelo novo coronavírus. As atividades suspensas serão replanejadas para serem executadas possivelmente em 2021.

As missões de comando e controle estão sendo executadas em caráter excepcional, com a autorização da Casa Civil do Governo do Estado do Acre, obedecendo os decretos governamentais e todos os protocolos para deslocamento ao interior estabelecidos pelo Comitê de Ações Integradas de Meio Ambiente. O Comitê de Ações Integradas de Meio Ambiente foi criado através dos decretos 5.866 de 29/04/2020 e 5.944 de 13/05/2020, para fazer frente às contínuas invasões, seguidas de desmatamentos e queimadas nas Unidades de Conservação de gestão estadual, motivo pelo qual foi elaborado um Plano estratégico Operacional pelas instituições de comando e controle (IMAC, PMAC/BPA), sob a coordenação da Sema, cujas ações foram desencadeadas em 12/05/2020. Também foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica entre a Sema, IMAC, BPA e Iteracre para facilitar o desenvolvimento das missões integradas, conforme plano operacional executado pelas equipes técnicas das instituições de comando e controle, também sob a coordenação da Sema.

Abaixo estão listadas as atividades que foram realizadas nas Unidades de Conservação contempladas com ações do REM.

Área de Relevante Interesse Ecológico Japiim Pentecoste

01 missão de fiscalização ambiental realizada na unidade

Área de Proteção Ambiental Lago do Amapá

Participação da gestora em 09 atividades virtuais sobre temáticas relacionadas a gestão da APA

01 atividade de Birdwatching realizada na APA

01 participação em programa de rádio/Dia Mundial da Biodiversidade Avaliação de propostas para atualização do Planos de Manejo da APA

Floresta Estadual do Afluente

01 acompanhamento da Operação Verdes Brasil 2, com participação do Ibama, Exército Brasileiro e Polícia Federal

01 missão de fiscalização na unidade em parceria com BPA e IMAC

o Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório - CFERG

02 missões de fiscalização na unidade em parceria com BPA e IMAC

01 oficina de posse dos conselheiros do CFERG realizada

Floresta Estadual do Antimary

02 missões de fiscalização na unidade em parceria com BPA e IMAC

Parque Estadual Chandless

01 missão de fiscalização ambiental na unidade em parceria com BPA e IMAC

3 missões de monitoramento da biodiversidade realizada na unidade.

APA do Igarapé São Francisco

monitoramento de emissões de GEE.

Participação em reuniões externas da Comissão Multidisciplinar de Estudos de Despoluição do Igarapé São Francisco – CODESPO Avaliação de propostas para elaboração do Plano de Manejo da APA

A. Regularização Fundiária (ITERACRE)

É de responsabilidade do Iteracre a coordenação das atividades relativas a regularização fundiária no Estado do Acre. No caso do Programa REM Acre Fase II cabe ao Iteracre promover a regularização fundiária de áreas sem definição nas regionais do Alto Acre e Baixo Acre, com a realização do trabalho de identificação, cadastro e georreferenciamento.

Com o intuito de apoiar a redução de emissão de Gases de Efeito Estufa – GEE e a conservação florestal, serão realizadas ações de regularização fundiária de áreas sem definição fundiária das áreas denominadas de "Vazios Fundiários, por meio da realização de identificação, cadastro e georreferenciamento das posses localizadas nas regionais do Alto e Baixo Acre.

Estas caracterizam-se por serem áreas que não apresentam informações da situação fundiária da propriedade, ou seja, que não são constantes em bases de dados oficiais, as quais foram o produto da unificação de todas as bases de dados repassadas e as disponíveis em plataformas on line, a saber: FUNAI, ICMBIO, INCRA, IMAC, ZEE-AC, ITERACRE. Os municípios de abrangência da ações são: Acrelândia, Brasiléia, Epitaciolândia, Capixaba, Bujari, Assis Brasil, Plácido de Castro, Rio Branco, Porto Acre, Senador Guiomard e Xapuri, onde incide uma grande quantidade de focos de desmatamento e queima, num total de

625.612,8 há (Relatório REM/2019/ITERACRE,) sendo áreas de fragilidade para o

Desta forma, a identificação destas áreas representa um avanço na complementação das bases de georreferenciamento do Estado, para subsidiar as ações de comando e controle das políticas ambientais, auxiliando na identificação da dinâmica do desmatamento em relação às classes fundiárias.

Basicamente duas ações foram planejadas para realização nesse período semestral:

Ações de identificação e cadastro das áreas que não possuem informações fundiárias nas regionais do Alto e Baixo Acre, a fim de subsidiar as políticas ambientais e agrárias; Georreferenciamento das áreas que não possuem informações fundiárias nas regionais do Alto e Baixo Acre.

Fatores importantes foram impeditivos para realização das atividades em relação ao planejado, tais como: Necessidade de composição da equipe de campo do órgão para identificação das áreas de vazios fundiários, em decorrência de baixa quantidade de técnicos na instituição; e as restrições estabelecidas pelo decreto estadual em decorrência da Pandemia, que suspendeu todas as atividades externas na instituição a partir de 20 de março de 2020.

4.5. Gestão Operacional (Técnica, Administrativa e Financeira) do Programa REM Acre.

i. Recursos humanos para UCP/REM

Atualmente a Unidade de Coordenação do Programa – UCP/REM está formada por 7 profissionais, sendo: 3 servidores efetivos; 1 consultor do Programa REM e 2 empregados terceirizados do PDSA. A Chefia da UCP é exercida por um 1 servidor efetivo, compondo o quadro estadual no cargo de Sociólogo. As atribuições estão distribuídas conforme discriminado a seguir:

- a) Assessoria Jurídica: 1 empregado terceirizado do PDSA (não pode assinar como assessor do DEREM)
 - b) Financeiro: 1 empregado terceirizado do PDSA
 - c) Monitoramento: 1 consultor individual REM
 - d) Licitação/Contratos: 1 servidora efetiva
 - e) Secretária: 1 empregada terceirizada do PDSA
 - f) Coordenador da UCP: 01 servidor efetivo
 - g) Assessoria de Planejamento : 01 servidor efetivo

Está em andamento um processo licitatório para contratação de Empresa Gerenciadora para Apoio no Gerenciamento Técnico da UCP, por meio da disponibilização de equipe de especialistas, no âmbito do Programa REM Acre Fase II. Em que há a previsão de contratação de 11 consultores, que formarão a equipe chave, conforme discriminado a seguir:

- a) 01 (um) Especialista em Aquisição e Licitação;
- b) 01 (um) Técnico em Aquisição e Licitação;
- c) 01 (um) Especialista em Gerenciamento Financeiro e Patrimonial;
- d) 01 (um) Técnico em Gerenciamento Financeiro e Patrimonial;
- e) 01 (um) Especialista em Planejamento e Execução;
- f) 01 (um) Técnico em Tecnologia da Informação;
- g) 01 (um) Especialista em Monitoramento Socioambiental;
- h) 01 (um) Técnico em monitoramento Socioambiental;
- i) 01 (um) Assessor Jurídico;
- j) 01 (um) Técnico em Gerenciamento de Contratos;
- k) 01 (um) Auxiliar Administrativo.

Além dos profissionais acima, também há a previsão de contratação de uma equipe de apoio e consultores eventuais, correspondente a 25% do valor estimado para equipe chave.

O processo está na fase interna da licitação (tramitando na SEPLAG). Recentemente a UCP-REM realizou ajustes, acatando recomendações do Departamento de Controle Interno - DECOIN da SEPLAG. Em seguida, o processo foi devolvido ao DECOIN para avaliação e,

caso não haja ressalvas, deverá ser enviado à Secretaria Adjunta de Licitações do Acre - SELIC para início da fase externa do certame.

ii. Monitoramento e gestão do programa

As ações monitoramento ainda não estão sendo realizadas pela UCP/REM/SEPLAG em função do quadro técnico ser reduzido. Entretanto, está tramitando o processo de licitação para contratar uma empresa gerenciadora, que disponibilizará dois profissionais para esta atribuição.

iii. Auditorias Externas

m 2018 houve processo licitatório para contratação de empresas destinadas à realização de Auditoria Técnica Independente e Auditoria Financeira Independente.

O certame da Auditoria Técnica resultou fracassado. Está em andamento na SELIC um novo processo licitatório.

O certame para contratação de empresa destinada à realização de auditoria financeira independente deu origem ao Contrato nº 014/2019. O ano de 2018 foi auditado e o relatório foi encaminhado ao Banco KfW em 16/04/2019. Concernente ao ano 2019, no dia 28/08/2020 foi emitido o Relatório Preliminar da Auditoria, que será encaminhado ao KfW para validação.

iv. Consultoria Internacional

Está em andamento a Licitação Pública Internacional (LPI Nº 001/2019), cujo objeto é a Contratação de Consultoria Internacional para Prestação de Serviços de Apoio Técnico à implementação do Programa REDD Early Movers no Estado do Acre - Fase II (REM Acre II). Essa consultoria deve contar com um total de 2 profissionais, a saber:

- a) 01 (um) Consultor Internacional (Consultor Sênior);
- b) 01 (um) Consultor nacional;

Além disso há a previsão de contratação de mais consultores de curto prazo. Sendo reservado dentro do contrato de consultoria um "fundo para consultorias de curto prazo" com um volume de até EUR 150.000.

Atualmente, foi iniciada a segunda etapa do certame, ou seja, a apresentação das propostas técnica e de preços das empresas habilitadas na etapa de pre-qualificação. O download das propostas técnicas foi agendado, pela Consultora de Licitações do KfW, para 31/08/2020 e ocorrerá por meio da plataforma Exficon.

As propostas serão analisadas pela Comissão de Avaliação, com apoio da UCP/REM e da Consultora de Licitações do KfW. O Relatório de Avaliação será encaminhado ao KfW. Esse trâmite deverá se repetir para a avaliação das propostas de preços.

4.6. Descrição dos desafios/gargalos identificados na implementação

O Programa REM Acre Fase II iniciou sua execução a partir do ano de 2018, com as ações previstas nos instrumentos de planejamento PDI e POA das subexecutoras no âmbito dos subprogramas. As ações empreendidas estão em fase de execução ou fase de contratação como previstos na legislação brasileira de aquisições e licitações para pagamentos de serviços, aquisição de insumos, máquinas e equipamentos e demais despesas do Programa, o que requer o estabelecimento de etapas e prazos para contratação e pagamentos.

As ações do Programa REM Acre Fase II estão ancoradas na Unidade de Coordenação do Programa – UCP instalada na SEPLAG. Os desafios ainda são os mesmos já relatados no período anterior, com o agravante nesse momento em função do quando de pandemia vivemos e as limitações já destacadas em diversos momentos deste relatório.

- Neste caso foram identificados os seguintes desafios na implementação do Programa:
 Dificuldades de compreensão do Programa REM tanto no nível conceitual, quanto metodológico por parte das unidades subexecutoras, embora algumas ações de formação e divulgação tenham sido realizadas, revelando-se como ações que requerem perenidade;
- Especificamente sobre a Câmara Temática Indígena, identificamos a ausência de ações para mobilização da CT, o que prejudica a participação dos indígenas nas discussões e encaminhamentos estratégicos que os afetam. Esse desafio possui uma ligação direta com a falta de iniciativa da própria CEVA para mobilizar a CT indígena.
- No caso da Câmara Temática de Mulheres, ainda persistem as dificuldades de entendimento sobre o SISA. Não são muito claros para o grupo de mulheres quais os passos para acesso aos recursos do Programa REM, ou mesmo como os benefícios chegarão para as mulheres que residem em comunidades mais afastadas. Outro desafio apontado é a ausência de eventos sistemáticos de cursos e capacitações vinculadas à atividades práticas e com resultados que transformem efetivamente a vida das comunidades. Assim como a Câmara Temática Indígena, a Câmara de Mulheres também é atingida pela ausência de ações efetivas de mobilização, ao mesmo tempo em que a CEVA também não estimula os encontros necessários desta Câmara, para que esta inclusive possa estruturar sua própria pauta.
- Dificuldades por parte das subexecutoras com relação à elaboração e cumprimento dos prazos de envio do relatório semestral e anual, o que prolonga e dificulta a análise dos resultados alcançados, como também influencia no cumprimento dos prazos de envio dos relatórios ao KfW;
- Dificuldades de sistematização dos resultados do Programa sem um sistema informatizado de armazenamento e sistematização de dados;
- Desconhecimento por parte da sociedade sobre REDD+ e dos impactos positivos que pode ter para o clima, floresta e comunidades;
- Operacionalizar com eficiência uma estratégia de comunicação efetiva, clara e transparente a todos os atores envolvidos em diferentes níveis do programa;

Os desafios estão sendo tratados no âmbito no planejamento da SEPLAG e IMC a partir de algumas estratégias para superação dos desafios, que envolvem a capacitação de todos os envolvidos no Programa, aprimoramento dos fluxos operacionais e de comunicação, aplicação efetiva do SGRSA e do Plano MEL.

5. Avanços e avaliação da gestão e governança do Programa

5.1. Descrição dos avanços na gestão e governança do Programa

A consultoria contratada pela GIZ (relatórios anexos) realizou um breve estudo sobre a governança no âmbito do Programa REM Acre, apontando vários aspectos relevantes e que as recomendações feitas pelos entrevistados e a própria interpretação do contexto feito pela consultora demonstra a necessidade de tomada de medidas visando qualificar a participação dos membros da CEVA, melhorar a comunicação e os diálogos que resultam do processo decisório, melhorar o suporte administrativo, técnico e logístico para CEVA.

Nesse período de realização das ações do Programa REM, a CEVA foi pouco acionada, assim como as Câmaras Temáticas Indígenas e Mulher. Portanto, cabe reflexão acerca do estudo

realizado para então potencializar as iniciativas promissoras da CEVA e aprimorar os procedimentos para melhor desempenho deste importante órgão de governança.

6. Abordagem dos temas transversais do Programa

6.1. Ouvidoria

A Ouvidoria do SISA foi criada pela Lei n. 2.308, de 22 de outubro de 2010, que também criou o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais — SISA, teve seu regimento interno regulamentado pelo Decreto nº 8.102 de 25 de julho de 2014, ficando a mesma vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente — SEMA.

No período relatado as ações da Ouvidoria foram desenvolvidas no sentido da participação em alguns momentos de aprimoramento visando integrar, aprimorar e capacitar acerca da importância do papel e a atuação do ouvidor, assim como algumas ações de planejamento interno e visitas as subexecutoras do Programa REM.

6.2. Gestão de riscos sócio ambientais, ligados à implementação do Programa

6.2.1. Descrição breve do sistema e do funcionamento

O Sistema de Gestão de Risco Socioambiental e Salvaguardas está em fase de implementação, conforme orientação da ajuda memória da última missão de monitoramento do KfW. Nesse contexto, foram realizadas reuniões pontuais com as subexecutoras, Secretaria de Estado de Produção (SEPA) e Secretaria de Estado de Empreendedorismo e Turismo (SEET), para implementação da Matriz de Risco através do preenchimento da Planilha do SGRSA e das informações relevantes para o projeto/atividades, para posterior análise pelo IMC e elaboração dos respectivos planos de mitigação.

Diante das circunstâncias atuais, o monitoramento dos impactos do Programa foi realizado através da análise documental dos planos de ação, a fim de verificar a adequação Nota Técnica de Repartição de Benefícios e ao PDI, e dos Relatórios de Atividades das subexecutoras, a fim de verificar a execução das atividades relatadas. Registre-se que a validação dos resultados das atividades relatadas depende do monitoramento in loco, que será realizado assim possível, em razão das limitações impostas pela pandemia de Covid-19. Igualmente, a salvaguardas socioambientais serão verificadas posteriormente, assim que possível o monitoramento in loco pelo IMC.

6.2.2. Resumo dos riscos e medidas de mitigação implementadas

Para realização das diversas ações administrativas e operacionais exigidas pelo Programa REM, se fazem também presentes os desafios e aprendizagens oriundas da operacionalização do Programa. Como citado no período anterior o quadro a seguir não foi alterado levando em consideração os principais riscos do Programa.

Quadro 1: Principais riscos do programa e possíveis medidas de mitigação

Causas	Efeitos	Medidas de mitigação
Mudança de governo	Reestruturação administrativa, extinção institucional, novas prioridades políticas	
Aumento do desmatamento	Perda de recursos e oportunidades, perda de imagem e credibilidade	Alternativas sustentáveis da produção, ATER, educação ambiental, fiscalização

Distanciamento da sociedade civil	Não cumprimento de metas ambientais, fragilidade de decisões autoritárias	Acesso a informação, espaços de articulação e participação social em decisões
Isolamento social em função da Pandemia gerada pela COVID-19	Paralização das atividades de campo do Programa REM, principalmente às vinculadas as ações coletivas	autoridades de saúde e

Ainda existem desafios que requer empenho coletivo de todos os envolvidos:

- O desmatamento é um processo dinâmico que muda de ocorrência em função das atividades produtivas realizadas. A abordagem e as medidas sobre como reduzir o desmatamento e conservar as florestas precisam ser constantemente revisadas e adaptadas;
- Para assegurar a eficiência da implementação do programa, é importante otimizar os investimentos e aplicá-los com base em informações consolidadas e critérios estratégicos (áreas críticas, atividades prioritárias, organizações capacitadas), contribuindo tanto para conservação quanto para redução do desmatamento;
- Prover acompanhamento para organizações com fragilidade de gestão técnica, administrativa e operacional tais como organizações indígenas e extrativistas;
- Aumentar a cobertura do monitoramento aéreo de áreas críticas de desmatamento (cooperação com SESP / CIOPAER) para maior eficiência de fiscalização;
- Capacitar e orientar os responsáveis pelo monitoramento para melhor qualidade de dados;
- Ampliar o programa de regularização fundiária (cooperação com ITERACRE) para aumentar a segurança jurídica dos beneficiários e diminuir a vulnerabilidade perante o desmatamento;
- Fortalecimento das UCP/REM/SEPLAG, IMC e capacitação das equipes dos órgãos subexecutores para evitar dificuldades operacionais e atrasos na dinâmica da realização das atividades;
- Capacitação para superar as dificuldades de compreensão do Programa REM Acre Fase II, tanto no nível conceitual, quanto metodológico por parte dos órgãos subexecutores;
- Capacitação para superar as dificuldades por parte dos órgãos subexecutores com relação a agilidade dos processos administrativos, a elaboração dos relatórios e cumprimento dos prazos de envio;
- Rotatividade e mudanças políticas constituem um desafio para consolidação do programa e podem ser superadas por meio de boas estratégias, e plano de comunicação em operação;
- Essencial para o sucesso do programa é um banco de dados estruturado e atualizado. A SEPLAG está em fase de implementação de um novo sistema para gerenciamento da execução financeira do programa;
- Continuidade do diálogo periódico, para qualificar as ações e contribuir com o equilíbrio entre as ações planejadas e executadas, qualificando também o processo de tomadas de decisões com a equipe de coordenação do Banco KfW;
- A baixa execução do Programa no ano de 2019 foi uma dos desafios enfrentados, tanto em função do número reduzido da equipe de gestão, como da morosidade intrínseca aos processos de licitação obrigatórios para aquisições e contratação de serviços. Medidas administrativas de planejamento e arranjos institucionais estão sendo tomadas para minimizar os impactos: As ações que podem alterar positivamente esse cenário estão voltadas para a realização do planejamento

estratégico das atividades do Programa REM, em fase de conclusão; Também é possível maior dinamismo por parte dos órgãos subexecutores com realização de capacitações, abrangendo temáticas específicas e sobre as regras do Programa, possibilitando maior domínio sobre os instrumentos de gestão e monitoramento;

 Ampliação da equipe técnica da UCP/REM/SEPLAG prevista para no ano de 2020 e a contratação dos serviços de consultoria internacional também em 2020, que integrarão esse processo dinamizador do Programa REM Acre Fase II.

6.2.3. Desafios encontrados na implementação e na gestão do SGRSA

O documento sobre o Sistema de Gestão de Riscos Socioambientais (SGRSA) foi elaborado de forma estruturada no final do ano 2018 por meio de uma consultoria. Portanto, nesse período de execução do Programa REM Acre Fase II, não foi possível utilizá-lo como planejado. A previsão era aprimorar e implementar o SGRSA a partir do ano de 2019, porém, não foi possível em função de uma série de circunstâncias de ordem político-administrativo (mudanças de gestores, extinção e retorno do IMC, mudança de equipe técnica dos órgãos, dentre outros).

Desta forma permanece o objetivo de que o SGRSA atenda tanto os riscos endógenos como os riscos externos de contexto, e que seja integrado à gestão do programa REM em seus vários níveis de implementação.

Para que os subprogramas possam resultar em benefícios efetivos e justos para os beneficiários do SISREDD+, será necessário que o seu SGRSA seja capaz de identificar, avaliar, mensurar, mitigar e monitorar os prováveis riscos socioambientais oriundos das atividades previstas nos subprogramas REM e no SISREDD+. Do ponto de vista prático o SGRSA não foi ainda aplicado, uma vez que alguns desafios foram identificados, dentre os quais podemos citar: a) Necessidade de capacitação dos órgãos subexecutores; b) Superar as dificuldades conceituais e de operacionalização da gestão de riscos; c) Inserir o SGRSA na agenda dos órgãos subexecutores. Foi criado um grupo de trabalhado formado por técnicos que já revisaram a matriz de gestão de riscos em parceria com os órgãos subexecutores e em breve será elaborado o plano de ação para aplicação do Sistema.

6.4. Salvaguardas socioambientais do SISA

Espera-se que a partir do segundo semestre de 2020 o acompanhamento dos indicadores de salvaguarda sejam relatados nos relatórios de monitoramento do IMC, de acordo com o planejamento de cada órgão subexecutor.

6.5. Monitoramento, avaliação e aprendizagem obtidas (MEL, por sigla em inglês).

O plano MEL (Monitoring, Evaluation and Learning Plan), destinado à orientação do monitoramento, avaliação e aprendizagem quanto ao Programa, está em revisão pelo IMC para adequação às recomendações e ao template fornecido pelo KfW, pois o documento inicialmente apresentado não foi considerado satisfatório.

Foram recentemente realizadas duas reuniões entre IMC e SEPLAG para encaminhamentos sobre a revisão e adequação do documento. Até setembro de 2020 a revisão será concluída e enviada ao KfW.

7. Anexos

Anexo I – Relatório financeiro semestral 2020

Anexo II – Parecer 269.2020 – Reconhecimento de Dívida Subsídio da borracha e murmuru

Anexo III - Planejamento Subexecutora

Anexo IV – Nota Técnica desmatamento e queimadas

Anexo V - Avaliação CEVA Acre 1

Anexo VI- Avaliação CEVA Acre 2

Anexo VII- Registro fotográfico

ANEXO II

RELATÓRIO ANUAL FINANCEIRO

1. Recursos recebidos e adquiridos

Em 2020, devido ao momento vivido por todo o mundo acarretado pela Pandemia, o Governo do estado do Acre viu-se na obrigação de diminuir a ações que estavam começando a serem implantadas diretamente aos beneficiários do programa, contudo utilizou deste tempo para acelerar o planejamento interno do Estado com planejamento de atividades, elaboração de um sistema de gerenciamento administrativo e financeiro (este em fase final de implementação), entre outras ações em busca de uma retomada ágil assim que possível, para que possamos no segundo semestre termos um melhor desempenho das atividades físicas e financeiras.

Não foi realizado nenhum desembolso no corrente ano, com isso os valores aportados continuam sendo, € 5.000.000,00 (cinco milhões de Euros) do KFW, através da conta financeira 00071042-6, agência 0534-7, da CAIXA ECNÔMICA FEDERAL, esse recurso foi internalizado com uma taxa de câmbio de R\$ 3,9330, totalizando R\$ 19.665.000,00 (dezenove milhões e seiscentos e sessenta e cinco mil reais) em dezembro de 2017 e no ano de 2018 tivemos duas internalizações referente ao projeto, uma de £ 7.140.000,00, que totalizou R\$ 35.450.020,26 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta mil, vinte reais e vinte e seis centavos) referente ao PDI 01 e € 2.499.925,00 (dois milhões e quatrocentos e noventa e nove mil e novecentos e vinte e cinco euros), que totalizou R\$ 11.164.665,05 (onze milhões, cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e cinco centavos).

Esse recurso foi direcionado a uma conta de aplicação financeira, com isso no período de dezembro de 2017 a junho de 2020 o projeto obteve um rendimento financeiro de R\$ 3.543.303,90 (três milhões, quinhentos e quarenta e três mil, trezentos e três reais e noventa centavos), o qual todo encontrasse em conta para sua utilização nas atividades do projeto.

Diante do exposto podemos observar que no período de dezembro de 2017 a junho de 2020 o programa obteve um total de R\$ 69.822.989,23 (sessenta e nove milhões, oitocentos e vinte e dois mil, novecentos e noventa e oito reais e vinte e três centavos) de internalizações e rendimentos, e um total de pago de R\$ 23.730.063,73 (vinte e três milhões, oitocentos e vinte e dois mil, novecentos e oitenta e nove reais e vinte e três centavos), desses R\$ 1.719.478,43 (um milhão, setecentos e dezenove mil, quatrocentos e setenta e oito reais e quarenta e três centavos) somente no ano de 2020, restando um saldo em conta de 47.123.170,55 (quarenta e sete milhões, centos e vinte e três mil, cento e setenta reais e cinquenta e cinco centavos), conforme quadro abaixo:

Movimentação Financeira

	Valores em R\$ - Posição em 30/06/2020									
Movim	Movimentação da Conta Vinculada: CAIXA ECONÔMICA, nº da agência: 0534-7 e da conta-corrente									
			nº: 7104:	2-6						
MÊS	S SALDO LIBERAÇÕES DEVOLUÇÕES RENDIMENTOS PAGAMENTOS SALDO FINAI									
	ANTERIOR	KFW/Beis	-			(A)				
dez/17	-	19.665.000,00		1.289,08	395,49	19.665.893,59				
jan/18	19.665.893,59			28.413,77		19.694.307,36				
fev/18	19.694.307,36			21.062,87		19.715.370,23				
mar/18	19.715.370,23			22.416,88	19.663,70	19.718.123,41				
abr/18	19.718.123,41			18.796,32	1.270.188,10	18.466.731,63				

mai/18	18.466.731,63		11.944,95	72.794,89	420.588,43	18.130.883,04
jun/18	18.130.883,04		934,25	87.234,00	1.191.069,00	17.027.982,29
jul/18	17.027.982,29		189,90	76.102,43	3.202.604,16	13.901.670,46
ago/18	13.901.670,46		423,90	70.927,28	2.656.391,73	11.316.629,91
set/18	11.316.629,91		3.167,26	47.602,18	1.079.612,25	10.287.787,10
out/18	10.287.787,10		1.436,05	48.166,57	1.979.513,23	8.357.876,49
nov/18	8.357.876,49			37.635,60	1.089.046,27	7.306.465,82
dez/18	7.306.465,82	46.614.685,31	332,70	45.993,74	3.393.661,62	50.573.815,95
jan/19	50.573.815,95			200.938,99		50.774.754,94
fev/19	50.774.754,94			184.347,62	19.472,76	50.939.629,80
mar/19	50.939.629,80			178.528,38	6.381,05	51.111.777,13
abr/19	51.111.777,13			194.920,40	229.944,73	51.076.752,80
mai/19	51.076.752,80			206.662,73	362.137,06	50.921.278,47
jun/19	50.921.278,47		302,00	176.027,28	193.883,50	50.903.724,25
jul/19	50.903.724,25			214.061,54	311.743,64	50.806.042,15
ago/19	50.806.042,15			194.295,56	746.959,70	50.253.378,01
set/19	50.253.378,01			223.532,70	397.293,41	50.079.617,30
out/19	50.079.617,30			222.558,83	996.105,93	49.306.070,20
nov/19	49.306.070,20		1.050,00	151.268,41	618.400,37	48.839.988,24
dez/19	48.839.988,24		6.419,25	170.548,30	825.529,16	48.191.426,63
jan/20	48.191.426,63		302,00	178.652,77	346.274,10	48.024.107,30
fev/20	48.024.107,30			130.987,37	238.097,15	47.916.997,52
mar/20	47.916.997,52		1.768,20	67.845,03	377.959,73	47.608.651,02
abr/20	47.608.651,02		332,70	1.487,83	567.247,65	47.043.223,90
mai/20	47.043.223,90		1.641,90	154.137,35	49.694,79	47.149.308,36
jun/20	47.149.308,36			114.067,20	140.205,01	47.123.170,55
	Totais	66.279.685,31	30.245,06	3.543.303,90	22.730.063,72	

2. Balanço do saldo em conta

VALOR INTE	RNALIZA	NDO .		ТОТА	L DE SAÍD	AS	
Valor Internalizado	R\$	66.279.685,31	L	Valor Pago	R\$	22.730.063,72	
Valor do Rendimento	R\$	3.543.303,90	0	Valor de taxas bancárias	R\$	0,00 22.730.063,72	
TOTAL	R\$	69.822.989,23	3	TOTAL PAGO	R\$		
Fonte: UCP/REM/SEPL	AG						
VALOR DEVOLVIDO		R\$	30.245	,06			
SALDO EM CONTA (1)		R\$	47.123.170	,55			
TOTAL CONTRATADO A P	AGAR (2) R\$	15.616.861	1,03			
Saldo considerando toda contratações (2) e (3)	s as	R\$	31.506.309),52			
Fonte: UCP/REM/SEI	PLAG						

A seguir a demonstração da execução financeira mensal do Programa REM, por sub-programa, desde o início em dezembro de 2017, ano este em que não houve execução financeira.

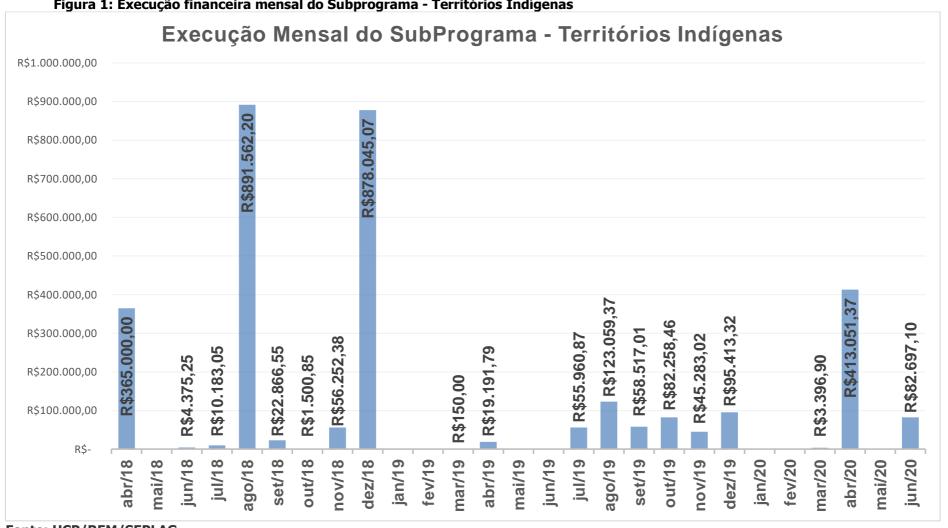


Figura 1: Execução financeira mensal do Subprograma - Territórios Indígenas

Figura 2: Execução financeira mensal do Subprograma - Produção Familiar Sustentável

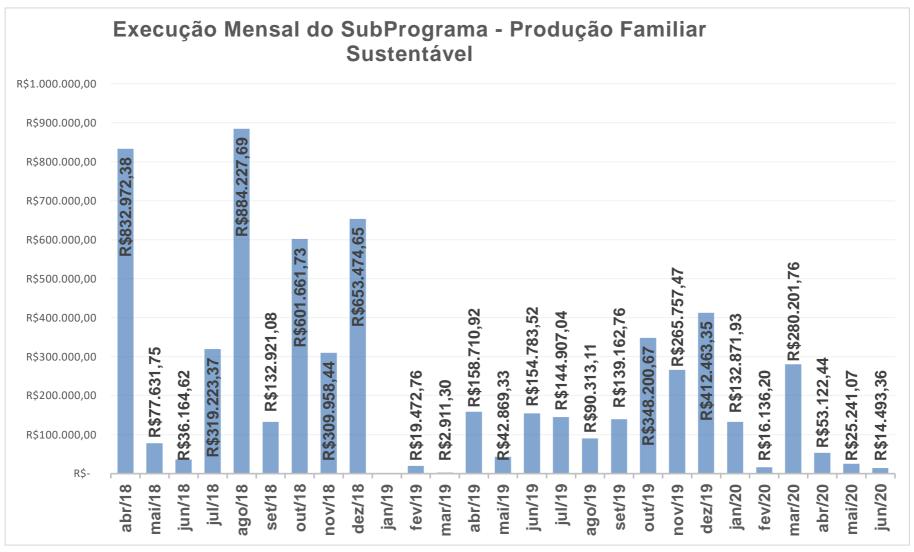


Figura 3: Execução financeira mensal do Subprograma - Pecuária Diversificada Sustentável

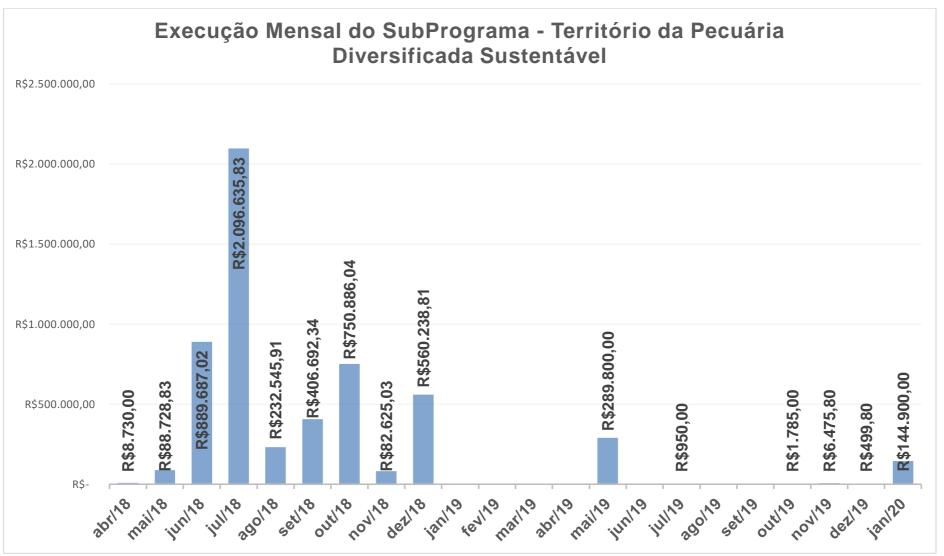


Figura 4: Execução financeira mensal das ações vinculadas ao Fortalecimento do SISA e Mecanismos de REDD+ Execução Mensal do Fortalecimento do SISA e Mecanismos de REDD+ R\$1.400.000,00 R\$1.200.000,00 R\$1.000.000,00 R\$800.000,00 R\$336.816,39 R\$300.884,08 R\$260.842,11 R\$600.000,00 R\$640.210,42 R\$625.464,61 R\$221.960,95 R\$199.613,64 R\$517.114,28 R\$533.587,22 R\$101.073,84 R\$109.925,73 R\$94.361,07 R\$400.000,00 R\$63.703,34 R\$52.042,02 R\$29.467,73 R\$39,099,98 R\$24.453,72 R\$43.014,55 R\$68.502,17 R\$19.663,70 R\$3.319,75 R\$200.000.00 jun/20 jun/18 ago/18 dez/18 jan/19 ago/19 out/19 jan/20 abr/20 mai/20 mai/18 jul/18 set/18 out/18 fev/19 mar/19 abr/19 mai/19 jun/19 jul/19 set/19 nov/19 dez/19 fev/20 mar/20 mar/18 nov/18

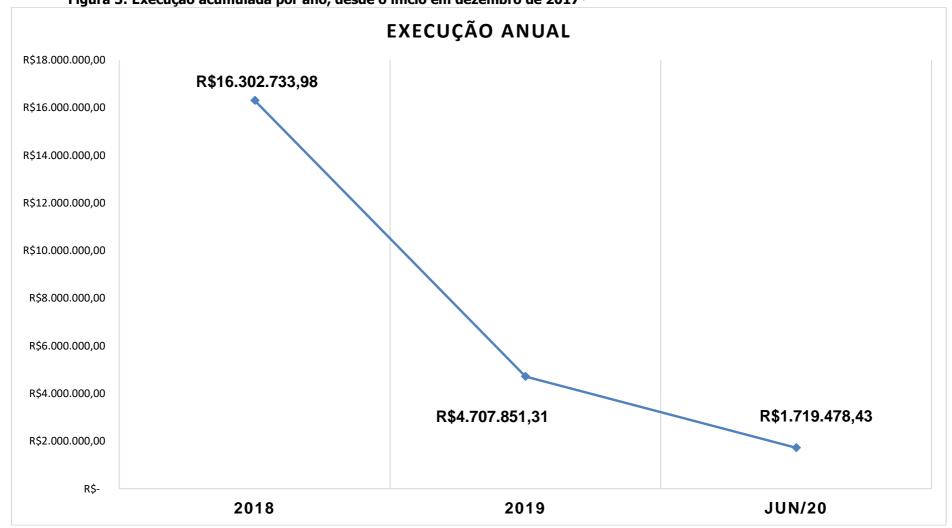
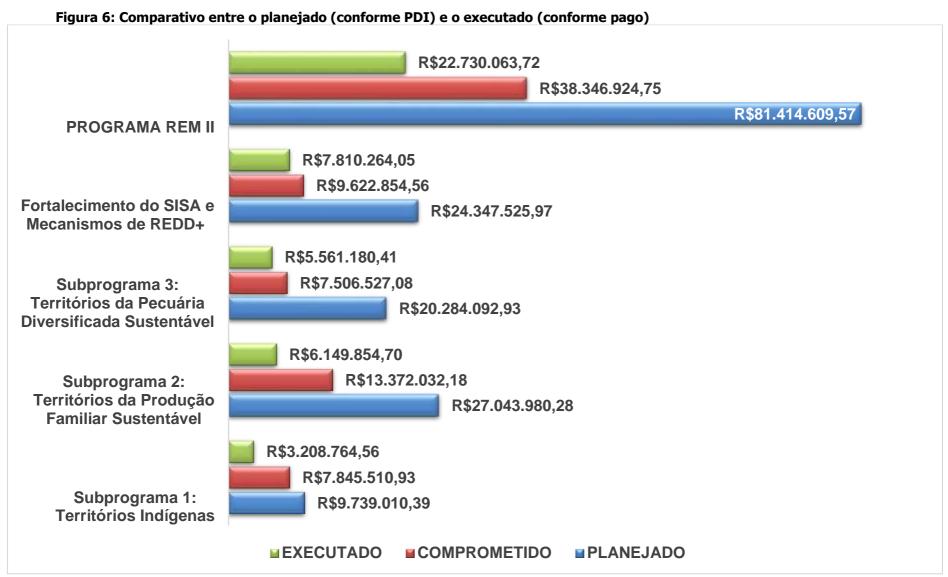


Figura 5: Execução acumulada por ano, desde o início em dezembro de 2017*

*Em 2017 não houve execução financeira



3. Pagamento/contratações por subprogramas

Subprogramas	Distribuição Planejada	Distribuição PDI 01	Valor Planejado PDI 01 (R\$)	VALOR CONTRATADO	VALOR PAGO	SALDO DE CONTRATO	SALDO A CONTRATAR
I. ATIVIDADES COM NIVEL LOCAL/BENEFICIÁRIO (70%)	70%	70%	R\$ 57.067.083,60	R\$ 28.724.070,19	R\$ 14.919.799,67	R\$ 13.804.270,52	R\$ 28.343.013,41
Subprograma 1: Territórios Indígenas	12%	12%	R\$ 9.739.010,39	R\$ 7.845.510,93	R\$ 3.208.764,56	R\$ 4.636.746,37	R\$ 1.893.499,46
Subprograma 2: Territórios da Produção Familiar Sustentável	33%	33%	R\$ 27.043.980,28	R\$ 13.372.032,18	R\$ 6.149.854,70	R\$ 7.222.177,48	R\$ 13.671.948,10
Subprograma 3: Territórios da Pecuária Diversificada Sustentável	25%	25%	R\$ 20.284.092,93	R\$ 7.506.527,08	R\$ 5.561.180,41	R\$ 1.945.346,67	R\$ 12.777.565,85
II. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS (30%)	30%	30%	R\$ 24.347.525,97	R\$ 9.622.854,56	R\$ 7.810.264,05	R\$ 1.812.590,51	R\$ 14.724.671,41
REDD+ e SISA	22,29%	24,34%	R\$ 16.082.154,77	R\$ 8.416.521,28	R\$ 6.846.879,34	R\$ 1.569.641,94	R\$ 7.665.633,49
Gestão Operacional do Programa	7,71%	5,67%	R\$ 8.265.371,20	R\$ 1.206.333,28	R\$ 963.384,71	R\$ 242.948,57	R\$ 7.059.037,92

4. Pagamentos/contratações por suexecutoras

	Programa REM Acre, Fase II										
SECRETARIAS	Valor Planejado PDI 01 (R\$)		VALOR CONTRATADO		VALOR PAGO		SALDO DE CONTRATO		SALDO A CONTRATAR		
BPA - PMAC	R\$	1.089.500,00	R\$	453.714,50	R\$	408.996,83	R\$	46.175,22	R\$	635.785,50	
СВМАС	R\$	1.589.500,00	R\$	1.091.163,47	R\$	1.079.557,97	R\$	15.452,74	R\$	498.336,53	
CDSA	R\$	599.134,47	R\$	488.271,03	R\$	206.124,24	R\$	282.881,36	R\$	110.863,44	
CIOPAER - SEJUSP	R\$	1.349.500,00	R\$	1.179.926,26	R\$	1.133.967,40	R\$	50.000,00	R\$	169.573,74	
FUNTAC	R\$	3.082.794,40	R\$	367.591,62	R\$	195.411,42	R\$	172.876,59	R\$	2.715.202,78	
IMAC	R\$	2.228.296,48	R\$	599.517,29	R\$	550.386,79	R\$	51.091,92	R\$	1.628.779,19	
IMC	R\$	5.578.930,85	R\$	2.509.083,69	R\$	1.845.085,83	R\$	670.573,22	R\$	3.069.847,16	
ITERACRE	R\$	1.501.239,43	R\$	870.778,32	R\$	655.403,01	R\$	217.710,98	R\$	630.461,11	
SEE	R\$	1.160.046,71	R\$	339.566,18	R\$	144.168,31	R\$	195.911,64	R\$	820.480,53	
SEET	R\$	3.808.234,32	R\$	1.598.074,36	R\$	1.401.801,31	R\$	201.268,67	R\$	2.210.159,96	
SEMA	R\$	31.761.840,29	R\$	20.023.943,90	R\$	9.852.264,14	R\$	10.206.790,41	R\$	11.737.896,39	
SEPA	R\$	19.400.221,43	R\$	7.318.617,40	R\$	4.290.066,26	R\$	3.043.839,71	R\$	11.325.154,08	
SEPLAG	R\$	8.265.371,20	R\$	1.206.333,28	R\$	966.830,22	R\$	242.948,57	R\$	7.059.037,92	
TOTAL	R\$ 8	1.414.609,57	R\$	38.046.581,30	R\$	22.730.063,72	R\$ 1	5.397.521,03	R\$ 4	2.611.578,32	

5. Controles de execução

O processo de execução orçamentário-financeira consiste no acompanhamento e realização de procedimentos, incluindo a coleta e sistematização de dados de natureza quantitativa e qualitativa de forma a constituir um instrumento fundamental no gerenciamento do REM II.

Para a execução, é exigido um controle que atenda a SEPLAg e as Subexecutoras do REM II, com informações confiáveis de quanto, como, onde e quando foram utilizados os recursos, viabilizando, desta forma, a sua administração financeira. O rol de informações descritas é indispensável para que sejam exercidos os controles financeiros, conforme descrito abaixo.

As liberações financeiras são divididas em diárias e contratos (contratos/convênios). As diárias passam pelo setor financeiro e posteriormente para o setor de monitoramento para aprovação. Os contratos passam pelo setor financeiro, posteriormente pelo setor de contratos e em seguida para o setor de monitoramento para aprovação.

Na sequência, é feito um ofício de solicitação de liberação financeiro para a secretaria da Fazenda – SEFAZ. Feito isso, aguarda-se a realização da liberação pela SEFAZ e acompanha-se o pagamento a ser feito pela secretaria solicitante da liberação, sendo este pagamento feito de acordo com o valor na liberação financeira.

Posterior o pagamento temos a Controladoria Geral do Estado do Acre - CGE/ACC, órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo estadual, nos termos do Decreto Estadual nº 3.847, de 10 de fevereiro de 2009.

Atualmente, regida pela Lei Complementar Estadual nº 247, de 24 de fevereiro de 2012, a CGE/AC é responsável por exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Pública estadual, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das conversões e renúncia de receitas. Conforme demonstrada no organograma abaixo.

MAPA ESTRAT Missão: "COORDENAR AS ATIVIDADES DE CONTROLE Visão: "SER RECONHECIDO PELA SOCIEDADE COMO INTERNO, ZELANDO PELA QUALIDADE E ÓRGÃO DE EXCELÊNCIA EM CONTROLE INTERNO, REGULARIDADE NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS INDISPENSÁVEL À PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR SOCIAL" PÚBLICOS, PARA SATISFAÇÃO DO INTERESSE SOCIAL" RESULTADOS CONTRIBUIR PARA O APRIMORAMENTO DA GESTÃO E A CORRETA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS. PROCESSOS INTERNOS Efetividade e Orientação Transparência e Integração AMPLIAR E GARANTIR A FORTALECER EFETIVIDADE DAS PARCERIAS COM O ACÕES DE SETOR PÚBLICO E CONTROLE. PRIVADO. MODERNIZAR E ORIENTAR E AUXILIAR A PADRONIZAR OS PROMOVER A APERFEIÇOAR A PROCESSOS DE GESTÃO PÚBLICA TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO COMO SUPORTE À ESTIMULAR O TRABALHO E INSTITUCIONAL. TOMADA DE TÉCNICAS DE CONTROLE SOCIAL CONTROLE DECISÕES. APRENDIZADO E CRESCIMENTO (PESSOAS) RECURSOS E LOGÍSTICA CRIAR IMPLEMENTAR E PROMOVER A CAPACITAÇÃO ASSEGURAR OS RECURSOS APERFEIÇOAR POLÍTICA CONTINUADA DOS SERVIDORES NECESSÁRIOS AO ADEQUADO DE GESTÃO DE PESSOAS FUNCIONAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO. DA CGE. DA CGE.



ESTADO DO ACRE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ACRE

AV. GETULIO VARGAS, N 2852, - Bairro BOSQUE, Rio Branco/AC, CEP 69900-589 - www.pge.ac.gov.br

Referência Processo SEI nº 0056.000994.00153/2020-18

Interessado: Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio - SEPA

Assunto: Consulta acerca da Possibilidade de Pagamento de Despesa de Exercício Anterior Via Reconhecimento de Dívida

PARECER PGE/PA Nº 269/2020

EMENTA: ADMINISTRATIVO. PROCESSAMENTO DE DESPESA PÚBLICA. EXERCÍCIO ANTERIOR. SUBSÍDIO DA BORRACHA. LEI № 1.277, DE 13 DE JANEIRO DE 1999. COOPERATIVA. POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO VIA RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

- 1. O subsídio previsto na Lei nº 1.277, de 13 de janeiro de 1999, visa a concessão de beneficio econômica aos produtores estaduais envolvidos na exploração de produtos florestais
- 2. A política estadual estabelecida prevê a possibilidade de que seja realizada mediante a celebração de convênios e outros instrumentos com entidades civis, tendo se dado com a participação de cooperativas de produtores rurais ao longo dos anos
- 3. Constatada a expiração do convênio, mas mantida a sistemática, pelos produtores, de entrega da produção à entidade cooperativa, cujo estatuto prevê a obrigação desse procedimento, é possível o pagamento à referida entidade, mediante o processamento de reconhecimento de dívida, por se tratar de exercício anterior.
- 4. O Reconhecimento de Dívida, no ordenamento jurídico brasileiro, é um negócio jurídico unilateral, por meio do qual um determinado sujeito de direito assume a existência de uma obrigação, cuja liquidez não se encontra precisa.
- 5. Possibilidade de pagamento via Reconhecimento de Dívida, desde que observadas as recomendações realizadas no bojo do Parecer.

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo encaminhado a esta Procuradoria Geral do Estado, por meio do Oficio, datado de 17 de junho de 2020, para manifestação acerca de pagamento, de despesa contraída no exercício anterior, referente à concessão de subvenção econômica exclusivamente aos produtores do fruto/coco de Murmuru e demais produtos florestais previstos na Lei nº 1.277, de 13 de janeiro de 1999 do processo administrativo nº 039 (R\$ 22.415,80 em favor da COOPERACRE, filial Xapuri, anexo 0468144), processo administrativo nº 44 (R\$ 35.712,10 em favor da COOPERACRE, filial Xapuri), processo administrativo nº 100 (R\$ 27.855,30 em favor da COOPERACRE, filial Xapuri), processo administrativo nº 121 (R\$ 56.116,77 em favor da COOPERCINTRA) e processo administrativo nº 139 (R\$ 33.860,60 em favor da COOPERACRE, filial Xapuri).

Importante mencionar que, com o objetivo de complementar as informações do processo, foi realizado um Despacho em Diligência PGE/PA Nº 051/2020, uma vez que na fase em que os autos apresentavam-se ainda restavam dúvidas quando ao pleito da consulente.

Não tendo havido, ainda, resposta à diligência, mas diante da urgência na resolução da causa, e considerando audiência pública realizada no dia 12 de agosto de 2020, com esta pauta, passo à análise do pedido, sem prejuízo de que a consulente adote, ainda, no que for aplicável, as recomendações constantes da diligência realizada, especialmente a documentação.

É o conciso relatório. Passo a opinar

II – ANÁLISE JURÍDICA E FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, cumpre destacar que a manifestação desta Procuradoria-Geral do Estado é de caráter consultivo, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise do mérito administrativo no âmbito das Secretarias do Estado, em face do que dispõe o art. 119 da Constituição do Estado do Acre e art. 1º da Lei Complementar nº 045, de 26 de julho de 1994.

O processo diz respeito à demanda encaminhada pela Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio - SEPA, quanto à necessidade de pagamento em favor de produtores rurais, advindo de subvenção econômica prevista na Lei nº 1.277, de 13 de janeiro de 1999.

Esse assunto diz respeito a várias cadeias produtivas, sendo de relevante interesse a sua resolução, como tratado inclusive em audiência pública realizada em 12 de agosto de 2020, razão porque este órgão de consultoria, a par do processo ainda não haver retornado da diligência, diante do contexto fático, passa a analisar a questão da política estadual do subsídio, objetivando verificar a possibilidade de pagamento diretamente à cooperativa, na forma em que a referida subvenção econômica vinha sendo destinada ao seu público alvo, os produtores estaduais envolvidos na exploração de produtos florestais (art. 1º da Lei nº 1.277, de 1999).

II.1. Síntese dos Fatos

A questão tratada neste processo, assim como em outros já analisados anteriormente, decorre de que foi realizada a solicitação de autorização para pagamento da subvenção estadual prevista na Lei nº 1.277, de 13 de janeiro de 1999, via cooperativa, aos cooperados pela entrega dos produtos extrativistas constantes das notas fiscais, em quantidades ali especificadas.

O que fundamentou o primeiro pedido, de pagamento, foram os Convênios, anteriormente vigentes, aos quais, todavia, não foram realizados termos aditivos de prorrogação.

Assim, em princípio, verifica-se que houve falha da Administração quanto à inobservância do prazo de vigência do convênio formalizado, ou seja, os cooperados continuaram a realizar o fornecimento dos produtos extrativistas, sem a devida cobertura, ainda que houvesse previsão para ser prorrogado.

Nesses termos, constata-se que havia previsão de prorrogação de vigência, todavia, por não fazê-lo, é necessário que a Administração tome providências quanto ao pagamento do produto fornecido.

II.2 Da Política estadual da subvenção econômica prevista na Lei nº 1.277, de 13 de janeiro de 1999

Para fins de orientar e verificar acerca da procedência do pedido de pagamento da subvenção econômica aqui tratada, trago, primeiramente, o que dispõe a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estabelece as Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, sobre subvenções:

Art. 12. A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas:

§ 3º Consideram-se subvenções, para os efeitos desta lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como:

I - subvenções sociais, as que se destinema instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa;

II - subvenções econômicas, as que se destinem a emprêsas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

II) Das Subvenções Econômicas

Art. 18. A cobertura dos déficits de manutenção das emprêsas públicas, de natureza autárquica ou não, far-se-á mediante subvenções econômicas expressamente incluídas nas despesas correntes do orçamento da União, do Estado, do Município ou do Distrito Federal.

Parágrafo único. Consideram-se, igualmente, como subvenções econômicas:

a) as dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo Govêrno, de gêneros alimentícios ou outros materiais;

b) as dotações destinadas ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais.

Em se tratando de subvenção econômica, convém, da mesma forma, trazer a legislação estadual que a instituiu, qual seja, a Lei nº 1.277, de 13 de janeiro de 1999, que dispõe sobre concessão de subvenção econômica aos produtores de borracha natural bruta do Estado do Acre e dá outras providências:

> Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção econômica aos produtores estaduais de borracha natural bruta, no valor de até R\$ 0,40 (quarenta centavos de real) por quilo, podendo ser corrigido e atualizado através de decreto do Poder Executivo. Parágrafo único. A subvenção econômica será regulamentada por decreto do Poder Executivo.

> Art. 2º As despesas decorrentes com a subvenção econômica, criada no artigo anterior, correrão por conta de dotação orçamentária própria do Tesouro Estadual, Órgão 1600, Unidade Orçamentária 1620, Programa/Projeto 04401831.035, Elemento de Despesa 3212.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios comentidades nacionais e internacionais, objetivando fomentar a produção da borracha.

Referida lei foi alterada pelas:

LELN 1 427 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001

Altera dispositivos da Lei n. 1,277, de 13 de janeiro de 1999.

Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Lei n. 1.277, de 13 de janeiro de 1999, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção econômica aos produtores estaduais de borracha natural bruta, no valor de até R\$ 0,60 (sessenta centavos de real) por quilo, a partir do dia 1º de janeiro de 2002 e de até R\$ 0,70 (setenta centavos de real) por quilo a partir do dia 1º de janeiro de 2003.

Art. 2º As despesas decorrentes com a subvenção econômica, criada no artigo anterior, correrão por conta de dotação orçamentária própria do Tesouro Estadual, Órgão 16, Unidade Orçamentária: 104 – Programa de Trabalho: 18541011622410000 – Elemento de Despesa: 3.3.9.0.4.3.0.0." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LEI N. 2.027, de 31 de outubro de 2008

Altera a Lei Estadual n. 1.277, de 13 de janeiro de 1999.

Art. 1º A Lei n. 1.277, de 13 de janeiro de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção econômica aos produtores estaduais envolvidos na exploração de produtos florestais, em valores situados no intervalo de R\$ 0,30 (trinta centavos de real) a R\$ 1,40 (um real e quarenta centavos) por quilo do produto, podendo ser corrigido e atualizado por meio de Decreto do Poder Executivo.

§ 1º A subvenção econômica será regulada por Decreto do Poder Executivo, mediante a apresentação de prévio estudo de sustentabilidade econômica dos produtos colocados na pauta para a concessão do referido beneficio

§ 2º Para operacionalização do benefício que trata a presente lei serão criados mecanismos de certificação de origem dos produtos florestais e o destino final, com definição do arranjo institucional e padronização de normas.

Art. 2º As despesas decorrentes com a subvenção econômica, criada no artigo anterior, correrão por conta da dotação orçamentária própria do Tesouro Estadual, Orgão 753, Unidade Orçamentária: 005 – Programa de Trabalho: 22661100111320000 – Elemento de Despesa: 3.3.90.45.0.0."(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Portanto, desde sua criação, em 1999, tem sido mantida esta subvenção por se tratar de uma política de incentivo à produção extrativista. Veia, a título de exemplo, como foi tratada em Planos Plurianuais:

PPA 2008-2011:

b) Fortalecimento da Produção Familiar e do Extrativismo

Um dos grandes desafios do Governo do Estado em 1999 era tirar o pequeno produtor agrícola e o seringueiro extrativista do abandono e atraso em que se encontravam Ambos enfrentavam grandes dificuldades para produzir e vender seu produto. O poder público, a mais de uma década, não prestava o atendimento necessário. A infraestrutura produtiva criada na década de 1970, fora toda destruída nos anos 80 e início da década seguinte, quando faliram a CAGEACRE, COLONACRE, EMATER, CILA e CODISACRE. Sem recurso para suprir tal ausência, ao produtor familiar não restava alternativa senão diminuir a área plantada e voltar-se para a lavoura de subsistência. Ao extrativista, quase sempre, o destino era pior: engrossar as filas do desemprego e sofrer humilhações nas cidades. Em meio a este cenário desfavorável, nos últimos oito anos grandes esforços foram realizados para dar conta daquele desafio. Investimentos foram direcionados para reconstrução ou mesmo ampliação da infra-estrutura, bem como para a criação de condições técnicas e de acesso a crédito pelos produtores. Com a Lei Chico Mendes, foi criado o subsídio da borracha, fazendo com que ela voltasse a ser competitiva no mercado nacional.

(...)

VII. Fortalecer o extrativismo

Diversas medidas vêm sendo implementadas desde 1999 para apoiar a produção extrativista e melhorar a vida das famílias seringueiras. Visando recuperar a produção de borracha, foi implantado um subsidio, através da Lei Chico Mendes, que hoje atende mais de 4.500 familias. Em algumas regiões do Estado, o preço da borracha teve melhora de mais de 300% em relação a 1998, saindo de R\$0,50 para R\$2,10. Isso representa ganho de qualidade na vida dos seringueiros. A política de apoio à borracha abriu novas possibilidades, como a parceria com a Pirelli para a fabricação do Pneu Xapuri e da construção da Fábrica de Preservativos (primeira no mundo a utilizar látex de seringal nativo). Coma implantação desta fábrica, estão sendo envolvidas setecentas famílias extrativistas e é previsto um incremento da ordem de R\$ 100 milhões no PIB do Estado. (...)

VIII. Ampliar os Pólos e Quintais Agroflorestais

Nos últimos anos foram criados 14 pólos agroflorestais, em vários municípios do Estado, atendendo famílias que antes habitavam as periferias das cidades. Os Pólos viabilizam o retorno de famílias de ex-seringueiros e agricultores para o meio rural, em assentamentos planejados, onde, para cada família, são garantidos pequenos lotes de terras de cinco a oito hectares, próximo aos centros urbanos, com infra-estrutura básica (habitação, ramais, energia, escola, água). Assim, essas famílias, além da moradia, adquirem as condições necessárias para produzir, gerando renda e garantindo segurança alimentar. Com a mesma lógica, mas em lotes de meio a um hectare, também foram instalados os Quintais Agroflorestais.

IX. Fortalecer as associações e cooperativas para dar autonomia aos produtores

O projeto de desenvolvimento do Estado do Acre valoriza a ação coletiva e o respeito ao modo de vida do nosso povo. Por isso o empoderamento das comunidades a ponto destas figurarem com sujeitos ativos do processo é a estratégia que nos orienta ao longo do caminho. Dessa forma, serão adotadas medidas visando criar novos espaços de participação da sociedade civil na gestão pública, além do fortalecimento e qualificação dos atualmente existentes. Mas, para isso, será necessário apoiar as organizações comunitárias e os movimentos sociais na qualificação de seus quadros, consolidando sua autonomia e buscando a autogestão.

Nesse horizonte, destacam-se as principais ações: l Abrir canais de participação das organizações, movimentos, associações e cooperativas em ações como melhoria de ramais, escoamento armazenamento e beneficiamento da produção; l Criar um curso técnico de cooperativismo voltado para as comunidades, gratuito e com acesso exclusivo; l Estimular a implantação de cooperativas de crédito rural; l Incentivar a organização de cooperativas de mulheres; l Implantar um programa permanente de qualificação comunitária em atividades organizativas, administrativas, negócios rurais, processos produtivos, entre outros

Portanto, desde o ano de 2008, foi também incentivado o cooperativismo como uma das ações para fortalecimento e autonomia dos produtores.

No PPA 2016-2019, destaca-se:

Somente entre 2011 e 2014 foram investidos mais de 60 milhões de reais em ações de conservação dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável. Na atividade de reflorestamento, o Governo investiu 10,6 milhões de reais na distribuição de 2,2 milhões de mudas florestais nativas e na produção de frutíferas pelo programa Florestas

Na cadeia produtiva da borracha 5,2 milhões foram investidos para plantação de seringueira, pagamento de subvenção a 4.680 famílias produtoras de borracha natural, inserção de famílias na produção extrativa de seringueiras no CVP nativo, cultivo e FDL e no programa de fomecimento de látex para a fábrica de preservativo.

Em 2015, o Doutor em economia Rubicleis Gomes da SILVA , publicou o seguinte estudo "Avaliação da Política de Subvenção Econômica à Borracha Natural no Estado do Acre" na revista Espacios, fazendo uma análise do desenvolvimento a partir da criação do respectivo subsídio:

> O Estado do Acre está situado no extremo sudoeste da amazônia brasileira, entre as latitudes 07°07' S e 11°08' S e as longitudes 66°30'W e 74°WOr. Sua superficie territorial é de 153.149,9 km2, que corresponde a 3,9% da área da amazônia brasileira, e a 1,8% do território nacional (IBGE, 1995), e tem como capital Rio Branco, cuja área

> Ao longo de seu processo de desenvolvimento econômico, os pilares da economia acreana estiveram assentados sobre o extrativismo vegetal, tendo sido a borracha natural o carro chefe da economia por mais de setenta anos. O contexto internacional sempre apresentou grande relevância para o desenvolvimento da atividade da extração vegetal. A segunda revolução industrial e a segunda guerra mundial foram responsáveis pelo primeiro (1879/1912) e segundo (1942/1945) ciclos da borracha,

> O primeiro ciclo da borracha foi finalizado com o surgimento dos seringais de cultivos na Malásia e o segundo, com o final da segunda guerra mundial. A consequência imediata da finalização destes ciclos foi a desestruturação da economia do látex na região norte e principalmente no Acre.

> A desestruturação da economia extrativista da borracha, com o surgimento dos plantios de seringueira na Ásia, trouxe à economia amazônica, mais especificamente à acreana, uma série de problemas sociais, econômicos e ambientais, além da completa estagnação do setor gumífero. Ao final da década de 90, o Governo do Acre, visando a sanar os problemas oriundos da desestruturação da "economia gumifera", lança o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Borracha Natural, que tem como objetivo o fortalecimento dos processos de extração, beneficiamento e comercialização da borracha natural bruta. Este programa tem como suporte a utilização de subsídios governamentais como forma de gerar renda ao produtor de borracha natural e dinamizar toda a cadeia produtiva (SEFE, 2002).

> O programa de subsídios à borracha natural do Governo do Estado do Acre teve início com a instituição da Lei nº 1.277, de 13/01/1999. A operacionalização da política consiste no pagamento de um valor específico por quilo de borracha natural aos seringueiros cadastrados em associações ou cooperativas.

(...)

O público alvo da política de subvenção estadual à borracha natural é constituído de produtores familiares. Umas das características do meio rural acreano é a intensa presença da agricultura familiar e elevado índice de Gini de concentração de renda, consequentemente, esta política pode contribuir positivamente com a redução da concentração e a pobreza rural.

A questão do subsídio da borracha estabelecido para os produtores do Acre foi objeto de estudo também em tese de mestrado[3], que concluiu que "o programa de Subsídio Estadual da Borracha apresenta-se como sendo um fator essencial à complementação de renda das famílias extrativistas", falando sobre a cadeia produtiva:

> "A política de desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva da Borracha, implantada pelo governo estadual, no final da década de 1999, trouxe novamente a retomada da produção de borracha nativa no Estado do Acre. A política tem como diretrizes básicas o desenvolvimento econômico sustentado, através do uso racional dos recursos naturais da floresta. Uma das principais medidas adotadas pela nova política de desenvolvimento foi a criação da Lei nº 1.277, mais conhecida como Lei Chico Mendes. Essa lei prevê, entre outras ações, o repasse de subsídio estadual à produção de borracha natural bruta no estado do Acre. Um outro fator, a ser considerado com a implantação da Lei, foi o aumento da produção de borracha na região, bem como o aumento do número de famílias extrativistas envolvidas na produção. Além da questão econômica, a política do subsídio também previa ações ligadas às questões sociais e ambientais na região, principalmente nas áreas consideradas de proteção ambiental, como é o caso da Reserva Extrativista Chico Mendes, responsável por concentrar o maior número de famílias extrativista do Estado. (...)

1.2.1.2 Programa de Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva da Borracha – LEI CHICO MENDES

Uma das primeiras medidas tomadas pelo governo estadual para a reversão do quadro em que se encontravam a produção de borracha, foi a descentralização administrativa da subvenção federal destinada às usinas beneficiadoras de borracha tipo Granulado Escuro, o qual tinha como objetivo incentivar a organização da cadeia produtiva da borracha local e garantir os beneficios previstos na Lei nº 9.479, de 12-08-97, que regulamenta a concessão de subvenção à comercialização deste produto. A segunda medida adotada, foi a regulamentação da Lei Chico Mendes nº 1.277, no dia 13 de janeiro de 1999, além dessa medida, foram criados os mecanismos necessários para o repasse do subsídio estadual no valor de R\$ 0,40 por quilo de borracha produzida aos seringueiros no Estado do Acre. Nesse sentido, a ação integrada entre os governos estadual e federal foi indispensável para dinamização da cadeia produtiva da borracha e, consequentemente, da economia acreana. (...)

A Cadeia Produtiva da Borracha é composta por cinco elos produtivos: seringueiro; associações/cooperativas; COOPERACRE; usinas/fábrica, comerciantes e

Primeiro elo: é a retirada do látex da seringueira. O seringueiro percorre longas distâncias dentro floresta para realizar o processo de extração e coleta do látex. As seringueiras encontram-se distribuídas de forma aleatória na floresta, dificultando a extração do produto.

Segundo elo: é composta pelas associações/cooperativas que recebem a produção dos seringueiros e repassam à COOPERACRE.

Terceiro elo: é representado pela a COOPERACRE. Cabe a ela à comercialização de toda a produção extrativista no Estado do Acre.

Quarto elo: é composto pela usina e fábrica de beneficiamento de borracha. Estas são responsáveis pelo processamento e beneficiamento da borracha.

(...)

Quanto à operacionalização financeira do subsídio, o fluxo abaixo mostra de forma mais detalhada como o incentivo é repassado ao seringueiro.

A borracha é entregue na Associação/cooperativa, que recebe uma nota fiscal avulsa. Essa nota serve como comprovante para aposentadorias futuras.

Por sua vez, as organizações vendem a produção à usina de beneficiamento da borracha, que emitem uma nota fiscal à associação ou cooperativa.

Em seguida, a pedido das organizações, a SEAPROF autoriza o pagamento às entidades conveniadas.

Portanto, o tema tem amplo alcance social e sempre é atual, na medida em que se trata de uma política pública de estado, definida em lei.

II.3 Da comercialização da produção e participação das cooperativas de produtores rurais

Até o ano de 2018 encontravam-se vigentes convênios firmados com cooperativas de produtores, para fins de viabilizar a manutenção regular da comercialização, através dessas entidades representativas. Como já mencionado anteriormente, e é de conhecimento público, esses acordos expiraram sem que tenha sido providenciada nova contratação.

Todavia, os produtores assistidos pelo subsídio, continuaram sua produção e a metodologia de comercialização, para obter o benefício, também permaneceu sendo a mesma, qual seja, via entidade civil.

Sobre a atuação em sistema de cooperativismo, cabe trazer à lume a legislação que rege a política nacional de cooperativismo (LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971):

> Art. 1º Compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.

> Art. 2º As atribuições do Governo Federal na coordenação e no estímulo às atividades de cooperativismo no território nacional serão exercidas na forma desta Lei e das normas que surgirem em sua decorrência.

> Parágrafo único. A ação do Poder Público se exercerá, principalmente, mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais, necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas.

CAPÍTULO II

Das Sociedades Cooperativas

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

Art. 83. A entrega da produção do associado à sua cooperativa significa a outorga a esta de plenos poderes para a sua livre disposição, inclusive para gravá-la e dá-la em garantia de operações de crédito realizadas pela sociedade, salvo se, tendo em vista os usos e costumes relativos à comercialização de determinados produtos, sendo de interesse do produtor, os estatutos dispuserem de outro modo.

Veja-se que já na criação desse sistema cooperado, a ideia foi possibilitar que essa junção de esforços melhore a realização de uma atividade, em proveito

comum.

Desta forma, há muitos anos tem sido via cooperativa a realização da concessão da subvenção econômica, tanto que assim previu a legislação estadual, ao autorizar a formalização de instrumentos com tais entidades. Sendo a produção de tais produtos a renda de muitas famílias no Estado do Acre, a intenção do legislador, em autorizar no ato legal, a possibilidade de formalização de convênios com o poder público para fomentar a produção, teve a finalidade de alcançar o maior números de produtores, sem criar obrigações individualizadas para cada um, e possibilitando o acesso à subvenção mediante sua representatividade por entidades civis, que, preenchidos os requisitos, possam intermediar esta renda.

Após a criação da lei, foram expedidos decretos de fixação e atualização dos valores subvencionados, e, mais recentemente, referida Lei foi regulamentada:

DECRETO nº 6.153, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Regulamenta a Lei nº 1.277, de 13 de janeiro de 1999, que instituiu a subvenção econômica aos produtores de borracha natural bruta do Estado do Acre.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

DO OBJETO

Art. 1º Fazem jus à subvenção econômica, de que trata o artigo 1º da Lei no 1.277 de 13 de janeiro de 1999, alterada pela Lei nº 2.027 de 31 de outubro de 2008, os produtores agroextrativistas que preencham os seguintes requisitos típicos da produção familiar:

I - utilize seu trabalho direto e o de sua família na área de produção:

II - a mão de obra utilizada na atividade seja predominantemente familiar, não havendo a utilização de mão de obra permanente, recorrendo, eventualmente, à mão de obra

III - resida na área de produção;

IV - tenha como principal fonte de renda a originária da exploração extrativista, agroextrativista e/ou agropecuária;

V- dedique-se às atividades específicas no inciso IV e esteja vinculada às suas respectivas organizações representativas, as associações e/ou cooperativas.

§ 1º A subvenção econômica será paga aos beneficiários, por meio das organizações representativas devidamente cadastradas/conveniadas, junto a Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio - SEPA

§ 2º Considera-se organizações representativas dos produtores, para efeitos deste decreto, as Associações, as Cooperativas e as Centrais de Cooperativas, legalmente constituídas e compostas por produtores, que comercializem os produtos originários da exploração extrativista, agroextrativista e/ou agropecuária.

CAPÍTULO II

DO CADASTRAMENTO E DOS CONVÊNIOS

Art. 2º A SEPA cadastrará as organizações de produtores interessadas emparticipar do programa de subvenção, de acordo com seleção realizada através de chamamento público, publicado em edital específico para cadastramento de organizações de produtores interessadas.

Art. 3º A SEPA assinará convênio com as organizações de produtores que forem selecionadas de acordo com o que se refere o art. 2º do presente decreto, para operacionalização da subvenção pretendida conforme legislação em vigor.

Parágrafo único. A organização conveniada deverá apresentar uma estimativa da quantidade de beneficiários passiveis de receber a subvenção e do volume de produção, em um Plano de Trabalho.

Art. 4º A celebração dos convênios obedecerá aos termos da Lei nº 1.277 de 13 de janeiro de 1999, alterada pela Lei nº 1.427 de 27 de dezembro de 2001, às disposições deste Decreto e demais normas vigentes.

Art. 5º A gestão dos convênios previstos nos arts. 3º e 4º do presente Decreto será de responsabilidade da SEPA.

Art. 6º A prestação de contas dos convênios celebrados coma SEPA obedecerá ao que dispuser os respectivos termos e demais legislação em vigor.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS E VALORES

Art. 7º Fica estabelecido o valor nominal da subvenção econômica para os produtos:

I – Látex Cultivo Vale do Acre: Purus, Baixo Acre e Alto Acre R\$ 4.20 (quatro reais e vinte centavos):

II – Látex Nativo Vale do Acre: Purus, Baixo Acre e Alto Acre R\$ 4.40 (quatro reais e quarenta centavos):

III - FDL Vale do Acre: Purus, Baixo Acre e Alto Acre R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos);

IV - FDL Vale do Juruá: Juruá e Tarauacá/Envira R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos);

V-CVP Nativo Vale do Acre: Purus, Baixo Acre e Alto Acre R\$ 2,30 (dois reais e trinta centavos);

VI - CVP Nativo Vale do Juruá: Juruá e Tarauacá/Envira R\$ 2,30 (dois reais e trinta centavos); VII - CVP Cultivo Vale do Acre: Purus, Baixo Acre e Alto Acre R\$ 1,30 (um real a trinta centavos);

VIII - CVP Cultivo Vale do Juruá: Juruá e Tarauacá/Envira R\$ 1,30 (um real e trinta centavos);

IX - Murmuru Vale do Acre: Purus, Baixo Acre e Alto Acre R\$ 1,00 (um real); e

X – Murmuru Vale do Juruá: Juruá e Tarauacá/Envira R\$ 1,00 (um real).

Art. 8º As despesas decorrentes da subvenção econômica referida no artigo anterior correrão por conta de dotação orçamentária própria do Tesouro Estadual:

I - Elemento de Despesa: 33.90.45.00:

II - Fonte: 200.

CAPÍTULO IV

DO PAGAMENTO DA SUBVENÇÃO

Art. 9º Os valores da subvenção econômica de que trata este Decreto serão pagos aos produtores beneficiários, por meio de suas organizações conveniadas de acordo como processo de execução de despesa do Estado.

§ 1º As organizações conveniadas deverão apresentar em seus Planos de Trabalho a relação dos produtores beneficiários aptos a receberem o pagamento da subvenção

§ 2º Os produtores beneficiários serão cadastrados, para a formação de banco de dados em sistema eletrônico, Sistema de Informação e Gestão da Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio - SIOSEPA, sendo os seguintes documentos necessários para cadastramento do beneficiário:

I - documento de identidade;

II - cadastro de pessoa física – CPF;

III - declaração de aptidão ao PRONAF;

IV - declaração de dependentes;

V-comprovante de endereço ou declaração de residência emitido por órgão representativo dos produtores.

Art. 10. Os valores a serem pagos para os produtores beneficiários serão calculados de acordo com o estipulado no art. 7º desse Decreto, e com o volume comercializado (kg ou litros), atestado por um técnico da SEPA.

Art. 11. A concessão do benefício, de que trata este Decreto alcançará, exclusivamente, produtos com certificação da origem.

Parágrafo único. A certificação da origem será emitida pelas organizações conveniadas através de Nota de Entrega e/ou Declaração de Pesagem de Produto, atestado por servidor público da SEPA, apresentados em bloco seriado com as informações referentes a origem do produto, nome do produtor beneficiário e endereço do local de produção e volume de produto comercializado.

Art. 12. O pagamento da subvenção dar-se-á mediante a apresentação e análise dos seguintes documentos e nos seguintes termos:

I - nota fiscal de compra;

II - nota fiscal de venda:

III - requerimento de pagamento de subvenção estadual encaminhado a SEPA;

IV – apresentação de Nota de Entrega e/ou Declaração de Pesagem de Produto do processo de comercialização, atestado por técnico da SEPA.

Art. 13. A subvenção estadual será paga em até 30 (trinta) dias úteis após a data de requerimento, devidamente autorizado pela SEPA, desde que haja disponibilidade financeira, dotação orçamentária e pleno funcionamento das unidades orçamentárias/financeiras do Estado.

CAPITULOV

DO MONITORA MENTRO E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 14. Caberá à SEPA a gestão de todo o processo de pagamento da subvenção previsto na Lei nº 1.277/99, alterada pela Lei nº 1.427/2001, e seus Decretos

Art. 15. Compete à SEPA o monitoramento de todo o fluxo operacional das organizações conveniadas a receber o subsídio;

§ 1º Todos os beneficiários devem ser cadastrados no Sistema de Informação e Gestão da Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio - SIGSEPA.

§ 2º É de responsabilidade das organizações conveniadas apresentaremos recibos referente ao pagamento da subvenção, devidamente assinados pelos beneficiários, ou dependentes/agregados devidamente cadastrados no Sistema de Informação e Gestão da Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio - SIGSEPA.

Art. 16. A SEPA realizará visitas técnicas aos beneficiários cadastrados no SIGSEPA, para o monitoramento quanto ao recebimento da subvenção.

CAPÍTULO VI

DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 17. Caberá à SEPA instituir um Conselho Consultivo do Programa de Subvenção Econômica Agroextrativistas.

§1º O Conselho Consultivo, de trata o caput deste artigo, será formado pelas entidades representativas de classes dos produtores familiares definidos no art. 1º deste Decreto

§2º As entidades representativas de classes dos produtores familiares que compõem o Conselho Consultivo são: o Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS, Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado do Acre - FETACRE, União das Nações Indígenas - UNI e Sindicados Municipais de Trabalhadores Rurais (definir atribuições e os participantes).

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18. Ficam revogados:

I - Decreto Estadual nº 7.433 de 18 de março de 2003; e

II - Decreto Estadual nº 4.908 de 10 de junho de 2016.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ora, a regulamentação trouxe previsão importante e relevante para o deslinde da questão relacionada a este processo, ainda que seja recente, pois nesta oportunidade, inexistente convênio entre o poder público e as entidades representativas, há necessidade de aferir quanto à regularidade do procedimento de pagamento via cooperativa.

Como se vê da própria regulamentação:

Art. 1º Fazem jus à subvenção econômica, de que trata o artigo 1º da Lei no 1.277 de 13 de janeiro de 1999, alterada pela Lei nº 2.027 de 31 de outubro de 2008, os produtores agroextrativistas que preenchamos seguintes requisitos típicos da produção familiar:

(...)

IV- tenha como principal fonte de renda a originária da exploração extrativista, agroextrativista e/ou agropecuária;

V- dedique-se às atividades específicas no inciso IVe esteja vinculada às suas respectivas organizações representativas, as associações e/ou cooperativas.

§1º A subvenção econômica será paga aos beneficiários, por meio das organizações representativas devidamente cadastradas/conveniadas, junto a Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio - SEPA.

E. ainda:

Art. 9º Os valores da subvenção econômica de que trata este Decreto serão pagos aos produtores beneficiários, por meio de suas organizações conveniadas de acordo como processo de execução de despesa do Estado.

Portanto, claro está que o fomento à produção dar-se-á com a participação efetiva da entidade civil, no processo, de forma que regular é a pretensão para pagamento, pleiteada via cooperativa. Isto porque tanto a lei quanto a sua regulamentação permitem e exigem a sua intermediação.

E para que não reste dúvida quanto ao pedido de pagamento dos valores ora pleiteados, os quais são anteriores à regulamentação, mas fundados na lei, entendo relevante citar a previsão no estatuto das cooperativas para formalização de atos com o poder público, bem como outros relacionados ao fomento da produção e sua comercialização.

Veja-se que o art. 7º, item 4, do Estatuto da COOPERCINTRA, prevê que é dever do cooperado "realizar com a cooperativa as operações econômicas que constituam sua finalidade". Dentre suas finalidades, consta a de "receber e comercializar a produção de seus associados" (art. 2º, § 1º,III).

No caso da COOPERACRE, além das demais obrigações decorrentes de seu estatuto, cabe destacar o que prevê o art. 3º, § 2º, de que "os produtores associados devem entregar, obrigatoriamente, à cooperativa ou associação, toda a produção extrativista por eles produzida".

Desta forma, conforme regras estatutárias, a cooperativa é responsável por receber toda a produção; de forma que, atestando o fornecimento e entrega, faz o processamento do pedido de liberação do recurso relacionado à subvenção, perante o órgão público, para repasse aos produtores cooperados.

Portanto, ainda que, neste momento não se encontre vigente convênio entre essas entidades e a SEPA, mas tendo em vista que, desde o início desse subsídio, houve a previsão da sua celebração, como forma de fazer chegar a todos os produtores este beneficio, é possível o processamento do pagamento dos valores constantes dos autos, diretamente à entidade civil representante dos produtores, desde que atendidos os requisitos legais para o referido pagamento, porquanto verifica-se da documentação que são inúmeros os fornecedores, consoante notas de entrega anexas, demonstrando que houve recebimento dos produtos pela cooperativa, ou seja, foi realizado o fornecimento, ainda que não acobertado pela vigência de convênio, mas seguindo o que prevê o procedimento:

Art. 12. O pagamento da subvenção dar-se-á mediante a apresentação e análise dos seguintes documentos e nos seguintes termos:

I – Nota fiscal de compra;

II - Nota fiscal de venda;

III - requerimento de pagamento de subvenção estadual encaminhado a SEPA;

IV - Apresentação de Nota de Entrega e/ou Declaração de Pesagem de Produto do processo de comercialização, atestado por técnico da SEPA.

De outra parte, em se tratando de valor decorrente de produção entregue em outro exercício, a medida cabível para a satisfação da obrigação financeira à entidade é por meio do procedimento de Reconhecimento de Dívida.

II.3 Processamento da Despesa Pública

Após a publicação da Lei orçamentária anual e observadas as normas de execução e programação financeira, as unidades orçamentárias estão em condições de utilizar seus créditos, as chamadas dotações orçamentárias, a fim de realizar ou executar despesas. Essa despesa pública é executada em três fases: empenho, liquidação e pagamento.

Segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/64, que dispõe sobre as normas gerais do Direito Financeiro, "o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição".

Nas palavras do doutrinador Afonso Gomes Aguiar (pág. 337), empenho de despesa é:

[...] a externação da vontade da autoridade administrativa competente para ordenar gastos públicos, que o faz em nome da Administração Pública, através da qual cria uma obrigação de natureza financeira e sua respectiva promessa de pagamento, ainda que pendente ou não do cumprimento de condições [...] [4]

Como é sabido, o princípio da anualidade do orçamento e a teoria do equilibrio fiscal, dispõem que as receitas de um ano são para despesas do mesmo ano.

Nesse diapasão, é válido dizer que a Liquidação, segunda fase da realização da despesa, consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme dispõe o artigo 63 da Lei nº 4.320/64. Sendo que essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o obieto do que se deve pagar:

II – a importância exata a pagar;

III – a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

E, portanto, consoante preceitua o § 2º, do artigo 63, da Lei nº 4.320/64, a liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados, terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II – a nota de empenho;

III – os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

Com relação à liquidação, importa salientar que, em Direito Financeiro, liquidar não é sinônimo de pagamento, mas sim de adimplência contratual do contratado, que à Administração já entregou os bens e serviços avençados, fazendo assim jus ao recebimento de seus créditos (arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/64).

Nesse contexto, o art. 62 da Lei nº 4.320/64 dispõe que só faz jus ao pagamento o fornecedor que entregou materiais, serviços ou obras.

Quando, todavia, se está diante de algo, cuja entrega ocorreu sem que tenha sido procedido o correto andamento da despesa, a administração deve se socorrer, no âmbito estadual, do que trata a Instrução Normativa PGE nº 001/2010, que dispõe sobre a uniformização do procedimento para Reconhecimento de Dívida

Assim, é válido dizer que é fundamental que seja observado o preenchimento dos requisitos dispostos no art. 3º, da Instrução a fim de uma dívida possa ser reconhecida, para fins de regularizar o pagamento:

Art. 3º O processo de reconhecimento de dívida deverá ser instruído com:

I - o requerimento efetuado pelo fornecedor ou prestador do serviço onde solicita o reconhecimento e posterior pagamento referente ao fornecimento/ prestação de

II - a declaração do formecedor ou prestador do serviço de que o crédito objeto do pedido não se encontra judicializado;

III - os documentos enumerados nos arts. 28 e 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

IV - a justificativa da autoridade competente do órgão ou entidade da

Administração Pública estadual, contendo:

a) os motivos que levaram à contratação sem observar o prévio procedimento licitatório ou o de contratação direta;

b) em se tratando de procedimento de reconhecimento de dívida em que o pedido de reconhecimento não tenha sido formulado no mesmo exercício financeiro em que a despesa tenha sido liquidada, os motivos para não o fazê-lo naquele exercício.

V-a ordem de entrega ou de prestação de serviço formulada pelo órgão ou entidade pública ao fornecedor ou prestador do serviço e quando ausente, a justificativa dos motivos de sua não emissão;

VI - o atesto de recebimento do material ou serviço por servidor do órgão ou entidade, que deverá estar inserido em cada comprovante de entrega do material ou

VII - documentos que comprovama liquidação da despesa, nos termos consignados no § 2º do art. 63 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, quais sejam;

a) contrato, ajuste ou acordo que deu origem à dívida;

b) a nota de empenho (se houver):

c) os comprovantes de entrega do material ou da prestação efetiva dos serviços.

VIII - cotação de preços, atestada por servidor do órgão ou entidade, de modo a demonstrar que o valor do objeto do qual versa o pedido de reconhecimento de dívida encontrava-se dentro do preço de mercado;

IX - declaração do setor financeiro do órgão ou entidade de não ter havido pagamento do objeto que constitui o pedido de reconhecimento de dívida;

X - parecer jurídico prévio do órgão ou entidade acerca do reconhecimento da dívida:

XI - Minuta do Termo de Reconhecimento de Dívida.

Assim, cabe enfatizar a terceira e última fase do processamento da despesa pública, o pagamento, que só poderá ser efetuado quando ordenado após sua regular liquidação, consoante prevê o artigo 62 da Lei 4.320/64.

Cabe, ainda, citar o disposto no art. 37 da Lei nº 4.320/64, "As despesas de exercícios encerrados, para os quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida sempre que possível, a ordem cronológica".

Portanto, todo processo que resulte em despesa pública deve estar consolidado com o cumprimento das etapas de planejamento, contratação e execução, seguindo os estágios de empenho, liquidação e pagamento, instituídos nos artigos 58 a 65 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Atente-se para a necessidade de anexar aos autos à devida Declaração de Dotação Orçamentária, haja vista tanto a Constituição Federativa do Brasil, em seu art. 167, como a Lei nº 8.666/93, no inc. III, do § 2º, do art. 7º, art. 14, art. 38 e no inciso V, do art. 55, exigirem a previsão orçamentária para fins de efetivação de despesa. Portanto, imprescindível à indicação dos recursos de ordem orçamentária que darão suporte à despesa, sem o que o procedimento encontrar-se-á viciado.

Deverá, ainda, ser observada a validade dos documentos habilitatórios juntados ao processo.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, sem prejuízo da obrigatória leitura do inteiro teor do Parecer, manifesto-me, a princípio, com fulcro no art. 37 da Lei nº 4.320/64, pela possibilidade jurídica do processamento de pagamento às COOPERATIVAS COOPERCINTRA e COOPERACRE, referente à concessão de subvenção econômica aos produtores estaduais envolvidos na exploração de produtos florestais previstos na Lei nº 1.277, de 13 de janeiro de 1999, via Reconhecimento de Dívida, devendo o processo ser instruído com todos os documentos previstos na IN nº 001/2010.

Recomendo seja instruído os autos, além da documentação indicada na fundamentação, com a lista dos cooperados, a fim de comprovar sua condição e regularidade perante a cooperativa requerente.

GOVERNO DO ACRE SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG PROGRAMA REM ACRE FASE II ANO 2020-2021

1.Subprograma:

Fortalecimento e consolidação do SISA – Comando e Controle

2. órgão Subexecutor:

Polícia Militar do Acre (Batalhão de Policiamento Ambiental do Estado do Acre - BPA)

3. Título do Projeto:

Fortalecimento das ações de policiamento ambiental de caráter ostensivo/preventivo, educativo e repressivo, para combater o desmatamento e as queimadas no Estado do Acre.

4. Objetivo:

Desempenhar atividades de prevenção e controle do desmatamento e queimadas florestais com maior eficiência, através de reuniões comunitárias, educação ambiental, policiamento ostensivo e repressivo coibindo, desta forma, as práticas lesivas ao meio ambiente.

5. Justificativa

O Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA) da Polícia Militar do Estado do Acre é incumbido de realizar o policiamento ambiental especializado, ostensivo repressivo e preventivo, com o intuito de combater os ilícitos ambientais, que ocorrem em toda a extensão do território acreano.

Além do atendimento diário de denúncias relacionadas a crimes ambientais, o BPA atua conjuntamente com órgãos ambientais em ações de fiscalização ambiental. A nível federal atuamos com o ICMBio, gestor das unidades de conservação federais, compreendidas pelas Reservas Extrativistas e o Parque Nacional da Serra do Divisor, assim como o IBAMA que atua nas demais áreas como propriedades particulares, cursos d'água, projetos de assentamentos e demais terras da União. Na esfera estadual atuamos com a SEMA, gestora das unidades de conservação estaduais, com uma atuação mais específica nas Florestas Estaduais, no Parque Estadual do Chandlles e nas APA's, e com o IMAC nas ações de fiscalização de desmatamentos.

As ações do BPA visam a responsabilização criminal de pessoas que descumprem as leis ambientais vigentes no país. A atuação ocorre em diversos locais do Estado, mas sempre priorizando áreas críticas com maior avanço do desmatamento detectados através do geoprocessamento, em futuras ações a proposta é atuar com mais afinco em regiões de florestas públicas que sofrem grande avanço do desmatamento devido a ação de invasores, e também em regiões de fronteiras com estados vizinhos onde o avanço de madeireiras ilegais praticam furto de produtos madeireiros de propriedades rurais.

O BPA possui uma boa relação com a comunidade de produtores rurais e ribeirinhos, diante disso se pretende avançar em ações educativas de prevenção ao desmatamento e queimadas promovendo encontros com lideranças comunitárias, visitas comunitárias a ribeirinhos e produtores rurais.

6.a. Metas para o ano de 2020:

- 1. Desenvolver 10 missões integradas com instituições Estaduais para combate de ilícitos ambientais priorizando unidades de conservação e florestas públicas.
- 2. Ministrar palestras públicas para 1.000 jovens residentes em áreas rurais, com temas voltados a preservação do meio ambiente e consequências dos danos ambientais;
- 3. Realizar visitas comunitárias a 200 famílias de produtores rurais residentes em projetos de assentamento com criticidade de desmatamento repassando orientações básicas sobre prevenção de incêndios florestais;
- 4. Realizar visitas comunitárias a 60 famílias ribeirinhas com caráter informativo sobre preservação ambiental, redução do desmatamento, queimadas e preservação dos recursos hídricos
- 5. Capacitar 30 policiais militares para atuarem no enfrentamento aos crimes ambientais;
- 6. Enviar 5 policiais para participar de cursos de aperfeiçoamento em outros estados, realizando intercambio com instituições com experiências exitosas no combate aos crimes ambientais;
- 7. Realizar 3 missões de combate à exploração de madeira em regiões fronteiriças do Estado do Acre:
- 8. Realizar visitas comunitárias em três comunidades indígenas promovendo discussões sobre preservação ambiental com 60 famílias indígenas.

Obs: metas previstas na NTRB do REM, o órgão teria que distribuí-las ao longo dos anos do Programa.

6.b. Metas para o ano de 2021:

- 1. Desenvolver 10 missões integradas com instituições Estaduais para combate de ilícitos ambientais;
- 2. Ministrar palestras públicas para 1.000 jovens residentes em áreas rurais, com temas voltados a preservação do meio ambiente e consequências dos danos ambientais;
- 3. Realizar visitas comunitárias a 200 famílias de produtores rurais residentes em projetos de assentamento com criticidade de desmatamento repassando orientações básicas sobre prevenção de incêndios florestais;
- 4. Realizar visitas comunitárias a 60 famílias ribeirinhas com caráter informativo sobre preservação ambiental, redução do desmatamento, queimadas e preservação dos recursos hídricos
- 5. Capacitar 30 policiais militares para atuarem no enfrentamento aos crimes ambientais;
- 6. Enviar 5 policiais para participar de cursos de aperfeiçoamento em outros estados, realizando intercambio com instituições com experiências exitosas no combate aos crimes ambientais:
- 7. Realizar 3 missões de combate à exploração de madeira em regiões fronteiriças do Estado do Acre;
- 8. Realizar visitas comunitárias em três comunidades indígenas promovendo discussões sobre preservação ambiental com 60 famílias indígenas.

7. Atividades (PDI):

- Serviços de manutenção preventivas e/ou corretivas para a frota de viaturas do batalhão de policiamento ambiental;
- 2. Diárias;
- Contratação de terceiros pessoa jurídica para aquisição de serviço de comunicação via satélite;
- 4. Contratação de terceiros para aquisição de passagens aéreas;
- 5. Contratação de serviço de terceiro para aquisição de fardamento e insumos;
- 6. Aquisição de veículo 4x4;
- 7. Aquisição de carreta rodoviária para transporte de quadriciclo;
- 8. Aquisição de DRONE;
- 9. Aquisição de Kit para lavagem de veículos, quadriciclos e embarcações;
- 10. Aquisição de Equipamentos de Informática;
- 11. Aquisição de insumos e material de expediente.

8. Resultados Esperados:

- Redução do desmatamento;
- Combater o furto e retirada ilegal de madeira em áreas particulares e terras públicas;
- Reduzir a ação de invasores sobre as Unidades de Conservação Estadual;
- Conscientizar produtores rurais, extrativistas e ribeirinhos sobre a importância da preservação florestal e redução das queimadas;
- Modernização dos métodos de fiscalização atingindo maior eficiência nas ações de comando e controle;
- Mapear áreas críticas identificando os principais agentes responsáveis pelos crimes ambientais;

ANO 2020-2021

9. Órgão Subexecutor: Batalhão

Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA)

10. Fortalecimento do SISA

11. ATIVIDADES E ESTIMATIVA DE CUSTO (R\$)

Código PDI	Atividades	Área de abrangência	Dur	ação	Indicador	Físico		Custo
4.2.1.4	SUBPROGRAMA FORTALECIMENTO DO SISA E MECANIS	MOS DE REDD	Início	Término	Unidade	Quant.	Unitário	Saldo Atual
4.2.1.4.5	Diárias;	As ações irão abranger os municípios de Acrelândia Bujari,		Dez/2 1				R\$ 2.311,40
4.2.1.4.6	Contratação de terceiros para aquisição de passagens aéreas;	Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia, Plácido de		Dez/21				R\$ 7.012,48
4.2.1.4.7	Contratação de terceiros pessoa jurídica para aquisição de serviço de comunicação via satélite;	Castro, Rio Branco, Sena Madureira Senador Guiomard,		Dez/21				R\$ 5.499,00
4.2.1.4.8	Contratação de serviço de terceiro para aquisição de fardamento e insumos;	Xapuri, Feijó, Tarauacá, Manoel Urbano e Cruzeiro do Sul	Abr/20	Dez/20				R\$ 53.174,10
4.2.1.4.9	Serviços de manutenção preventivas e/ou corretivas para a frota de viaturas, do batalhão de policiamento ambiental;							R\$ 34.738,45
4.2.1.4.11	Serviço de fornecimento de combustível;		Abr/20	Dez/21				R\$ 224,29
4.2.1.4.12	Aquisição de insumos e material de expediente		Abr/20	Dez/20				R\$ 30.000,00
4.2.1.4.13	Aquisição de veículo 4x4		Abr/20	Dez/21				R\$ 445.500,00
4.2.1.4.14	Aquisição de carreta rodoviária para transporte de quadriciclo		Abr/20	Dez/20				R\$ 12.000,00
4.2.1.4.15	Aquisição de DRONE							R\$ 12.000,00
4.2.1.4.16	Aquisição de Kit para lavagem de veículos, quadriciclos e embarcações							R\$ 15.000,00
4.2.1.4.17	Aquisição de Equipamentos de Informática		Ago/20	Fev/21				R\$ 50.000,00
TOTAL							_	R\$ 667.459,72

Obs:

12. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

						PRAZO	S/2020					
TAREFAS	META: 6.a											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Atividades de fiscalização ambiental/ operações conjuntas				X	X	X	X	X	X	X	X	x
Contratação/licitação					X	X	X	X	X	X	X	Х
Visitas comunitárias a produtores Rurais		X	X	X	X	x	x	X	X	x	X	х
Visitas Comunitárias a ribeirinhos			Х	Х							Х	Х
Missões integradas					Χ	Х	Χ	Х	Х	Х	Χ	Х
Missões em região de fronteira				Х		Х		Х				
Visitas as comunidades indígenas			Х				Х			Х		
Capacitação 30 policiais									Х	Х		
Palestras voltadas para juventude residente áreas rurais			X	x	X	X	X	X	X	X	X	X

Obs: Inserir metas físicas sempre que for possível

						PRAZO	OS/2021					
TAREFAS	META: 6.)										
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Atividades de fiscalização ambiental/ operações conjuntas				X	X	X	X	X	X	X	x	X
Contratação/licitação					X	X	x	x	X	x	X	x
Visitas comunitárias a produtores Rurais		x	x	x	X	X	X	X	X	X	X	X
Visitas Comunitárias a ribeirinhos			Х	Х							Х	Х
Missões integradas					X	Х	Х	Х	Х	Х	Χ	Х
Missões em região de fronteira				Х		Х		Х				
Visitas as comunidades indígenas			Х				Х			Х		
Capacitação 30 policiais									Χ	Х		
Palestras voltadas para juventude residente áreas rurais			x	х	Х	Х	Х	Х	Х	х	х	Х

Obs: Inserir metas físicas sempre que for possível

Meta	Especificação		Quantida	ade
mota	Loposmouguo	Família s	, -	Total
1	Desenvolver 10 missões integradas com instituições Estaduais para combate de ilícitos ambientais;			
2	Palestras com temas voltados para a preservação ambiental e combate a queimadas para jovens residentes em áreas rurais.	-	2000	2000
3	Visitas comunitária a produtores rurais com caráter informativo com orientações sobre prevenção de queimadas	400	800	800
4	Visitas comunitárias a ribeirinhos com caráter informativo sobre preservação ambiental, redução do desmatamento e queimadas e preservação dos recursos hídricos	160	400	400
5	Qualificação de policiais militares para atuarem no combate a crimes ambientais		60	60
6	Enviar policiais militares promovendo intercambio para qualificação em outras instituições com experiência em ações exitosas em combate a desmatamento		10	10
7	Realizar seis missões de combate à exploração de madeira em regiões fronteiriças do Estado do Acre			
8	Visitas comunitária a 3 comunidades indígenas	60	200	200
ividades	ar a quantidade de participação de jovens, mulheres e indígenas nas realizadas		l:l\	2800
u. ME Meta	TODOLOGIA DE EXECUÇÃO (como as atividades s Forma de construção /aquisição, utilização e a			r meta
	programada		ague pe	
1	A execução se dará através de ações integra administrativo competente, os locais das aç georreferenciamento utilizando imagens de satélite avanços do desmatamento. Fará se uso de veículos adequados para chegar equipamentos de uso pessoal.	ões ser com ind	ão indi icação d	cados po e locais d
2	As palestras serão direcionadas a escolas rurais de á BPA promoverão palestras de educação ambiental queimadas para jovem que residem na zona rural o duração de uma hora e serão aplicadas para o promovendo discussões sobre o tema e esclarecendo	de prev lo Estado grupos d	enção a o. As pal e 15 a	desmate estras terâ 40 joven
3	Diariamente uma patrulha composta por 4 policiais locais previamente estabelecido, realizará visitas aos procursos com as famílias fornecerão orientações	realizarão proprietár	desloca ios rurais	mento pa s, através c

A patrulha fluvial composta por quatro policiais militares do BPA, fará deslocamento através dos rios navegáveis durante alguns períodos do ano e realizarão orientações para moradores das margens dos rios sobre preservação ambiental.

Uma equipe multidisciplinar de policiais do BPA fará deslocamento até municípios vizinhos onde será ministrado instruções de policiamento ambiental por um período de seis dias, com aulas teóricas e práticas, com carga horaria aproximada de 60

desmatamento e queimadas.

horas.

6	Policiais militares realizarão intercambio com outras Policias Militares Ambientais ou outras instituições em busca de maior qualificação e experiências exitosas ao combate do desmatamento
7	Missões habitualmente noturnas com duração de 10 dias o qual será realizado patrulhamento abordagens e verificações de áreas de exploração madeireira, próximo as fronteiras do Estado.
8	Será promovido encontro com comunidades indígenas, orientações sobre queimadas e desmatamento, e também será realizado visitas nas propriedades vizinhas a áreas indígenas, com objetivo de inibir invasões e conflitos.



ESTADO DO ACRE CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DIRETORIA DE PLANEJAMENTO - DPLAN

PROGRAMA REM ACRE FASE II PLANEJAMENTO - ANO 2020-2021

1.Subprograma:

Subprograma 6.1b. Fortalecimento do SISA

Programa de Redução do Desmatamento e Conservação Ambiental/REDD Early Movers (REM) Acre – Fase II (KfW)

2. órgão Subexecutor:

Corpo de Bombeiros Militar do Acre

3. Título do Projeto:

Prevenção e Combate ao Desmatamento e Queimada (CBMAC)

4. Objetivo:

Os incêndios são uma das mais importantes fontes de danos aos ecossistemas florestais nas regiões em desenvolvimento. Combater os incêndios florestais, apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Acre, por meio de capacitação aos produtores Rurais e formação de Brigadas para o combate aos incêndios florestais, palestras informativas de educação ambiental nas escolas da zona urbana e zona rural e Comunidades locais, alunos e professores, indígenas entre outros entes que estão diretamente envolvidos no processo de conservação e proteção ambiental.

A pressão que essas áreas florestais sofrem devido a necessidade de novas áreas destinadas às atividades agropecuárias têm aumentado consideravelmente o número de incêndios e a extensão das áreas queimadas. Os incêndios, além dos inúmeros danos aos ecossistemas florestais, têm importância ecológica fundamental devido sua influência sobre a poluição atmosférica e mudanças climáticas, que têm impactos diretos e indiretos sobre os habitats e os ecossistemas. A rapidez e a eficiência na detecção e monitoramento dos incêndios florestais é fundamental para a viabilização do controle do fogo, redução dos custos nas operações de combate e atenuação dos danos. Portanto, os métodos de detecção e monitoramento de incêndios florestais são fundamentais para o planejamento do controle, bem como para o dimensionamento dos efeitos produzidos pelo fogo sobre o ambiente.

Aquisições de veículos e equipamentos de apoio para os Batalhões de Educação, Proteção e Combate a Incêndios Florestais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre.

GOVERNO DO ACRE SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG PROGRAMA REM ACRE FASE II ANO 2020-2021

1.Subprograma:

Fortalecimento e consolidação do SISA – Comando e Controle

2. órgão Subexecutor:

Centro Integrado de Operações Aéreas - CIOPAER

3. Título do Projeto:

Fortalecimento das ações de fiscalização ambiental no Centro Integrado de Operações Aéreas - CIOPAER, através da modernização operacional e de informação para ações integradas no meio aéreo e terrestre

4. Objetivo:

Fortalecer as ações de Comando e Controle, em matéria de controle ambiental aéreo de prevenção, fiscalização, controle e repressão ao desmatamento ilegal, queimadas e incêndios florestais no Estado do Acre

5. Justificativa

De 01 janeiro a 10 de outubro de 2019 <u>na Amazônia Legal foram detectados 100.409 focos de queimadas</u>, segundo dados do satélite de referência (AQUA TARDE), dos quais 28 % localizavam-se no estado do Mato Grosso (28.081), 18 % em Pará (18.203) e 12 % em Tocantins (12.067).

O Acre ocupou o 7° lugar, com 6.678 focos de queimadas registrados em 2019, representando 6 %, dos focos de queimadas acumulados na Amazônia Legal. Entretanto, cerca de 3.051 ocorreram no mês de agosto, representando aproximadamente 46 % de todo o acumulado anual, especialmente nos municípios de <u>Feijó com 1.72 focos, Sena Madureira (849), Tarauacá (719), Rio Branco (610) e Brasileia (553)</u>, os mais afetados por queimadas no período.

Neste mesmo período, as Unidades de Conservação, apresentaram 1.319 focos, sendo as mais afetadas a Reserva Extrativista Chico Mendes (840) e a Resex Alto Juruá (133). As Terras Indígenas apresentaram 209 focos e as mais afetadas foram a TI Mamoadade e a TI Alto Rio Purus. Quanto as demais categorias fundiárias, as propriedades particulares lideram com 1.512 focos de queimadas acumulados até 10 de outubro, seguidas pelos projetos de assentamento com 1.435 focos, áreas discriminadas sem destinação, com 1.309 e áreas sem estudos discriminatórios, com 627 focos.

Quanto ao desmatamento, inúmeras são as causas da variação nas taxas, dentre as quais as correlacionadas a questões econômicas e sociais interligadas a fatores como o ciclo pecuária-desflorestamento-madeireira, preço das commodities agropecuárias, agricultura, conflitos sociais, grilagem de terras, pequena escala da atividade madeireira, queimadas e falta de infraestrutura regional (NEPSTAD et al., 2009; VIANA et al., 2007; KAIMOWITZ et al., 2004; KRUG, 2001; SCARCELLO e BIDONE, 2007; BARRETO et al., 2011; FERARNSIDE, 2001).

Com base nisso, elaborar estratégias e políticas que envolvam todos esses pontos é um grande desafio para os governos da Amazônia. Através do Projeto de Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite - Prodes o Instituto de Pesquisas Espaciais – Inpe realiza o monitoramento da cobertura da Amazônia Legal, classificando o desmatamento por corte raso, isto é, a remoção completa da cobertura florestal primária de áreas a partir de 6,25 hectares, utilizando imagens de satélite. As taxas anuais do Prodes para a Amazônia Legal são estimadas a partir dos incrementos de desmatamento identificados em 215 cenas do satélite Landsat (INPE, 2019a).

As taxas anuais de desmatamento são publicadas pelo Instituto de Pesquisas Espaciais - Inpe, a partir do Projeto de Monitoramento do Desflorestamento da Amazônia Legal — Inpe/Prodes, cujo monitoramento obedece ao calendário florestal, cujos dados podem ser obtidos na plataforma TerraBrasilis. De agosto de 2018 a julho de 2019 para a Amazônia Legal identificou-se uma taxa de desmatamento de 9.762 km², representando um aumento de 30 % na Amazônia Legal em relação a 2018. O estado do Acre teve um aumento de 55 % no ano florestal 2018/2019.

O incremento do desmatamento no período 2018/2019 no Acre foi de aproximadamente 64 mil ha, representando aproximadamente 0,4 % da extensão territorial do estado. De modo geral a distribuição do desmatamento no estado tem relação com a estrutura de ocupação territorial, concentrado principalmente no Vale do Acre, ao redor dos centros urbanos e ao longo dos grandes rios e rodovias, com destaque para as rodovias federais BR 364 e BR 317. Estes eixos, em geral relacionam-se com o processo de escoamento da produção familiar nos projetos de assentamento e nas áreas discriminadas. Os desmatamentos no estado do Acre em 2019 ocorreram principalmente nos meses de agosto (48,6 mil ha), representando 75%, em julho (12,5 mil há – 19 %) e em setembro (3,6 mil há – 6%).

As regionais que apresentaram maior área desmatada em 2019 foram Baixo Acre com mais de 19 mil hectares e Tarauacá/Envira com cerca de 16 mil hectares, enquanto a regional do Juruá apresentou a menor extensão de área desmatada, cerca de 3 mil

hectares. A distribuição do incremento de desmatamento em 2019, por município, indica que Feijó possui a maior extensão de áreas de florestas convertidas, com 8.846,4 ha, seguido por Sena Madureira (8.126,3 ha), Rio Branco (7.894,6 ha), Tarauacá (6.479,4 ha) e Xapuri (5.676,8 ha).

Diante da situação acima vivenciada, o Centro Integrado de Operações Aéreas, - CIOPAER, órgão subornado à Secretaria e Estado de Justiça e Segurança Pública, em consonâncias com as atividades voltadas à Segurança Pública da sociedade acreana, em especial ações de preservação ambiental, pretende fortalecer ainda mais as ações de comando e controle na prevenção do desmatamento ilegal, bem como, no controle das queimadas desordenadas, por meio de estratégias como a realização de ações de Prevenção, Monitoramento e Fiscalização Ambiental; e, Implementação, Empoderamento e Estruturação de Políticas Ambientais.

Neste sentido, a realização dessas ações, com uso de aeronaves, tripuladas ou não, imputa ao CIOPAER exercer um papel preponderante no processo, pois viabiliza <u>o</u> monitoramento da cobertura de grandes extensões de áreas, bem como, alcançar aquelas <u>de difícil acesso, com menor tempo de resposta</u>.

Cabe destacar que tendo sido criado no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), através de Decreto Estadual 4.565, de 11 de setembro de 2009, o Centro Integrado de Operações Aéreas (CIOPAER), órgão responsável por operacionalizar a atividade aviação de segurança pública no Estado do Acre, utilizando-se de aeronaves tripuladas e não tripuladas em apoio a órgãos que direta ou indiretamente combatem o desmatamento da Floresta Amazônica, a exemplo dos Órgãos do Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP, em especial à Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, em multimissões, como: radio patrulhamento aéreo, salvamentos, resgates, combates a incêndio, transportes aeromédicos, transportes de dignitários, dentre outros, as quais se revestem de um caráter operacional de risco elevado, necessitando para o atendimento destas demandas, as intervenções de manutenção especializadas para garantir o funcionamento em conformidade com a normatização de segurança operacional;

Outro aspecto importante a ser mencionado é que através do controle aéreo é possível aferir a acurácia das imagens de satélite pelas equipes de campo, por meio de constatação *in loco*, reduzindo, desta maneira, os possíveis erros de classificação das imagens; além de otimizar a identificação de áreas desmatadas, atividades industriais irregulares em Áreas de Preservação Permanente – APP's, queimadas, pesca ilegal, entre outras atividades prejudiciais ao meio ambiente.

Neste sentido, objetiva-se posicionar as aeronaves em pontos estratégicos de área de abrangência, especificamente nos municípios de Cruzeiro do Sul e Rio Branco, para realização das operações de comando e controle aéreo. A metodologia proposta baseia-se na otimização dos recursos a serem aplicados, cuja área de atuação estará voltada em duas projeções no Estado, qual seja, operações destinadas para o Vale do Juruá; e operações para o Vale Acre, reduzindo os custos operacionais quando se refere aos parâmetros de deslocamento e tempo de voos.

Por fim, se pleiteia o remanejamento do saldo remanescente do biênio 2018-2019 de R\$ 194.833,77 (cento e noventa e quatro mil oitocentos e trinta e três reais e setenta e sete centavos) visando ao custeio de manutenção e abastecimento dos veículos, bem como o pagamento de diárias e passagens aéreas para operações, capacitação e demais eventos relacionados ao objeto da cooperação, permitindo a execução de 50 (cinquenta) missões, a ser realizada pela SEJUSP/CIOPAER, ampliando a capacidade de prevenção e combate aos crimes ambientais em todo o Estado.

6.a. Metas para o ano de 2020:

- ➤ Realizar 25 missões integradas, tanto de caráter preventivo quanto repressivo, com instituições Estaduais para combate de ilícitos ambientais, priorizando unidades de conservação e florestas públicas;
- Manter as viaturas do CIOPAER aptas à execução das missões de comando e controle com a adequada manutenção preventiva e corretiva e fornecimento de combustível;
- Capacitar 12 (doze) servidores do CIOPAER para pilotagem das aeronaves não tripuladas (drone) por meio de cooperação com Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, na qual o CIOPAER-AC custeará a dois instrutores passagens e diárias.
- ➤ Capacitar 03 (três) servidores do CIOPAER para o exercício da função de tripulante operacional de aeronaves por meio de cooperação sem ônus para o Estado do Acre com instituição de outro Estado que oferte no biênio 2020-2021 o curso de Operador Aerotático ou similar, no qual o CIOPAER custeará apenas passagens e diárias aos servidores:
- ➤ Manter o efetivo do Centro Integrado de Operações Aéreas certificado no tocante às condições médicas e habilitações aeronáuticas, exigidas pela Agência Nacional da Aviação Civil − ANAC, no qual o CIOPAER custeará apenas passagens e diárias aos servidores;

6.b. Metas para o ano de 2021:

- ➤ Realizar 25 missões integradas, tanto de caráter preventivo quanto repressivo, com instituições Estaduais para combate de ilícitos ambientais priorizando unidades de conservação e florestas públicas;
- Manter as viaturas do CIOPAER aptas à execução das missões de comando e controle com a adequada manutenção preventiva e corretiva e fornecimento de combustível;
- ➤ Capacitar 03 (três) servidores do CIOPAER para o exercício da função de tripulante operacional de aeronaves por meio de cooperação sem ônus para o Estado do Acre com instituição de outro Estado que oferte no biênio 2020-2021 o curso de Operador Aerotático ou similar, no qual o CIOPAER custeará apenas passagens e diárias aos servidores:
- ➤ Manter o efetivo do Centro Integrado de Operações Aéreas certificado no tocante às condições médicas e habilitações aeronáuticas, exigidas pela Agência Nacional da Aviação Civil − ANAC, no qual o CIOPAER custeará apenas passagens e diárias aos servidores;

7. Atividades (PDI):

- Contratação dos serviços de manutenção e aquisição de peças de veículos;
- Contratação de empresa para gerenciamento de aquisição de combustível veículos;
- Contratação de serviços de fornecimento de passagem aéreas e hospedagem para operações, capacitação e demais eventos relacionados ao objeto da cooperação;
- Pagamento de diárias para operações, capacitação e demais eventos relacionados ao objeto da cooperação

8. Resultados Esperados

- Realização de 50 missões integradas, tanto de caráter preventivo quanto repressivo, com instituições Estaduais para combate de ilícitos ambientais e desmatamento ilegal, priorizando unidades de conservação e florestas públicas;
- Viaturas do CIOPAER aptas a execução das missões de comando e controle com a adequada manutenção preventiva e corretiva e fornecimento de combustível;
- ➤ O efetivo do Centro Integrado de Operações Aéreas devidamente certificado no tocante às condições médicas e habilitado, conforme, conforme exigências aeronáuticas da Agência Nacional da Aviação Civil ANAC:

- > 06 (seis) servidores do CIOPAER capacitados para o exercício da função de tripulante operacional de aeronaves;
- ➤ 12 (doze) servidores do CIOPAER capacitados para a pilotagem de aeronaves não tripuladas (drone);

9. 0	Órgão Subexecutor:	Centro Integrado de Operações Aéreas - CIOPAER
	3	

10. Subprograma: Fortalecimento e consolidação do SISA - Comando e Controle

11. ATIVIDADES E ESTIMATIVA DE CUSTO (R\$ 1,00)

Código PDI	Atividades	Área de abrangência	Dura	ação	Indicador I	Físico	С	usto
			Início	Término	Unidade	Quant	Unitário	Total
	Contratação dos serviços de manutenção e aquisição de peças de veículos.	Em razão da natureza do	07/2020	11/2021	Contrato assinado	01	R\$ 19.873,77	R\$ 19.873,77
	Contratação empresa de gerenciamento de combustível veículos.	transporte aéreo, as ações irão abranger os	07/2020	11/2021	Contrato assinado	01	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
	Contratação de serviços de fornecimento de passagem aéreas e hospedagem para operações, capacitação e demais eventos relacionados ao objeto da cooperação	do Acre, conforme	07/2020	11/2021	Passagem aérea	25*	R\$ 2.000,00*	R\$ 50.000,00
	Pagamento de diárias para operações, capacitação e demais eventos relacionados ao objeto da cooperação	do CIOPAER.	07/2020	11/2021	Diária	200	R\$474,80**	R\$ 94.960,00
							TOTAL	R\$ 194.833,77

^{*} Valor estimativo

12. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

					ı	PRAZO	S/202	0				
	META	: Rea	lizar 2	5 miss	ões int	egrada	s, tan	to de	carátei	r preve	ntivo q	uanto
TAREFAS	repre	ssivo,	com in	stituiçõ	ies Es	taduais	para	comb	ate de	ilícitos	s ambi	entais
	prioriz	zando ι	unidade	es de co	onserv	ação e	florest	as púb	licas.			
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Contratação dos serviços de manutenção e de abastecimento de veículos							Χ					
Capacitar 03(três) servidores do CIOPAER para o exercício da função de tripulante										3		
operacional de aeronaves										3		
Contratação de serviços de fornecimento de passagem aéreas e hospedagem para							Х					
operações, capacitação e demais eventos relacionados ao objeto da cooperação							^					
Realização de sobrevoos nas áreas de florestas localizadas na Regional do Baixo Acre								1	1	1	1	1
Realização de sobrevoos nas áreas de florestas localizadas na Regional do Alto Acre								1	1	1	1	1
Realização de sobrevoos nas áreas de florestas localizadas na Regional do Tarauacá/Envira								1	1	1	1	1
Realização de sobrevoos nas áreas de florestas localizadas na Regional do Vale do Juruá								1	1	1	1	1
Realização de sobrevoos nas áreas de florestas localizadas na Regional do Purus								1	1	1	1	1
Organização de reunião técnica entre a SEJUSP/CIOPAER e órgãos de proteção ambiental,												
a exemplo da SEMA, IMAC, CBMAC, BPA, visando planejar e promover as orientações								Х				
quanto as missões a serem realizadas ao longo da execução desse plano de trabalho												

^{**} Valor apenas de referência, pois a despesa obedecerá ao Decreto Estadual nº 6.854, de 30 de dezembro de 2002

Organização de reunião técnica entre a SEJUSP/CIOPAER, e órgãos de proteção ambiental, a exemplo da SEMA, IMAC, CBMAC, BPA, visando a apresentação e discussão das informações obtidas ao longo da execução desse plano de trabalho						Х
Elaboração de relatório final contendo as atividades realizadas, os resultados obtidos, bem como as dificuldades encontradas na execução do plano de trabalho						Х

Obs: Inserir metas físicas sempre que for possível

	META	\ : Real	lizar 25	missõe		PRAZO gradas,		-	iter pre	eventivo	o quant	to
TAREFAS			com ins unidade							itos am	bientais	S
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Capacitar 03(três) servidores do CIOPAER para o exercício da função de tripulante						3						
operacional de aeronaves						_						
Realização de sobrevoos nas áreas de florestas localizadas na Regional do Baixo Acre	1		1			1		1	1			
Realização de sobrevoos nas áreas de florestas localizadas na Regional do Alto Acre	1			1		1		1		1		
Realização de sobrevoos nas áreas de florestas localizadas na Regional do Tarauacá/Envira		1		1			1	1		1		
Realização de sobrevoos nas áreas de florestas localizadas na Regional do Vale do Juruá		1			1		1		1		1	
Realização de sobrevoos nas áreas de florestas localizadas na Regional do Purus			1		1			1	1		1	
Organização de reunião técnica entre a SEJUSP/CIOPAER e órgãos de proteção ambiental,												
a exemplo da SEMA, IMAC, CBMAC, BPA, visando planejar e promover as orientações	X											
quanto as missões a serem realizadas ao longo da execução desse plano de trabalho												
Organização de reunião técnica entre a SEJUSP/CIOPAER, e órgãos de proteção ambiental,												
a exemplo da SEMA, IMAC, CBMAC, BPA, visando a apresentação e discussão das											Х	
informações obtidas ao longo da execução desse plano de trabalho												
Elaboração de relatório final contendo as atividades realizadas, os resultados obtidos, bem												x
como as dificuldades encontradas na execução do plano de trabalho												

13. Públic	13. Público Beneficiários (extrativistas, agricultores familiares, indígenas)								
Meta	Especificação Quantidade								
		Famílias	Individual	Total					
1	Realização de 50 missões integradas, tanto de caráter preventivo quanto repressivo, com instituições Estaduais para combate de ilícitos ambientais e desmatamento ilegal, priorizando unidades de conservação e florestas públicas;		870.000*	870.000*					
2	Capacitação servidores do CIOPAER para pilotagem das aeronaves não tripuladas (drone).		12	12					
3	Capacitação servidores do CIOPAER para o exercício da função de tripulante operacional de aeronaves;		06	06					

Obs: Considerando a natureza de plataforma de observação das ações de comando e controle aérea, a estimativa de público beneficiado é de difícil indicação. As ações acabam tendo como beneficiados toda a população acreana atualmente estimada em 870.000 habitantes

14. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO (como as atividades serão realizadas)

Meta	Forma de construção /aquisição, utilização e administração por meta programada
1	Realização de 25 sobrevoos nas áreas de florestas localizadas nos municípios acreanos, em 2020, após reunião técnica entre a SEJUSP/CIOPAER e órgãos de proteção ambiental, a exemplo da SEMA, IMAC, CBMAC, BPA, visando planejar e promover as orientações quanto as missões a serem realizadas. Estabelecer ações de Controle Aéreo Ambiental de prevenção, fiscalização, controle e repressão ao desmatamento ilegal, queimadas e incêndios florestais no Estado, elencando as diretrizes e competências necessárias que deverão ser executadas
2	Realização de 25 sobrevoos nas áreas de florestas localizadas nos municípios acreanos, em 2020, após reunião técnica entre a SEJUSP/CIOPAER e órgãos de proteção ambiental, a exemplo da SEMA, IMAC, CBMAC, BPA, visando planejar e promover as orientações quanto as missões a serem realizadas. Estabelecer ações de Controle Aéreo Ambiental de prevenção, fiscalização, controle e repressão ao desmatamento ilegal, queimadas e incêndios florestais no Estado, elencando as diretrizes e competências necessárias que deverão ser executadas

GOVERNO DO ACRE SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG PROGRAMA REM ACRE FASE II ANO 2020-2021

1.Subprograma:

Subprograma Fortalecimento do SISA e Mecanismos de REDD.

2. órgão Subexecutor:

Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC

3. Título do Projeto:

Fiscalização, Comando e Controle ambiental.

4. Objetivo:

O projeto visa fortalecer e ampliar as atividades de controle ambiental (licenciamento, monitoramento e fiscalização) de forma a subsidiar a redução de emissões do desmatamento e a degradação florestal no estado do Acre.

5. Justificativa

O Instituto de Meio do Acre - IMAC já desenvolve diversas ações que visam o controle do desmatamento e das queimadas em todo o Estado. É uma autarquia vinculada à SEMA, sendo o executor da Política de Meio Ambiente no Estado, tem como principais atribuições o licenciamento, o monitoramento e a fiscalização ambiental de atividades potencialmente poluidoras e/ou degradadoras do meio ambiente e, ainda, daquelas que se utilizam dos recursos naturais.

Trabalha também de forma preventiva, através da Divisão de Educação e Difusão Ambiental, ministrando palestras em escolas, comunidades e associações objetivando esclarecer sobre a importância da preservação ambiental e do uso racional dos recursos naturais.

Para o desenvolvimento das diversas ações que visam a efetivação do Controle Ambiental, a equipe técnica do IMAC realiza rotineiramente: análises documentais, análises de imagens de satélite e vistorias *in loco*. As atividades de campo são as ações mais dispendiosas, dentre os principais custos, podem-se destacar: gastos com combustíveis, manutenção de veículos, diárias e materiais de apoio (Câmera Digital, GPS, Trena, Colete de Identificação etc).

No entanto, todos esses investimentos são necessários para que possa realizar as atividades que lhe são inerentes, e de forma eficiente. Outrossim, salientamos que somadas as atividades já descritas, o IMAC realiza, ainda, atendimentos de denúncias apresentadas pela população acreana, bem como as diligências solicitadas pelo Ministério Público Estadual e demais órgãos de controle.

Assim, o aporte extra de recursos provenientes do Programa Global REDD para Early Movers – REM/KFW, tem garantido o fortalecimento e a ampliação das atividades de comando e controle ambiental (licenciamento, monitoramento e fiscalização) de forma a subsidiar a redução de emissões do desmatamento florestal no estado do Acre.

6.a. Metas para o ano de 2020:

- Realizar 4 Mutirões ambientais contemplando as Regionais do Purus, Tarauacá, Envira e Juruá (os mutirões ambientais terão duração de 5 dias em cada localidade e contemplarão as seguintes ações: (1) ato de entrega de licenças ambientais aos setores produtivos; (2) oficinas de educação ambiental; (3) atendimento das áreas técnicas sobre licenciamento (florestal, indústria e serviços de infraestrutura, recursos hídricos e outorga, agropecuária); (4) atendimento jurídico; dentre outros).
- -Realizar 100 atividades de fiscalização/monitoramento.

6.b. Metas para o ano de 2021:

- Realizar 5 Mutirões ambientais contemplando as Regionais do Alto Acre, Purus, Tarauacá, Envira e Juruá (os mutirões ambientais terão duração de 5 dias em cada localidade e contemplarão as seguintes ações: (1) ato de entrega de licenças ambientais aos setores produtivos; (2) oficinas de educação ambiental; (3) atendimento das áreas técnicas sobre licenciamento (florestal, indústria e serviços de infraestrutura, recursos hídricos e outorga, agropecuária); (4) atendimento jurídico; dentre outros).
- Realizar 100 atividades de fiscalização/monitoramento.

7. Atividades (PDI):

4.2.1.5 - Fiscalização, Comando e Controle Ambiental.

8. Resultados Esperados:

Diminuição da taxa de desmatamento.

	_			
AN	O 2	202	()-2	021

9. Órgão Subexecutor:

IMAC

10. Subprograma Fortalecimento do SISA e Mecanismos de REDD.11. ATIVIDADES E ESTIMATIVA DE CUSTO (R\$ 1,00)

Código PDI	Atividades	Área de abrangência	Du	ração	Indicador Físico		Custo	
4.2.1.5	Fiscalização, Comando e Controle ambiental		Início	Término	Unidade	Quant	Unitário	Total
4.2.1.5	Aquisição de 2 caminhonetes para apoiar nas ações de fiscalização do IMAC	As ações irão abranger todos os municípios do Acre, com foco				-		10.200,00
4.2.1.5	Diárias Estaduais, Nacionais e Internacionais	nas áreas com maior índice de desmatamento e degradação	Jan/20	Dez/21				240.971,10
4.2.1.5	Contratação de Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica de apoio operacional e logístico as atividades de comando e controle (manutenção e seguro de veículos, combustível, material de expediente, reprografia, outros).	ambiental.	Jan/20	Dez/21				371.663,31
4.2.1.5	Contratação de Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica para fornecimento e emissão de passagens aéreas.		Jan/20	Dez/21				25.796,48
TOTAL								648.630,89

Obs:

12. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

						PRAZO:	S/2020							
TAREFAS	META 1: Realizar 100 atividades de fiscalização/monitoramento.													
1711121713	META 2: Rea	META 2: Realizar 4 mutirões ambientais, contemplando as Regionais do Purus, Tarauacá, Envira e Juruá.												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
Contratação de pessoas jurídicas para fornecimento														
de serviços e insumos							Х	Х	Х	Х	Х	Х		
Realização das ações de comando e controle (monitoramento, fiscalização e licenciamento)														
e educação ambiental								Х	Χ	Х	Χ	Х		

Obs: Inserir metas físicas sempre que for possível

			PRAZOS/2021												
	TAREFAS	META 1: Rea	alizar 100 at	ividades d	e fiscalizaçã	ăo/monitora	mento.								
	IAREFAS	META 2: Rea	alizar 5 Muti	rões ambie	entais, conte	emplando a	s Regionais	s do Alto Ac	re, Purus, 1	Γarauacá, Ε	nvira e Juru	ıá.			
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
	Contratação de pessoas														
j	urídicas para fornecimento														
(de serviços e insumos	Χ	X												
	Realização das ações de														
-	comando e controle														
(monitoramento,														
1	iscalização e licenciamento)														
(e educação ambiental	Χ	X	Χ	X	X	X	X	X	X	X				

9. Public	co Beneficiários (extrativistas, agricultores familiares, indíger	ias)		
Meta	Especificação		Quantidad	le
		Famílias	Individual	Total
1				
2				
3				
4				
5				
	dicar a quantidade de participação de jovens, mulheres e s nas atividades realizadas			
10. MET	ODOLOGIA DE EXECUÇÃO (como as atividades serão realiza	idas)		
Meta	Forma de construção /aquisição, utilização e administ	tração por	meta progra	amada
1				
2				
3				
4				
5				

GOVERNO DO ACRE SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG PROGRAMA REM ACRE FASE II ANO 2020-2021

1.Subprograma:

Fortalecimento do SISA e instrumentos de REDD+

2. Orgão Subexecutor:

Instituto de Terras do Acre - ITERACRE

3. Título do Projeto:

REGULARIZAÇÃO DOS VAZIOS FUNDIÁRIOS

4. Objetivo:

- 1. Promover a regularização fundiária de áreas sem definição nas regionais do Alto e Baixo Acre, com a realização de trabalho de identificação, cadastro e georreferenciamento.
- Modernizar a infraestrutura de dados e comunicação do ITERACRE para criação de base de dados única geoespacializada, a fim de permitir a integração com as bases de informações das políticas ambientais e agrárias.

5. Justificativa

O Programa REM Fase II tem como propósito incentivar a conservação das florestas e a redução de emissões de carbono de modo a contribuir para a mitigação das mudanças do clima, especialmente do aquecimento global. Também consiste na remuneração ou "premiação" sobre resultados (ex-post) de reduções de emissões de gases de efeito estufa oriundos do desmatamento, com recursos de Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) no âmbito da Cooperação Financeira Alemã e agora, com a parceria do Reino Unido/BEIS.

Com o intuito de apoiar a redução de emissão de Gases de Efeito Estufa – GEE e a conservação florestal, serão realizadas ações de regularização fundiária de áreas sem definição fundiária das áreas denominadas de "Vazios Fundiários, por meio da realização de identificação, cadastro e georreferenciamento das posses localizadas nas regionais do Alto e Baixo Acre.

Essas caracterizam-se por serem áreas que não apresentarem informações da situação fundiária da propriedade, ou seja, que não são constantes em bases de dados oficiais, as quais foram o produto da unificação de todas as bases de dados repassadas e as disponíveis em plataformas on line, a saber: FUNAI, ICMBIO, INCRA, IMAC, ZEE-AC, ITERACRE.

Os municípios de abrangência da ações são: Acrelândia, Brasiléia, Epitaciolândia, Capixaba, Bujari, Assis Brasil, Plácido de Castro, Rio Branco, Porto Acre, Senador Guiomard e Xapuri, onde incidem uma grande quantidade de focos de desmatamento e queima, num total de 625.612,8 há (Relatório REM/2019/ITERACRE,) sendo áreas de fragilidade para o monitoramento de emissões de GEE.

Desta forma, a identificação destas áreas representa um avanço na complementação das bases de georreferenciamento do Estado, para subsidiar as ações de comando e controle das políticas ambientais, auxiliando na identificação da dinâmica do desmatamento em relação às classes fundiárias.

Contribuindo de forma efetiva para as ações de Programa REM Fase II, com dados fundiários que possibilite uma análise de estoque-fluxo baseia-se na quantidade de recursos florestais e na redução do desmatamento de cada uma das categorias fundiárias mais precisos.

6.a. Metas para o ano de 2020:
Identificar e Cadastrar 190 posses. ¹
identifical e cadastral 150 posses.
6.b. Metas para o ano de 2021:
Identificar e Cadastrar 1012 posses.
7. Atividades (PDI):
 Ações de identificação e cadastro das áreas que não possuem informações fundiárias na regionais do Alto e Baixo Acre, a fim de subsidiar as políticas ambientais e agrárias; Georreferenciamento das áreas que não possuem informações fundiárias nas regionais do Alto Baixo Acre.
8. Resultados Esperados:
 Resolução dos problemas das áreas de indefinição fundiária na região do alto e baixo acre contribuindo para a mitigação de conflitos agrários;
 Modernização do ITERACRE, para servir de apoio às políticas públicas que necessitam d informações georreferenciadas;
 Resolução dos problemas das áreas de indefinição fundiária, contribuindo para a mitigação d conflitos agrários.

 $^{^1}$ Foram reduzidas 160 posses para identificação, que correspondem as posses que não puderam ser identificadas em campo durante o período da pandemia.

ANO 2020-2021

INSTITUTO DE TERRAS DO ACRE - ITERACRE 9. Órgão Subexecutor:

10. Subprograma 03: Fortalecimento do SISA e Instrumentos de REDD+ 11. ATIVIDADES E ESTIMATIVA DE CUSTO (R\$ 1,00)

Código PDI	Atividades	Área de abrangência	Dur	ação	Indicador I	fsico		Custo
3.1.2.4.2.1.7	Cadastro das posses Regularização Fundiária		Início	Término	Unidade	Quant.	Unitário	Total
3.1.2.1	Cadastramento de 1.202 posses. ²	Municípios de Acrelândia, Brasiléia, Epitaciolândia,	Jan/20	Dez/21	serviço	1.362	78,01	106.250,00
3.1.2.2	Identificação Cartorial de 1.202 posses.	Capixaba, Bujari, Assis Brasil, Plácido de Castro, Rio	Jan/20	Dez/21	serviço	1.362	78,01	106.250,00
3.1.2.3	Georreferenciamento de 1.202 posses.	Branco, Porto Acre, Senador Guiomard e Xapuri.	Jan/21	Dez/21	serviço	100	3.700,00	370.000,00
TOTAL		,						582.500,00

Obs:

² Foram reduzidas 160 posses para identificação, que correspondem as posses que não puderam ser identificadas em campo durante o período da pandemia.

12. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

	PRAZOS/2020												
TAREFAS	META: Ider	ntificar e Ca	dastrar 19	90 posses.									
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
1.Reunião de Alinhamento sobre missão de Monitoramento do KFW ao Programa REM Acre.	executado												
2.Planejamento Operacional das atividades a serem executadas.		executado											
3.Reunião de Alinhamento com a Coordenação do Programa REM no ITERACRE e Departamento de Planejamento.		executado											
4. Planejamento Operacional das atividades (logística) da execução das atividades de campo por município.													
5.Cadastro das posses por município.													
6.Identificação cartorial das posses cadastradas por município.													
7. Abertura dos processos e inclusão dos cadastros no SITACRE.													
8. Elaboração dos Relatórios Técnicos das atividades executadas.													

	PRAZOS/2021												
TAREFAS	META: Identificar e Cadastrar 1012 posses.												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
1.Reunião de Alinhamento													
com a Coordenação do													
Programa REM no ITERACRE													
e Departamento de													
Planejamento.													
2.Planejamento Operacional													
das atividades (logística) da													
execução das atividades de													
campo por município.													
3.Cadastro das posses por													
município.													
4.Identificação cartorial das													
posses cadastradas por													
município.													
5. Georreferenciamento das													
posses identificadas sem													
impedimento jurídico.													
6.Abertura dos processos e													
inclusão dos cadastros no													
SITACRE.													
7. Elaboração dos Relatórios													
Técnicos das atividades													
executadas.													

Meta		Especificação		Quantida	nde	
			Famílias	Individual*	Total	
a. 1		 Regularizar 1.362 posses que não possuam impedimentos jurídicos nas regiões do Alto e Baixo Acre. 	1.362	*		
por meio	do La	ó poderá ser mensurado após realização cadastral udo de identificação Fundiária – LIF.				
10. ME	TODO	DLOGIA DE EXECUÇÃO (como as atividades s	erão rea	lizadas)		
Meta		Forma de construção /aquisição, utilização e administraç	ão por meta	programada		
1.	d. e. f. g.	Reunião de Alinhamento com a Coordena ITERACRE e Departamento de Planejamento. Planejamento Operacional das atividades atividades de campo por município Cadastro das posses por município. Identificação cartorial das posses cadastradas p Abertura dos processos e inclusão dos cadastro Elaboração dos Relatórios Técnicos das atividades de Coordena de Coord	(logística oor munic os no SIT,) da ex ípio. ACRE.		das
2.	b. c. d.	Planejamento Operacional das atividades atividades de campo por município Cadastro das posses por município. Identificação cartorial das posses cadastradas posses cadastradas e Georreferenciamento das posses identificadas e Abertura dos processos e inclusão dos cadastro Elaboração dos Relatórios Técnicos das atividades estados e cadastros das atividades estados e cadastros estados estados e cadastros estados estados e cadastros e cada	oor munic sem impe os no SIT	eípio. edimento ACRE.	-	das

GOVERNO DO ACRE SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG PROGRAMA REM ACRE FASE II ANO 2020-2021

1.Subprograma:

Subprograma 02: Subprograma Produção Familiar Sustentável

2. órgão Subexecutor:

Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC

3. Título do Projeto:

Fortalecimento da cadeia produtiva de óleos vegetais, látex, cacau e bambu, com destaque para Juventude e Gênero.

4. Objetivo:

Apoiar organizações comunitárias extrativistas no desenvolvimento das atividades de extração, beneficiamento e comercialização de óleos vegetais, látex, cacau e bambu, por meio de assistência técnico-laboratorial, consultorias para a gestão de negócio, oferta de cursos de gerenciamento administrativo, operacional e de marketing e estruturação física das unidades produtivas.

5. Justificativa

Desde sua criação (1987), a Fundação de Tecnologia do Estado do Acre – FUNTAC vem implementando ações destinadas à conservação de florestas na Amazônia. Frente aos objetivos do Programa REM FASE II, seu compromisso é contribuir com a implementação do Subprograma Produção Familiar Sustentável, apoiando pequenos produtores rurais no manejo responsável dos recursos florestais não madeireiros, impactando positivamente na redução do desmatamento de florestas nativas. A partir de 2005, a FUNTAC vem investindo fortemente na parceria com comunidades extrativistas para o desenvolvimento das cadeias produtivas de sementes e óleos vegetais nativos e látex. Em 2015, integrou às ações de fortalecimento do manejo de PFNM, o apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas do bambu e cacau nativo.

O REM FASE II associa-se a outros projetos em andamento ou executados (CVT Bambu, Paisagens Sustentáveis da Amazônia e PDSA II, Projeto WWF, Sementes do Acre, Verticalização da Cadeia Produtiva de Óleos e FINEP), estabelecendo uma sinergia e complementariedade, tendo como objetivo comum o fortalecimento das cadeias produtivas determinadas. A integração de recursos financeiros e técnicos, permite que a FUNTAC mantenha comunidades todas atualmente ações com de regionais AMOPREAB/Saboaria Xapuri da Resex Chico Mendes (Xapuri, Brasiléia, Assis Brasil e Sena Madureira), Associação dos Seringueiros Cazumbá-Iracema/Resex Cazumbá-Iracema (Sena Madureira e Manuel Urbano), AMOPRESEMA (Sena Madureira), Associação Mamoré, Associação Tauari e COOPERMOGNO (Tarauacá), Associação Igarapé Branco (Cruzeiro do Sul), CÓOPERCINTRA E AMURALHA (Rodrigues Alves) e COOPFRUTOS (Mâncio Lima) e pequenos agricultores coletores de bambu (Porto do Acre).

Tendo como finalidade potencializar os benefícios sociais, econômicos e ambientais esperados com a execução do Subprograma Produção Familiar Sustentável, o REM FASE II fortalece o compromisso da FUNTAC com as comunidades extrativistas na geração e difusão de conhecimentos, pesquisas e estruturação da cadeia de óleos florestais, bambu, cacau e látex. Impactará positivamente a conservação das florestas naturais, o alcance das metas de redução do desmatamento e o aumento dos benefícios às comunidades parceiras do Programa. Destaca-se que a FUNTAC definiu ações objetivas que valorizam a abordagem de juventude e gênero, tema estabelecido como um dos pilares para consolidação da Estratégia de Repartição de Benefícios do Programa REM ACRE FASE II.

A maior parte das ações estabelecidas no POA estão sendo desenvolvidas em áreas que a FUNTAC já atuava, como na região de Rodrigues Alves, Tarauacá e Xapuri. No entanto, estão sendo implementadas ações em novas áreas, como as comunidades da Resex Chico Mendes na região do Rio Iaco, e as comunidades ribeierinhas dos rios Tarauacá, Muru, Acuraua, Gregório e Tauari.

6.a. Metas para o ano de 2020:

1. Para a cadeia produtiva do bambu.

- 1.1. Instalar 1 (uma) bambuzeria para a produção de matéria-prima e subprodutos de bambu.
- 1.2. Apoiar 5 (cinco) famílias na produção e comercializando de produtos de bambu;
- 1.3. Firmar 1 (um) acordo de cooperação técnica entre Funtac e organização comunitária para desenvolvimento da cadeia produtiva do bambu.

2. Para a cadeia produtiva do cacau.

- 2.1. Realizar 1 (um) mapeamento participativo do cacau em área de floresta nativa de uso comunitário.
- 2.2. Instalar 1 (um) viveiro comunitário para a produção de mudas de cacau nativo.
- 2.3. Firmar 1 (um) acordo de cooperação técnica entre Funtac e organização comunitária para desenvolvimento da cadeia produtiva.

3. Para a cadeia produtiva de oleaginosas.

- 3.1. Implantar 3 (duas) áreas de pré-beneficiamento para coleta, fermentação e secagem de amêndoas e polpas.
- 3.2. Realizar 30 análises físico-químicas de espécies de oleaginosas.
- 3.3. Firmar 2 (dois) acordo de cooperação técnica entre Funtac e organização comunitária para desenvolvimento da cadeia produtiva.

Em razão da pandemia do novo corona vírus, todas as atividades de treinamentos e oficinas previstas para o ano de 2020 foram suspensas.

6.b. Metas para o ano de 2021:

1. Para a cadeia produtiva do bambu.

- 1.1. Instalar 1 (uma) para a produção de matéria-prima e subprodutos de bambu plantado.
- 1.2. Apoiar 50 (cinquenta) famílias na produção e comercialização de produtos de bambu.

2. Para a cadeia produtiva do cacau.

- 2.1. Realizar 1 (um) mapeamento participativo do cacau em área de floresta nativa de uso comunitário na Resex Chico Mendes realizado.
- 2.2. Capacitar 33 (trinta e três) famílias em coleta, extração e boas práticas no manejo de cacau nativo.
- 2.3. Implantar 1 (uma) área piloto de pré-beneficiamento para coleta, fermentação e secagem de amêndoas.
- 2.4. Firmar 1 (um) acordo de cooperação técnica entre Funtac e organização comunitária para desenvolvimento da cadeia produtiva do cacau nativo.

3. Para a cadeia produtiva de oleaginosas.

- 3.1. Capacitar 100 famílias em coleta, extração e boas práticas de manejo de óleos vegetais.
- 3.2. Implantar 2 (duas) áreas de pré-beneficiamento para coleta, fermentação e secagem de amêndoas e polpas de espécies oleaginosas.
- 3.3. Realizar 50 (cinquenta) análises físico-químicas de espécies de oleaginosas.
- 3.4. Fornecer 15 (quinze) laudos técnicos de espécies de oleaginosas.
- 3.5. Realizar 4 (quatro) oficinas de associativismo e cooperativismo.
- 3.6. Realizar 1 (um) encontro de integração institucional e beneficiários.
- 3.7. Firmar 1 (um) acordo de cooperação técnica entre Funtac e organização comunitária para desenvolvimento da cadeia produtiva.

Em razão da pandemia do novo corona vírus, as atividades previstas para o ano de 2021 podem ficar comprometidas.

7. Atividades (PDI):

- 1. Realizar 01 (uma) oficina em 5 (cinco) comunidades beneficiárias sobre a relação entre conservação das florestas e rios e proteção do clima
- 2. Apoiar 1 (uma) pesquisas (e difusão) de técnicas de plantios de cacau nativo;
- 3. Implantar 01 (um) sistema de gerenciamento da produção e comercialização em 05 (cinco) organizações comunitárias para inserção dos produtos das cadeias produtivas no mercado nacional e internacional;
- 4. Adquirir equipamentos e insumos para estruturar a coleta e beneficiamento das cadeias produtivas em 05 comunidades beneficiárias;
- 5. Realizar 2 (dois) intercâmbios para aperfeiçoamento e desenvolvimento de processos de produção e comercialização;
- 6. Realizar 1 (um) curso de boas práticas e capacitação em coleta e extração de cacau nativo;
- 7. Desenvolver 1 (uma) cesta de produtos comerciais a base de bambu nativo;
- 8. Desenvolver 1 (uma) cesta de produtos comerciais de fitoterápicos à base de óleos nativos;
- Qualificar 50 (cinquenta) mulheres, com prioridade para a juventude feminina, no gerenciamento técnico e administrativo da produção e da comercialização das cadeias produtivas.
- 10. Realizar 4 (quatro) oficinas comunitárias de cultivo e manejo do bambu nativo da espécie *guadua*;
- 11. Realizar 4 (quatro) oficinas comunitárias de uso do bambu na construção civil;
- 12. Realizar 1 (um) curso em 5 comunidades beneficiárias sobre gestão de negócios e cooperativismo;
- 13. Adquirir equipamentos analíticos laboratoriais para aprimoramento de qualidade das análises do Laboratório de Produtos Naturais da Funtac;
- 14. Realizar a reforma da estrutura física da Saboaria Xapuri;
- 15. Realizar a assistência técnica rural (ATER) em 05 comunidades beneficiárias;
- 16. Aquisição de equipamentos e insumos para a realização da assistência técnica rural (ATER);
- 17. Realizar 01 (um) curso de associativismo e cooperativos com a Associação de Mulheres do Assentamento Nova Cintra (AMURALHA)
- 18. Realizar (01) intercâmbio de mulheres com experiência de produção e mercado;

8. Resultados Esperados:

- 1. Difundir o entendimento comunitário sobre a relação entre conservação das florestas e rios e a proteção do clima;
- 2. Promover o conhecimento quanto a interação entre a conservação dos recursos florestais e mudanças climáticas;
- 3. Aumento da renda familiar com o fortalecimento da cadeia produtiva do bambu, cacau e oleaginosas para a geração de renda familiar;
- 4. Melhoria dos sistemas de gerenciamento e comercialização da produção;
- 5. Engajamento da juventude feminina nos espaços de gestão dos sistemas de gerenciamento e comercialização da produção;
- 6. Melhoria das infraestruturas de produção;
- 7. Inserção de cestas de produtos no mercado nacional e internacional.

ANO 2020-2021

9. Órgão Subexecutor: Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC

10. Subprograma 02: Subprograma Produção Familiar Sustentável

11. ATIVIDADES E ESTIMATIVA DE CUSTO (R\$ 1,00)

	ES E ESTIMATIVA DE CUSTO (R\$ 1,00)	Á d. ab. A. I		~ _ ~ _	1			4-
Código PDI	Atividades	Área de abrangência	Dura	içao	Indicador I	ISICO	Cı	usto
2.1.4.1	Fomento à estruturação, em processos de desenvolvimento tecnológico, garantindo proda produção de Óleos florestais.		Início	Térmi no	Unidade	Quant .	Unitário	Total
2.1.4.1.1	Contratação de Consultoria para Desenvolvimento e Aprimoramento de Produtos Fitoterápicos e Fitocosméticos com Insumos Naturais junto a Saboaria Xapuri e Amuralha.		Jul/20	Jun/21	Consultoria	1	88.432,80	88.432,80
2.1.4.1.2	Contratação de serviços de PJ para aluguel de 01 (um) veículo para realização das capacitações, treinamentos e acompanhamento das atividades na região do Juruá, Tarauacá-Envira e Alto Acre.		Jul/20	Nov/21	Serviço	1	106.388,00	106.388,00
2.1.4.1.3	Contratação de serviços de PJ, especializada em Gestão de Negócios e Cooperativismo para atendimento à Associação Igarapé Branco, Saboaria Xapuri, Coapex e Amuralha.	As seãos irãs abrangar es	Jul20	Jun/21	Consultoria	1	50.000,00	50.000,00
2.1.4.1.4	Aquisição de equipamentos analíticos laboratoriais para aprimoramento de qualidade das análises do Laboratório de Produtos Naturais da Funtac.	As ações irão abranger os municípios de Xapuri (Regional do Alto Acre), Cruzeiro do Sul e Rodrigues Alves (Regional do	Ago/20	Mar/21	Equipamento	DV	30.000,00	30.000,00
2.1.4.1.5	Aquisição de equipamentos (complementares) para estruturação da usina de beneficiamento de óleos vegetais da Associação Igarapé Branco e Coapex.	Juruá).	Ago/20	Jun/21	Equipamento	DV	110.000,00	110.000,00
2.1.4.1.6	Diárias Estaduais, Nacionais e Internacionais		Jan/20	Dez/21	Diárias	DV	81.155,42	81.155,42
2.1.4.1.7	Aquisição de materiais de consumo laboratoriais e de campo.		Ago/20	Mar/21	Material	DV	108.710,20	108.710,20
2.1.4.1.8	Manutenção de equipamentos e veículos		Ago/20	Nov/21	Manutenção	DV	40.000,00	40.000,00
2.1.4.1.9	Aquisição de combustível para as atividades de campo.		Ago/20	Mar/21	Combustível	DV	56;847,22	56.847,22
2.1.4.1.10	Aquisição de veículo utilitário, caminhonete 4x4, cabine dupla.		Jan/20	Jun/20	Veículo	1	166.500,00	166.500,00
2.1.4.1.11	Aquisição de mobiliário para as comunidades beneficiárias.		Ago/20	Mar/21	Mobiliário	DV	40.000,00	40.000,00
TOTAL								870.033,64

ANO 2020-2021
Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC 9. Órgão Subexecutor: Fundação de Tecnologia do Estado
10. Subprograma 02: Subprograma Produção Familiar Sustentável

11. ATIVIDADES E ESTIMATIVA DE CUSTO (R\$ 1.00)

II. AIIVIDADL	SEESTIMATIVA DE COSTO (K\$ 1,00)							
Código PDI	Atividades	Área de abrangência	Dura	ção	Indicador F	físico	Cı	usto
2.1.4.2	Óleos florestais - Geração e gestão do o cooperativismo, mercado, gestão de negócios e gênero.		Início	Térmi no	Unidade	Quant .	Unitário	Total
2.1.4.2.1	Contratação de serviços de PJ para desenvolvimento e produção de produtos sustentáveis a base de bambu e cacau junto às comunidades rurais nos municípios de Porto Acre, Assis Brasil, Sena Madureira e Rodrigues Alves.		Jul/20	Jun/21	Serviço	1	114.000,66	114.000,66
2.1.4.2.6	Contratação de Serviços de Pessoa Jurídica para Elaboração, Diagramação e Impressão de material de divulgação.	As ações irão abranger os municípios de Porto Acre	Jul/20	Mar/21	Serviço	DV	81.006,83	81.006,83
2.1.4.2.7	Aquisição de equipamentos para atividades de treinamentos.	(Regional Baixo Acre), Assis Brasil e Xapuri (Regional do Alto	Jul/20	Mar/21	Equipamento	DV	18.100,00	18.100,00
2.1.4.2.2	Diárias Estaduais, Nacionais e Internacionais.	Acre), Sena Madureira (Regional	Jul/20	Dez/21	Diárias	DV	122.237,63	122.237,63
2.1.4.2.3	Aquisição de materiais de consumo.	Purus) e Cruzeiro do Sul e	Ago/20	Jun/21	Material	DV	15.880,54	15.880,54
2.1.4.2.4	Aquisição de combustível para as atividades de campo.	Rodrigues Alves e Porto Walter (Regional do Juruá)	Ago/20	Jun/21	Combustível	DV	73.815,21	73.815,21
2.1.4.2.5	Contratação de Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica para fornecimento e emissão de passagens aéreas e fretamento de aeronave.		Mai/20	Dez/21	Serviço	DV	43.100,00	43.100,00
2.1.4.2.7	Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa jurídica para construção de espaço físico na geração de produtos florestais sustentáveis na comunidade atendida pela Saboaria Xapuri.		Ago/20	Ago/21	Obra	1	230.349,67	230.349,67
TOTAL								698.490,54

ANO 2020-2021
Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC 9. Órgão Subexecutor: Fundação de Tecnologia do Estado
 10. Subprograma 02: Subprograma Produção Familiar Sustentável

11. ATIVIDADES E ESTIMATIVA DE CUSTO (R\$ 1,00)

Código PDI	Atividades	Área de abrangência	Dura	ação	Indicador	Físico	Cı	usto
2.1.6.1	Apoio Logístico de Coleta e Transporte do Lá	tex e Fabrica de Preservativos	Início	Térmi no	Unidade	Quant	Unitário	Total
2.1.6.1.1	Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica para transporte de látex in natura.		Ago/20	Abr/21	Serviço	1	160.000,00	160.000,00
2.1.6.1.2	Contratação de consultoria para Elaboração de Marketing de Processos e Produtos, visando a abertura de novos mercados.	A	Jul/20	Mar/21	Consultoria	1	275.000,00	275.000,00
2.1.6.1.3	Contratação de consultoria para Acreditação de Processos Industriais (ISO 9001).	As ações irão abranger o Município de Xapuri (Regional do Alto Acre).	Jan/18	Dez/18	Consultoria	1	56.000,00	56.000,00
2.1.6.1.4	Diárias Estaduais, Nacionais e Internacionais.	do Allo Acre).	Jul/20	Dez/21	Diárias	DV	7.000,00	7.000,00
2.1.6.1.5	Aquisição de Insumos químicos para produção de preservativos.		Ago/20	Mar/21	Insumos	DV	492.000,00	492.000,00
2.1.6.1.6	Aquisição de combustível para as atividades de campo.		Ago/20	Mar/21	Combustível	DV	10.000,00	10.000,00
TOTAL								1.000.000,00

12. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

						PRAZC	S/2020					
TAREFAS	META: Ins	stalar 1 (ui	na) bamb	uzeria pa	ra a produ	ıção de m	atéria-prii	ma e subp	rodutos d	le bambu.		
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2.1.4.2. Óleos florestais - juventude e gênero.	Geração e g	estão do c	onhecimeı	nto (associ	iativismo, d	cooperativi	smo, merc	ado, gestã	o de negóc	cios), com (destaque p	ara
Construção de 01 (uma) bambuzeria na sede da Indústria Florestal Integrada (FUNTAC), Município de Porto Acre.						х	х	х	х	х		
							S/2020					
TAREFAS	META: Ap											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2.1.4.2. Óleos florestais - juventude e gênero. Apoiar o manejo de comercialização de varas de bambu no mercado regional.				·		X	X	X	X	X		
					41.1.41	PRAZC				_	14.6.1	
TAREFAS	META: Re											DEZ
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2.1.4.2. Óleos florestais - juventude e gênero.	Geração e g	estão do c	onhecimeı	nto (associ	iativismo, d	cooperativi	smo, merc	ado, gestã	o de negóo	cios), com (destaque p	ara
Realizar 01 mapeamento participativo na Comunidade da COOPERCINTRA, Município de Rodrigues Alves-AC										х	х	х
						PRAZC						
TAREFAS	META: Re	alizar 1 (u	m) mapea		articipativ	o do caca	u em área	de flores	ta nativa c	le uso cor	nunitário.	
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

Instalar 1 (um) viveiro comunitário de produção de mudas de cacau nativo na COOPERCINTRA, Município de Rodrigues Alves-AC.										×	×	Х
TAREFAS	META: Fir da cadeia				ração téci	nica entre	Funtac e	organizaç	ão comun	iitária para	a desenvo	lvimento
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2.1.4.2. Óleos florestais - juventude e gênero.	Geração e g	estão do c	onhecimer	nto (associ	ativismo, o	cooperativi	smo, merc	ado, gestão	o de negóc	ios), com d	destaque p	ara
Assinatura de termo de cooperação técnica entre FUNTAC e COOPERCINTRA								×	Х			
						PRAZO	S/2020					
TAREFAS	META: Im			ıs de pré-l	oeneficiar			ermentaçã	ão e secaç	gem de an	nêndoas e	polpas
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2.1.4.1 Fomento à estrutu qualidade da produção do			le coleta, p	ré-benefic	iamento e	desenvolvi	mento teci	nológico, g	arantindo _l	produção s	sustentável	е
Visita técnica na COOPERMOGNO,		I					1			ı	1	
Associação Mamoré, COOPTACRE, CAET e Resex Chico Mendes/ICMBio/Escritório de Sena Madureira-AC, para firmar parcerias para desenvolvimento de ações. Adquirir equipamentos e			х	Х	X							

Adquirir equipamentos e insumos para a produção de uma linha de produtos de fitocomésticos pela Associação AMURALHA, Município de Rodrigues Alves-AC							x	x	x	x	x	x
Adquirir equipamentos e insumos para a produção de óleos de murmuru pela COOPERCINTRA, Município de Rodrigues Alves-AC							X	X	Х	Х	X	Х
						PRAZO						
TAREFAS	META: Re	alizar 30 a FEV	nálises f MAR	ísico-quín ABR	nicas de e MAI	spécies de JUN	e oleagind JUL	osas. AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2.1.4.1 Fomento à estrutur qualidade da produção de Realizar de 30 análise físico-químicas dos óleos vegetais produzidos pelas comunidades Igarapé Branco, AMURALHA e COOPERCINTRA.			e coleta, p	ore-penenc	iamento e		X	X	Х	X	X	X
	METALE		·		~	PRAZO			~	. 14 41		I! 4 .
TAREFAS	META: Fir da cadeia	•	•	ae coope	ração teci	nica entre	runtac e	organizaç	ao comur	iitaria para	a desenvo	ivimento
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2.1.4.1 Fomento à estrutu qualidade da produção de			le coleta, p	oré-benefic	iamento e	desenvolvi	mento teci	nológico, g	arantindo	produção s	sustentável	e
Assinatura de termo de cooperação técnica entre FUNTAC e COOPERCINTRA e AMURALHA.							x	x	x	х	x	Х

						PRAZO)S/2021					
TAREFAS	META: Ins	stalar 1 (ui	ma) bamb	ouzeria pa	ra a produ	ıção de m	atéria-prir	na e subp	rodutos d	le bambu.		
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2.1.4.2. Óleos florestais - Ger e gênero.	ação e gest	ão do conh	necimento	(associativ	vismo, coo	perativism	o, mercado	, gestão de	e negócios), com des	taque para	juventude
Construção de 01 (uma) bambuzeria no Município de Sena Madureira.	Х	Х	Х	Х	Х	Х	Х					
						PRAZC)S/2021					
TAREFAS	META: Ap	oiar 50 (c	inquenta)	famílias i	na produç	ão e com	ercializano	do de prod	dutos de l	oambu		
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2.1.4.2. Óleos florestais - Ger e gênero.	ação e gest	ão do conh	necimento	(associativ	vismo, coo	perativism	o, mercado	, gestão de	e negócios), com des	taque para	juventude
Apoiar o manejo, desenvolvimento e comercialização de uma cesta de produtos a base de bambu junto a 50 produtores de Rio Branco-AC, Porto Acre-AC e Sena Madureira=AC.	Х	Х	Х	Х	Х	Х	Х	X	Х	Х	Х	Х
						PRAZC	S/2021					
TAREFAS	META: Re	alizar 1 (u	ım) mape	amento pa	articipativ	o do caca	u em área	de flores	ta nativa d	de uso coi	nunitário.	
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2.1.4.2. Óleos florestais - Ger e gênero.	ação e gest	ão do conh	necimento	(associativ	vismo, coo	perativism	o, mercado	, gestão de	e negócios), com des	taque para	juventude
Realizar 01 mapeamento participativo na Comunidade da Resex Chico Mendes de Sena Madureira-AC.	x	x	x	х	x							
						PRAZO	OS/2021					
TAREFAS	META: Ca	pacitar 3	3 (trinta	e três) fa	mílias en	n coleta,	extração	e boas p	ráticas n	o manejo	de caca	u nativo.
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2.1.4.2. Óleos florestais - Ger e gênero.	ação e gest	ão do conh	necimento	(associativ	vismo, coo	perativism	o, mercado	, gestão de	e negócios), com des	taque para	juventude

Capacitar 33 famílias das												
comunidades da												
COOPERCINTRA e Resex			X	X	X	X	X	X	X			
Chico Mendes de Sena												
Madureira-AC.												
						PRAZO						
TAREFAS	META: Im cacau nat		uma) áre	a piloto de	e pré-bene	eficiament	to para co	leta, fermo	entação e	secagem	de amêno	loas de
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2.1.4.2. Óleos florestais - Ger e gênero.	ração e gesta	ão do conh	ecimento	(associativ	rismo, coo _l	perativismo	o, mercado	, gestão de	e negócios), com des	taque para	juventude
Instalar uma área piloto na comunidade da Resex Chico Mendes de Sena Madureira- AC.			×	×	x	X	x	x	x			
						PRAZO	S/2021					
TAREFAS	META: Fir		n) acordo I do cacal		ração técr	nica entre	Funtac e	organizaç	ão comur	nitária par	a desenvo	lvimento
	da caucia	productiva										
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2.1.4.2. Óleos florestais - Ger e gênero.	JAN	FEV	MAR	ABR		l.				·	·	
	JAN	FEV	MAR	ABR		l.				·	·	
e gênero. Firmar acordo de cooperação técnica entre a FUNTAC e a Comunidade da Resex Chico Mendes de Sena Madureira-	JAN ração e gesta	FEV ão do conh	MAR	ABR		l.	o, mercado			·	·	
e gênero. Firmar acordo de cooperação técnica entre a FUNTAC e a Comunidade da Resex Chico Mendes de Sena Madureira-	JAN ração e gesta X	FEV ão do conh X	MAR ecimento X	ABR (associativ	rismo, coop	perativismo	o, mercado	, gestão de	negócios), com des	·	
e gênero. Firmar acordo de cooperação técnica entre a FUNTAC e a Comunidade da Resex Chico Mendes de Sena Madureira-AC.	JAN ração e gesta	FEV ão do conh X	MAR ecimento X	ABR (associativ	rismo, coop	perativismo	o, mercado	, gestão de	negócios), com des	taque para	
e gênero. Firmar acordo de cooperação técnica entre a FUNTAC e a Comunidade da Resex Chico Mendes de Sena Madureira-AC.	JAN ração e gesta X META: Ca JAN ão, em proce	FEV ão do conh X pacitar 10 FEV	MAR ecimento X 0 famílias MAR	ABR (associativ	rismo, coop a, extraçã MAI	PRAZO to e boas JUN	o, mercado OS/2021 práticas d JUL	, gestão de e manejo AGO	de óleos	vegetais.	NOV	juventude DEZ

						PRAZO)S/2021					
TAREFAS	META: Im de espéci			eas de pré	-beneficia			fermenta	ção e seca	igem de a	mêndoas	e polpas
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2.1.4.1 Fomento à estruturaç da produção de Óleos flores		essos de c	oleta, pré-	beneficiam	nento e des	envolvime	nto tecnolo	ógico, gara	ntindo pro	dução sust	entável e d	lualidade
Adquirir equipamentos e insumos para estruturação da coleta e beneficiamento de óleos nas comunidades extrativistas de Porto Walter-AC e da Comunidade Mamoré (Tarauacá-AC)	Х	Х	X	х	х	х	х					
)S/2021					
TAREFAS	1							s de oleaç				
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2.1.4.1 Fomento à estruturaç da produção de Óleos flores		essos de c	oleta, pré-	beneficiam	nento e des	envolvime	nto tecnolo	ògico, gara	ntindo pro	dução susi	entável e d	ualidade
Realizar de 50 análise físico- químicas dos óleos vegetais produzidos pelas comunidades Igarapé Branco, AMURALHA e COOPERCINTRA, comunidades extrativistas de Porto Walter-AC e Comunidade Mamoré (Tarauacá-AC)	X	X	X	Х	X	X	Х	X	Х	X	X	Х
						PRAZO						
TAREFAS	META: Re											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2.1.4.1 Fomento à estruturaç da produção de Óleos flores		essos de c	oleta, pré-	benefician	nento e des	envolvime	nto tecnolo	ógico, gara	ntindo pro	dução sust	entável e d	lualidade
Realizar de 50 análise físico- químicas dos óleos vegetais produzidos pelas comunidades Igarapé Branco, AMURALHA e COOPERCINTRA,	x	x	x	х	x	x	x	x	x	X	x	х

comunidades extrativistas de Porto Walter-AC e Comunidade Mamoré (Tarauacá-AC)												
						PRAZO						
TAREFAS	META: Re								OFT	OUT	NOV	DE-7
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2.1.4.1 Fomento à estruturaçã da produção de Óleos florest		essos de c	oleta, pré-	beneficiam	ento e des	envolvime	nto tecnoló	gico, gara	ntindo pro	dução sust	entável e d	ualidade
Realizar 04 oficinas de associativismo/cooperativism o nas comunidades da Associação AMURALHA, Igarapé Branco, Comunidade Mamoré e comunidades extrativistas de Porto Walter- AC;					x	x	x	х	х	x	x	Х
						PRAZO	S/2021					
TAREFAS	META: Re	alizar 1 (u	m) encon	tro de int	egração ir	nstitucion	al e benef	iciários.				
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2.1.4.1 Fomento à estruturaçã da produção de Óleos florest		essos de c	oleta, pré-	beneficiam	ento e des	envolvime	nto tecnoló	gico, gara	ntindo pro	dução sust	entável e c	ualidade
Realizar encontro na cidade de Tarauacá-AC, entre												
SEMA, FUNTAC, SEPA, IMC, SEICT, SEBRAE, UFAC, IFAC, EMBRAPA, SOS AMAZÔNIA, SEPA, representantes municipais e comunidades beneficiárias, para definir parcerias e estratégias de apoio ao desenvolvimento econômico da cadeia produtivas de não madeireiros.										X	X	
SEICT, SEBRAE, UFAC, IFAC, EMBRAPA, SOS AMAZÔNIA, SEPA, representantes municipais e comunidades beneficiárias, para definir parcerias e estratégias de apoio ao desenvolvimento econômico da cadeia produtivas de não						PRAZO						
SEICT, SEBRAE, UFAC, IFAC, EMBRAPA, SOS AMAZÔNIA, SEPA, representantes municipais e comunidades beneficiárias, para definir parcerias e estratégias de apoio ao desenvolvimento econômico da cadeia produtivas de não	META: Fir		•	_	_			organizaç	ão comun			lvimento

2.1.4.1 Fomento à estruturaçã da produção de Óleos floresta	coleta, pré-	beneficiam	ento e des	envolvime	nto tecnoló	ógico, gara	ntindo pro	dução sust	entável e d	qualidade
Firmar parceria com a representação das comunidades extrativista de Porto Walter-AC.		×	Х	X						

Meta	Especificação		Quantidad	
Mota	Lopeomeagae	Famílias	Individual	Total
1	Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Nova Cintra - COOPERCINTRA	100	-	100
2	Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais Unidas por Liberdade, Humanidade e Amor - AMURALHA	35	-	35
3	Sociedade Agrícola do Igarapé Branco	130	-	130
4	Cooperativa de Produtores Familiares e Economia Solidária da Floresta do Mogno – COOPERMOGNO	100	-	100
5	Cooperativa Agroextrativista de Porto Walter	100	-	100
6	Associação Dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Sena Madureira - AMOPRESEMA	38	-	38
7	Cooperativa de Moradores do Bairro Sibéria / Saboaria Xapuri	23	-	23
8	Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Chico Mendes de Assis Brasil - AMOPREAB	30	-	30
	Jovens e mulheres participantes nas atividades	120	-	120
O. MET	ODOLOGIA DE EXECUÇÃO (como as atividades serão rea	lizadas)	<u>-</u>	
Meta	Forma de construção /aquisição, utilização e admi	nistração po	or meta prog	ıramada
2.1.4.1	Fomento à estruturação, em processos de coleta, pr tecnológico, garantindo produção sustentável e qualidad	é-beneficiar e da produç	nento e de ão de Óleos	senvolvimen florestais.
	 a) Mobilizar de lideranças e pessoas de referência das execução das ações; b) Promover o engajamento das famílias por meio de oficir c) Utilizar linguagem compreensível e metodologias que diálogo transparente; d) Estimular o engajamento de jovens e mulheres em toda e) Contratar empresas de consultoria com demon desenvolvimento de trabalho com comunidades extrativ f) Elaborar TDRs para aquisição de equipamentos, serviçor g) Assegurar equipe técnica e administrativa atual do F previstas: 01 químico, 01 engenheiro florestal, 01 técni técnico florestal, 01 o1 técnico administrativo e operacion h) Promover a interação entre os laboratórios da FU atividades: Laboratório de Produtos Naturais, Laborató Coleção de Referência e Divisão de Tecnologia de Tecnológico do Bambu; i) Promover parcerias com cooperativas, associações aci 	nas e reuniõe e promovam s as etapas d istrada qua istas da Ama os e material Projeto para co florestal, onal e 01 ges JNTAC para rio de Tecno Manejo Flo	es comunitário a participa de trabalho; dificação té azônia; de consumo a execução 01 sociólogo tor de política a ao desen ologia de Sei prestal e Cel	as; ção social e cnica para ; das atividad , 01 biólogo, as públicas. volvimento d mentes Nativa

Óleos florestais - Geração e gestão do conhecimento (associativismo, cooperativismo, mercado, gestão de negócios), com destaque para juventude e gênero.

2.1.4.2

- a) Mobilizar de lideranças e pessoas de referência das comunidades para o planejamento e execução das ações;
- b) Promover o engajamento das famílias por meio de oficinas e reuniões comunitárias;
- c) Utilizar linguagem compreensível e metodologias que promovam a participação social e o diálogo transparente:
- d) Estimular o engajamento de jovens e mulheres em todas as etapas de trabalho;
- e) Contratar empresas de consultoria com demonstrada qualificação técnica para desenvolvimento de trabalho com comunidades extrativistas da Amazônia;
- f) Elaborar TDRs para aquisição de equipamentos, serviços e material de consumo;
- g) Elaborar projetos arquitetônicos pela Divisão de Engenharia e Arquitetura da FUNTAC, para as obras previstas nas metas;
- h) Assegurar equipe técnica e administrativa atual do Projeto para a execução das atividades previstas: 01 químico, 01 engenheiro florestal, 01 técnico florestal, 01 sociólogo, 01 biólogo, 01 técnico florestal, 01 01 técnico administrativo e operacional e 01 gestor de políticas públicas.
- i) Promover a interação entre os laboratórios da FUNTAC para ao desenvolvimento das atividades: Laboratório de Produtos Naturais, Laboratório de Tecnologia de Sementes Nativas, Coleção de Referência e Divisão de Tecnologia de Manejo Florestal e Centro Vocacional Tecnológico do Bambu;
- j) Promover parcerias com cooperativas, associações acima listadas e instituições públicas e não governamentais: SEBRAE, IFAC, UFAC, SOS AMAZÔNIA, entre outras.

2.1.6.1 Apoio Logístico de Coleta e Transporte do Látex e Fabrica de Preservativos.

- a) Mobilizar de lideranças e pessoas de referência das comunidades para o planejamento e execução das ações;
- b) Promover o engajamento das famílias por meio de oficinas e reuniões comunitárias;
- c) Utilizar linguagem compreensível e metodologias que promovam a participação social e o diálogo transparente;
- d) Estimular o engajamento de jovens e mulheres em todas as etapas de trabalho;
- e) Contratar empresa de consultoria com demonstrada qualificação técnica para desenvolvimento de trabalho de marketing com foco em produtos extrativistas da Amazônia;
- f) Elaborar TDRs para aquisição de equipamentos, serviços e material de consumo;
- g) Assegurar equipe técnica e administrativa atual do Projeto para a execução das atividades previstas: 01 químico, 01 engenheiro florestal, 01 técnico florestal, 01 sociólogo, 01 biólogo, 01 técnico florestal, 01 01 técnico administrativo e operacional e 01 gestor de políticas públicas.

GOVERNO DO ACRE SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG PROGRAMA REM ACRE FASE II ANO 2020-2021

1. Subprograma:

Territórios Indígenas.

2. Órgão Subexecutor:

Secretaria de Estado de Educação, Esportes e Cultura do Acre – SEE / Departamento de Educação Escolar Indígena.

3. Título do Projeto:

Formação Intercultural Diferenciada Indígena.

4. Objetivo:

Consolidar ações públicas em educação intercultural e gestão ambiental, junto às escolas localizadas nas terras indígenas, agentes agroflorestais, docentes indígenas e as diversas comunidades educativas.

5. Justificativa:

Inicialmente foi definido como "meta" para o projeto "Formação Intercultural Diferenciada Indígena", a *realização de ações em 132 escolas indígenas da rede estadual de ensino do Acre*, com a definição das seguintes atividades:

- √ 28 oficinas/formações para os professores e agentes agroflorestais indígenas das diferentes escolas e terras indígenas do Acre;
- ✓ Aquisição de equipamentos de trabalho: canoas, motores, computadores e câmeras fotográficas para execução e registro das ações;
- ✓ Realização de Seminário Temático "Meio Ambiente e Povos Indígenas" para 300 pessoas;
- ✓ Encontro da Comissão de Educação Escolar Indígena para 70 pessoas;

Para os anos de 2020 e 2021, com o projeto em execução, onde já desenvolvemos 21 oficinas no período de 2018 e 2019, foi necessário realizar uma readequação das ações, principalmente devido à pandemia do COVID-19 nas terras indígenas, uma população vulnerável a doenças infectocontagiosas, sendo necessário evitar a realização de seminários e formações que envolvam grandes quantidades de professores e agentes agroflorestais indígenas.

Desse modo, foi necessário transformar a realização do Seminário Temático "Meio Ambiente e Povos Indígenas" para 300 pessoas, em atividades de acompanhamento por parte dos técnicos indígenas e não indígena dos núcleos de educação às ações relacionadas ao programa REM-KfW em terras indígenas. Também a realização de dois encontros de formação para um público de 36 pessoas, justamente, os técnicos indígenas e não indígenas que irão acompanhar às referidas ações.

Assim, as ações do Departamento de Educação Escolar Indígena foram reorganizadas da seguinte forma:

- ✓ Realização de 14 oficinas nas terras indígenas do Acre;
- ✓ Realização 43 viagens de acompanhamento às ações relacionadas ao programa REM-KfW que será realizada pelos técnicos indígenas e não indígenas dos 12 municípios que há terras indígenas em seus limites (Assis Brasil, Sena Madureira, Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus, Feijó, Tarauacá, Jordão, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo);
- ✓ Duas formações para 36 técnicos indígenas e não indígenas para atuação como multiplicadores das ações do Programa REM-KfW nas Terras Indígenas;
- ✓ Realização de um encontro em Rio Branco com professores, agentes agroflorestais e lideranças Jaminawa;
- ✓ Publicação de cinco materiais didáticos como resultado das oficinas realizadas com os 15 povos indígenas do Acre;
- ✓ Aquisição de dois veículos para auxiliar às ações do Departamento de Educação Escolar Indígena nos diferentes municípios do Acre;

É importante observar que na ocasião em que o projeto foi definido, havia 132 escolas na rede estadual de ensino. Atualmente há 147, com o acréscimo de 15 escolas, onde as mesmas foram incorporadas ao projeto inicial.

Reiteramos que a readequação das ações foi necessária para que pudéssemos evitar possíveis problemas referentes à saúde dos indígenas e potencializar os recursos financeiros que anteriormente seriam utilizados na realização do seminário sobre temática ambiental e povos indígenas para 300 pessoas. Também, com a readequação será possível adquirir veículos para facilitar o transporte dos técnicos e consequentemente à realização das ações nos diferentes municípios do Acre.

6. Metas

- ✓ Meta 1: Realizar 14 oficinas nas terras indígenas do Acre: (2) Assis Brasil Jaminawa e Manchineri; (1) Sena Madureira Jaminawa; (1) Manoel Urbano Madija; (2) Santa Rosa do Purus Huni Kuĩ, Madija e Jaminawa; (3) Feijó Ashaninka, Madija e Huni Kuĩ; (2) Tarauacá Huni Kuĩ; (1) Rodrigues Alves Jaminawa e Jaminawa Arara; (1) Porto Walter Shawadawa; (1) Marechal Thaumaturgo Apolima Arara, Ashaninka, Jaminawa Arara, Kuntanawa, Huni Kuĩ;
- ✓ Meta 2: Realizar 43 viagens de acompanhamento às ações relacionadas ao programa REM-KfW que será realizada pelos técnicos indígenas e não indígenas dos 12 municípios que há terras indígenas em seus limites: (4) Assis Brasil, (4) Sena Madureira, (2) Manoel Urbano, (4) Santa Rosa do Purus, (7) Feijó, (6) Tarauacá, (2) Jordão, (1) Cruzeiro do Sul, (2) Rodrigues Alves, (3) Mâncio Lima, (2) Porto Walter e (6) Marechal Thaumaturgo;
- ✓ Meta 3: Realizar em Rio Branco, duas formações para 36 técnicos indígenas e não indígenas para atuação como multiplicadores das ações do Programa REM- KfW nas Terras Indígenas;
- ✓ Meta 4: Realizar um encontro em Rio Branco com 48 professores, agentes agroflorestais e lideranças Jaminawa;
- ✓ Meta 5: Publicar cinco materiais didáticos como resultado das oficinas realizadas com os 15 povos indígenas do Acre;
- ✓ Meta 6: Aquisição de dois veículos para auxiliar às ações do Departamento de Educação Escolar Indígena nos diferentes municípios do Acre;

6.a. Metas para o ano de 2020:

- ✓ Realizar 04 oficinas nas terras indígenas dos municípios: (1) Sena Madureira Jaminawa, (1) Manoel Urbano – Madija, (1) Feijó – Ashaninka e Madija, (1) Rodrigues Alves – Jaminawa e Jaminawa Arara.
- ✓ Realizar 14 viagens de acompanhamento às ações relacionadas ao Programa REM-KfW em Terras Indígenas, que será realizada pelos técnicos indígenas e não indígenas dos municípios: (1) Assis Brasil, (2) Sena Madureira, (1) Manoel Urbano, (2) Santa Rosa do Purus, (2) Feijó, (2) Tarauacá, (1) Rodrigues Alves, (1) Mâncio Lima, (1) Porto Walter e (1) Marechal Thaumaturgo;
- ✓ Realizar em Rio Branco uma formação para 36 técnicos indígenas e não indígenas para atuação como multiplicadores das ações do Programa REM-KfW nas Terras Indígenas;
- ✓ Aquisição de dois veículos para auxiliar às ações do Departamento de Educação Escolar Indígena nos diferentes municípios do Acre;

6.b. Metas para o ano de 2021:

- ✓ Realizar 10 oficinas nas terras indígenas do Acre;
- ✓ Realizar 29 viagens de acompanhamento às ações relacionadas ao Programa REM-KfW em Terras Indígenas, que será realizada pelos técnicos indígenas e não indígenas dos municípios: (3) Assis Brasil, (2) Sena Madureira, (1) Manoel Urbano, (2) Santa Rosa do Purus, (5) Feijó, (4) Tarauacá, (2) Jordão, (1) Cruzeiro do Sul, (1) Rodrigues Alves, (2) Mâncio Lima, (1) Porto Walter e (5) Marechal Thaumaturgo;
- ✓ Realizar em Rio Branco uma formação para 36 técnicos indígenas e não indígenas para atuação como multiplicadores das ações do Programa REM-KfW nas Terras Indígenas;
- ✓ Realizar um encontro em Rio Branco com 49 professores, agentes agroflorestais e lideranças Jaminawa;
- ✓ Publicar cinco materiais didáticos como resultado das oficinas realizadas com os 15 povos indígenas do Acre;

7. Atividades (PDI):

As atividades para a execução do planejamento financeiro são as seguintes:

- ✓ Aquisição de máquinas e equipamentos de informática, embarcações, motores para barcos, comunicação, geoprocessamento e climatização;
- ✓ Aquisição de Veículos;
- ✓ Diárias Estaduais, Nacionais e Internacionais;
- ✓ Contratação de Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica de apoio operacional e logístico às atividades de Formação Intercultural Diferenciada Indígena (material de expediente, repografia, hospedagem e alimentação, outros);
- ✓ Aquisição de Material de Consumo (Alimentação gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis);
- ✓ Aquisição de Material de Consumo (Materiais de Higiene e Limpeza);

- ✓ Aquisição de Material de Consumo (Combustível);
- ✓ Contratação de Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica para fornecimento e emissão de passagens aéreas e terrestres, fretamento de veículos terrestres e fretamento de aeronave. (Emissão de Passagens);
- ✓ Contratação de Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica para fornecimento e emissão de passagens aéreas e terrestres, fretamento de veículos terrestres e fretamento de aeronave. (Fretamento de veículos);
- ✓ Contratação de empresa para a prestação de serviços de hospedagem e alimentação para atender a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte, através do Departamento de Educação Escolar Indígena, no município de Rio Branco, na ação Formação Intercultural Diferenciada Indígena;
- ✓ Serviços de Reprodução Gráfica.

8. Resultados Esperados:

- ✓ Potencializar às 147 escolas indígenas como espaços de planejamento e desenvolvimento de práticas comunitárias voltadas à gestão etnoambiental e territorial:
- ✓ Articular projetos educacionais aos planos de gestão territoriais e ambientais nas terras indígenas;
- ✓ Favorecer o assessoramento pedagógico para práticas interculturais voltadas à gestão ambiental e territorial;
- ✓ Consolidar ações pedagógicas entre docentes indígenas e agentes agroflorestais nas escolas da rede estadual;
- ✓ Favorecer a interação pedagógica dos agentes indígenas de saúde e saneamento nas aldeias onde existam docentes e agentes agroflorestais indígenas;
- ✓ Difundir conhecimentos ambientais sistematizados por agentes agroflorestais indígenas nos cotidianos escolares;
 - Potencializar a temática ambiental nos projetos político-pedagógicos das escolas indígenas.

ANO 2020-2021

- 9. Órgão Subexecutor: Secretaria de Estado de Educação, Esportes e Cultura SEE / Departamento de Educação Escolar Indígena DEEI
- 10. Subprogama 03: Territórios Indígenas
- 11. Atividades e Estimativas de Custo (R\$ 1,00)

Atividades ação Intercultural Diferenciada Indígena (clima ciativismo, cooperativismo, gestão de projetos de máquinas e equipamentos de informática, embarcações, s para barcos, comunicação, geoprocessamento e	,	Início	Término				
	As sees irão obranger			Unidade	Quant.	Unitário	Total
zação.	diretamenteprofessores e agentes agroflorestais	Jan/2020	Dez/2020	-	-	-	37.430,00
ão de Veículos	indígenas, e indiretamente	Jan/2020	Dez/2020	-	-	-	287.593,00
Estaduais, Nacionais e Internacionais	comunidades	Jan/2020	Dez/2021	-	-	-	153.081,60
tação de Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica de apoio ional e logístico as atividades de Formação Intercultural iciada Indígena (material de expediente, repografia, lagem e alimentação, outros).	educativas das terras indígenas dos ApolimaArara, Ashaninka, Huni Kuĩ,	Jan/2020	Dez/2020	-	1	-	25.442,50
ão de Material de Consumo (Alimentação - gêneros tícios perecíveis e não perecíveis)	Jaminawa, JaminawaArara,	Jan/2020	Dez/2020	-	-	-	196.228,20
ão de Material de Consumo (Mat. De Higiene e Limpeza)	─ Kuntanawa, Madija, ─ Manchineri, Nawa, ─ Noke Koĩ. Nukini.	Jan/2020	Dez/2020	-	-	-	12.742,16
ão de Material de Consumo (Combustível)		Jan/2020	Dez/2020	-	-	-	82.113,00
tação de Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica para mento e emissão de passagens aéreas e terrestres, fretamento culos terrestres e fretamento de aeronave. ão de Passagens).	Puyanawa, Shanenawa,	Jan/2020	Dez/2020	-	-	-	21.600,00
tação de Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica para mento e emissão de passagens aéreas e terrestres, fretamento culos terrestres e fretamento de aeronave. (Fretamento de is)	Brasil, Sena Madureira, Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus, Jordão, Feijó, Tarauacá,	Jan/2020	Dez/2020	-	-	-	82.800,00
tação de empresa para a prestação de serviços de lagem e alimentação para atender a Secretaria de Estado de ção, Cultura e Esporte, através do Departamento de Educação r Indígena, no município de Rio Branco, na ação Formação ltural Diferenciada Indígena		Jan/2020	Dez/2020	-	-	-	14.210,00
os de Reprodução Gráfica]	Jan/2020	Jun/2021	-	-	-	103.150,00
							1.016.390,46
ção r Ir Itur	n, Cultura e Esporte, através do Departamento de Educação Mâncio Lima, Porto Malter e Marechal Thaumaturgo. de Reprodução Gráfica	n, Cultura e Esporte, através do Departamento de Educação Mancio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo. Jan/2020 Jan/2020 Jan/2020 Jan/2020 Jan/2020	n Cultura e Esporte, através do Departamento de Educação adígena, no município de Rio Branco, na ação Formação al Diferenciada Indígena Mancio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo.	n, Cultura e Esporte, através do Departamento de Educação adígena, no município de Rio Branco, na ação Formação al Diferenciada Indígena de Reprodução Gráfica Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo. Jan/2020 Dez/2020 - Jan/2020 Jun/2021 -	n, Cultura e Esporte, através do Departamento de Educação adigena, no município de Rio Branco, na ação Formação al Diferenciada Indígena de Reprodução Gráfica Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo. Jan/2020 Dez/2020	n, Cultura e Esporte, através do Departamento de Educação de digena, no município de Rio Branco, na ação Formação de Reprodução Gráfica Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo. Mancio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo. Jan/2020 Dez/2020	

5

12. Cronograma de Atividades

TAREFAS			ır 04 ofici <i>Madija;</i> (1		erras indí		s municí					
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Licitação/Contratação.								Х	Х			i
Elaboração do Plano de Trabalho (administrativo, didático e pedagógico)									Х			
Elaboração dos materiais didático/pedagógicos									Х	Х		
Mobilização dos profissionais da SEE/DEEI nos núcleos de educação dos municípios.										Х	Х	Х
Mobilização dos beneficiários indígenas: professores, agentes agroflorestais e comunidades educativas.										Х	Х	х
Mobilização e organização dos recursos necessários para a realização das oficinas										Х	Х	Х
Realização das oficinas nas terras indígenas.											Х	Х

TAREFAS	Indígena Sena Ma	as, que se adureira,	erá realiza (1) Manoe	da pelos i el Urbano,	npanham técnicos i (2) Santa	ndígenas	cões relac e não ind Purus, (2	ígenas do	s municíp	oios: (1)	REM-KfW em Terras s: (1) Assis Brasil, (2) (1) Rodrigues Alves,				
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ			
Licitação/Contratação.								Х	Х						
Elaboração do Plano de Trabalho (administrativo, didático e pedagógico).								Х	Х						
Produção de instrumentos de acompanhamento às ações do Programa REM-KfW em Terras Indígenas.								Х	Х						
Mobilização dos profissionais da SEE/DEEI nos núcleos de educação dos municípios.										Х	Х	Х			
Mobilização e organização dos recursos necessários para a realização das viagens de acompanhamento em terras indígenas.										Х	Х	х			
Realização das viagens de acompanhamento às ações relacionadas ao Programa REM-KfW em Terras Indígenas, que serão realizadas pelos técnicos indígenas e não indígenas dos municípios.											Х	Х			

						PRAZOS	S - 2020					
TAREFAS	municípi Cruzeiro	os (Assis do Sul, F	em Rio E Brasil, Se Rodrigues as ações d	ena Madı Alves, M	ıreira, M âncio Lir	anoel Urb na, Porto	oano, Sar Walter e	nta Rosa d Marechal	do Purus, Thaumat	Jordão,	Tarauaca	á, Feijó,
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Licitação/Contratação.								Х	Х			
Elaboração do Plano de Trabalho (administrativo, didático e pedagógico)									Х			
Elaboração dos materiais didático/pedagógicos										Х		
Mobilização dos profissionais da SEE/DEEI nos núcleos de educação dos municípios.											Х	
Organização da infraestrutura adequada para a realização da formação em Rio Branco											Х	
Realização em Rio Branco de Formação para 36 técnicos indígenas e não indígenas da SEE/DEEI de diferentes municípios do Acre.											Х	

	PRAZOS – 2020											
TAREFAS			r um enco unicípios o							orestais e	e lideran	ças
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Licitação/Contratação.								Х	Х			
Elaboração do Plano de Trabalho (administrativo, didático e pedagógico)										Х		
Início da mobilização dos professores para participar do encontro com os diferentes grupos Jaminawa											Х	Х

	PRAZOS – 2020											
TAREFAS		: Publicar as do Acre	cinco ma ;	teriais did	dáticos c	omo resu	ltado das	oficinas r	ealizadas	com os 1	5 povos	
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Licitação/Contratação.								Х	Х			
Elaboração do Plano de Trabalho (administrativo, didático e pedagógico).										Х		
Elaboração proposta de materiais didáticos – livros ou revistas										Х		
Elaboração de instrumentos para coleta de informações/materiais para a elaboração dos livros ou revistas.										Х		
Organizar/sistematizar os materiais já elaborados nas oficinas realizadas pelo DEEI.											Х	Х

						PRAZOS	S – 2020					
TAREFAS			o de dois Inicípios d		oara aux	diliar às aç	ões do D	epartame	nto de Ed	ucação E	scolar Ir	ndígena
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Licitação/Contratação.								Х	Х			
Aquisição dos Veículos.												

PRAZOS - 2021 META 1: Realizar 10 oficinas nas terras indígenas dos municípios: (2) Assis Brasil - Jaminawa e Manchineri; (2) Santa Rosa do Purus - Madija, Huni Kuî e Jaminawa; (2) Feijó - Huni Kuî; (2) Tarauacá - Huni Kuî; (1) **TAREFAS** Porto Walter - Shawadawa; (1) Marechal Thaumaturgo - Apolima Arara, Ashaninka, Jaminawa Arara, Kuntanawa. Huni Kuĩ. MAR NOV JAN **FEV** ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT DEZ Avaliação das atividades realizadas nas terras Χ indígenas do Acre em 2020. Elaboração do Plano de Trabalho (administrativo, Х didático e pedagógico) para 2021. Χ Χ Elaboração dos materiais didático/pedagógicos Χ Χ Χ Χ Χ Χ Χ Χ Mobilização dos profissionais da SEE/DEEI nos Χ Χ Χ Х Χ Χ Χ Χ Χ Χ núcleos de educação dos municípios. indígenas: Mobilização dos beneficiários professores, agentes agroflorestais e comunidades Χ Χ Χ Χ Χ Χ Χ Χ Χ Χ educativas. Χ Realização das oficinas nas terras indígenas. Χ Χ Χ Χ Χ Χ Χ Χ Χ

TAREFAS	Indígena Sena Ma	as, que se adureira, (29 viagen erá realiza (1) Manoe ul, (1) Roc	da pelos I Urbano,	técnicos (2) San	nento às indígen ta Rosa	as e não do Purus	lacionad indígena , (5) Feij	as dos mu ó, (4) Tara	inicípios: (auacá, (2)	(3) Assis I Jordão,	Brasil, (2)
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Avaliação das atividades de acompanhamentos realizadas nas terras indígenas do Acre em 2020.	Х											
Avaliação do instrumentos de acompanhamento às ações do Programa REM-KfW em Terras Indígenas.	Х											
Elaboração do Plano de Trabalho (administrativo, didático e pedagógico) para 2021.		Х										
Mobilização dos profissionais da SEE/DEEI nos núcleos de educação dos municípios.			Х	Х	Х	Х	Х	Х	Х	Х	Х	Х
Realização das viagens de acompanhamento às ações relacionadas ao Programa REM-KfW em Terras Indígenas, que será realizada pelos técnicos indígenas e não indígenas dos municípios.			Х	х	х	х	х	х	х	х	Х	Х

PRAZOS - 2021 META 3: Realizar em Rio Branco uma formação para 36 técnicos indígenas e não indígenas dos diferentes municípios (Assis Brasil, Sena Madureira, Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus, Jordão, Tarauacá, Feijó, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal **TAREFAS** Thaumaturgo) para atuação como multiplicadores das ações do Programa REM-KfW nas Terras Indígenas; FEV SET OUT NOV DEZ JAN MAR **ABR** MAI JUN JUL AGO Avaliação da formação realizada em 2020 com os 36 técnicos indígenas e não indígenas dos diferentes Χ municípios. Elaboração do Plano de Trabalho (administrativo, didático Χ e pedagógico) Elaboração dos materiais didático/pedagógicos Χ Χ Mobilização dos profissionais da SEE/DEEI nos núcleos de Χ educação dos municípios. Organização da infraestrutura adequada para a realização Χ da formação em Rio Branco Realização em Rio Branco de Formação para 36 técnicos indígenas e não indígenas da SEE/DEEI de diferentes Χ municípios do Acre.

						PRAZOS	6 – 2021					
TAREFAS			r um enco unicípios o							orestais e	e lideran	ças
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Mobilização dos professores para participar do encontro com os diferentes grupos Jaminawa	Х	Х	Х	Х	Х	Х	Х					
Organizar/sistematizar informações sobre os processos históricos, educacionais e outros, em relação aos Jaminawa	Х	Х	х	Х								
Produção de materiais didático-pedagógico para trabalhar com os Jaminawa					Х	Х	Х					
Mobilizar recursos humanos (assessoria) e logística (outros) para a realização do encontro em Rio Branco					х	Х	Х					
Realização do encontro em Rio Branco com 48 professores, agentes agroflorestais e lideranças Jaminawa dos municípios de Assis Brasil, Sena Madureira e Rodrigues Alves								×				

	PRAZOS – 2021 META 5: Publicar cinco materiais didáticos como resultado das oficinas realizadas com os 15 povos											
TAREFAS		s do Acre		iteriais did	daticos d	omo resu	itado das	oficinas r	ealizadas	com os 1	15 povos	
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Coletar informações/materiais, utilizando os instrumentos produzidos para a elaboração dos materiais didáticos – livros ou revistas			Х	Х	х	Х	Х	Х				
Organizar/sistematizar os materiais produzidos nas oficinas e viagens de acompanhamento às ações do REM-KfW em terras indígenas							Х	Х				
Elaboração dos materiais didáticos – livros ou revistas									Х	Х		
Publicação dos materiais didáticos – livros ou revistas											Х	

13. Públicos Beneficiários (extrativistas, agricultores familiares, indígenas)

				Quantio	lade			
Meta	Especificação	Municípios	Povos	Número de Escolas	Número de Alunos	Número de Professores	Número de AAIF	Total
		Assis Brasil	Jaminawa	11	222	16	5	243
		Assis Diasii	Manchineri	17	539	40	15	594
		Sena Madureira	Jaminawa	9	54	9	3	66
			Huni Kui	32	855	60	25	940
		Santa Rosa do Purus*	Madija	14	543	18	6	567
	Realizar 14 oficinas nas terras		Jaminawa	1	22	1	0	23
	indígenas do Acre: (2) Assis Brasil –		Ashaninka	7	295	21	3	319
	Jaminawa e Manchineri; (1) Sena Madureira – Jaminawa; (1) Manoel Urbano – Madija; (2) Santa Rosado	Feijó	Madija	7	199	12	0	211
			Huni Kui	12	726	81	18	825
1	Purus – Huni Kuĩ, Madija e Jaminawa; (3) Feijó – Ashaninka, Madija e Huni Kuĩ; (2) Tarauacá –	Tarauacá	Huni Kui - Praia do Carapanã e Humaitá	12	543	43	14	600
	Huni Kuĩ; (1) Rodrigues Alves – Jaminawa e Jaminawa Arara; (1)	Dodrigues Alves	Jaminawa	2	66	7	1	74
	Porto Walter – Shawadawa; (1)	Rodrigues Alves	Jaminawa Arara	1	12	2	0	14
	Marechal Thaumaturgo – <i>Apolima</i>	Porto Walter	Shawadawa	7	255	37	9	301
	Arara, Ashaninka, Jaminawa Arara, Kuntanawa, Huni Kuï;		Apolima Arara	2	96	7	1	104
	Mare		Ashaninka	2	288	14	3	305
		Marechal Thaumaturgo*	Jaminawa Arara	5	125	8	3	136
		maumaturgo	Kuntanawa	1	14	1	5	20
			Huni Kui	5	159	15	8	182
		TOTA	L	147	5013	392	119	5524

				Quantid	lade			
Meta	Especificação	Municípios	Povos	Número de Escolas	Número de Alunos	Número de Professores	Número de AAIF	Total
2	Realizar 43 viagens de acompanhamento às ações relacionadas ao programa REM-KfW que será realizada pelos técnicos indígenas e não indígenas dos 12 municípios que há terras indígenas em seus limites: (4) Assis Brasil, (4) Sena Madureira, (2) Manoel Urbano, (4) Santa Rosa do Purus, (7) Feijó, (6) Tarauacá, (2) Jordão, (1) Cruzeiro do Sul, (2) Rodrigues Alves, (3) Mâncio Lima, (2) Porto Walter e (6) Marechal Thaumaturgo;	Rede Estadual de Ensino - 12 municípios: Assis Brasil, Sena Madureira, Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus, Feijó, Tarauacá, Jordão, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo;	14 povos: Ashaninka, Huni Kui, Jaminawa, Jaminawa Arara, Kuntanawa, Madija, Manchineri, Nawa, Noke Koi, Nukini, Puyanawa, Shanenawa, Shawadawa, Yawanawa	147	5825	544	189	6558
3	Realizar em Rio Branco, duas formações para 36 técnicos indígenas e não indígenas para atuação como multiplicadores das ações do Programa REM-KfW nas Terras Indígenas;	36 técnicos dos núcleos de educação de 12 municípios: Assis Brasil, Sena Madureira, Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus, Feijó, Tarauacá, Jordão, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo;	Técnicos que acompanham 14 povos: Ashaninka, Huni Kui, Jaminawa, Jaminawa Arara, Kuntanawa, Madija, Manchineri, Nawa, Noke Koi, Nukini, Puyanawa, Shawadawa, Yawanawa	147	5825	544	189	6558
		Assis Brasil		11	222	16	5	243
	Realizar um encontro em Rio Branco com 48 professores, agentes	Sena Madureira	Jaminawa	9	54	9	3	66
4	com 48 professores, agentes agroflorestais e lideranças	S. Rosa do Purus	Jaminawa	1	22	1	0	23
	Jaminawa;	Rodrigues Alves		4	52	9	1	62
		ТОТА	L	25	350	35	9	394

Meta	Especificação	Quantidade							
		Municípios	Povos	Número de Escolas	Número de Alunos	Número de Professores	Número de AAIF	Total	
5	como resultado das oficinas	Os materiais didáticos serão produzidos a partir da realização das ações do DEEI nas escolas da rede estadual de ensino indígena.		147	5825	544	189	6558	
6	auxiliar às ações do Departamento	Atender diretamente por via terrestre 8 núcleos de educação dos municípios: Assis Brasil, Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima; e indiretamente toda rede Estadual de Ensino indígena.		147	5825	544	189	6558	

14. Metodologia de Execução (como as atividades serão realizadas)

Meta	Forma de construção/aquisição, utilização e administração por meta programada						
1	As oficinas serão realizadas pelos técnicos indígenas e não indígenas da SEE/DEEI, em terras indígenas com a participação de professores, agentes agroflorestais, com uma ampla articulação envolvendo lideranças, pajés, representantes de mulheres, representantes dos jovens, trabalhando temáticas referentes ao meio ambiente no contexto escolar, com o desenvolvimento de pedagogias e materiais didáticos específicos para subsidiar o trabalho dos professores nas diferentes escolas indígenas.						
2	Os acompanhamentos das ações do Programa REM-KfW serão realizados pelos técnicos indígenas e não indígenas lotados nos 12 municípios —Assis Brasil, Sena Madureira, Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus, Feijó, Tarauacá, Jordão, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo — Os técnicos farão observações das ações desenvolvidas em terras indígenas analisando a articulação da comunidade educativa nas ações desenvolvidas pelos professores e os agentes agroflorestais, bem como, a coleta e análise de informações e materiais para a produção dos livros ou revistas para subsidiar as ações dos professores e agentes agroflorestais em terras indígenas. Os mesmos aplicarão instrumentos produzidos pela equipe do Departamento de Educação Escolar Indígena de Rio Branco.						
3	Os encontros para os 36 técnicos indígenas e não indígenas lotados nos 12 núcleos de educação dos municípios de Assis Brasil, Sena Madureira, Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus, Feijó, Tarauacá, Jordão, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo, serão realizados em Rio Branco pela equipe do Departamento de Educação Escolar Indígena da SEE, com o objetivo de subsidiar esses técnicos no acompanhamento das ações do Programa REM-KfW nas terras indígenas. Nos encontros serão trabalhados metodologias e instrumentos de coleta de informações, bem como um plano de trabalho com as ação definidas para as escolas indígenas.						
4	O encontro formativo com os Jaminawa dos municípios de Assis Brasil, Sena Madureira, Santa Rosa do Purus e Rodrigues Alves, será realizado em Rio Branco, com o objetivo de articular as experiências históricas, sociais, linguísticas e educacionais vivenciadas nas terras indígenas Jaminawa. Desse modo, o encontro contará com a participação de professores, agentes agroflorestais e diferentes lideranças culturais desse povo.						
5	Os materiais didáticos – livros ou revistas, serão produzidas com as informações e materiais produzidos pelos professores, agentes agroflorestais e diferentes lideranças, ao longo das oficinas e acompanhamentos que serão realizados em terras indígenas. Os materiais produzidos serão catalogados, sistematizados, organizados e publicados a partir da equipe do Departamento						

Meta	Forma de construção/aquisição, utilização e administração por meta programada
	de Educação Escolar Indígena da SEE/Rio Branco, que buscará assessoria necessária junto aos indígenas e outros profissionais.
6	A aquisição dos veículos serão realizadas logo após a conclusão dos processos de licitação, pois são veículos que atuarão diretamente na realização das oficinas e acompanhamento das ações do Programa REM-KfW em terras indígenas, dando o suporte necessário na locomoção dos técnicos indígenas e não indígenas, bem como o transporte dos materiais necessários para a realização das referidas ações. Os veículos também darão suporte para o desenvolvimento das ações em Rio Branco.

GOVERNO DO ACRE SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG PROGRAMA REM ACRE FASE II ANO 2020-2021

1.Subprograma:

Subprograma 02: Subprograma Produção Familiar Sustentável

2. Órgão Subexecutor: Secretaria de Estado de Empreendedorismo e Turismo - SEET

Secretaria de Estado de Empreendedorismo e Turismo – SEET

1. 3. Título do Projeto:

Design em Produtos Madeireiros

4. Objetivo:

O projeto tem por objetivo:

Melhorar o desempenho da economia local por meio da agregação de valor aos produtos fabricados (com uma marca acreana) pelo setor moveleiro de Cruzeiro do Sul;

Criar pequenos objetos representativos dos saberes da floresta acreana, utilizando resíduos florestais, látex, bambu, etc., criando um núcleo em criatividade e inovação em design estratégico.

5. Justificativa

O projeto contempla a realização de um curso/oficina visando a geração de conhecimentos, processos e metodologias na área de design em mobiliário; incluindo a formação profissional, o desenvolvimento de produtos (inclusive prototipagem), assessoria técnico/tecnológica e plano de comunicação dos produtos criados.

A expectativa é que se possa utilizar a metodologia de design estratégico para desenvolver processos criativos, buscando o estabelecimento das bases para apoiar o desenvolvimento de microempresas e associações de artesãos no Estado, na criação de pequenos objetos representativos dos saberes da floresta: "Workshop Acre Design Lab – Objetos da Floresta".

Além do curso/oficina, é necessária a aquisição de equipamentos e materiais específicos para fomentar e promover essa área no âmbito estadual e com isso disseminar a cultura de preservação da floresta por meio da utilização de seus recursos, sem desmatar.

2. 6.a. Metas para o ano de 2020:

1. Em virtude da situação de pandemia por que passa o país com o advento do novo Coronavírus não estão programadas atividades para o ano de 2020.

6.b. Metas para o ano de 2021:

- 1. Adquirir equipamentos e maquinários para apoio ao desenvolvimento da cadeia produtiva do artesanato em Rio Branco e Cruzeiro do Sul;
- 2. Promover 02 cursos de capacitação e aperfeiçoamento para os artesãos selecionados, a serem ofertados nas cidades de Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

1. 7. Atividades (PDI):

2.2.2.1.3 - Aquisição de equipamentos e maquinários para apoio ao desenvolvimento da cadeia produtiva do artesanato

A definir — Promoção de 02 cursos de capacitação e aperfeiçoamento para os artesãos acreanos, a serem ofertados nas cidades de Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

2. 8. Resultados Esperados:

- 1 Criação e melhoria dos processos de desenvolvimento de novas linhas de objetos representativos dos saberes da floresta;
- 2 Criação de novas oportunidades de empreendedorismo local utilizando as metodologias do Design;
- 3 Exploração e resgate do universo de riqueza material e cultural dos saberes da floresta, através do olhar do design, de acordo com os processos e ciclos de sustentabilidade e suas conexões com as formas, os materiais e os artefatos;
- 4 Reforço do processo de capacitação em design para novas formas e linhas de objetos representativos dos saberes da floresta;
- 5 Exploração das potencialidades criativas e tecnológicas oferecidas pela região do Baixo Acre para desenvolvimento de uma cadeia produtiva de pequenos objetos com base no potencial simbólico diferenciador do valor da floresta, promovendo negócios sustentáveis e com baixa emissões de carbono;
- 6 Ampliação do envolvimento dos artesãos com a criação de novos produtos, fomento do empreendedorismo local e criação de oportunidades de negócios sociais para geração de renda nas comunidades.

ANO 2020-2021

9. Órgão Subexecutor:

SECRETARIA DE ESTADO DE EMPREENDEDORISMO E TURISMO - SEET

10. Subprograma 02: Subprograma Produção Familiar Sustentável

11. ATIVIDADES E ESTIMATIVA DE CUSTO (R\$ 1,00)

Código PDI	Atividades	Area de abrangência	Duração		Indicador Físico			
			Início	Término	Unidade	Quant.	Unitário	Total
	 Aquisição de equipamentos e maquinários para apoio ao desenvolvimento da cadeia produtiva do artesanato 	.As ações irão abranger os artesãos localizados nos municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul.	01/18	12/21	Und.			R\$ 85.100,63*
	Promoção de 02 cursos de capacitação e aperfeiçoamento para os artesãos acreanos, a serem ofertados nas cidades de Rio Branco e Cruzeiro do Sul	5 5	01/18	12/21	Und.	02	15.000,00	R\$ 30.000,00*

Valores considerando o acrescimo decorrente do saldo cambial.

12. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

						PRAZO	S/2021							
TAREFAS	META 1: Ac				uinários pa	ara apoio	ao desen	volviment	o da cade	ia produtiv	va do arte	sanato		
	em Rio Br	<u>ranco e Cı</u>	ruzeiro do	o Sul										
	JAN	FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ												
Licitação para aquisição dos														
equipamentos e														
maquinários			Х											
Utilização dos														
equipamentos nos cursos de														
capacitação ofertados aos														
artesãos										01				

		PRAZOS/2020												
TAREFAS	META 2: Pr					aperfeiço	amento p	ara os ar	tesãos ad	creanos, a	a serem c	fertados		
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
Parceria com a SEMA e o														
SEBRAE para disponibilizar														
instrutor para ministrar os														
cursos					Х	Х								
Organização e														
mobilização dos artesãos														
Realização dos cursos									01	01				

	a. 9. Público Beneficiários (extrativistas, agricul	tores fan	niliares. i	ndígenas)
Meta	Especificação	 	Quantida	
illota		Famílias	Individual	Total
1	Verificar no relatório			
	icar a quantidade de participação de jovens, mulheres e is nas atividades realizadas			
	b. 10. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO (como as	atividad	es serão	realizadas)
Meta	Forma de construção /aquisição, utilização e administraçã	io por meta ¡	programada	l l
	2021			
1	Adquirir equipamentos e maquinários para apoio a produtiva do artesanato em Rio Branco e Cruzeiro do S Processo licitatório com licitação, contratação e execuç Utilização dos equipamentos e maquinários nos cursos.	Sul: ;ão;		
2	Promover 02 cursos de capacitação e aperfeiçoamente serem ofertados nas cidades de Rio Branco e Cruzeiro Formatação da ementa dos cursos; Processo licitatório para contratação de instrutor devideom a ementa; Mobilização dos artesãos; Realização dos cursos.	do Sul:		

GOVERNO DO ACRE SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG PROGRAMA REM ACRE FASE II ANO 2020-2021

1.Subprograma:

Subprograma 02: Subprograma Produção Familiar Sustentável

2. Órgão Subexecutor: Secretaria de Estado de Empreendedorismo e Turismo - SEET

Secretaria de Estado de Empreendedorismo e Turismo – SEET

1. 3. Título do Projeto:

Turismo de Base Comunitária

4. Objetivo:

Elaboração e implementação do Plano Estratégico de Turismo de Base Comunitária de acordo com o pactuado na Nota Técnica de Repartição de Benefícios do Programa REM.

5. Justificativa

A elaboração dos Planos de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária é a concretização de um planejamento realizado junto com as comunidades selecionadas. A implementação das ações ali indicadas, que têm como objetivo concretizar as atividades voltadas ao desenvolvimento sustentável do turismo como alternativa econômica às atividades que causam emissão de CO2 na atmosfera é de fundamental relevância para desenvolver o turismo de forma sustentável e sem impactos negativos ao meio ambiente, como alternativa econômica às atividades que causam emissão de CO2 na atmosfera.

A implementação conta com apoio não apenas do Governo do Estado do Acre, mas também das prefeituras municipais acreanas.

As áreas, previamente escolhidas, são de relevante potencial turístico, natural e sociocultural.

2. 6.a. Metas para o ano de 2020:

- 1. Realizar 01 Curso de Gastronomia de Baixo Carbono no Rio Croa:
- 2. Realizar 01 Mostra Regional de Gastronomia de Baixo Carbono no Rio Croa;
- 3. Realizar 01 Curso de Gastronomia de Baixo Carbono na Cozinha Comunitária Novo Horizonte.

6.b. Metas para o ano de 2021:

- Imprimir e distribuir os 05 Planos de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nas seguintes áreas (Trilha Chico Mendes, Reserva Cazumbá Iracema, Parque Nacional da Serra do Divisor, Rio Croa e Seringal Cachoeira);
- 2. Criar 01 catálogo de fornecedores de produtos agropecuários alimentícios florestais;
- 3. Realizar 05 Cursos de capacitação "Fortalecendo a Governança Comunitária";
- 4. Realizar 05 cursos de gestão e empreendedorismo;
- 5. Realizar 05 cursos de educação ambiental;
- 6. Implantar e fortalecer as sinalizações turísticas no Rio Croa, Parque Nacional da Serra do Divisor e Parque Estadual do Chandless;
- 7. Adquirir e fornecer coletes salva vidas e perneiras para os barqueiros e guias da PNSD e Rio Croa;
- 8. Realizar 04 Cursos de Gastronomia de Baixo Carbono nas comunidades beneficiadas pelo Programa REM;
- 9. Realizar 04 Mostras Regionais de Gastronomia de Baixo Carbono;
- 10. Implantar a sinalização turística na Trilha Chico Mendes;
- 11. Participar de 7 feiras nacionais de turismo;
- 12. Adquirir equipamentos para execução e elaboração do Plano de Turismo de Base Comunitária (equipamentos de informática, audiovisual, comunicação e geolocalização).

13. **7. Atividades (PDI):**

- 2.2.1.1.2. Contratação de serviços de terceiros pessoa física ou jurídica para execução de serviços de design, diagramação e impressão de material promocional e informativo (Plano de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária).
- 2.2.1.1.1. Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica para fornecimento de coletes salva-vidas para barqueiros nas áreas onde foram realizados os Planos de Turismo de Base Comunitárias.

Implementação do Programa de Capacitação Profissional dos envolvidos no Turismo de Base Comunitária.

- 2.2.1.1.7. Implantar e fortalecer as Sinalizações Turísticas nas áreas de forte potencial do Turismo de Base Comunitária.
- 2.2.1.1.8. Contratação de Serviços PJ para elaboração, produção e diagramação de produtos de marketing/Divulgação (Folhetaria) das áreas envolvidas no Turismo de Base Comunitária.
- 2.2.1.1.9. A definir

Realizar Mostra Regional de Gastronomia de Baixo Carbono no Rio Croa;

- Criar 01 catálogo de fornecedores de produtos agropecuários alimentícios florestais;
- Promover 01 Curso de Gastronomia de Baixo Carbono na Cozinha Comunitária Novo Horizonte:
- Implantar sinalização Turística na Trilha Chico Mendes;
- Expandir a implementação do Programa de Capacitação Profissional dos envolvidos no Turismo de Base Comunitária;
- Adquirir perneiras para uso pelos guias da Serra do Divisor, Trilha Chico Mendes, Cazumbá Iracema e Rio Croa.
- 2.2.1.1.3. Aquisição de equipamentos para execução e elaboração do Plano de Turismo de Base Comunitária (equipamentos de informática, audiovisual, comunicação e geolocalização)

14. **8. Resultados Esperados:**

- 1. Tornar o Plano de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária o balizador das ações públicas e comunitárias nas comunidades alvo do projeto;
- 2. Reduzir a pressão sobre o desmatamento nas áreas trabalhadas;
- Aumentar a renda e qualidade de vida das comunidades envolvidas, de forma sustentável;
- 4. Implementar e fortalecer a prática do turismo nas comunidades selecionadas, proporcionando assim uma nova alternativa de renda e trabalho, melhorando a qualidade de vida das populações tradicionais, além de consolidar o arranjo produtivo local e a produção associada ao turismo, de forma a ser replicado em outras localidades, envolvendo novas comunidades.

9. Órgão Subexecutor:

SECRETARIA DE ESTADO DE EMPREENDEDORISMO E TURISMO - SEET

10. Subprograma 02: Subprograma Produção Familiar Sustantávol. 11. ATIVIDADES E ESTIMATIVA DE CUSTO (R\$ 1,00)

Código PDI	Atividades	Årea de abrangência	Dura	ação	Indicado	or Físico		
			Início	Término	Unidade	Quant.	Unitário	Total
2.2.1.1.2		As ações irão abranger o Parque Nacional da Serra do Divisor, Rio Croa, Reserva Extrativista Cazumbá Iracema, Trilha Chico Mendes e Seringal Cachoeira.	01/18	07/21	Und.	05	R\$ 17.264,19	R\$ 86.320,92
2.2.1.1.1	 Fornecer coletes salva vidas para os barqueiros do Rio Croa e do Parque Nacional da Serra do Divisor disponibilizarem aos turistas em seus passeios turísticos. 		06/19	07/21	Und.	300	100,00	30.000,00
2.2.1.1.7.	- Implementar o Programa de Capacitação Profissional das comunidades beneficiárias do Turismo de Base Comunitária.		06/19	10/21	turma	20	4.500,00	90.000,00
2.2.1.1.8	 Implantar e fortalecer as sinalizações turísticas no Rio Croa, no Parque Nacional da Serra do Divisor e no Parque Estadual Chandless. 		06/19	12/21	localidad es	3	75.000,00	225.000,00*
2.2.1.1.9	- Divulgar e promover os produtos do turismo de base comunitárias por meio do marketing e publicidade.		10/19	12/21	-	-	-	100.000,00
2.2.1.1.10			02/20	12/21	-	-		365.000,00*
	- Realizar Mostra Regional de Gastronomia de Baixo Carbono no Rio Croa;						50.000,00	
	 Criar 01 catálogo de fornecedores de produtos agropecuários alimentícios florestais; 						15.000,00	
	- Promover 01 Curso de Gastronomia de Baixo Carbono na Cozinha Comunitária Novo Horizonte;						15.000,00	

	- Implantar sinalização Turística na Trilha Chico Mendes;						90.000,00	
	- Expandir a implementação do Programa de Capacitação Profissional dos envolvidos no Turismo de						185.000,00*	
	Base Comunitária; - Adquirir perneiras para uso pelos guias da Serra do Divisor, Trilha Chico Mendes, Cazumbá Iracema e Rio						10.000,00	
2.2.1.1.3	Croa. - Aquisição de equipamentos para execução e elaboração do Plano de Turismo de Base Comunitária (equipamentos de informática, audiovisual, comunicação e geolocalização)		01/18	12/21	-	-	22.550,00	22.550,00
Obs: * Consider	rando o acréscimo de valores decorrentes da variaç	ção cambial.						

12. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

	PRAZOS/2020											
TAREFAS	META 1: Re	ealizar 01	Curso de	Gastron	omia de B	aixo Carb	ono no Ri	io Croa				
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Parceria com SEBRAE para disponibilização do instrutor									x			
Organização e mobilização da comunidade										х		
Realização do Curso												01

Obs: Inserir metas físicas sempre que for possível

	PRAZOS/2020											
TAREFAS	META 2 : Re	ealizar 01	Mostra F	Regional d	e Gastror	nomia de l	Baixo Car	bono no F	Rio Croa			
	JAN	N FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ										
Articulação com instituições parceiras									х			
Realização da Mostra										х		01

						PRAZO	S/2020					
TAREFAS	META 3 : R	ealizar 01	Curso de	e Gastron	omia de E	Baixo Carl	bono na C	ozinha C	omunitária	a Novo Ho	rizonte	
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Articulação com instituições												
parceiras									X	х		
Realização do curso											01	

						PRAZO:	S/2021					
TAREFAS	META 1: Im	primir e dis	tribuir os 0	5 Planos de	Desenvolv	rimento do T	urismo de l	Base Comui	nitária aos k	peneficiários	do Parque	Nacional
TARLEAS	d	a Serra do	Divisor, Ric	Croa, Res	erva Extrat	ivista Cazun	nbá Iracema	a, Trilha Chi	co Mendes	e Seringal	Cachoeira.	
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

Licitar a impressão dos							
Planos de Desenvolvimento							
do Turismo de Base							
Comunitária.		05					
Entregar os Planos de							1
Desenvolvimento do							
Turismo de Base							
Comunitárias nas							
comunidades beneficiadas;				05			

Obs: Inserir metas físicas sempre que for possível

						PRAZO	S/2021						
TAREFAS		META 2: C	Criar 01 c	atálogo de	e forneced	dores de p	orodutos a	agropecuá	rios alime	entícios flo	restais		
	JAN	IAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ											
Levantamento				х	Х	х							
Confecção do catalogo											01		

Obs: Inserir metas físicas sempre que for possível

	PRAZOS/2021											
TAREFAS	META 3 : Re	ealizar 05	Cursos d	le capacita	ação "For	talecendo	a Govern	nança Cor	nunitária"			
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Parceria com SEBRAE para disponibilização do instrutor			x	x								
Organização e mobilização da comunidade					Х	х	х	х	х	х		
Realização do Curso							01	01	01	01	01	

Obs: Inserir metas físicas sempre que for possível

						PRAZO	S/2021					
TAREFAS META 4: Realizar 05 cursos de gestão e empreendedorismo												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

Parceria com SEBRAE para disponibilização do instrutor		x	x								
Organização e mobilização											
da comunidade				х	Х	Х	Х	Х	Х		
Realização do Curso						01	01	01	01	01	

						PRAZO	S/2021						
TAREFAS	META 5 : R	ealizar 05	cursos d	le educaç	ão ambiei	ntal							
	JAN	JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ											
Parceria com SEBRAE para													
disponibilização do instrutor			Х	Х									
Organização e mobilização													
da comunidade					х	х	х	х	х	х			
Realização do Curso							01	01	01	01	01		

						PRAZO	S/2021					
TAREFAS	META 6: In	nplantar e	fortalece	r as sinali	zações tu	ırísticas n	o Rio Cro	a, Parque	Nacional	da Serra	do Diviso	re
TAREFAS	Parque Es	stadual do	Chandle	ess								
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Licitação para aquisição							x	x				
Implantação da sinalização turística											03	

Ī							PRAZO	S/2021					
	TAREFAS	META 7 : Ac	dquirir e forr	necer colete	s salva vidas	e perneiras	para os barq	ueiros e guia	s do Rio Cro	a e do Parqu	e Nacional d	a Serra do D	ivisor
ĺ		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

Licitação para aquisição		х	x				
Entrega dos coletes e perneiras					350		

TAREFAS	META 8: RE	ealizar 04	Cursos d	le Gastror	nomia de		S/2021 bono nas	comunida	ades bene	eficiadas p	oelo Progr	ama	
	JAN												
Parceria com SEBRAE para disponibilização do instrutor		x	x										
Organização e mobilização da comunidade				х	х	х	х						
Realização do Curso					01	01	01	01					

						PRAZO	S/2021					
TAREFAS	META 9: Re	ealizar 04	Mostras	Regionais	de Gastr	onomia d	е Ваіхо С	arbono				
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Articulações com instituições parceiras		Х	x									
Realização das mostras					01	01	01	01				

						PRAZO	S/2021					
TAREFAS	META 10: lr	mplantar a	sinaliza	ção turísti	ca na Trill	na Chico l	Mendes					
	JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ											

Licitação para aquisição	x		
Implantação da sinalização			
turística	01		

							S/2021					
TAREFAS	META 11: F	articipaçã	io em 7 fe	eiras nacio	onais de t	urismo						
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ABAV									01			
AVISTAR						01						
ADVENTURE										01		
WTM				01								
FITA			01									
EMBRATUR			01									
SALÃO SÃO PAULO DE TURISMO						01						

						PRAZO	S/2021						
TAREFAS	1. ME	Base Cor	nunitária										
TAILLIAS	(ec	(equipamentos de informática, audiovisual, comunicação e geolocalização)											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Licitação para aquisição		х											
Utilização dos													
equipamentos									01				

	a. 9. Público Beneficiários (extrativistas, agricultores familiares, indígenas)									
Meta	Especificação	Quantidade								
		Famílias	Individual	Total						
1	Extrativista/Agricultores Familiares (50 + 80 + 25 + 25 + 13 + 10 = 203)	203		848						
2	Beneficiários a serem capacitados em gastronomia de baixo carbono	-	875							
	licar a quantidade de participação de jovens, mulheres nas nas atividades realizadas									

	b. 10. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO (como as atividades serão realizadas)								
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·								
Meta	Forma de construção /aquisição, utilização e administração por meta programada								
1	Realizar 01 Curso de Gastronomia de Baixo Carbono no Rio Croa:								
	Formatação da ementa do curso;								
	Definição do local de realização do curso;								
	Processo licitatório para contratação de instrutor devidamente qualificado de acordo								
	com a ementa;								
	Mobilização da comunidade;								
	Realização do curso.								
2	Realizar 01 Mostra Regional de Gastronomia de Baixo Carbono no Rio Croa:								
	Deslocamento de parte da estrutura da Secretaria para o local;								
	Mobilização da comunidade;								
	Aquisição de produtos regionais alimentícios para uso na mostra;								
	Divulgação da mostra;								
3	Realização da mostra. Realizar 01 Curso de Gastronomia de Baixo Carbono na Cozinha Comunitária Novo								
"	Horizonte:								
	Formatação da ementa do curso;								
	Processo licitatório para contratação de instrutor devidamente qualificado de acordo								
	com a ementa;								
	Mobilização da comunidade;								
	Realização do curso.								
	Trounzagao ao oaroo.								
	2021								
1	2021 Imprimir e distribuir os 05 Planos de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nas seguintes áreas (Trilha Chico Mendes, Reserva Cazumba Iracema Parque Nacional da Serra do Divisor, Rio Croa e Seringal Cachoeira): Processo licitatório, com licitação, contratação e execução;								
1	Imprimir e distribuir os 05 Planos de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nas seguintes áreas (Trilha Chico Mendes, Reserva Cazumba Iracema Parque Nacional da Serra do Divisor, Rio Croa e Seringal Cachoeira): Processo licitatório, com licitação, contratação e execução; Evento comunitário de entrega do plano a cada comunidade, com palestra, no dia do								
1	Imprimir e distribuir os 05 Planos de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nas seguintes áreas (Trilha Chico Mendes, Reserva Cazumba Iracema Parque Nacional da Serra do Divisor, Rio Croa e Seringal Cachoeira): Processo licitatório, com licitação, contratação e execução; Evento comunitário de entrega do plano a cada comunidade, com palestra, no dia do evento, sobre a importância do turismo de base comunitária na redução da emissão								
	Imprimir e distribuir os 05 Planos de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nas seguintes áreas (Trilha Chico Mendes, Reserva Cazumba Iracema Parque Nacional da Serra do Divisor, Rio Croa e Seringal Cachoeira): Processo licitatório, com licitação, contratação e execução; Evento comunitário de entrega do plano a cada comunidade, com palestra, no dia do evento, sobre a importância do turismo de base comunitária na redução da emissão de carbono na atmosfera.								
1	Imprimir e distribuir os 05 Planos de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nas seguintes áreas (Trilha Chico Mendes, Reserva Cazumba Iracema Parque Nacional da Serra do Divisor, Rio Croa e Seringal Cachoeira): Processo licitatório, com licitação, contratação e execução; Evento comunitário de entrega do plano a cada comunidade, com palestra, no dia do evento, sobre a importância do turismo de base comunitária na redução da emissão								
	Imprimir e distribuir os 05 Planos de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nas seguintes áreas (Trilha Chico Mendes, Reserva Cazumba Iracema Parque Nacional da Serra do Divisor, Rio Croa e Seringal Cachoeira): Processo licitatório, com licitação, contratação e execução; Evento comunitário de entrega do plano a cada comunidade, com palestra, no dia do evento, sobre a importância do turismo de base comunitária na redução da emissão de carbono na atmosfera. Criar 01 catálogo de fornecedores de produtos agropecuários alimentícios florestais: Solicitação à SEPA da indicação dos locais mais adequados para a realização da pesquisa; Deslocamento da equipe para realizar levantamento da existência e qualidade dos produtos;								
	Imprimir e distribuir os 05 Planos de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nas seguintes áreas (Trilha Chico Mendes, Reserva Cazumba Iracema Parque Nacional da Serra do Divisor, Rio Croa e Seringal Cachoeira): Processo licitatório, com licitação, contratação e execução; Evento comunitário de entrega do plano a cada comunidade, com palestra, no dia de evento, sobre a importância do turismo de base comunitária na redução da emissão de carbono na atmosfera. Criar 01 catálogo de fornecedores de produtos agropecuários alimentícios florestais: Solicitação à SEPA da indicação dos locais mais adequados para a realização da pesquisa; Deslocamento da equipe para realizar levantamento da existência e qualidade dos produtos; Retorno da equipe à sede da Secretaria para tabulação das informações coletadas;								
	Imprimir e distribuir os 05 Planos de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nas seguintes áreas (Trilha Chico Mendes, Reserva Cazumba Iracema Parque Nacional da Serra do Divisor, Rio Croa e Seringal Cachoeira): Processo licitatório, com licitação, contratação e execução; Evento comunitário de entrega do plano a cada comunidade, com palestra, no dia de evento, sobre a importância do turismo de base comunitária na redução da emissão de carbono na atmosfera. Criar 01 catálogo de fornecedores de produtos agropecuários alimentícios florestais: Solicitação à SEPA da indicação dos locais mais adequados para a realização da pesquisa; Deslocamento da equipe para realizar levantamento da existência e qualidade dos produtos; Retorno da equipe à sede da Secretaria para tabulação das informações coletadas; Impressão do catálogo;								
2	Imprimir e distribuir os 05 Planos de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nas seguintes áreas (Trilha Chico Mendes, Reserva Cazumba Iracema Parque Nacional da Serra do Divisor, Rio Croa e Seringal Cachoeira): Processo licitatório, com licitação, contratação e execução; Evento comunitário de entrega do plano a cada comunidade, com palestra, no dia de evento, sobre a importância do turismo de base comunitária na redução da emissão de carbono na atmosfera. Criar 01 catálogo de fornecedores de produtos agropecuários alimentícios florestais: Solicitação à SEPA da indicação dos locais mais adequados para a realização da pesquisa; Deslocamento da equipe para realizar levantamento da existência e qualidade dos produtos; Retorno da equipe à sede da Secretaria para tabulação das informações coletadas; Impressão do catálogo; Distribuição do catálogo.								
	Imprimir e distribuir os 05 Planos de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nas seguintes áreas (Trilha Chico Mendes, Reserva Cazumba Iracema Parque Nacional da Serra do Divisor, Rio Croa e Seringal Cachoeira): Processo licitatório, com licitação, contratação e execução; Evento comunitário de entrega do plano a cada comunidade, com palestra, no dia de evento, sobre a importância do turismo de base comunitária na redução da emissão de carbono na atmosfera. Criar 01 catálogo de fornecedores de produtos agropecuários alimentícios florestais: Solicitação à SEPA da indicação dos locais mais adequados para a realização da pesquisa; Deslocamento da equipe para realizar levantamento da existência e qualidade dos produtos; Retorno da equipe à sede da Secretaria para tabulação das informações coletadas; Impressão do catálogo; Distribuição do catálogo. Realizar 05 Cursos de capacitação "Fortalecendo a Governança Comunitária": Formatação da ementa do curso;								
2	Imprimir e distribuir os 05 Planos de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nas seguintes áreas (Trilha Chico Mendes, Reserva Cazumba Iracema Parque Nacional da Serra do Divisor, Rio Croa e Seringal Cachoeira): Processo licitatório, com licitação, contratação e execução; Evento comunitário de entrega do plano a cada comunidade, com palestra, no dia de evento, sobre a importância do turismo de base comunitária na redução da emissão de carbono na atmosfera. Criar 01 catálogo de fornecedores de produtos agropecuários alimentícios florestais: Solicitação à SEPA da indicação dos locais mais adequados para a realização da pesquisa; Deslocamento da equipe para realizar levantamento da existência e qualidade dos produtos; Retorno da equipe à sede da Secretaria para tabulação das informações coletadas; Impressão do catálogo; Distribuição do catálogo. Realizar 05 Cursos de capacitação "Fortalecendo a Governança Comunitária": Formatação da ementa do curso; Definição dos locais de realização dos cursos;								
2	Imprimir e distribuir os 05 Planos de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nas seguintes áreas (Trilha Chico Mendes, Reserva Cazumba Iracema Parque Nacional da Serra do Divisor, Rio Croa e Seringal Cachoeira): Processo licitatório, com licitação, contratação e execução; Evento comunitário de entrega do plano a cada comunidade, com palestra, no dia de evento, sobre a importância do turismo de base comunitária na redução da emissão de carbono na atmosfera. Criar 01 catálogo de fornecedores de produtos agropecuários alimentícios florestais: Solicitação à SEPA da indicação dos locais mais adequados para a realização da pesquisa; Deslocamento da equipe para realizar levantamento da existência e qualidade dos produtos; Retorno da equipe à sede da Secretaria para tabulação das informações coletadas; Impressão do catálogo; Distribuição do catálogo. Realizar 05 Cursos de capacitação "Fortalecendo a Governança Comunitária": Formatação da ementa do curso; Definição dos locais de realização dos cursos; Processo licitatório para contratação de instrutor devidamente qualificado de acordo								
2	Imprimir e distribuir os 05 Planos de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nas seguintes áreas (Trilha Chico Mendes, Reserva Cazumba Iracema Parque Nacional da Serra do Divisor, Rio Croa e Seringal Cachoeira): Processo licitatório, com licitação, contratação e execução; Evento comunitário de entrega do plano a cada comunidade, com palestra, no dia de evento, sobre a importância do turismo de base comunitária na redução da emissão de carbono na atmosfera. Criar 01 catálogo de fornecedores de produtos agropecuários alimentícios florestais: Solicitação à SEPA da indicação dos locais mais adequados para a realização da pesquisa; Deslocamento da equipe para realizar levantamento da existência e qualidade dos produtos; Retorno da equipe à sede da Secretaria para tabulação das informações coletadas; Impressão do catálogo; Distribuição do catálogo. Realizar 05 Cursos de capacitação "Fortalecendo a Governança Comunitária": Formatação da ementa do curso; Definição dos locais de realização dos cursos; Processo licitatório para contratação de instrutor devidamente qualificado de acordo com a ementa;								
2	Imprimir e distribuir os 05 Planos de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nas seguintes áreas (Trilha Chico Mendes, Reserva Cazumba Iracema Parque Nacional da Serra do Divisor, Rio Croa e Seringal Cachoeira): Processo licitatório, com licitação, contratação e execução; Evento comunitário de entrega do plano a cada comunidade, com palestra, no dia de evento, sobre a importância do turismo de base comunitária na redução da emissão de carbono na atmosfera. Criar 01 catálogo de fornecedores de produtos agropecuários alimentícios florestais: Solicitação à SEPA da indicação dos locais mais adequados para a realização da pesquisa; Deslocamento da equipe para realizar levantamento da existência e qualidade dos produtos; Retorno da equipe à sede da Secretaria para tabulação das informações coletadas; Impressão do catálogo; Distribuição do catálogo. Realizar 05 Cursos de capacitação "Fortalecendo a Governança Comunitária": Formatação da ementa do curso; Definição dos locais de realização dos cursos; Processo licitatório para contratação de instrutor devidamente qualificado de acordo								

Realizar 05 cursos de gestão e empreendedorismo: Formatação da ementa do curso; Processo licitatório para contratação de instrutor devidamente qualificado de acordo com a ementa: Mobilização das comunidades; Realização dos cursos. Realizar 05 cursos de educação ambiental: Formatação da ementa do curso; Processo licitatório para contratação de instrutor devidamente qualificado de acordo com a ementa; Mobilização das comunidades: Realização dos cursos. Implantar e fortalecer as sinalizações turísticas no Rio Croa, Parque Nacional da Serra do Divisor e Parque Estadual Chandless; Realizar le vantamento geográfico para geolocalização dos locais das placas sinalizadoras; Desenvolver o layout das placas; Licitar, contratar e executar; Realizar o evento de inauguração da sinalização nas comunidades. Adquirir e fornecer coletes salva vidas e perneiras para os barqueiros e guias da PNSD e Rio Croa: Processo licitatório, com licitação, contratação e execução; Evento comunitário de entrega dos coletes e perneiras a cada comunidade, com palestra, no dia do evento, sobre a importância do turismo de base comunitária na redução da emissão de carbono na atmosfera. Realizar 04 Cursos de Gastronomia de Baixo Carbono nas comunidades beneficiadas pelo Programa REM: Formatação da ementa do curso; Definição dos locais Processo licitatório para contratação de instrutor devidamente qualificado de acordo com a ementa; Mobilização das comunidades: Realização dos cursos. Realizar 04 Mostras Regionais de Gastronomia de Baixo Carbono: Deslocamento de parte da estrutura da Secretaria para os locais; Mobilização das comunidades: Aquisição de produtos regionais alimentícios para uso nas mostras; Divulgação das mostras; Realização das mostras. Implantar a sinalização turística na Trilha Chico Mendes: Realizar levantamento geográfico para geolocalização dos locais das placas sinalizadoras; Desenvolver os layout das placas; Licitar, contratar e executar; Realizar o evento de inauguração da sinalização na comunidade. Participar de 7 feiras nacionais de turismo: Inscrição prévia e negociação prévia com parceiros para conseguir estande gratuito; Escolha dos participantes; Processo de deslocamento dos participantes; Participação nas feiras: Retorno e apresentação dos relatórios de resultados.

Adquirir equipamentos para execução e elaboração do Plano de Turismo de Base Comunitária (equipamentos de informática, audiovisual, comunicação e geolocalização);
Processo licitatório, com licitação, contratação e execução;
Utilização dos equipamentos nas atividades de execução e elaboração do Plano de Turismo de Base Comunitária.

GOVERNO DO ACRE SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG PROGRAMA REM ACRE FASE II ANO 2020-2021

1.Subprograma:

Subprograma 02: Subprograma Territórios da Produção Familiar Sustentável

2. Órgão Subexecutor:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

3. Título do Projeto:

2.2.2.5. Programa de Regularização Ambiental (CAR-PRA)

4. Objetivo:

Apoiar a implementação do PRA Acre junto aos imóveis rurais localizados no interior da Floresta Estadual do Rio Gregório, de forma a demonstrar a viabilidade de tecnologias agroflorestais para restauração de passivos florestais e inibir o avanço do desmatamento.

5. Justificativa

O PRA-Acre adotou como principal premissa, que à recomposição de áreas com passivos ambientais em imóveis rurais da agricultura familiar, deve conciliar objetivos ecológicos e econômicos na área objeto da regularização, conforme incentivado pelo próprio Código Florestal e suas regulamentações no estado do Acre.

A estratégia, portanto, é que a obrigação legal de recomposição florestal no âmbito do PRA-Acre deve servir como uma oportunidade para o agricultor familiar desenvolver novos modelos de produção agrícola, baseado principalmente em aplicação de tecnologias agroflorestais para recomposição de passivos florestais.

As análises já realizadas para o ano florestal 2015/2016, apontam que os municípios que perderam mais da metade de sua cobertura florestal original estão localizados nas regionais do Alto e Baixo Acre: Plácido de Castro e Senador Guiomard que possuem mais de 70% de área de floresta original desmatada. A maior área desmatada encontra-se concentrada principalmente nos municípios que compõem a regional do Baixo Acre, na região Sudeste do estado.

Considerando a distribuição do percentual de desmatamento acumulado até 2018, a proporção de área desmatada em relação a área dos municípios, Senador Guiomard com 85% da extensão territorial desmatada, Plácido de Castro (74,9%) e Acrelândia (65%), foram os municípios que apresentaram o maior percentual do seu território desmatados

A SEMA utiliza sistemas de informação geográfica e ferramentas disponíveis para identificar as regiões prioritárias de atendimento, como forma de definir uma estratégia técnica de priorização para a implementação das ações voltadas a regularização ambiental.

No ano de 2019, a SEMA estruturou em seu planejamento estratégico referente aos anos de 2020 a 2023, no âmbito da implementação do Código Florestal e do Programa de Regularização Ambiental – PRA-Acre, um novo arranjo de distribuição dos projetos de fomento de recomposição florestal com sistemas agroflorestais, nos municípios e regiões que apresentam os maiores percentuais de áreas desmatadas e em áreas de passivo ambiental localizadas nas Unidades de Conservação Estaduais de Uso Sustentável. A Floresta Estadual Gleba Afluente, localizada entre os municípios de Feijó e Manuel Urbano e o Complexo de

Florestas Estaduais do Rio Gregório – CFERG, entre os municípios de Cruzeiro do Sul e principalmente de Tarauacá.

No processo de definição da abrangência prioritária das novas áreas propostas para o fomento na implementação do PRA, foi considerado os dados relacionados à criticidade ao desmatamento, os programas já em implementação no Estado e, ainda, a abrangência das áreas de implantação dos subprogramas, i) Subprograma territórios de produção familiar sustentável; e ii) Subprograma pecuária diversificada sustentável.

Buscou-se ampliar a área geográfica de execução do PRA, anteriormente definida apenas para o Complexo Estadual de Florestas do Rio Gregório, para os municípios de Plácido de Castro, Acrelândia, Senador Guiomard, Capixaba, Xapuri, Brasileia, Assis Brasil, Rio Branco, Sena Madureira, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, com início nos municípios de Plácido de Castro, Capixaba e Senador Guiomard em 2019-2020, que apresentam grande parte da porção de seu território com muitas áreas de passivo ambiental.

Assim, considerando os Programas e Projetos que preveem linhas de investimento no apoio ao fomento do PRA, foram selecionados, no âmbito do programa REM Acre Fase II, os municípios que mais demandam ações de recomposição da vegetação, localizados na região Sudeste do estado e na "Zona 1 – Consolidação de Sistemas de Produção Sustentáveis", definida no mapa de gestão territorial do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, ZEE-Acre, onde se concentra a maior porção de áreas desmatadas, além do Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório – CFERG, incialmente planejado no programa.

O programa deverá ser implementado, portanto, junto as áreas críticas caracterizadas anteriormente, nos municípios de Capixaba, Plácido de Castro e Senador Guiomard e no Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório – CFERG.

6.a. Metas para o ano de 2020

1. Executar 250 hectares de projetos de recomposição florestal com Sistemas Agroflorestais para apoiar a regularização ambiental de pequenas propriedades ou posses rurais familiares (preparo do solo, plantio e manutenção), nos municípios de Capixaba, Plácido de Castro e Senador Guiomard e no CFERG.

Obs: A meta será iniciada em 2020 e concluída em 2021

6.b. Metas para o ano de 2020

1. Executar 250 hectares de projetos de recomposição florestal com Sistemas Agroflorestais para apoiar a regularização ambiental de pequenas propriedades ou posses rurais familiares (preparo do solo, plantio e manutenção), nos municípios de Capixaba, Plácido de Castro e Senador Guiomard e no CFERG.

7. Atividades (PDI):

- 1. Aquisição de equipamentos, utensílios e insumos para a produção de mudas (sementes e sistema de irrigação);
- 2. Assistência técnica aos produtores rurais familiares do estado do Acre;
- 3. Apoio à modernização dos sistemas produtivos (recomposição florestal de passivos ambientais com sistemas agroflorestais).

8. Resultados Esperados:

- · Diminuição da taxa de desmatamento;
- · Aumento da renda e da qualidade de vida de produtores rurais da agricultura familiar;
- Segurança alimentar;
- Redução do êxodo rural;
- · Beneficiários com suas propriedades regularizadas ambientalmente;
- · Fortalecimento institucional do Escritório Técnico de Gestão do CAR e PRA Acre.

9. Órgão Subexecutor:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

10. Subprograma 02: Subprograma Territórios da Produção Familiar Sustentável

Código PDI	Atividades	Área de abrangência	Duração		Indicador Físico		Custo	
2.1.9.1	Apoio ao Programa de Regularização Ambiental (PRA)		Início	Término	Unidade	Quant.	Unitário (R\$)	Total (R\$)
2.1.9.1.1	Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica para execução de atividades de recomposição florestal para apoiar a regularização ambiental de pequenas propriedades ou posses rurais familiares (preparo do solo, plantio e manutenção)	O objeto deverá ser desenvolvido no estado do Acre, abrangendo as regionais de desenvolvimento, Tarauacá-Envira, Vale do Juruá e Baixo Acre, onde as atividades de recomposição florestal atenderão, especificamente, os lotes selecionados de concessionários do Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório - CFERG, localizado entre os municípios de Tarauacá e Cruzeiro do Sul, nas faixas lindeiras à BR 364 e em propriedades/posses rurais nos municípios de Plácido de Castro, Capixaba, Acrelândia e Senador Guiomard.	Jun/2020	Jun/2021	Contrato	01	2.650.000,00	2.650.000,00
2.1.9.1.2	Contratação de serviços, pessoa jurídica, para gerenciamento e assessoramento técnico e administrativo visando atender as demandas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente no âmbito do Programa de Regularização Ambiental do Estado do Acre - PRA-Acre	O objeto deverá ser desenvolvido no estado do Acre, abrangendo todas as regionais de desenvolvimento.	Jun/2020	Nov/2021	Contrato	01	1.818.027,06	1.818.027,06

9. Órgão Subexecutor:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

10. Subprograma 02: Subprograma Territórios da Produção Familiar Sustentável

Código PDI	Atividades	Área de abrangência	Duração Início Término		Indicador Físico Unidade Quant.		Custo Unitário (R\$) Total (R\$)	
2.1.9.1	Apoio ao Programa de Regularização Ambiental (PRA)	Area de abrangencia						
2.1.9.1.3	Contratação de serviços de pessoa jurídica para gestão da Unidade de Coordenação Simplificada do Programa, de forma a apoiar as organizações comunitárias na elaboração participativa de projetos, na gestão, prestação de contas e relatórios, bem como nas capacitações e na administração do programa	Nas áreas de atuação do Programa REM	Jan/2020	Ago/2020	Contrato	01	560.000,00	560.000,00

9. Órgão Subexecutor:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

10. Subprograma 02: Subprograma Territórios da Produção Familiar Sustentável

Código PDI	Atividades	Área de abrangência	Duração		Indicador Físico		Custo	
2.1.9.1	Apoio ao Programa de Regularização Ambiental (PRA)		Início	Término	Unidade	Quant.	Unitário (R\$)	Total (R\$)
2.1.9.1.5	Contratação de Serviços de Pessoa Jurídica para implantação de sistema de irrigação automatizada de viveiro de mudas	Tarauacá e Cruzeiro do Sul as Áreas de	Jun/2020	Dez/2020	Contrato	01	70.000,000	70.000,000

9. Órgão Subexecutor:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

10. Subprograma 02: Subprograma Territórios da Produção Familiar Sustentável

Código PDI	Atividades	Área de abrangência	Duração ngência		Indicado	or Físico	Custo	
2.1.9.1	Apoio ao Programa de Regularização Ambiental (PRA)		Início	Término	Unidade	Quant.	Unitário (R\$)	Total (R\$)
2.1.9.1.6	Contratação de Serviços de Pessoa Jurídica para implantação de estrutura de aclimatização de mudas ao pleno sol com sistema de irrigação	O objeto deverá ser desenvolvido no Viveiro da Floresta, município de Rio Branco-AC e no Viveiro Florestal da UGAI Rio Liberdade, município de Cruzeiro do Sul-AC, onde as atividades de produção de mudas atenderão os municípios de Acrelândia, Capixaba, Plácido de Castro e Senador Guiomard; o Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório – CFERG nos município de Tarauacá e Cruzeiro do Sul, as Áreas de Proteção Ambiental – APA's Lago do Amapá e Igarapé São Francisco, localizadas no município de Rio Branco e a Floresta Estadual do Afluente e região de entorno, em Projetos de Assentamento, nos municípios de Manoel Urbano e Feijó; e as áreas de entorno localizadas na Zona de Amortecimento da Reserva Extrativista – RESEX Chico Mendes.	Jun/2020	Dez/2020	Unid.	01	30.000,00	30.000,00
2.1.9.1.7	Diárias	-	Jan/2020	Jun/2021	Diárias	-	59.833.86	59.833.86
2.1.9.1.8	Aquisição de derivados de petróleo	<u> </u>	Jan/2020	Jun/2021	Contrato	01	95.766,08	95.766,08
2.1.9.1.9	Contratação de Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica para fornecimento e emissão de passagens aéreas nacionais	-	Jan/2020	Jun/2021	Contrato	01	70.734,79	70.734,79

9. Órgão Subexecutor:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

10. Subprograma 02: Subprograma Territórios da Produção Familiar Sustentável

Código PDI	Atividades	Área de abrangência	Dui	ração	Indicado	or Físico	Custo	
2.1.9.1	Apoio ao Programa de Regularização Ambiental (PRA)		Início	nício Término		Quant.	Unitário (R\$) Total (R\$)	
2.1.9.1.10	Contratação de serviços de manutenção veicular preventiva e corretiva	-	Jun/2020	Jun/2021	Contrato	01	151.067,70	151.067,70
2.1.9.1.11	Contratação de Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica para fornecimento de insumos para o viveiro (sementes) para atividades de recomposição florestal, visando apoiar a regularização ambiental de pequenas propriedades ou posses rurais familiares.	O objeto deverá ser desenvolvido no Viveiro da Floresta, município de Rio Branco-AC e no Viveiro Florestal da UGAI Rio Liberdade, município de Cruzeiro do Sul-AC, onde as atividades de produção de mudas atenderão os municípios de Acrelândia, Capixaba, Plácido de Castro e Senador Guiomard; o Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório – CFERG nos município de Tarauacá e Cruzeiro do Sul, as Áreas de Proteção Ambiental – APA's Lago do Amapá e Igarapé São Francisco, localizadas no município de Rio Branco e a Floresta Estadual do Afluente e região de entorno, em Projetos de Assentamento, nos municípios de Manoel Urbano e Feijó; e as áreas de entorno localizadas na Zona de Amortecimento da Reserva Extrativista – RESEX Chico Mendes.	Abr/2020	Abr/2021	Contrato	01	250.000,00	250.000,00
2.1.9.1.12	Contratação de Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica de apoio operacional e logístico as atividades (material de expediente e de campo).	-	Jun/2020	Dez/2020	Contrato	01	64.800,00	64.800,00
							TOTAL	5.820.229,49

12. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

						PRAZC	S/2020					
TAREFAS	META: Apo	oio a recup	eração de	250 hectar	es de pass	ivo florest	al com sist	emas agro	florestais (SAFs)		
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Contratação/licitação				х	х	х						
Análise do CAR						х	х	х	х	х	х	х
Mobilização dos beneficiários						х	х	Х				
Execução dos projetos de SAFs								х	х	х	х	х
Entrega de insumos				×	х	x	x	×	x	x	x	×
Entrega de mudas								х	х	х	х	х
	PRAZOS/2021											
TAREFAS	META: Apoio a recuperação de 250 hectares de passivo florestal com sistemas agroflorestais (SAFs)											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Monitoramento dos projetos de SAFs	Х	х	х	х	х	х						
Análise do CAR	x	x	х	x	x	x	x	x	x	x	x	
Execução dos projetos de SAFs	х	х	х	х	х	х	х					
Entrega de insumos	x	×	х	x								
Entrega de mudas	х	х	х	x								

Meta	Especificação	Quantidade				
		Famílias	Individual	Total		
1	Agricultor (a) familiar e empreendedor (a) familiar rural de pequena propriedade ou posse rural com até 4 (quatro) módulos fiscais, de acordo com a Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, à luz do Parágrafo Único do Art. 54° e Art. 58°, da Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012 e do Art. 15° da Lei Estadual nº 3.349 de 18 de dezembro de 2017	125	-	125		

10. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO (como as atividades serão realizadas)

Meta	Forma de construção /aquisição, utilização e administração por meta programada
	Produção de mudas florestais e frutíferas para apoio aos projetos de SAF´s no Viveiro da Floresta
	Análise dos passivos ambientais em propriedades e posses rurais no âmbito do Cadastro Ambiental Rural-CAR e do Programa de Regularização Ambiental - PRA
	Realização de oficinas com os produtores rurais para a apresentação do PRA e para o levantamento de interessados em receber os projetos de recomposição florestal de passivos ambientais
	Coleta de assinaturas do Termo de Adesão ao Programa de Regularização Ambiental – PRA
	Seleção de beneficiários por meio das organizações representativas de produtores, para a execução dos projetos de recomposição florestal de passivos ambientais
	Realização de coleta e análise de solos e interpretação de resultados das análises para o planejamento da execução dos plantios, nas áreas objeto dos projetos de recomposição florestal de passivos ambientais
1	Elaboração do Plano de Operações com o detalhamento das ações e atividades que deverão ser executadas nas áreas objeto dos projetos de recomposição florestal de passivos ambientais
	Realização de identificação e demarcação das áreas objeto dos projetos de recomposição florestal de passivos ambientais
	Realização de limpeza para o preparo do solo
	Realização de serviços de mecanização agrícola
	Realização de serviços de cercamento nas áreas objeto dos projetos de recomposição florestal de passivos ambientais
	Gestão e execução das atividades relativas aos serviços de plantio de mudas para implantação de SAFs nas áreas objeto dos projetos de recomposição florestal de passivos ambientais
	Gestão e execução das atividades de monitoramento e manutenção relativas aos projetos de recomposição florestal de passivos ambientais com Sistemas Agroflorestais, no âmbito do PRA-Acre

GOVERNO DO ACRE SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG PROGRAMA REM ACRE FASE II ANO 2020-2021

1.Subprograma:

SUBPROGRAMA 03: TERRITÓRIO DA PECUÁRIA DIVERSIFICADA SUSTENTÁVEL

2. órgão Subexecutor:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

3. Título do Projeto:

Sistemas Biointegrados de Agroenergia

4. Objetivo:

Melhorar a eficiência das cadeias de valor de produtos florestais no estado do Acre, por meio do fomento de sistemas alternativos de energia, com ênfase na participação dos pequenos agricultores familiares e extrativistas, gerando maiores benefícios ambientais e econômicos, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável e preservação da floresta.

5. Justificativa

Trata-se de uma atividade nova para o Programa e sua execução tomará todo o tempo de vigência do Programa REM, demandará investimentos junto às famílias que já estão trabalhando em alguma cadeia de valor apoiada por este Programa, visando ampliar os benefícios ambientais e econômicos das atividades desenvolvidas.

Serão instalados biodigestores e energia fotovoltaica (placa solar), e ainda, a infraestrutura necessária para implantação dos sistemas de agroenergia, incluindo aquisição de equipamentos de apoio às atividades de melhoria tecnológica junto às propriedades rurais, com ênfase para aqueles envolvidos na produção florestal, agroflorestal e agropecuária.

Também serão investidos recursos na formação destes produtores e extensionista no domínio de todas as novas tecnologias que serão implantadas, sendo utilizado alguns mecanismos de capacitações já mencionados, como os residentes florestais que participarão nas ações de Tutoria/Capacitações/Intercâmbios.

Dentre as atividades previstas nesse projeto inclui-se ainda o fomento a adoção de sistemas fotovoltaicos (Placas solares) em prédios públicos no estado do Acre, a partir de uma experiência piloto no prédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA e no Viveiro da Floresta. O Acre é um Estado com características naturais de alta insolação durante o ano e mesmo durante o inverno apresenta grande potencial de aproveitamento de energia solar. Há um grande mercado a ser desenvolvido, gerando trabalho e renda e economia em toda cadeia produtiva. O cenário é promissor mas precisa de investimentos.

O projeto piloto visa confirmar a viabilidade da instalação desse sistema fotovoltaico (placa solar) em prédios públicos no estado do Acre, além de contribuir imensamente com a conservação do meio ambiente e redução nos gastos com energia no prédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente é de aproximadamente.

Com políticas públicas de incentivo é possível potencializar o uso de energias alternativas não só nos prédios públicos, mas principalmente nas residências, hospitais, industrias, escolas e construções de um modo geral possibilitando uma grande economia em escala no Estado sobrando recursos para investimentos em áreas essenciais como saúde, educação e segurança.

Portanto, espera-se que as ações que serão implementadas venham contribuir sobremaneira com a redução dos resíduos nas cadeias produtivas agropecuárias, bem como promover a inclusão

social e produção de energia limpa junto as famílias, oportunidade de melhoria na produção e conservação de alimentos e redução nos custos da conta de luz.

6.a. Metas para o ano de 2020:

- 1. Implantar e assessorar tecnicamente 10 sistemas biointegrados de agroenergia em propriedades rurais que já desenvolvem atividades de produção de cadeias de valor apoiadas pelo Programa REM;
- 2. Implantar de 01 unidade demonstrativa fotovoltaica no prédio da SEMA e no Viveiro da Floresta:
- 3. Realizar intercâmbio com 20 produtores para difusão do sistema alternativo de agroenergia.

6.b. Metas para o ano de 2021

- 1. Implantar e assessorar tecnicamente 10 sistemas biointegrados de agroenergia em propriedades rurais que já desenvolvem atividades de produção de cadeias de valor apoiadas pelo Programa REM;
- 2. Realizar intercâmbio com 80 produtores para difusão do sistema alternativo de agroenergia.

7. Atividades (PDI):

- 2.1.3.1 Capacitação, Assistência e Monitoramento;
- 3.1.3.2 Implantação e Modernização dos Sistemas de Agroenergia (Equipamento e Infraestrutura).

8. Resultados Esperados:

- Estabelecimento de arranjos institucionais, visando organizar e desenvolver proposta de pesquisa, desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologias para projetos de agroenergia;
- Redução significativa das emissões de gases de efeito estufa, quando comparadas às emissões que ocorreriam na ausência do projeto e também na promoção da produção sustentável pela transformação dos dejetos de animais e da biomassa em energia limpa, resultante da sua queima e geração de biogás de forma a suprir as demandas energéticas das comunidades rurais;
- Produção de energia limpa renovável, sustentável e ambientalmente benéfica para a sociedade.

9. Órgão Subexecutor: Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

Subprograma 03: Território da Pecuária Diversificada Sustentável

11. ATIVIDADES E ESTIMATIVA DE CUSTO (R\$ 1,00)

Código PDI	Atividades	Área de abrangência	Dura	ção	Indicado	dicador Físico Cus		sto
3.1.3	Agroenergia		Início	Término	Unidade	Quant.	Unitário	Total
		Nas localidades de instalação	Nov/2020				232.917,86	232.917,86
3.1.3.1	Capacitação, Assistência e Monitoramento	dos biodigestores						
	Implantação e Modernização dos Sistemas de	Instalação de 05 biodigestores					269.830,27	269.830,27
3.1.3.2	Agroenergia (Equipamento e Infraestrutura)	na cadeia da suinocultura nos						
		municípios de Brasiléia e						
		Epitaciolândia e 05 em						
		unidades familiares nas						
		regionais do Juruá,						
		Tarauacá/Envira e Purus;						
	Implantação de Implantação de 01 unidade	Rio Branco					400.00,00	
	demonstrativa fotovoltaica no prédio da SEMA e no							
	Viveiro da Floresta							
					TOT	AL	_	902.748,13

Obs:

12. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

	PRAZOS/2020													
TAREFAS	META 1: Implantar e assessorar tecnicamente 10 sistemas biointegrados de agroenergia em propriedades rurais													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
Elaboração do Termo de														
Referência								х						
Licitação/Contratação de														
Serviços Terceiro Pessoa														
Jurídica para instalação de														
biodigestores na Cadeia da														
Suinocultura									X	x				
Implantação dos				•										
biodigestores em														
propriedades rurais											х	X		

Assessoramento dos												
produtores rurais para uso												
dos biodigestores									×	Х	Х	х
	META 2: Implantar 01 unidades demonstrativa fotovoltaica no prédio da SEMA e no Viveiro da Floresta											
TAREFAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Elaboração do Termo de												
Referência							Х					
Licitação para Contratação												
de Serviços Terceiro Pessoa												
Jurídica para Implantação do												
projeto								Х	Х			
Implantação do sistema												
Fotovoltaico										Х	Х	х
Acompanhamento técnico									х	Х	Х	х
•	META 3: Realizar intercâmbio com 20 produtores para difusão do sistema alternativo de agroenergia											
	META 3: Re	alizar inter	câmbio con	n 20 produt	tores para c	lifusão do si	istema altei	nativo de a	groenergia			
TAREFAS	META 3: Re	alizar interd	câmbio con MAR	n 20 produt ABR	tores para d MAI	ifusão do si JUN	istema altei JUL	nativo de a	groenergia SET	OUT	NOV	DEZ
					1					OUT	NOV	DEZ
TAREFAS Elaboração do Termo de Referência				1	1				SET	OUT	NOV	DEZ
Elaboração do Termo de Referência				1	1			AGO		OUT	NOV	DEZ
Elaboração do Termo de Referência Licitação para				1	1			AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Elaboração do Termo de Referência Licitação para contratação da entidade				1	1			AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Elaboração do Termo de Referência Licitação para contratação da entidade que prestará a				1	1			AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Elaboração do Termo de Referência Licitação para contratação da entidade que prestará a capacitação/ATER aos				1	1			AGO	SET		NOV	DEZ
Elaboração do Termo de Referência Licitação para contratação da entidade que prestará a capacitação/ATER aos produtores				1	1			AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Elaboração do Termo de Referência Licitação para contratação da entidade que prestará a capacitação/ATER aos produtores Visitas técnicas junto às				1	1			AGO	SET		NOV	DEZ
Elaboração do Termo de Referência Licitação para contratação da entidade que prestará a capacitação/ATER aos produtores Visitas técnicas junto às comunidades e parceiros				1	1			AGO	SET		NOV	DEZ
Elaboração do Termo de Referência Licitação para contratação da entidade que prestará a capacitação/ATER aos produtores Visitas técnicas junto às comunidades e parceiros para definição dos				1	1			AGO	X		NOV	DEZ
Elaboração do Termo de Referência Licitação para contratação da entidade que prestará a capacitação/ATER aos produtores Visitas técnicas junto às comunidades e parceiros				1	1			AGO	SET		NOV	DEZ
Elaboração do Termo de Referência Licitação para contratação da entidade que prestará a capacitação/ATER aos produtores Visitas técnicas junto às comunidades e parceiros para definição dos				1	1			AGO	X		NOV	DEZ

Obs: Inserir metas físicas sempre que for possível

	PRAZOS/2021													
TAREFAS	META 1: Implantar e assessorar tecnicamente 10 sistemas biointegrados de agroenergia em propriedades rurais													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
Implantação dos														
biodigestores em														
propriedades rurais			Х	X										
Assessoramento dos														
produtores rurais para uso														
dos biodigestores			Х	х										
	META 3: Re	alizar interc	âmbio con	n 80 produt	ores para d	ifusão do si	stema alter	nativo de a	groenergia					
TAREFAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
Visitas técnicas junto às														
comunidades e parceiros														
para definição dos														
beneficiários			х	Х										
Realizar capacitação					х	х	х	х	х					

Obs: Inserir metas físicas sempre que for possível

9. Público Beneficiários (extrativistas, agricultores familiares, indígenas)										
Meta	Especificação	Famílias	ide Total							
1	Produtores rurais, agricultores familiares e extrativistas	100	Individual 300	300						
2	Gestores e Servidores Públicos de Rio Branco	-	350	350						
3	Produtores rurais, agricultores familiares e extrativistas. O projeto irá priorizar a capacitação e o envolvimento das mulheres e jovens		300	300						
dos ben (indivídu	,									
10. ME	10. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO (como as atividades serão realizadas)									
Meta	Forma de construção /aquisição, utilização e administração por meta programada									
1	Contratação de empresa especializada para aquisição e in suas respectivas localidades. Identificação e mapeamento receberão o investimento. Acompanhamento da execuçã SEMA.	das localio	dades/con	nunidades que						
2	Contratação de empresa especializada para Fornecimento de Equipamentos com Montagem e Instalação de Sistema de Energia Solar Fotovoltaica - SESFV, por meio de processo licitatório na modalidade pregão presencial. A execução, acompanhamento e fiscalização dos serviços serão de responsabilidade de servidor do quadro da Sema devidamente portariado, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 8.666/93.									
3	Contrato de parceria com entidades sem fins lucrativos (Tocapacitação, ATER, e monitoramento em agroenergia, virurais e extensionista no domínio de todas as novas tec (biodigestores), com acompanhamento técnico da SEMA.	sando a f	formação	de produtores						

GOVERNO DO ACRE SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG PROGRAMA REM ACRE FASE II ANO 2020-2021

1.Subprograma:

SUBPROGRAMA 02: TERRITÓRIO DA PRODUÇÃO FAMILIAR SUSTENTÁVEL

2. órgão Subexecutor:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

3. Título do Projeto:

Assistência Técnica agroflorestal para comunidades extrativistas das florestas públicas estaduais, incluindo a gestão das UGAIs

4. Objetivo:

Implementar os Planos de Gestão das Florestas Estaduais e fomentar práticas produtivas sustentáveis no entorno dessas áreas, visando potencializar os esforços de redução do desmatamento e melhorar a qualidade de vidas das populações tradicionais.

5. Justificativa

De acordo com o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre – ZEE/AC, 32,5% do território acreano é constituído por Unidades de Conservação - UC, ou seja, 5.343.345 ha, sendo 23% classificadas como UC de Uso Sustentável (nove federais, oito estaduais e uma municipal) e 9,5% como UC de Proteção Integral (duas federais e uma estadual). Dentre as unidades que se enquadram como de uso sustentável podemos destacar as Florestas Estaduais: do **Antimary** com uma área de 45.639 ha, localizada na divisa dos municípios de Bujari e Sena Madureira; a do **Mogno** com 143.897 ha, a do **Rio Liberdade** com 77.303 ha e a do **Rio Gregório** com 216.062 ha, localizadas no município de Tarauacá e a **Floresta Estadual do Afluente** do Complexo do Seringal Jurupari, com uma área de 151 mil há, localizada na divisa dos municípios de Feijó e Manuel Urbano.

As Florestas Estaduais são administradas pelo Governo do Estado, através da SEMA, órgão responsável pela política estadual de meio ambiente, gestão territorial, desenvolvimento sustentável e serviços ambientais. A gestão dessas áreas representa um grande desafio devido sua enorme extensão territorial, a presença de populações locais, a questão fundiária, a inserção de alternativas produtivas sustentáveis e, principalmente, a escassez de recursos humanos e financeiros para a gestão.

Como alternativas sustentáveis de controle do desmatamento nessas unidades de conservação, o Estado vem apostando na expansão e na consolidação do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas – SEANP, que cobre mais de 47% do território acreano, no sistema de monitoramento florestal e no apoio a economia florestal, por meio do estabelecimento das concessões florestais, do manejo florestal de uso múltiplo em áreas públicas e comunitárias, de investimentos em indústrias locais de processamento e em pequenas unidades produtivas.

Nas florestas estaduais (do Mogno, do Rio Gregório e do Rio Liberdade) que compõem o Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório – CFERG, onde residem cerca de 700 famílias, as principais atividades produtivas fomentadas são: mandioca, piscicultura, madeira e agricultura familiar. Na Floresta Estadual do Antimary, vivem cerca de 54 famílias e as principais atividades fomentadas são: madeira, castanha e agricultura familiar. Essas comunidades geram uma considerável diversidade de produtos agrícolas (banana, farinha de mandioca) e extrativistas (madeira, castanha do Brasil, óleos e sementes), e dependem de assistência técnica para o desenvolvimento dessas atividades. Já a Floresta Estadual do Afluente, mais recentemente criada, residem cerca 141 famílias.

Neste contexto, a assistência técnica para a execução dos programas inerentes aos Planos de Gestão dessas florestas é de suma importância, pois garante a execução correta dos programas sociais, ambientais, econômicos e de gestão. Ainda quanto à assistência técnica é primordial ressaltar sua importância diante do contexto dessas florestas, haja vista que parte da população ainda se encontra em estado de pobreza e insegurança alimentar. Dessa forma, a implantação de práticas produtivas sustentáveis, tais como: o manejo florestal madeireiro, não-madeireiro e Sistemas Agroflorestais-SAFs geram benefícios ambientais e socioeconômicos expressivos advindos da dinamização da economia local.

Assim, visando proporcionar melhor atendimento às famílias que residem nessas florestas e no entorno, o governo do Estado criou bases administrativas localizadas ao longo da BR 364, sentido Cruzeiro do Sul, denominadas Unidades de Gestão Ambiental Integrada – UGAI. Atualmente há quatro UGAIs em funcionamento, sendo: uma na Floresta Estadual do Antimary, no município de Sena Madureira; duas no Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório (UGAI do Acuraua e do Liberdade), no perímetro compreendido entre os municípios de Tarauacá e Cruzeiro do Sul, e a UGAI do Afluente, localizada no município de Feijó.

Como infraestrutura operacional cada uma das Unidades é constituída de: área de serviço, dormitórios masculinos com banheiro, dormitório feminino com banheiro, almoxarifado, escritório técnico, sala de leitura, auditório, refeitório, galpão para máquinas e dois banheiros sociais. As UGAIs funcionam para fornecer apoio administrativo, operacional, fiscalização, pesquisa e assistência técnica para as comunidades que residem nessas florestas, e em outras unidades territoriais circunvizinhas, como a Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, o Projeto de Assentamento Taquari, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Ivo Neves e Projeto de Assentamento Agroextrativista Limoeiro. Além disso, são também centros de atuação interinstitucionais, servindo de apoio para atividades de outras secretarias estaduais e da administração federal e municipal.

Portanto, as UGAIs são tanto escritórios operacionais para o desenvolvimento das atividades da SEMA, quanto pontos de referência e assistência para as comunidades residentes e

do entorno das Florestas Estaduais. Daí a necessidade de mantê-las em pleno funcionamento, com toda estrutura operacional, tanto de pessoal quanto de material de consumo.

Trata-se de uma atividade já implementada na primeira fase do Programa REM/KfW, a qual perdurará por todo o período de vigência do contrato, por se tratar de ações de implementação continuada, onde se pretende, manter o funcionamento das UGAIs, para o apoio técnico-administrativos dos serviços de ATER para as mais de 2.000 famílias agroextrativistas residentes nas cinco florestas e entorno. O projeto tem complementariedade com ações do Programa PDSA II/BID, onde atualmente estão desenvolvendo atividades para recuperação de áreas com o plantio de frutíferas, ATER para o manejo florestal, concessão florestal, dentre outras.

6.a. Metas para o ano de 2020:

- 1. Manter 04 Unidades de Gestão Ambiental Integradas UGAIs atendendo as comunidades residentes nas florestas e do entorno;
- 2. Prestar Assistência Técnica para 700 famílias nas cadeias produtivas implementadas na região.

6.b. Metas para o ano de 2021

- 1. Manter 04 Unidades de Gestão Ambiental Integradas UGAIs atendendo as comunidades residentes nas florestas e do entorno;
- 2. Prestar Assistência Técnica para 700 famílias nas cadeias produtivas implementadas na região.

7. Atividades (PDI):

2.1.5.1 Assistência técnica agroflorestal para comunidades extrativistas das florestas públicas estaduais, incluindo a gestão das UGAIs

8. Resultados Esperados:

- 05 Planos de Gestão e das Florestas Estaduais Implementados;
- 04 UGAIs atendendo as comunidades residentes e do entorno;
- 09 Associações e cooperativas de produtores locais assistidas:
- 700 famílias com assistência técnica para a produção agroextrativista;
- Redução do desmatamento ilegal nas Florestas Públicas Estaduais

ANO 2020-2021

9. Órgão Subexecutor: Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

10. Subprograma 02: Territórios da Produção Familiar Sustentável

11. ATIVIDADES E ESTIMATIVA DE CUSTO (R\$ 1,00)

	•	· '						
	Atividades	Área de abrangência	Du	ração	Indicac	lor Físico	Cus	sto
Código PDI								
	Assistência técnica agroflorestal para comu	nidades extrativistas das florestas	Início	Término	Unidade	Quant.	Unitário	Total
2.1.5.1	públicas estaduais, incluindo a gestão das U	GAIs						
	Assistência Técnica às comunidades	As ações serão realizadas nas	Jan/2020	Dez/2021	Contrato	01	603.319,50	603.319,50
2.1.5.1.1	extrativistas nas Florestas Públicas	Florestas Estaduais do Antimary,						
	Apoio operacional e logístico as atividades de	Mogno, Liberdade, Gregório e	Jan/2020	Dez/2021	Contrato	Diversos	59.611,10	59.611,10
2.1.5.1.2	gestão das UGAIs (combustível, alimentação,	Afluente, as quais abrangem os						
	água, material de expediente e de campo).	municípios de Bujari, Sena						
	Diárias para acompanhamento das atividades	Madureira, Manoel Ubano, Feijó,	Jan/2020	Dez/2021	Diárias	-	40.000,00	40.000,00
2.1.5.1.3	de campo.	Tarauacá e Cruzeiro do Sul						
	•	•	•	•	TC	TAL		702.930,60
								·

Obs: A quantidade de diárias não é possível dimensionar em decorrência da variação de valores conforme localidade (dentro e fora do Estado) e posto funcional ocupado pelo servidor.

12. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

						PRA	ZOS/2020								
TAREFAS	META 1: Ma	TA 1: Manter 04 Unidades de Gestão Ambiental Integradas - UGAIs atendendo as comunidades residentes nas florestas e do													
TAKETAS	entorno														
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ			
Elaboração de TdRs para															
aquisição de materiais e															
insumos para as atividades															
para manutenção e															
funcionamento das UGAIS	Х	Х	Х												
Licitação/contratação															
Licitação/contratação						Х	Х	Х							

Entrega dos materiais nas												
04 UGAIS									Х	Χ	X	X
Acompanhamento da												
gestão nas 04 UGAIS	x	x	Х	x	x	x	x	x	x	x	x	X
	META 2: Pr	estar Assis	tência Té	cnica para	700 famíli	ias nas ca	deias prod	utivas impl	ementada	s na região).	
TAREFAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Elaboração do Termo de												
Referência								x				
Licitação/contratação									х	х	х	
Realização dos Serviços de												
ATER nas Florestas Públicas	x	x	Х	x	x	x	x	x	x	x	x	X
Acompanhamento dos												
serviços de ATER nas												
Florestas Públicas	x	x	Х	Х	Х	Х	x	x	Х	Х	X	X

Obs: Atualmente a prestação de serviços de ATER nas florestas públicas vem sendo realizada com recursos do PDSA II/BID, considerando que os recursos do REM KfW são complementares às atividades já desenvolvidas pela SEMA. Porém, os resultados alcançados serão contabilizados para o alcance da meta pactuada na NTRB. Assim, os recursos disponíveis no POA provavelmente só serão utilizados para essa atividade no segundo semestre de 2021, no entanto, todos os trâmites necessários para a nova contratação iniciarão ainda no ano de 2020.

						PRA	ZOS/2021					
TARFFAC	META 1: Ma	anter 04 Ui	nidades d	e Gestão A	Ambiental I	Integradas	- UGAIs a	tendendo	as comuni	dades resi	dentes nas	florestas e do
TAREFAS	entorno											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Realização dos Serviços de												
ATER nas Florestas Públicas	х	Х	Х	Х	Х	Х	Х	x	Х	Х	х	X
Acompanhamento dos												
serviços de ATER nas												
Florestas Públicas	х	x	Х	х	x	х	x	x	х	х	х	X
TAREFAS	META 2: Pr	estar Assis	stência Té	cnica para	700 famíl	ias nas ca	deias prod	utivas impl	ementada	s na região	0	
TANEFAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Acompanhamento da												
gestão nas 04 UGAIS	х	X	x	х	х	х	х	x	х	х	х	Х

9. Púb	ico Beneficiários (extrativistas, agricultores fami	liares, indí	genas)	
Meta	Especificação		Quantidade	
		Famílias	Individual	Total
1 e 2	Extrativistas e agricultores familiares residentes	700 (de	2.100	2.100
	nas cinco Florestas Públicas e entorno.	forma direta)		
Obs : 0 t	otal de beneficiário nas metas 1 e 3 é composto pela soma dos			
beneficiá	rios de forma direta (famílias) e de forma indireta (indivíduos).			
10. ME	TODOLOGIA DE EXECUÇÃO (como as atividades	s serão rea	lizadas)	
Meta	Forma de construção /aquisição, utilização e administ	ração por meta	programada	
1	Para a realização da atividade será necessária a co material de limpeza e outros) por meio de proces funcionamento e manutenção desses espaços (UGA de ações da SEMA e outros órgãos do Estado nas I	sso licitatóri ds), que dão	io, visando o suporte na	garantir o a execução
2	Contratação de serviços de ATER por meio de porte desenvolvimento das cadeias produtivas existentes com acompanhamento técnico, capacitação e exprocessos produtivos, inclusão social, incremento de	nas Florest xtensão, vi	as Públicas sando mel	e entorno, horias nos

GOVERNO DO ACRE SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG PROGRAMA REM ACRE FASE II ANO 2020-2021

1.Subprograma:

Subprograma 01: Subprograma Territórios Indígenas

2. órgão Subexecutor:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente

3. Título do Projeto:

Gestão Territorial Indígena

4. Objetivo:

Fortalecer a gestão ambiental e territorial nas terras indígenas, de forma a manter estoques florestais e a provisão de serviços ambientais nestas terras, por meio de ações de produção sustentável, conservação da biodiversidade, educação ambiental, vigilância territorial e assistência técnica culturalmente adequadas.

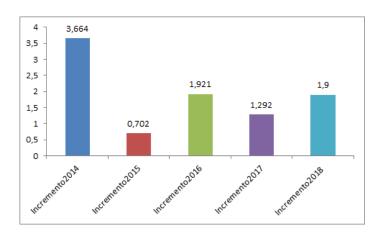
5. Justificativa

O Subprograma Territórios Indígenas objetiva promover a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, bem como a redução de emissões de gases de efeito estufa por desmatamento e degradação, a diminuição do fluxo de carbono, o manejo florestal sustentável e a conservação, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal nas terras indígenas.

Trata-se de um projeto iniciado na primeira fase do Programa e parte da bem sucedida estratégia do Subprograma Territórios Indígenas, do Programa ISA-Carbono, contemplou nos últimos cinco anos apoio, com recursos do Programa Global REDD para Early Movers - REM/Acre, à remuneração das atividades prestadas pelos agentes agroflorestais indígenas (AAFIs) em suas comunidades e terras, à continuidade de sua formação profissional e ao fortalecimento da Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC), sua organização institucional e de representação política.

Estas iniciativas estão correlacionadas as atividades de implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas, que são elaborados e atualizados pela SEMA por meio de projetos específicos, com o – Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre – PROSER, apoiado com recursos do Banco Mundial-BIRD.

As ações desenvolvidas no âmbito do Subprograma dos Territórios Indígenas vêm contribuindo na manutenção da baixa taxa de desmatamento das Terras Indígenas segundo dados de monitoramento do programa PRODES do INPE, conforme ilustra figura abaixo.



6.a. Metas para o ano de 2020:

- 1. Apoiar a formação de 145 Agentes Agroflorestais com pagamento de bolsas;
- 2. Realizar 01 Curso de formação para 30 Agentes Agroflorestais Indígenas;
- 3. Implementar 29 (vinte e nove) projetos decorrentes de 02 Editais de Chamamento Público

6.b. Metas para o ano de 2021:

- 1. Apoiar a formação de 117 Agentes Agroflorestais com pagamento de bolsas;
- 2. Realizar 02 Curso de formação para 30 Agentes Agroflorestais Indígenas;
- 3. Implementar 10 (dez) projetos decorrentes de 01 Edital de Chamamento Público

7. Atividades (PDI):

- Pagamento das Bolsas dos Agentes Agroflorestais Indígenas;
- Formação e Capacitação de Agentes Agroflorestais Indígenas;
- Implementação dos Planos de Gestão de Terras Indígenas

8. Resultados Esperados:

- Gestão territorial e ambiental fortalecida nas terras indígenas, com valorização de conhecimentos e práticas tradicionais e fortalecimento de sistemas de produção;
- Crescente protagonismo dos agentes agroflorestais nesta gestão e na implementação de projetos comuns gerenciados por associações indígenas;
- Fortalecimento institucional da AMAIAC, incluindo condições para realizar monitoramento das ações dos agentes nas terras indígenas e a adequada gestão dos recursos repassados;
- Conservação de estoques florestais nas terras indígenas;
- Provisão continuada de serviços ambientais.
- Povos mais vulneráveis (p.ex. sem PGTI; com limitada capacidade de elaborar/executar projetos), terão prioridade e receberão formação para superar esta vulnerabilidade;
- Ampliação do conhecimento de informações a respeito de temas relacionados a mudanças climáticas, serviços ambientais, SISA e Programa REM;
- Incentivo aos projetos de etnoturismo, festivais culturais e produção e venda de produtos artesanais, como forma de melhorar a renda nas comunidades;
- Comunidades e associações empoderadas pela possibilidade de formatar propostas no marco dos PGTIs e de protagonizar a execução local dos projetos com apoio de equipes técnicas do Governo;
- Manutenção de baixas taxas do desmatamento nas Terras Indígenas.

ANO 2020-2021

9. Órgão Subexecutor:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

SUBPROGRAMA 01: SUBPROGRAMA TERRITÓRIOS INDÍGENAS 11. ATIVIDADES E ESTIMATIVA DE CUSTO (R\$ 1,00)

Código PDI	Atividades	Área de abrangência	Dur	ação	Indicado	or Físico		Custo
1.1	Gestão Territorial Indígena		Início	Término	Unidade	Quant.	Unitário	Total (R\$)
1.1.1.1	Bolsa Agente Agroflorestal Indígena	Esta ação irá abranger remuneração de 145 agentes agroflorestais de 24 Terras Indígenas no Estado.	Abri/2020	Jun/2021	Bolsa	145		1.652.205,50
1.1.2.1	Formação e Capacitação de Agentes Agroflorestais Indígenas	Serão selecionados 30 agentes de 24 Terras Indígenas estratégicas do Estado.	Jun/2020	Ago/2021	Curso	02		997.259,99
	Implementação dos Planos de Gestão de Terras Indígenas	11 Terras Indígenas localizadas nos municípios de Assis Brasil, Sena Madureira, Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Jordão	Mar/2020	Dez/2021	Edital	03		2.610.000,00
TOTAL								5.259.465,49

Obs: O valor total apresentado na coluna de custos refere-se ao recurso disponível para execução da ação, não sendo possível mensurar o valor unitário em decorrência de haver valores diferenciados para cada modalidade de bolsa, para cada projeto aprovado na implementação dos PGTIs e o mesmo ocorre nos cursos de formação, onde estão previstos curso na sede da CPI e em Terras Indígenas, bem como outras despesas com profissionais e logística.

12. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

						PRAZO	S/2020					
TAREFAS	META 1 : A	Apoiar a for	mação de	145 Agent	es Agroflo	restais cor	m pagame	nto de bol	sas			
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica para Remuneração dos Agentes Agroflorestais Indígenas			Х									
Pagamento das bolsas				Х	X	х	х	х	x	х	х	Х
Acompanhamento e monitoramento das atividades realizadas pelos AAFIs nas aldeias				х	Х	х	х	х	х	х	х	Х
Elaboração de Relatório Trimestral						Х			х			Х
Confecção de Material didático a partir das atividades desenvolvidas pelos AAFIs											х	
Reunião de Avaliação programa de bolsa com AAFIs e parceiros.												Х
TAREFAS	META 2: F	Realizar 01	Curso de	formação	para 30 A	gentes Agı	roflorestais	Indígenas	S			
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Formação de 30 agentes agroflorestais indígenas por meio de curso com duração de 30 dias e perfazendo uma carga horária aproximada de 240 horas na cidade de Rio Branco.				х								

Realizar uma oficina em terra indígena para												
formação de agentes												
agroflorestais com												
participação de outros												
membros de suas comunidades					V							
(professores, lideranças					Х							
etc.) envolvendo a												
participação de 60												
pessoas no estudo e												
debate de assuntos												
relacionados a produção												
sustentável.												
Publicação de um												
documento confeccionado												
no âmbito do trabalho								Х				
realizado pelos AAFIs.												
Realização de um diagnóstico do percurso												
formativo e da demanda												
por formação para os							Χ					
próximos anos.												
Realização de um												
seminário ampliado sobre								Х				
a formação dos AAFIs.												
Acompanhamento e												
monitoramento das		Х	Х	Х	X	Х	Х	Х				
atividades realizadas pela CPI		^		^	^	^	^	^				
CFI	META 3: II	nnlementa	r 20 (vinte	e nove) n	rojetos inc	lígenas Ed	litais de Ch	namament	o Público r	nara os Pla	nos de Ge	estão em
TAREFAS	Terras Indi		11 23 (VIIIC	, c 110vc) p	nojetos inc	ilgerias Le	iliais de Oi	amament	o i ablico i		11103 40 00	Stao CIII
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Formalização e assinatura												
dos Termos de Fomento												
com as Associações			X									
Indígenas												
Apoio administrativo às												
Associações para												
aquisição dos bens e serviços previstos nos			Х	Χ	Χ	Х	Х	Χ	Х	Χ	Х	X
										1		
projetos			1									l J

Acompanhamento técnico	1.							
na execução dos Termos						V	V	V
de Fomento (Prestação de						X	Х	Х
contas financeira e								
Relatoria)								

Obs: Inserir metas físicas sempre que for possível

						PRAZO	S/2021					
TAREFAS	META1:	Apoiar a foi	mação de	2 145 Ager	ntes Agrofl			ento de bo	lsas			
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Pagamento das bolsas	Х	Х	Х	Х	Х	Х						
Monitoramento dos trabalhos dos AAFIs na comunidade	х	Х	Х	Х	Х	Х						
Elaboração de Relatório Trimestral			X			Х						
Confecção de Material didático a partir das atividades desenvolvidas pelos AAFIs					Х							
Reunião de Avaliação programa de bolsa com AAFI's e parceiros.						Х						
Elaboração de Relatório Final						Х						
TAREFAS	META 2: F	Realizar 01	Curso de	formação	para 30 A	gentes Ag	roflorestais	Indígena	S			
IAREFAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica para realizar capacitação de Agentes Agroflorestais Indígenas			х									
Realização do curso de capacitação para AAFIs				x								

Acompanhamento técnico durante execução do projeto				Х	Х	Х	Х	Х	Х			
TAREFAS	META 3: I	mplementa	r 01 (um)	Edital de 0	Chamamei	nto Público	para Plar	os de Ges	stão em Te	rras Indíge	enas	
IAREFAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Lançamento do Edital de Chamamento Público	Х											
Homologação dos projetos classificados no Chamamento.			Х									
Formalização dos Termos de Fomento junto as Associações Indígenas				х								
Apoio administrativo às Associações para aquisição dos bens e serviços previstos nos projetos				Х	Х	Х	Х	Х	Х	Х		
Acompanhamento técnico na execução dos Termos de Fomento (Prestação de contas financeira e Relatoria)			х	Х	Х	Х	Х	Х	Х	Х	Х	Х

OBS: Com o saldo dos recursos previstos para a implementação dos PGTIs, será lançado um novo Edital de Chamamento Público com previsão de atender 10 projetos em Terras Indígenas que ainda não foram beneficiadas pelo programa REM-KfW.

9. Públi	co Beneficiários (extrativistas, agricultores fam	iliares, ind	dígenas)											
Meta														
		Famílias	Individual	Total										
1	145 Agentes Agroflorestais Indígenas	4200	145	4200										
2	30 agentes agroflorestais indígenas	4200	60	4200										
3	20 mil de habitantes de 34 Terras Indígenas	4200	20000	20000										

Obs: indicar a quantidade de participação de jovens, mulheres e indígenas nas atividades realizadas

10. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO (como as atividades serão realizadas)

Meta	Forma de construção /aquisição, utilização e administração por meta programada
1	Contratação da Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre – AMAAIAC, com dispensa de licitação, para proceder ao pagamento das bolsas dos Agentes Agroflorestais Indígenas por possuir experiência comprovada na execução desse tipo de projeto. A SEMA e o Conselho Gestor do Programa de Bolsa, instituído por meio da Portaria Conjunta SEMA/SEPA Nº 01 de 13 setembro de 2019 fará o acompanhamento técnico durante a execução do Termo de Colaboração visando garantir os resultados que deverão ser alcançados para o Programa REM.
2	Contratação de Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica, por meio de Edital de Chamamento Público para realizar a formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas, com acompanhamento técnico da SEMA.
3	Formalização e execução de Termos de Fomento com Associações Indígenas por meio de Edital de Chamamento Público, com apoio técnico e administrativo da SEMA durante toda a vigência do projeto.

GOVERNO DO ACRE SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG PROGRAMA REM ACRE FASE II ANO 2020-2021

1.Subprograma:

SUBPROGRAMA 04: FORTALECIMENTO DO SISA E MECANISMOS DE REDD+

2. órgão Subexecutor:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC

3. Título do Projeto:

Fiscalização, Combate e Controle Ambiental

4. Objetivo:

Promover de forma integrada o fortalecimento das ações para a redução do desmatamento e queima no estado do Acre com ênfase nas áreas críticas de avanço do desmatamento (Unidades de Conservação), por meio do monitoramento aéreo.

5. Justificativa

O Avanço desordenado do desmatamento e das queimadas ilegais em 2019 e, todavia, em decorrência da pandemia que afeta o planeta nesse momento, as Unidades de Conservação, com especial ênfase em áreas de atuação do Programa REM II (Complexo Estadual de Florestas do Rio Gregório, Floresta Estadual do Afluente, Floresta Estadual do Antimary e Parque Estadual do Chandless) têm sofrido pressão de invasões como nunca visto antes, que aliada as invasões que já vinham ocorrendo ao longo de vários anos tem se tornado ponto crítico para a gestão das aludidas áreas.

No entanto, as invasões veem se acentuando desde março do corrente ano, em face da pandemia vivenciada e ocasionada pelo COVID-19 que tem impossibilitado o governo estadual, nesse momento, de implementar ações e medidas emergenciais, via terrestre, na velocidade e na quantidade necessárias para coibir tal ato, visto as inúmeras recomendações e diferentes decretos municipais, estaduais, nacionais e internacionais determinando medidas severas para evitar a transmissão do vírus.

Diante da situação posta, a realização de sobrevoos utilizando aeronave de asas rotativas (helicóptero) é vista como a ferramenta mais eficaz nesse momento para a realização de ações emergenciais já citadas anteriormente, pois permite acesso rápido às áreas de invasão e desmatamento previamente mapeadas, por meio de sensoriamento remoto e por denúncias, as quais via de regra são de difícil acesso. Outro ponto a ser destacado é a presença de aeronaves em ação de fiscalização aérea por si já demonstra a presença do Estado nas áreas em questão, intimidando a ação de infratores ambientais.

6.a. Metas para o ano de 2020:

1. Realizar 114,4 horas voo nas Unidades de Conservação Estadual, visando coibir a prática de crimes ambientais.

6.b. Metas para o ano de 2021

Não se aplica

7. Atividades (PDI):

4.2.5 – Fiscalização, Combate e Controle Ambiental

8. Resultados Esperados:

- Identificação de áreas desmatadas e queimadas em Unidades de Conservação por meio do monitoramento aéreo;
- Órgãos Ambientais agindo de forma conjunta na prevenção a ocorrências de desmatamento e queimadas ilegais nas áreas críticas do desmatamento (Unidades de Conservação);
- Melhor eficiência e eficácia na redução do desmatamento em Unidades de Conservação.

ANO 2020-2021

9. Órgão Subexecutor: Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC

Subprograma 04: Fortalecimento do SISA e Mecanismos de REDD+

11. ATIVIDADES E ESTIMATIVA DE CUSTO (R\$ 1,00)

Código PDI					Indicador Físico		Custo	
4.2.1.5	Fiscalização, Combate e Controle Ambier	ntal	Início	Término	Unidade	Quant.	Unitário	Total
4.2.1.5.1	Realização de sobrevoos em Unidades de Conservação Estaduais com uso de aeronave de asas rotativas (helicóptero)			dez/2020	hora voo	114,4	8.950,00	1.023.880,00

Obs: Os recursos financeiros para realização da atividade poderão advir da variação cambial, rendimentos de aplicação e/ou remanejamento entre linhas do Componente Fortalecimento do SISA e Mecanismos de REDD (30) %, conforme solicitação feita à SEPLAG por meio do Ofício nº 511/2020/SEMA datado de 15.04.2020.

12. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

						PRAZO	S/2020					
TAREFAS	META 1: Re	alizar 114,4	horas voo	em Unida	des de Cons	servação Es	tadual, visa	ando coibir	a prática de	crimes an	bientais	
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Elaboração do Termo de												
Referência							Х					
Licitação/Contratação							x					
Planejamento das ações e												
definição dos planos de												
voos					X	X	Х					
Realização das operações de												
sobrevoos							Х	x	x	Х	x	X
Elaboração de Relatório												
contendo os resultados das												
operações							х	x	x	x	x	x

Meta	lico Beneficiários (extrativistas, agricultores familia	,	Quantida	de
		Famílias	Individual	Total
1	Produtores rurais em geral, proprietários rurais em assentamentos e Unidades de Conservação de forma especial		-	
e indíge	dicar a quantidade de participação de jovens, mulheres nas nas atividades realizadas			
10. ME	TODOLOGIA DE EXECUÇÃO (como as atividades s	erão rea	lizadas)	
		ão nor moto	nrogramada	
Meta	Forma de construção /aquisição, utilização e administraç	ao por meta	programada	

GOVERNO DO ACRE SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG PROGRAMA REM ACRE FASE II ANO 2020-2021

1.Subprograma:

Subprograma 02: Território da Produção Familiar Sustentável

2. órgão Subexecutor:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente

3. Título do Projeto:

Manejo Florestal

4. Objetivo:

Fortalecer o setor de base florestal comunitário no Estado do Acre, com a estruturação da cadeia produtiva e com a oferta de serviços técnicos e operacionais.

5. Justificativa

Atividade aguardando o avanço das ações em execução no PDSA II, de forma aplicar os referidos recursos na complementariedade das ações, a exemplo de ampliação na realização de planos operativos anuais, aquisição de equipamentos para agregação de valor à produção, como também, viabilidade no processo de comercialização e marketing.

6.a. Metas para o ano de 2020:

Não se aplica

6.b. Metas para o ano de 2021:

Não se aplica

7. Atividades (PDI):

2.1.7.1.1 Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica para prestar serviços e/ou aquisição de máquinas e equipamentos de apoio as ações de fortalecimento do setor de base florestal do Estado do Acre

8. Resultados Esperados:

Conforme encaminhamento que serão tomados nesse ano de 2020.

			ANO 2020-2021								
9. Órgão Subex	recutor:	Secretaria de Estado de Meio A	mbiente								
10. Subprograma 02: Territórios da Produção Familiar Sustentável 11. ATIVIDADES E ESTIMATIVA DE CUSTO (R\$ 1,00)											
Código PDI		Atividades	Área de abrangência	Duraç	ão	Indicad	or Físico	С	usto		
2.1.7.1	Manejo Florestal			Início	Término	Unidade	Quant.	Unitário	Total		
2.1.7.1.1	Contratação de S Jurídica para pres máquinas e equip	Serviços de Terceiros Pessoa star serviços e/ou aquisição de amentos de apoio as ações de setor de base florestal do	A definir	-	-	-	-	909.904,12	909.904,12		
Obs:							T	OTAL	909.904,12		

12. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

						PRAZO	S/2020						
TAREFAS	META:	IETA:											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
<u> </u>													

Obs: Inserir metas físicas sempre que for possível

		PRAZOS/2021												
TAREFAS	META:	ETA:												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
												1		

Meta	Especificação		Quantidade	е
		Famílias	Individual	Total
1				
2				
3				
4				
5				
bs: in	dicar a quantidade de participação de jovens, mulheres enas nas atividades realizadas			
bs: in indíge			lizadas)	
bs: in	enas nas atividades realizadas	erão rea		
bs: in indíge 0. ME	enas nas atividades realizadas ETODOLOGIA DE EXECUÇÃO (como as atividades s	erão rea		
Obs: in indíge 0. ME	enas nas atividades realizadas ETODOLOGIA DE EXECUÇÃO (como as atividades s	erão rea		
Dbs: in indíge 0. ME Meta	enas nas atividades realizadas ETODOLOGIA DE EXECUÇÃO (como as atividades s	erão rea		
Obs: in indíge 0. ME Meta 1	enas nas atividades realizadas ETODOLOGIA DE EXECUÇÃO (como as atividades s	erão rea		



PROGRAMA REM ACRE FASE II ANO 2020-2021

1.Subprograma:

Subprograma 04: Fortalecimento do SISA e Mecanismos de REDD+

2. órgão Subexecutor:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

3. Título do Projeto:

Ouvidoria do SISA

4. Objetivo:

O objetivo da Ouvidoria do SISA é atender às manifestações dos cidadãos concernentes a fatos, sugestões e propostas relativas ao Sistema de Incentivo aos Serviços Ambientais - SISA. É conveniente ampliar esse objetivo para que a Ouvidoria funcione como um instrumento de democratização, de interlocução do Estado com o cidadão, transmitindo seus anseios ao administrador, permitindo-lhe participar da gestão do Sistema.

5. Justificativa

As ações estruturantes da Ouvidoria tiveram início no ano de 2014, ocasião em que fora aprovado seu Regimento Interno, o que se deu por meio do Decreto nº 8.102, de 25 de julho de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado nº 11.360, datado de 31 de julho de 2014.

Na ocasião, para o melhor funcionamento da Ouvidoria, SEMA e Procuradoria Geral do Estado - PGE concordaram em trabalhar de forma integrada, cooperando no âmbito de suas competências, de modo que esta emprestará sua estrutura e profissionais para o exercício da função, ficando aquela como coordenadora e supervisora.

A partir da Fase II do Programa REM Acre, a Ouvidoria se estabeleceu definitivamente no espaço físico da SEMA, contando com estrutura física e com profissionais de apoio para assessorar o Ouvidor nas demandas advindas da sociedade.

A ouvidoria é um mecanismo capaz de promover diálogos entre a sociedade, o poder público, órgãos de comando e controle, Ministério Público e Poder Judiciário. As atribuições da Ouvidoria estão estabelecidas no Art. 14 da Lei 2.308 que são:

- I) Receber sugestões, reclamações, denúncias e propostas de qualquer cidadão ou entidades relativas as questões do SISA;
- II) Receber denúncia de Ato ilegal, irregular, abusivo, arbitrário ou desonesto praticado por servidor público ou particular em atividades vinculadas ao SISA;
- III) Analisar e acompanhar a tramitação das denúncias recebidas e transmitir as soluções ao interessado;
- IV) Sugerir ao poder público estadual, por meio de recomendações, a realização de estudos e a adoção de medidas de ajuste com o objetivo de aperfeiçoar o SISA ou dar suporte às atividades da Ouvidoria;
- V) Mediar conflitos entre os vários atores do SISA, buscando elucidar dúvidas acerca da execução dos programas, subprogramas, planos de ação e projetos especiais; e
- VI) Outras definidas em regulamento.

Portanto, na fase II do Programa REM é de fundamental importância o fortalecimento Ouvidoria do SISA para que possa atuar de forma eficaz e eficiente, como um mecanismo de gestão e de demanda e solução de conflitos, de forma a evitar violações de salvaguardas ou de impactos negativos das ações do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais.

Por se tratar de um serviço aberto ao cidadão para escutar as reivindicações, as denúncias, as sugestões e também os elogios referentes aos diversos serviços disponíveis à população, por ter características peculiares o próprio funcionamento da ouvidoria caracteriza-se como a principal ação do planejamento. Os resultados esperados serão de acordo com a assistência prestada bem como dos atendimentos gerados pelo público a que se destina. Motivos estes pelos quais as metas da ouvidoria do SISA não são mensuradas.

6.a. Metas para o ano de 2020:

- 1. Fortalecer e divulgar as ações a Ouvidoria do SISA;
- 2. Realizar Capacitação continuada de 04 técnicos da Ouvidoria quanto suas funções a serem desempenhadas;
- 3. Capacitar 16 gestores e técnicos das sub executoras do Programa REM quanto ao papel, funcionamento e importância da ouvidoria do SISA;
- 4. Capacitação de pelo menos 10% dos beneficiários do Programa REM/KfW quanto a importância, serviços e o acesso a ouvidoria do SISA.

6.b. Metas para o ano de 2021:

- 1. Fortalecer e divulgar as ações a Ouvidoria do SISA, atendendo e/ou orientando 100% das demandas recepcionadas;
- 2. Realizar Capacitação continuada de 04 técnicos da Ouvidoria quanto às funções a serem desempenhadas no setor;
- 3. Capacitar 16 gestores e técnicos das sub executoras do Programa REM quanto ao papel, funcionamento e importância da ouvidoria do SISA;
- 4. Capacitação de pelo menos 10% dos beneficiários do Programa REM/KfW quanto a importância, serviços e o acesso a ouvidoria do SISA.

7. Atividades (PDI):

4.1.1.13 Ouvidoria do SISA

8. Resultados Esperados:

- Tornar a ouvidoria do SISA, de fato, um serviço aberto ao cidadão para escutar e responder as reivindicações, as denúncias, as sugestões e também os elogios referentes aos diversos serviços disponíveis no SISA;
- · Fazer de Ouvidoria do SISA um espaço que promove princípios de democracia participativa;
- Ter um corpo técnico qualificado capaz de atender ao solicitante com urbanidade, eficiência e eficácia:
- Ter capacitado gestores, técnicos e público beneficiário do SISA a interagir e utilizar os canais de acesso para fazerem uso dos serviços prestados pela ouvidoria do SISA.



R\$ 465.008,57

ANO 2020-2021

9. ÓRGÃO SUBEXECUTOR: Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

10. Subprograma 04: Fortalecimento do SISA e Mecanismos de REDD+

11. ATIVIDADES E ESTIMATIVA DE CUSTO (R\$ 1,00)

Código PDI	Atividades	Área de abrangência	Dur	ação	Indicador	Físico	С	usto
4.1.1.13	Ouvidoria do SISA		Início	Término	Unidade	Quant.	Unitário	Total (R\$)
4.1.1.13.1	Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Física ou Jurídica para atender a ouvidoria do SISA		Març/2020	Set/2020	Contrato	01	266.500,00	266.500,00
4.1.1.13.2	Diárias Estaduais e Nacionais	Nos municípios do Estado com ações do Programa REM	Jan/2020	Dez/2021	Diárias	-	-	41.881,65
4.1.1.13.3	Contratação de Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica para fornecimento e emissão de passagens aéreas						66.626,92	66.626,92
4.1.1.13.4	Contratação de Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica de apoio operacional e logístico as atividades (material de expediente, informática e de comunicação).		Març/2020	Set/2020	Contrato	01	75.000,00	75.000,00
4.1.1.13.5	Contratação de Serviços de Pessoa Jurídica para o fornecimento de derivados de petróleo	Contrato 017/2019 – Link Card, em execução	Jan/2020	Dez/2021	Contrato	01	15.000,00	15.000,00
						TOT	AL	

Obs:

12. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

					F	PRAZOS	5 - 2020/2	2021				
TAREFAS	META:	1. Fortal	ecer e di	ivulgar a	s ações a	a Ouvid	oria do S	SISA.				
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Estabelecer os canais de acesso da Ouvidoria do SISA			х									
Divulgar os canais de acesso e as ações da Ouvidoria do Sisa em todos os meios de comunicação e ações dos projetos das Subexecutoras do programa REM/AC				х	х	х	х	х	х	Х	x	х
Estabelecer diálogos com as ouvidorias de outros órgãos públicos do estado do Acre			х	х	х	x	х	x	х	x	x	
TAREFAS			zar Capa enhadas.	_	continua	da da E	quipe T	écnica d	la Ouvid	oria quan	to suas fu	ınções a
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Realizar cursos de capacitação online EAD e/ou presenciais			х	х	х	х	х	х	х	х	х	
TAREFAS		3. Capadia do SI		tores e t	écnicos	do SISA	A quanto	ao pap	el, funci	onamento	e import	ância da
TAKELAO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Realização de oficinas, palestras e/ou seminários			х			х			х		х	
Realizar encontros, reuniões e visitas aos gestores e técnicos das Subexecutoras do Programa REM.		х	х	х	х	х	х	х	х	х	х	



	META	META: 4. Capacitação dos beneficiários quanto a importância, serviços e o acesso a ouvidoria do SISA.										
TAREFAS		FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Realização de oficinas, palestras e/ou seminários						х			х		х	
Realizar encontros, reuniões e visitas aos beneficiários dos projetos das Subexecutoras do Programa REM.					х	х	х	х	х	х	х	х

13. Público Beneficiários (extrativistas, agricultores familiares, indígenas)											
Meta	Especificação		Quantida	ide							
		Famílias	Individual	Total							
1	Todos os atores do SISA	ı	-								
2	Técnicos da Ouvidoria do SISA	1	-								
3	Gestores e Técnicos das Instituições que compõem o SISA e Parceiras	-	-								
4	Beneficiários dos projetos das subexecutoras do Programa REM	-	-								

Obs:

10. ME	10. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO (como as atividades serão realizadas)											
Meta	Forma de construção /aquisição, utilização e administração por meta programada											
1	Divulgar os canais de acesso a ouvidoria em sites, placas de projetos, veículos de comunicação, bem como publicar as ações da ouvidoria no site do governo											
2	Estabelecer parceria com a CGU para capacitação da equipe, acessar cursos EAD da CGU, além de realizar capacitações e troca de experiências com outras ouvidorias do serviço público											
3	Oficinas, palestras, seminários e reuniões											
4	Oficinas, palestras, seminários, reuniões e realização de atendimentos itinerantes.											

GOVERNO DO ACRE SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG PROGRAMA REM ACRE FASE II ANO 2020-2021

1.Subprograma:

Subprograma 04: Fortalecimento do SISA e Mecanismos de REDD+

2. Órgão Subexecutor:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

3. Título do Projeto:

Gestão de Áreas Naturais Protegidas (SEANP)

4. Objetivo:

Promover a gestão, funcionamento e difusão das Unidades de Conservação Estaduais no estado do Acre e fortalecer a implementação do Sistema de Áreas Naturais Protegidas (SEANP/AC), visando potencializar os esforços de redução de desmatamento e melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais.

5. Justificativa

A Divisão de Áreas Naturais Protegidas e Biodiversidade – DAPBIO é responsável pela gestão do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas –SEANP, que congrega 09 Unidades de Conservação – UCs, sendo (08) unidades na categoria de uso sustentável e apenas (01) unidade na categoria de proteção integral, além disso também formam o sistema as UCs sob gestão do ICMBIO, sendo (11) unidades de usos sustentável, (02) de proteção integral e APA do Irineu Serra sob gestão da SEMEIA. O SEANP também reconhece com áreas destinadas a conservação as terras indígenas, as áreas de reservas legais e áreas de preservação permanente. O SEANP tem como objetivo garantir a gestão das unidades de conservação estaduais e municipais, bem como promover a proteção das tipologias florestais e ecossistemas do estado. O SEANP também estabelece uma ampla rede de comunicação entre os órgãos gestores de UCs não vinculadas a SEMA, para proteção efetivas das unidades e dos recursos naturais em todo o Estado do Acre.

O Sistema Natural de Áreas Naturais Protegidas – SEANP entre suas competências busca manter amostras ecologicamente representativas e viáveis dos ecossistemas naturais do Estado e da sua biodiversidade, buscando por meio de arranjos institucionais e parcerias técnicas proteger as paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica, preservando o funcionamento dos processos ecológicos naturais, garantindo a manutenção dos serviços ambientais referentes ao ciclo hidrológico, fixação de carbono, conservação do solo, preservação de habitats da fauna silvestre entre outros.

As Unidades de Conservação Estaduais sem uma gestão eficiente podem sofrer forte supressão em suas áreas de floresta primária tendo em vista à necessidade de fortalecimento das instituições públicas de comando e controle que compõem o SEANP, para monitoramento e fiscalização das Florestas Estaduais, além de apoiar atividades para a consolidação de cadeias produtivas de produtos não madeireiros e o manejo florestal comunitário com o objetivo melhorar a condição de vida das populações tradicionais na Unidades de Conservação Estaduais, que envolvem 05 Florestas Estaduais, 02 Áreas de Proteção Ambiental, 01 Área de Relevante Interesse Ecológico e 01 Parque Estadual.

Nas Florestas Estaduais o DAPBIO atua de forma integrada como a Divisão de Desenvolvimento Florestal – DDF, que desenvolve atividades com cadeias de produtos florestais não madeireiros, processo de concessão florestal e o manejo florestal, apoiados com recursos do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado Acre, apoiado pelo Banco Interamericano – BID/PDSA Fase II.

Nas APAs, ÀRIE e Parque Estadual temos um grande potencial para o fortalecimento de atividades voltadas ao turismo de base comunitária, a pesquisa cientifica e a prática do birdwatching. Apesar das áreas das APAs e ARIE serem menores que nas de Florestas Públicas também serão desenvolvidas atividades do Projeto de Regularização Ambiental – PRA, que terá com o objetivo a recuperação de passivos ambientais e áreas de preservação permanente, por meio da implantação de sistemas agroflorestais. Esse projeto também se ampliado para a Floresta Estadual do Afluente com acompanhamento técnico do serviço de ATER da SEMA. Essas ações serão apoiadas pelo Projeto Paisagem Sustentáveis – PSAM/Conservação Internacional/CI.

A CI também apoiará a realização do V Encontro de Gestores de Unidades de Conservação no âmbito federal, estadual e municipal. No ano de 2020 estão previstos a realização de 02 encontros, para a discussão de pautas que possam melhorar a gestão das unidades, bem como a recuperação dos passivos ambientais com a difusão de tecnologias de baixo impacto. Nos encontros serão realizados esforços conjuntos entre as instituições de comando e controle, para que sejam integrados os planejamentos institucionais para o monitoramento e fiscalização nas UCs contra o desmatamento. Dessa forma a SEMA visa desenvolver Políticas Públicas e Planos para a Proteção e Recuperação da Vegetação Nativa, direcionando ações voltados à proteção e recuperação da vegetação nativa e a gestão das florestas e demais categorias de unidades de conservação estadual. Com o fortalecimento do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas – SEANP estaremos promovendo a gestão integrada e a conectividade de áreas naturais protegidas nas UCs, a recuperação de áreas degradadas com a implementação de sistemas de produção sustentáveis, atuando nas regiões de maior ocorrência de desmatamento em UCs.

6.a. Metas para o ano de 2020:

- 1. Manutenção física das 06 bases de gestão das Unidades de Conservação Estaduais.
- O1 Intercâmbio cultural e atividades esportivas entre populações tradicionais e representantes dos conselhos gestores das 09 unidades de conservação estaduais, através da realização do Copão da Floresta.
- 3. 06 Cursos de capacitação em Educação Ambiental e Agroflorestal nas 06 UCs estudais (PEC, CEFERG e ARIE, Afluente).

6.b. Metas para o ano de 2021:

- 1. Manutenção física das 06 bases de gestão das Unidades de Conservação Estaduais.
- O1 intercâmbios cultural e atividades esportivas entre populações tradicionais e representantes dos conselhos gestores das 09 unidades de conservação estaduais, através da realização do Copão da Floresta.

7. Atividades (PDI):

- Manutenção das bases físicas de gestão das Unidades de Gestão Ambiental UGAIs;
- Realização de intercâmbio cultural e esportivo entre as populações tradicionais e membros dos conselhos gestores;
- Desenvolver atividades de educação ambiental e agroflorestal para as populações tradicionais e membros dos conselhos gestores de todas as UCs.

8. Resultados Esperados

- Unidades gestoras em funcionamento (UGAIs), como suporte às atividades de gestão das UCs estaduais;
- Maior integração entre comunitários e conselheiros das UCs, através dos intercâmbios e atividades esportivas e culturais.
- Comunitários sensibilizados sobre temáticas ambientais e de prevenção ao desmatamento e queimadas ilegais, bem como sobre sistemas de produção sustentáveis.

ANO 2020-2021

9. Órgão Subexecutor:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA

Subprograma 04. Fortalecimento do SISA e Mecanismos de REDD+

11. ATIVIDADES E ESTIMATIVA DE CUSTO (R\$ 1,00)

Código PDI	Atividades	Área de abrangência	D	uração	Indicador F	ísico	Custo			
4.2.1.6	Promover a gestão e difusão das Unidades d funcionamento do Sistema Estadual de (SEANP), visando potencializar os esforços d e melhorar a qualidade de vida das populaçõe	Áreas Naturais Protegidas de redução de desmatamento	Início	Término	Unidade	Quant.	Unitário (R\$)	Total		
4.2.1.6.1	Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica para prestar serviços de logística na realização de atividades esportivas nas Florestas Públicas Estaduais		Jul/20	Set/21	Campeonato de Futebol	01	200.000,00	200.000,00		
4.2.1.6.2	Diárias estaduais, nacionais e internacionais –		Jan/20	Dez/20	Diária	-	14.468,15	14.468,15		
4.2.1.6.3	Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica para apoio operacional e logístico às atividades de funcionamento do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas - SEANP (manutenção de aparelhos de refrigeração, combustível, material de expediente e reprografia, gêneros alimentícios e serviços de internet)	Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá, Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul	Jan/20	Dez/21	Serviços	01	36.879,68	36.879,68		
4.2.1.6.4	Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica para fornecimento e emissão de passagens aéreas e fretamento de ônibus e minivans)		Jan/20	Dez/21	Serviços	01	54.341,32	54.341,32		
TOTAL										

Obs 1: Códigos PDI 4.2.1.6.2, 4.2.1.6.3 e 4.2.1.6.4 os valores informados são apenas os saldos disponíveis no POA para os anos de 2020/21 Obs 2: Códigos PDI 4.2.1.6.2 os valores das diárias podem variar de acordo com o deslocamento do servidor (município, estado ou país), além do seu cargo funcional

12. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

		ANO/2020										
ATIVIDADES	METAS:1. Manutenção física das 06 bases de gestão das UCs; 2. Intercâmbio cultural e esportivo; 3. Ações educativas em UCs											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Manutenção das bases físicas UGAIS	х	х	х	х	х	х	х	х	x	х	х	x
Realização de intercâmbio cultural e esportivo entre as populações tradicionais e membros dos conselhos gestores									х			
Desenvolver atividades de educação ambiental e agroflorestal para as populações tradicionais e membros dos conselhos gestores de todas as UCs									X	Х	X	

	ANO/2021											
ATIVIDADES	METAS:1. Manutenção física das 06 bases de gestão das UCs; 2. Intercâmbio cultural e esportivo											
	JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT										NOV	DEZ
Manutenção das bases físicas UGAIS	x	Х	X	X	X	X	Х	X	х	х	х	х
Realização de intercâmbio cultural e esportivo entre as populações tradicionais e membros dos conselhos gestores									Х			

Meta	Especificação	Quantidade					
		Famílias	Individual	Total			
1	Manutenção e estruturação física das unidades de						
	gestão das UCs estaduais	1.000	-	1.000			
	01 Intercâmbio cultural e atividades esportivas entre						
	populações tradicionais e representantes dos conselhos	400	-	400			
2	gestores das 09 unidades de conservação estaduais,						
	através da realização do Copão da Floresta						
	06 Cursos de capacitação em Educação Ambiental e						
	Agroflorestal nas 06 UCs estudais (PEC, CEFERG e	200		200			
3	ARIE, Afluente).						
				1.600			
0. ME	TODOLOGIA DE EXECUÇÃO (como as atividades s	erão rea	lizadas)				
Meta	Forma de construção /aquisição, utilização e administ	ração por	meta prog	ıramada			
	Manutenção física das 06 bases de gestão das Unidade	s de Con	servação	Estaduais: as			
	unidades de gestão ambiental servirão de apoio para a						
	educação ambiental e agroflorestal. As unidades apresenta						
	atividades educativas, dispondo: sala de reuniões, bib		•	,			

refeitório, dormitórios e veículos (carros e quadriciclos).

01 Intercâmbio cultural e atividades esportivas entre populações tradicionais e representantes dos conselhos gestores das 09 unidades de conservação estaduais, através da realização do Copão da Floresta: os intercâmbios irão possibilitar uma maior integração comunitária entre os moradores das UCs estaduais, por meio da realização de atividades culturais e esportivas. As atividades serão planejadas e executadas por técnicos da Secretaria de Estado de Meio – SEMA, através das Divisões de Áreas Naturais Protegidas e Divisão de Desenvolvimento Florestal – DDF, que irão elaborar a programação das atividades e regras das competições esportivas a serem desenvolvidas durante o Copão da Floresta. Serão produzidos relatórios técnicos das atividades e registro de imagens e fotográfico das competições com apoio do setor de comunicação.

2

3

Realização de cursos e treinamentos para as populações tradicionais e membros dos conselhos gestores com base nos temas apresentados por eles: sistemas de produção sustentáveis, SAFs, manejo florestal, educação ambiental e organização comunitária. Os treinamentos serão executados por especialistas e com materiais e métodos adaptados à realidade regional, além do uso de recursos audiovisuais. Também serão desenvolvidas atividades práticas para a sensibilização sobre a importância da manutenção dos recursos naturais e uso da terra.

GOVERNO DO ACRE SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG PROGRAMA REM ACRE FASE II ANO 2020-2021

1.Subprograma:

SUBPROGRAMA 04: FORTALECIMENTO DO SISA E MECANISMOS DE REDD

2. órgão Subexecutor:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

3. Título do Projeto:

Revisão e Atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre - ZEE/AC, Fase III e do Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas – PPCDQ

4. Objetivo:

Revisar o mapa de subsídio à gestão e documento síntese do ZEE – fase III com informações territoriais atualizadas para a tomada de decisão, visando conciliar desenvolvimento econômico, conservação do meio ambiente e melhor uso do território acreano;

Atualizar o Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas – PPCDQ como subsídio para a redução do desmatamento e queimadas ilegais no Estado.

5. Justificativa

O ZEE/AC Fase III, encontra-se em estágio avançado de elaboração, cujos estudos e atualizações de sua base devem ampliar o entendimento do território, apresentando, de forma atualizada, as vulnerabilidades ambientais, as fragilidades dos sistemas ambientais, as potencialidades e conflitos socioeconômicos. Nesta fase de revisão foi priorizada a elaboração do Novo Mapa de Subsídio à Gestão do Território e a revisão de temas estratégicos para a nova versão do Resumo Executivo do ZEE/AC, contendo a síntese dos estudos e análises produzidos em uma representação cartográfica estratificada por aptidão, o que divide o estado em quatro grandes zonas e subzonas.

O foco principal da revisão foi a Zona 03 do Estado que se constitui nas áreas prioritárias para o ordenamento territorial e a atualização das áreas desmatadas até 2018. O Resumo Executivo conterá a síntese de todos os estudos desenvolvidos na 1ª etapa do processo de revisão e atualização do ZEE. E a exemplo do que ocorreu nas fases I e II do ZEE, o Resumo Executivo terá linguagem adaptada para tornar sua leitura acessível a estudantes secundaristas e pesquisadores.

No ano de 2018, o Mapa de Gestão foi elaborado em versão preliminar e em 2019 o mesmo foi levado a consulta pública e submetido à Comissão Executiva do ZEE – CEZEE, passando por ajustes indicados nos processos de consulta e avaliação.

*Em maio de 2019, por ocasião da missão do Programa REM/KfW, o atual gestor da Sema e sua equipe técnica indicaram a necessidade de estudos complementares ao ZEE, considerando a política do atual Governo, com forte tendência para o Agronegócio. Dentre os indicativos, propôs-se a elaboração do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) e o Zoneamento pedoclimático - ZPC,

considerando o grande potencial de impactos das mudanças do clima na produção e produtividade agrícola no estado, a exemplo dos extremos de secas e chuvas ocorridos ao longo dos últimos anos. Destacou-se também a necessidade de atualização do Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento, enquanto instrumento estratégico para a implementação de ações de monitoramento e comando e controle, com vistas a redução do desmatamento e queimadas ilegais.

Considerando que as condições ambientais locais do clima e do solo controlam o crescimento e o desenvolvimento das plantas, esses elementos devem ser adequadamente avaliados antes de se implantar qualquer atividade agrícola, florestal, pecuária ou silvicultural. Assim, o primeiro e mais decisivo passo em qualquer planejamento deve ser a identificação de áreas com alto potencial de produção, isto é, áreas onde o clima e o solo sejam adequados para a cultura, através do zoneamento agrícola de risco climático. O zoneamento pedoclimático complementa o processo através da delimitação de áreas com aptidão, ou seja, regiões climaticamente homogêneas e com solos similares, para o cultivo de determinada cultura, em que as condições hídricas térmicas e pedológicas ideais para seu desenvolvimento e sua produtividade estão estabelecidas.

O Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC é uma ferramenta tecnológica desenvolvida pela Embrapa Instrumentação Agropecuária que visa aumentar a probabilidade de sucesso ou reduzir a probabilidade de insucesso nos cultivos agrícolas no Brasil, mediante a realização de estudos de zoneamento para cultivos agrícolas em todo o Brasil.

O zoneamento pedoclimático- ZPC é realizado com base nos atributos de solo (morfológicos, físicos e químicos) e clima (precipitação pluvial, temperatura do ar e déficit hídrico) integradas com as áreas desmatadas, com a avaliação da aptidão edáfica e aptidão climática.

Na lógica da observância das intersecções dos zoneamentos é que se propõe os referidos estudos complementares para a atualização do ZEE (fase III) do Estado do Acre, por considerar que as informações geradas em estudos do ZARC e do ZPC, agrega informações produzidas com outros métodos, resguardando aspectos ecológicos, com foco no desenvolvimento econômico do estado.

Estes estudos estão vinculados ao Programa Nacional de Solos – PRONASOLOS e contribuirão para racionalização de alguns fatores que permitirão promover o desenvolvimento regional, orientando os investimentos em infraestrutura e os serviços básicos de apoio ao agronegócio; orientando a localização de empresas privadas relacionadas com a produção e distribuição de insumos agrícolas; orientando a distribuição do crédito agrícola; apoiando as variadas formas de organização da produção (cooperativas, colonização), permitindo, com isso, maior segurança na tomada de decisão dos gestores, técnicos e produtores.

OBSERVAÇÃO: Ajuda memória da Missão de Monitoramento do Programa REM/KfW, de maio de 2019 – item: Ações de controle do desmatamento – vi, pag. 12.

6.a. Metas para o ano de 2020:

- Elaborar 01 novo Mapa de Subsídio à Gestão Territorial e 01 Resumo executivo do ZEE/AC Fase III;
- 2. Elaborar 02 estudos complementares do ZEE: o Zoneamento Agrícola de Risco Climático ZARC e o Zoneamento Edafoclimático ZPC para culturas de mandioca, soja e milho.

6.b. Metas para o ano de 2021

- 2. Elaborar 02 estudos complementares do ZEE fase III: o Zoneamento Agrícola de Risco Climático Zarc e o Zoneamento Edafoclimático ZPC para culturas de mandioca, soja e milho;
- 3. Atualizar o Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas PPCDQ.

7. Atividades (PDI):

- Entrega do Mapa de Subsídio à Gestão Territorial e do Resumo executivo do ZEE/AC Fase Mapa de Subsídio à Gestão Territorial e 01 Resumo executivo do ZEE/AC – Fase III;
- 2. Ajuste do Mapa de Subsídio à Gestão Territorial e do Resumo executivo do ZEE/AC;
- 3. Entrega da versão final do Mapa de Subsídio à Gestão Territorial e do Resumo executivo do ZEE/AC Fase III;
- 4. Realização de estudos ZARC para as culturas da mandioca e soja para o Estado do Acre
- 5. Atualização do estudo ZARC para milho para o Estado do Acre;
- 6. Elaboração de um plano estratégico para aumentar a qualidade dos estudos ZARC no Estado do Acre em escalas estadual e regional;
- 7. Treinamento de funcionários da Embrapa Acre na ferramenta de estudos ZARC na Embrapa Instrumentação Agropecuária, Campinas, São Paulo;
- 8. Treinamento de uso da ferramenta ZARC no Estado do Acre (1 Alto e Baixo Acre e 2 Juruá);
- 9. Construção da base de uso da terra de 2019 e realização do recorte do mapa de solos;
- Coleta de pontos de uso da terra e amostras extras para avaliação da fertilidade em áreas de cultivo de soja e milho;
- 11. Zoneamento Pedoclimático de áreas desmatadas no Estado do Acre para a cultura da Soja;
- 12. Zoneamento Pedoclimático de áreas desmatadas no Estado do Acre para a cultura da Milho;
- 13. Treinamento para técnicos do Governo Municipal e das prefeituras municipais para uso das ferramentas de Zoneamento Pedoclimático;
- 14. Organização de reunião técnica entre a Embrapa, a COOPERANTE, visando a apresentação e discussão das informações obtidas ao longo da execução desse plano de trabalho;
- 15. Relatório final contendo o documento final do ZARC e ZPC;
- 16. Documento final do ZAR e ZPC publicado;
- 17. Contratação de Consultoria Pessoa Jurídica para a Revisão do Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas PPCDQ.

8. Resultados Esperados:

- ZEE fase III publicado, sendo utilizado como instrumento de gestão e suporte ao Agronegócio no Estado.
- Zoneamento Agrícola de Risco Climático e Zoneamento edafoclimático para as culturas de soja, milho e mandioca publicados e sendo utilizados pelas áreas produtivas;
- Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas publicado utilizado como ferramenta de orientação à implementação de ações de prevenção e controle do desmatamento e queimadas ilegais no Estado do Acre.
- Redução do desmatamento e queimadas ilegais no estado do Acre e incentivo ao uso adequado da floresta.

ANO 2020/2021

9. Órgão Subexecutor:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

10. Subprograma 04: MECANISMOS DE REDD

11. ATIVIDADES E ESTIMATIVA DE CUSTO (R\$ 1,00)

Código PDI	Atividades		Dura	ação	Indicador	Físico	Custo		
4.1.8.	Revisão e Atualização do Zoneamento Ecológico – Econômico Fase III e do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas - PPCDQ	Área de abrangência	Início	Término	Unidade	Quant.	Unitário	Total (R\$)	
4.1.1.8.1	Elaboração do novo Mapa de Subsídio a Gestão Territorial e Resumo executivo do ZEE/AC – Fase III		Jun/2018	Jun/2020	Mapa e documento síntese	01	160.000,00	160.000,00	
*	Diária s de campo para coleta de dados dos estudos de elaboração do Zoneamento de Risco Climático – Zarc e do Zoneamento edafoclimático – ZPC		Mar/2020	Dez/2021	Estudos Temáticos	170	190,00	32.340,00	
*	Aquisição de material de consumo estudos de elaboração do Zoneamento de Risco Climático – Zarc e do Zoneamento edafoclimático – ZPC	Todo Estado do Acre	Mar/2020	Dez/2021	Unid	Diversos	Diversos	48.843,00	
*	Contratação de Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica para os estudos de elaboração do Zoneamento de Risco Climático – Zarc e do Zoneamento edafoclimático – ZPC		Mar/2020	Dez/2021	Unid	1	56.350,00	56.350,00	
*	Aquisição de equipamentos e Material Permanente estudos de elaboração do Zoneamento de Risco Climático – Zarc e do Zoneamento edafoclimático – ZPC		Mar/2020	Dez/2021	Unidade	1	18.000,00	18.000,00	
*	Contratação de Serviço Especializado de Consultoria (Pessoa Jurídica) para atualização do Plano Estadual de Desmatamento e Queimadas do Estado do Acre – PPCD; realização de oficinas em 04 Regionais de Desenvolvimento, 01 reunião de validação; publicação (impressa e digital).		Jan/2021	Dez/2021	Estudo e publicação	2	101.766,40	101.766,40	

*	Contratação de Serviço Pessoa Jurídica para logística de transporte, alimentação e hospedagem de técnicos para as reuniões de validação do PPCDQ	Jan2021	Dez/2021	1	1	41.360,00	41.360,00
*	Diárias	Jan2021	Dez/2021	Diárias	64	189,90	12.153,60
TOTAL							470.813,00

OBSERVAÇÃO: * Itens oriundos de remanejamento do POA da SEMA: Recurso vindo da linha Pesquisa para o setor florestal – 411.968,94 + 42,00 de saldo = R\$ 411.010,82. Considerando 100.000,00 remanejado p a SECOM = 311.010,82

Ajuda memória da Missão de Monitoramento do Programa REM/KfW, de maio de 2019 – item: Ações de controle do desmatamento – vi, pag. 12.

12. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

		PRAZOS/2020										
TAREFAS	1. ME	TA 1: Elab	orar 01 n	ovo Mapa	de Subsídi	o à Gestã	o Territoria	l e 01 Res	umo execı	utivo do ZE	EE/AC – Fa	ase III;
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Entrega do Mapa de Subsídio à Gestão Territorial e do Resumo executivo do ZEE/AC – Fase	х				х							
Ajuste do Mapa de Subsídio à Gestão Territorial e do Resumo executivo do ZEE/AC	х	х	х	х	х							
Entrega da versão final do Mapa de Subsídio à Gestão Territorial e do Resumo executivo do ZEE/AC – Fase III						х						
TAREFAS	META 2: E	A 2: Elaborar Zoneamento Edafoclimático e Zoneamento de Risco Climático em parceria com a EMBRAPA										
IARLIAG	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

Estudo Zarc Mandioca e Soja	_		х	Х	Х	х	Х	Х	Х	Х
Plano estratégico para aumento da qualidade dos estudos Zarc no Acre			x	x						
Treinamento na Embrapa Instrumentação Agropecuária, Campinas, São Paulo			x	x						
Treinamentos de uso da ferramenta Zarc no Estado do Acre					x	х	х	х	х	х
Construção da base de uso da terra de 2019 e realização do recorte do mapa de solos			х	х	х	х	х	х	х	х
Coleta de pontos de uso da terra e amostras extras					х	х	х	х	х	х
Reunião técnica entre a consultora e técnicos da Sema			х	х	х	х	х	х		

		PRAZOS/2021										
TAREFAS	META 2 : E	Elaborar o Z	Zoneamer	nto de Risc	co Climátic	o - ZARC	e o Zoneaı	mento Eda	foclimático	- ZPC		
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Coleta de pontos de uso da terra e amostras extras	х	х	х	х	х	х						
Zoneamento Pedoclimático para a cultura da Milho	х	х	х	х	х	х						
Treinamento para uso das ferramentas de Zoneamento Pedoclimático	х	х	х	х	х	х	х	х	х	х	х	х
Reunião técnica entre a consultora e técnicos da Sema	х	х	х	х	х	х	х	х	х	х	х	

	Relatório final contendo o							
	documento final do ZARC						x	
ı	e ZPC						^	
	Documento final do ZAR e							
ı	ZPC publicado							Х

		PRAZOS/2021										
TAREFAS	META 3 : A	tualizar o	Plano Esta	adual de P	revenção	e Controle	do Desma	atamento e	Queimada	as – PPCD	Q.	
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Contratação de Consultoria Pessoa Jurídica para revisão e publicação do Plano Estadual de Prevenção e Controle de Desmatamento e Queimadas - PPCDQ	х	х	х	х								
Oficinas participativas para revisão do PPCDQ nas 05 regionais do Estado					x	x	x					
Sistematização dos dados e apresentação do documento preliminar para validação								х	х			
Entrega e validação do documento final										Х		
Entrega do documento final e publicação do PPCDQ/2021											х	х

Meta	Fanacificação		Quantidade	
Meta	Especificação	Famílias	Individual	Total
1	Novo Mapa de Subsídio à Gestão Territorial e 01 Resumo executivo do ZEE/AC – Fase III			
2	Estudos complementares do ZEE: o Zoneamento Agrícola de Risco Climático – Zarc e o Zoneamento Edafoclimático – ZPC para culturas de mandioca, soja e milho			
3	Atualizar o Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas – PPCDQ.			
METODO	DLOGIA DE EXECUÇÃO (como as atividades serão realizadas)			
Meta	Forma de construção /aquisição, utilização e administração por meta	programada		
1	Empresa já contratada para realizar a revisão e atualização do ZEE Acrexistentes para elaboração dos produtos; Formação da Comissão de Ela Portaria dos membros; Análise técnica dos produtos entregues; Apre	iboração do ZEE - esentação dos pro	- CEZEE e publica	ção do Decreto
	Assembleia Legislativa; Publicação dos produtos; Difusão do ZEE Acre Fa	ase III.		
2	Assembleia Legislativa; Publicação dos produtos; Difusão do ZEE Acre Face Termo de Cooperação Técnica para elaboração dos estudos com a Embra ZPC no Brasil. Será utilizada a ferramenta tecnológica desenvolvida pela com a aprimoramento do método, operacionalização, simulação, verifica validação externa e ajustes e disponibilização de métodos, resultados e repelo Governo. Será feito treinamento direto com os desenvolvedores e apla como Curso para uso da ferramenta para produtores rurais, técnicos de instituições financeiras da carteira de crédito agropecuário e florestal, etc. soja e do milho para técnicos do Governo Estadual e das secretarias de atividades de campo para coleta de amostras em áreas cultivadas com so das estratégias de manejo de solo utilizadas. Serão realizadas reuniões co Acre para apresentação de resultados.	apa, empresa resp Embrapa Informáti ação dos resultad notas técnicas para icadores da ferram assistência técnic , no Juruá e Rio E agricultura dos mu ja e milho para ava	ca Agropecuária de los, produção de to aplicabilidade às e enta em Campinas a e extensão rural Branco e Curso par nicípios acreanos. aliação da fertilidad	e Campinas (S abelas e map culturas definic s, São Paulo, be l, funcionários ra uso do ZPC Serão realizad e e levantame











PLANEAMENTO KFW 2020-2021 REM













PLANEJAMENTO 2020-2021

- 1. SUBPROGRAMA: Território da Pecuária Diversificada Sustentável
- 2. ÓRGÃO SUBEXECUTOR: Secretaria de Produção e Agronegócio
- 3. TÍTULO DO PROJETO: Pecuária +Eficiente (fomento, assistência técnica, extensão, monitoramento e diagnóstico da bovinocultura, fortalecimento da infraestrutura, capacitações e implantação de Unidades Demonstrativas, com destaque para juventude e gênero)
- 4. OBJETIVO: de acordo com a Repartição de Benefícios do Programa REDD+ para Early Movers, Programa REM - KfW, o subprograma Território da Pecuária Diversificada Sustentável tem o objetivo de ampliar a oferta de proteína animal no Estado por meio do incremento da produtividade e diversificação da criação de animais; incentivar a recuperação de áreas degradadas do Estado (em cumprimento à Lei Federal 12.651/2012 - novo código florestal); reduzir a pressão sob novas áreas de florestas, a fim de evitar o desmatamento e/ou queimadas; e fomentar atividades que mantenham e ampliem a oferta dos serviços ecossistêmicos. Dessa forma, busca-se atender propriedades rurais produtoras de bovinos de corte situadas em áreas vulneráveis/críticas ao desmatamento distribuídas nos municípios de: Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Acrelândia, Rio Branco, Porto Acre, Bujari, Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá e a regional do Juruá.
- 5. JUSTIFICATIVA: A pecuária de corte, representa cerca de 40% do total de toda atividade agropecuária no Estado do Acre, porém a atividade é desenvolvida principalmente, por pequenos produtores de base familiar, caracterizada como de baixo nível tecnológico (pouca utilização de mecanização, corretivos e fertilizantes e sementes melhoradas). Desta











forma, esta atividade é altamente dependente da derruba e queima de áreas de florestas.

Como forma de mitigar o uso do fogo e promover o manejo sustentável, o subprograma Pecuária Diversificada Sustentável buscará atuar no sistema de Lavoura, Pecuária e Floresta (ILPF), de forma sistêmica com o subprograma Produção Familiar Sustentável.

Neste sentido, se buscará fortalecer os cinco pilares do subprograma: gestão, genética, nutrição, sanidade e manejo, estabelecendo técnicas e tecnologias que elevem a produtividade de 6@/ha/ano para 12@/ha/ano.

O subprograma buscará, a *priori*, sensibilizar grupos de produtores das áreas que apresentaram maior incidência de focos de calor em 2019, para posterior identificação do perfil e seleção. Neste sentido, a abrangência será ampliada para a regional do Juruá, tendo em vista a carência de uma pecuária mais eficiente e a consequente demanda dos produtores por uma maior tecnificação no manejo das pastagens.

Os produtores escolhidos serão beneficiados com fomento, aliado a assistência técnica. A equipe da SEPA fará o acompanhamento, o monitoramento, avaliando os resultados por meio de metodologias que possibilitem aferir o impacto tanto no campo econômico, quanto no ambiental e no social.

Algumas propriedades foram visitadas entre 2018 e 2019, o que subsidiária a seleção que ocorrerá em 2020, os quais passarão a serem beneficiados diretamente pelo Programa REM-KfW, assim como se buscará a inclusão socioprodutiva aos programas governamentais (PAA, PNAE, CAR, PRA e PRADA).











6. METAS PARA O ANO DE 2020:

- Identificar 16 Unidades Demonstrativas (UDs), sendo uma em cada município e ampliar o projeto para em pelo menos mais 01 para a Região do Juruá.
- Incentivar a recuperação de 120 hectares (com o advento a Pandemia, a meta teve que ser revista para 120 hectares, outrora era de 2.500 hectares) de pastagens através de sistema integrados Lavoura, Pecuária e Floresta (ILPF), consorciação de pastagens com leguminosas, sistema silvipastoril e manejo pastagens, bem como promover melhoramento genético animal, por meio de introdução de animais geneticamente superiores, promovendo 02 PRÓ-GENÉTICA em parceria com Associação de Brasileira dos Criadores de Zebu -ABCZ, com intuito de disponibilizar 40 touros puros de origem (PO), com registro definitivos (RGD) com idades de no máximo 42 meses de idade.
- Promover ATER a 60 produtores (a meta inicial era atender 500 produtores, com a Pandemia a meta foi redimensionada).

7. METAS PARA O ANO DE 2021:

- Implantar 16 Unidades Demonstrativas (UDs), sendo 03 UDs em cada regional do Estado, e ampliar o projeto para pelo menos mais 01 para a Região do Juruá.
- Incentivar a recuperação de 4.880 ha de pastagens através de sistema integrados Lavoura, Pecuária e Floresta (ILPF), consorciação de pastagens com leguminosas, sistema silvipastoril e manejo pastagens, bem como promover melhoramento genético animal, por meio de introdução de animais geneticamente superiores, promovendo 02 PRÓ-GENÉTICA em parceria com Associação de Brasileira dos













Criadores de Zebu - ABCZ, com intuito de disponibilizar 40 touros puros de origem (PO), com registro definitivos (RGD) com idades de no máximo 42 meses de idade.

- Promover ATER a 500 produtores.
- Realizar o incremento e monitoramento de 16 Unidades Demonstrativas.

8. ATIVIDADES PDI:

- Aquisição de equipamentos de informática;
- Contratação de apoio logístico as atividades coletivas;
- Pagamento de diárias;
- Aquisição de veículos;
- Contratação de equipe técnica para fortalecimento, acompanhamento monitoramento da ATER;
- Aquisição de insumos para pecuária mais eficiente (adubos, corretivos e outros);
- Capacitações para técnicos e produtores;
- Contratação de serviços de ATER;
- Contratação de serviços gráficos;
- Contratação de passagens aéreas.

9. RESULTADOS ESPERADOS:

- Diminuição da taxa de desmatamento;
- Elevar a produtividade de 6@/ha/ano para 12@/ha/ano;
- 5.000 hectares de pastagens recuperadas;
- Implantar 16 Unidades de Referência em pecuária sustentável.









ÓRGÃO EXEC	CUTOR SECRETARIA DE PRODUÇÃO	_	2020 E 2021					
	.03: TERRITÓRIO DA PECUÁRIA DIVERSIF							
	STIMATIVA DE CUSTO (R\$ 1,00)	IONDINOCOTENTIA						
		ÁDEA DE	DURA	AÇÃO	INDICADO	OR FÍSICO	CUS	TO
CÓDIGO PDI	ATIVIDADES	ÁREA DE ABRANGÊNCIA	INÍCIO	TÉRMINO	UNIDADE	QUANTIDAD E	UNITÁRIO	TOTAL
3.1.1.1	Extensão, monitoramento e diagnóstico da	a bovinocultura						
3.1.1.1.2	Aquisição de veículos utilitários, motos e quadriciclos para dar suporte as ações de monitoramento e gestão operacional do Projeto	Rio Branco	MAR/2020	DEZ/2020	EQUIPAMEN TOS ENTREGUES	1	144.900,00	144.900,00
3.1.1.1.3	Aquisição de equipamentos de informática, comunicação, geoprocessamento e outros.	Rio Branco	MAR/2020	DEZ/2020	EQUIPAMEN TOS ENTREGUES	25	13.032,94	325.823,60
3.1.1.1.4	Diárias	Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Senador	MAR/2020	DEZ/2021	DIÁRIAS	708	142,80	101.239,40
3.1.1.1.6	Contratação de serviços de terceiros, pessoa jurídica para manutenção de veículos leves e pesados.	Guiomard, Plácido de Castro, Acrelândia, Rio Branco, Porto Acre,	JAN/2020	DEZ/2020	ORDEM DE SERVIÇO EMITIDA	1	418.813,19	418.813,19
3.1.1.1.8	Contratação de serviços de terceiros, PJ, para apoio logístico aos eventos coletivos	Bujari, Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá e a regional do Juruá.	ABR/2020	DEZ/2020	ORDEM DE SERVIÇO EMITIDA	1	112.598,76	112.598,76
3.1.1.2	Fortalecimento da infraestrutura e logística		ia da cadeia da	bovinocultura				
3.1.1.2.1	Aquisição de veículos utilitários, motos e quadriciclos para dá suporte as ações de monitoramento e gestão operacional do Projeto.	Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Acrelândia, Rio Branco, Porto Acre,	MAR/2020	DEZ/2020	EQUIPAMEN TOS ENTREGUES	3	206.093,48	618.280,46









3.1.1.2.2	Diárias	Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Acrelândia, Rio Branco, Porto Acre, Bujari, Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá e a regional do Juruá.	ABR/2020	DEZ/2021	Diárias	700	142,80	100.000,00
3.1.1.2.3	Contratação de serviços de terceiros, pessoa jurídica para disponibilização de profissionais das ciências agrárias. Implantação de Unidades Demonstrativas	Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Acrelândia, Rio Branco, Porto Acre, Bujari, Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá e a regional do Juruá.	MAR2020	JAN/2021	PROFISSION AIS CONTRATAD OS	2 por 2 anos	488.126,04	976.252,09
5.1.1.5	Implantação de Onidades Demonstrativas	Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri,	ilicia e recupera	içao de pastaç	geris degradadas	em unidades pro	dutivas laitillaies	•
3.1.1.3.1	Aquisição de insumos para implantação de unidades produtivas (adubo e etc.)	Capixaba, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Acrelândia, Rio Branco, Porto Acre, Bujari, Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá e a regional do Juruá.	FEV/2020	DEZ/2020	INSUMOS DISTRIBUÍDOS AOS PRODUTORES	229.792	5,26	1.208.711,05









3.1.1.3.3	Contratação de serviços de terceiros, pessoa jurídica para aquisição de material de consumo (combustível)	Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá e a regional do Juruá. Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Acrelândia, Rio Branco, Porto Acre, Bujari, Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá e a regional do Juruá.	FEV/2021	MAI/2021	LITROS	78.821	4,6	362.579,29
3.1.1.4	Formação de atores e transparência Diárias	Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Acrelândia, Rio Branco, Porto Acre, Bujari, Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá e a regional	MAI/2020	DEZ/2021	DIÁRIAS	280	142,80	40.000,00
3.1.1.4.2	Contratação de serviços para promover capacitações para técnicos de campo e produtores.	do Juruá. Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Acrelândia, Rio Branco, Porto Acre, Bujari, Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá e a regional do Juruá.	ABR/2020	DEZ/2021	CAPACITA- ÇÕES	10	17.545,60	175.456,80









3.1.1.4.3	Contratação de serviços de terceiros, pessoa jurídica para fornecimento e emissão de passagens aéreas	Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Acrelândia, Rio Branco, Porto Acre, Bujari, Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá e a regional do Juruá.	FEV/2020	DEZ/2021	PASSAGENS AÉREAS DISPONÍVEIS	160	1.500,00	240.000,00
3.1.1.4.4	Contratação de serviços de terceiros, pessoa jurídica para elaboração e confecção de material gráfico e de divulgações das ações.	Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Acrelândia, Rio Branco, Porto Acre, Bujari, Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá e a regional do Juruá.	OUT/2020	MAR/2021	ORDEM DE SERVIÇO EMITIDA DE MATERIAL INFORMATI- VO	01	162.484,09	162.484,09
3.1.1.5 3.1.1.5.1	Assistência Técnica para promoção de pra Aquisição de veículos utilitários, motos, quadriciclos para dá suporte as ações de monitoramento e gestão operacional do Projeto	Aticas sustentáveis na bovii Rio Branco, Bujari, Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá e a regional do Juruá.	MAR/2020	DEZ/2020	EQUIPAMEN TOS ENTREGUES	3	120.066,66	360.200,00
3.1.1.5.3	Contratação de serviços de terceiros, pessoa jurídica para contratação de técnicos nível médio, para a realização das atividades de extensão, monitoramento, diagnóstico, assistência técnica da bovinocultura de corte e outros.	Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Acrelândia, Rio Branco, Porto Acre, Bujari, Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá e a regional do Juruá.	MAR/2020	JAN/2021	ATER	1	1.444.372,08	1.444.372,08









3.1.1.5.3	Contratação de serviços de terceiros pessoa jurídica para manutenção de veículos		OUT/2020	FEV/2021	ORDEM DE SERVIÇO EMITIDA	1	88.820,93	88.820,93
-----------	--	--	----------	----------	--------------------------------	---	-----------	-----------









CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

	META DE	CUREDAR	400 UEOT	4 DE 0 DE D	AOTAOENO	PRAZO	2020					
TAREFAS	MEIA: RE	CUPERAR	120 HEC 17	AKES DE P	ASTAGENS		1		1		1	1
MALINO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Extensão, monitoramento e diagnóstico da bovinocultura Fortalecimento da infraestrutura e logística que promovam a eficiência da cadeia da bovinocultura Formação de atores e transparência							20	40	30	30		

TAREFAO	META: IM	PLANTAR '	16 UNIDAD	ES DEMON	STRATIVAS		O 2020 RÊNCIA EM	RECUPER	AÇÃO DE I	PASTAGEN	S DEGRAD	ADAS
TAREFAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Implantação de Unidades Demonstrativas em propriedades de referência e recuperação de pastagens degradadas em unidades produtivas familiares							2	4	4	4	2	









TAREFAS	META: PF	PRAZO 2020 IETA: PRESTAR ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL A 60 PRODUTORES											
IANEFAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Assistência Técnica para promoção de práticas sustentáveis na bovinocultura								10	20	20	10		

	PRAZO 2021 META: RECUPERAR 4.880 HECTARES DE PASTAGENS												
TAREFAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Extensão, monitoramento e diagnóstico da bovinocultura Fortalecimento da infraestrutura e logística que promovam a eficiência da cadeia da bovinocultura Extensão do atoros o							1.500	1.500	880	500	500		
Formação de atores e transparência													

						PRAZC	2021					
TAREFAS	META: IM	PLANTAR 1	16 UNIDAD	ES DEMON	STRATIVAS	DE REFER	<u>RÊNCIA EM</u>	RECUPER	AÇÃO DE I	PASTAGEN	S DEGRAD	ADAS
TAILLIAG	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Implantação de Unidades Demonstrativas em propriedades de referência e recuperação de pastagens							2	4	4	4	2	









degradadas em unidades						
produtivas familiares						

TAREFAS	META: PF	RESTAR AS	SISTÊNCIA	TÉCNICA	E EXTENSÃ		O 2021 A 500 PRO I	OUTORES				
IAREFAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Assistência Técnica para promoção de práticas sustentáveis na bovinocultura					20	30	80	100	100	80	60	30

	PÚBLICO BENEFICIÁRIO (EXTRATIVISTAS, AGRICULTOR	ES FAMILIAF	RES, INDÍGENA	AS)		
META	ESPEFICICAÇÃO	FAMÍLIAS	INDIVIDUAL	TOTAL	JOVENS	MULHERES
1	Recuperar 5.000 hectares de pastagens degradadas	125	500	500	50	80
2	Implantar 16 Unidades Demonstrativas em propriedades de referência e recuperação de pastagens degradadas em unidades produtivas familiares	16	16	16	2	3
3	Promover ATER a 500 produtores	125	500	500	60	90

^(*) pretende-se abranger, no mínimo, 30% do público total com jovem e/ou mulheres.

	METODOLOGIA DE EXECUÇÃO (COMO AS ATIVIDADES SERÃO REALIZADAS)
META	FORMA DE CONSTRUÇÃO/AQUISIÇÃO, UTILIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO POR META
1	









Por meio do sistema produtivo sob coordenação da SEPA, contando com fomento, mas sobretudo com uma ATER no dia a dia do produtor, buscase a sensibilização para o manejo sustentável das pastagens, atrelado a uma maior tecnificação das práticas na pecuária de corte. Para tanto, serão disponibilizados aos produtores previamente selecionados, insumos, apoio técnico, além da oferta de treinamentos e capacitações que possibilitem adotarem técnicas de manejo sustentável. As propriedades serão georreferenciadas, com elaboração de diagnóstico inicial (marco zero), para a partir de então, as atividades possam se desenvolver de forma planejada. Dessa forma, a aferição dos resultados poderá se dá de forma fidedigna.

Não obstante, o fortalecimento da equipe técnica (com a contratação de técnicos), irá incrementar o acompanhamento e o monitoramento dos resultados da ATER e do fomento disponibilizado aos produtores. Serão elaborados relatórios semestrais, além de realizadas visitas individuais para conferir o grau de eficiência e efetividade das ações do Programa. Para tanto, os equipamentos, veículos e serviços a serem contratados subsidiarão tanto a equipe técnica, quanto os produtores, quando se identificar a necessidade de uma intervenção mais incisiva, seja com a realização de reunião, cursos ou até mesmo intercâmbios ou dias de campo.

2

A implantação de 16 Unidades Demonstrativas preconizará a realização de reuniões, palestras e oficinas de sensibilização para práticas de manejo sustentável. Posteriormente, as famílias passarão por um diagnóstico social, ambiental e econômico, que contribuirá para a seleção daquelas que apresentarem o perfil condizente com a demanda que será necessária para a implantação das unidades demonstrativas. Serão disponibilizados insumos (adubos, fertilizantes, ureia e defensivos agrícolas) para a recuperação de pastagens degradadas. De acordo com a demanda que possa ser identificada, será ofertado aos produtores capacitações, intercâmbios e visitas a experiências exitosas. A ATER, em mesma medida estará presente realizando o acompanhamento e o monitoramento das ações. Ao final do programa espera-se que as 16 Unidades Demonstrativas possam propagar, a *priori*, entre aos seus circunvizinhos os mesmos manejos sustentáveis, irradiando para toda a região em que se encontrar a UD.



3







_	Para a prestação de ATER a 500 produtores (125 famílias), pretende-se contratar pessoa jurídica com expertise e com experiência comprovada
	em ATER no Estado do Acre. A prestadora de ATER deverá contar no seu quadro funcional técnicos capacitados e métodos de atendimento,
	acompanhamento e monitoramento que possibilite avaliar o desenvolvimento do produtor/propriedade de acordo com o fomento disponibilizado,
	e que disponibilize todos os dados de forma digital, por meio de software próprio. Dessa forma, o acompanhando das atividades poderá transcorrer
	de forma dinâmica.











PLANEAMENTO KFW 2020-2021 REM











PLANEJAMENTO 2020-2021

- 1. SUBPROGRAMA: Território da Produção Familiar Sustentável
- 2. ÓRGÃO SUBEXECUTOR: Secretaria de Produção e Agronegócio
- 3. TÍTULO DO PROJETO: Produção Familiar Sustentável (com subsidio da borracha e murmuru, fortalecimento da cadeia do mel, implantação de sistemas agroflorestais, com oferecimento de mecanização agrícola e insumos)

4. OBJETIVO:

Promover o desenvolvimento sustentável em propriedades rurais, por meio do manejo sustentável, utilizando plantio consorciado em sistema agroflorestal, com a oferta de mecanização agrícola, mudas e insumos, visando o incremento a renda familiar, em estreita consonância a diminuição das queimas e desmatamentos.

5. JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Produção e Agronegócio (SEPA), por meio do Departamento de Produção Familiar, busca promover uma assistência técnica e extensão rural pautadas nos paradigmas da agroecologia, que pressupõem o manejo sustentável, a recuperação de áreas alteradas e, principalmente, a educação ambiental, que resultará na adoção de boas práticas de produção.

Não obstante, de acordo com os índices de focos de calor apresentados nos últimos anos, o Estado do Acre apresentou uma estabilidade ou elevação, o que representa a reversão da tendência de diminuição progressiva que vinha ocorrendo para uma tendência de elevação para os próximos anos.









Os dados sugerem que atividades isoladas não se tornaram efetivas no decorrer dos anos. Neste sentido, a intervenção da SEPA, será realizada de forma holística e dialógica, com forte interatividade entre os subprogramas Território da Produção Familiar Sustentável e Território da Pecuária Diversificada Sustentável, buscando sinergia com as ações dos demais órgãos envolvidos com a preservação do meio ambiente, regularização fundiária, produção e manejo.

Anais 7º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal, Jardim, MS, 20 a 24 de outubro 2018 Embrapa Informática Agropecuária/INPE, p. 158-161

Série temporal dos focos de queimadas no Estado do Acre Focos de Queimadas Anos

Figura 4. Quantidade total de focos de calor no estado do Acre para período de dez anos.

De acordo com a tendência apresentada de intensidade de focos de calor, apensar de não está planejado a ampliação das áreas, a regional Tarauacá-Envira, Purus e Juruá, deverão ter uma acuidade maior quanto as ações produtivas desenvolvidas pela SEPA. Serão intensificadas atividades de ATER, que se desenvolverão de forma conjunta com a ATER da pecuária sustentável.

Para a potencialização das atividades, se buscará incrementar a inclusão socioprodutiva com a inserção nas políticas públicas voltadas a compra da produção (PAA, PNAE e etc.), além do apoio a regularização fundiária e consequente cadastramento do CAR, PRA e PRADA.



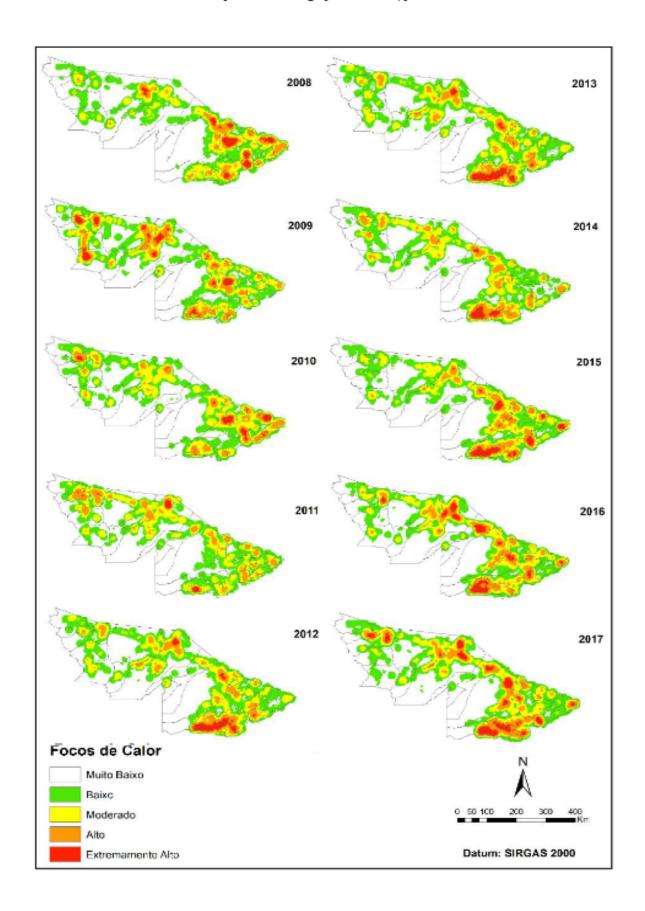








Anais 7º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal, Jardim, MS, 20 a 24 de outubro 2018 Embrapa Informática Agropecuária/INPE, p. 159-161















6. METAS PARA O ANO DE 2020:

- 1. Atender 900 famílias com subsídio da borracha, com maior as áreas das Unidades de Conservação;
- 2. Atender 216 famílias com subsídio do murmuru, município de Rodrigues Alves e adjacências;
- 3. Atender 40 famílias, com a implantação de 80 hectares no sistema agroflorestal (SAF).

7. METAS PARA O ANO DE 2021:

- 1. Atender 900 famílias com subsídio da borracha, com maior as áreas das Unidades de Conservação;
- 2. Atender 216 famílias com subsídio do murmuru, município de Rodrigues Alves e adjacências;
- 3. Capacitar 215 extrativistas (indígenas e não indígenas) em criação de abelhas;
- 4. Realizar 04 oficinas sobre organização comunitária e associativismo, relacionada a cadeia produtiva do mel;
- 5. Realizar 01 feira anual de criadores de abelhas, com exposição e comercialização de mel e seus derivados;
- 6. Atender 40 famílias, com a implantação de 80 hectares no sistema agroflorestal (SAF).

8. ATIVIDADES PDI:

- Pagamento de subsídio da borracha e murmuru;
- Aquisição de equipamentos para processamento do mel;













- Contratação de serviços (hospedagem e gráfica) para realização de encontros e elaboração de material informativo, relacionados a cadeia do mel;
- Aquisição de mudas e insumos necessários a implantação de SAFs;
- Oferecimento de mecanização agrícola, por meio da contratação de serviços de manutenção com reposição de peças do maquinário da SEPA;
- para custear as atividades de acompanhamento e Diárias monitoramento das ações.

9. RESULTADOS ESPERADOS:

- Diminuição da taxa de desmatamento, com a recuperação de áreas alteradas;
- Diminuição dos focos de calor, por meio da adoção de práticas de manejo sustentável, como por exemplo, o plantio consorciado e a oferta de mecanização agrícola.
- Meliponicultores/apicultores assistidos e orientados nas boas práticas e técnicas de criação, manejo e comercialização do mel contribuindo para o aumento da renda familiar;
- Oferta de matéria-prima para o mercado ampliada, promovendo a melhoria de renda e condições de vida para os extrativistas dos municípios beneficiados relacionados ao subsídio da borracha e murmuru;
- Mitigação do êxodo rural, com alternativas viáveis economicamente e ambientalmente sustentáveis.









		ANO	2020 E 2021					
ÓRGÃO EXEC	CUTOR SECRETARIA DE PRODUÇÃO		2020 E 2021					
	03: TERRITÓRIO DA PRODUÇÃO FAMILIA							
ATIVIDADES E E	STIMATIVA DE CUSTO (R\$ 1,00)							
CÓDIGO PDI	ATIVIDADES	ÁREA DE	DURA			OR FÍSICO		STO
002.00.2.		ABRANGÊNCIA	INÍCIO	TÉRMINO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL
2.1.1.1	Incentivo aos serviços ambientais – Lei Ch	nico Mendes – Borracha				2.763		
2.1.1.1.1	Incentivo aos serviços ambientais – Lei Chico Mendes – Borracha	Baixo e Alto Acre, Tarauacá, Feijó e Jordão	MAI/2020	DEZ/2021	SUBSÍDIO PAGO	900/ano x 2 anos+ 963 passivo 2019	1.377,39	3.805.721,44
2.1.2.1	Incentivo aos serviços ambientais – Lei Ch	nico Mendes – Murmuru	_					
2.1.1.2.1	Incentivo aos serviços ambientais – Lei Chico Mendes – Murmuru	Rodrigues Alves e adjacências	MAI/2020	DEZ/2021	SUBSÍDIO PAGO	567 216/ANO x 2 anos + 135 passivo 2018- 2019	1.779,27	1.008.845,82
2.1.3.1	Fortalecimento da Cadeia do Mel							
2.1.3.1.1	Aquisição de equipamentos para fortalecimento da apicultura e meliponicultura		MAR/2020	DEZ/2020	EQUIPAMEN TOS DISTRIBUÍD OS	20	16.685,82	333.716,43
2.1.3.1.2	Contratação de serviços de terceiros, pessoa jurídica para hospedagem e alimentação	22 municípios	JAN/2020	DEZ/2021	SERVIÇOS CONTRATAD OS	1	111.700,00	111.700,00
2.1.3.1.3	Contratação de serviços de terceiros, pessoa jurídica para elaboração de material gráfico		JAN/2020	DEZ/2021	SERVIÇOS CONTRATAD OS	1	114.910,00	114.910,00
2.1.3.1.5	Diárias estaduais e nacionais		JAN/2020	DEZ/2021	DIÁRIAS	806	142,80	115.120,07
2.1.8.1	Florestas Plantadas em SAFS			1	1	1	1	
2.1.8.1.2	Contratação de serviços de terceiros, pessoa jurídica para manutenção e reposição de pelas de máquinas pesadas	Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Acrelândia, Rio Branco, Porto Acre,	JAN/2020	DEZ/2020	ORDEM DE SERVIÇO EMITIDA	1	460.715,98	460.715,98









		Bujari, Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá e a regional do Juruá.						
2.1.8.1.4	Diárias	Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Acrelândia, Rio Branco, Porto Acre, Bujari, Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá e a regional do Juruá.	MAR/2020	DEZ/2021	DIÁRIAS	840	142,80	120.000,00
2.1.8.1.5	Aquisição de combustível	22 municípios	JAN/2020	JAN/2021	ORDEM DE SERVIÇO EMITIDA	108.695	4,60	500.000,00
2.1.8.1.6	Aquisição de mudas frutíferas e florestais	Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Senador	OUT/2020	DEZ/2021	ORDEM DE SERVIÇO EMITIDA	01	657.106,80	657.106,80
	Insumos	Guiomard, Plácido de Castro, Acrelândia, Rio Branco, Porto Acre, Bujari, Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá e a regional do Juruá.	OUT/2020	DEZ/2021	ORDEM DE SERVIÇO EMITIDA	01	700.651,18	700.651,18









CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

						PRAZC	S 2020					
TAREFAS	META: ATE	ENDER ANU	IALMENTE S	900 PRODU	TORES CO	M PAGAMEN	ITO DO SUE	SSÍDIO DA E	ORRACHA			
IAREFAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Incentivo aos serviços ambientais – Lei Chico Mendes – Borracha								400		200	100	200

						PRAZO	S 2020							
TAREFAS	META: ATE	META: ATENDER ANUALMENTE 216 PRODUTORES COM PAGAMENTO DO SUBSÍDIO DO MURMURU												
IANEIAO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
Incentivo aos serviços ambientais – Lei Chico Mendes – Murmuru								60	30	30	40	56		

						PRAZC	S 2020						
TAREFAS	META: IMF	META: IMPLANTAR 80 HECTARES DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS											
IAILIAO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Florestas Plantadas em SAFs								40	20	20			

						PRAZC	S 2021							
TAREFAS	META: AT	META: ATENDER ANUALMENTE 900 PRODUTORES COM PAGAMENTO DO SUBSÍDIO DA BORRACHA												
IAILIAO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
Incentivo aos serviços ambientais – Lei Chico Mendes – Borracha						200		200		200	100	200		









		PRAZOS 2021 META: ATENDER ANUALMENTE 216 PRODUTORES COM PAGAMENTO DO SUBSÍDIO DO MURMURU											
TAREFAS	META: ATE	ENDER ANU	ALMENTE 2	216 PRODU	TORES CO	M PAGAMEN	ITO DO SUE	<u>SSIDIO DO N</u>	<i>I</i> URMURU				
IAREFAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Incentivo aos serviços ambientais – Lei Chico Mendes – Murmuru							30	30	30	30	40	56	

TAREFAC	META: CA	PACITAR 21	I5 EXTRATI\	/ISTAS (IND	ÍGENAS E N	PRAZO NÃO INDÍGE		RIAÇÃO DE	ABELHAS			
TAREFAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Fortalecimento da Cadeia do Mel						10	20	20	20	20	25	

TAREFAS	META: RE	PRAZOS 2021 META: REALIZAR 04 OFICINAS SOBRE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E ASSOCIATIVISMO, RELACIONADA A CADEIA PRODUTIVA DO MEL												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
Fortalecimento da Cadeia do Mel					01		01	01		01				

						PRAZC	S 2021					
TAREFAS	META: RE	ALIZAR 02	FEIRAS DE	CRIADORES	DE ABELH	AS, COM E	XPOSIÇÃO	E COMERC	IALIZAÇÃO	DE MEL E	SEUS DERIN	/ADOS.
IANEFAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Fortalecimento da Cadeia do Mel					01		01	01		01		









						PRAZO	S 2021						
TAREFAS	META: IMF	A: IMPLANTAR 80 HECTARES DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS											
IAREFAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Florestas Plantadas em SAFs							20	20	20	20			

	PÚBLICO BENEFICIÁRIO (EXTRATIVISTAS, AGRICULTORES FA	AMILIARES, I	INDÍGENAS)			
META	ESPEFICICAÇÃO	FAMÍLIAS	INDIVIDUÁL	TOTAL	JOVENS	MULHERES
1	Atender 900 famílias com subsídio da borracha, com maior as áreas das Unidades de Conservação.	900	900	900	70	200
2	Atender 216 famílias com subsídio do murmuru, município de Rodrigues Alves e adjacências.	216	216	216	34	30
3	Capacitar 215 extrativistas (indígenas e não indígenas) em criação de abelhas.	60	115	115	24	10
4	Realizar 04 oficinas sobre organização comunitária e associativismo, relacionada a cadeia produtiva do mel.	20	80	80	10	14
5	Realizar 02 feiras de criadores de abelhas, com exposição e comercialização de mel e seus derivados.	5	20	20	5	5
6	Atender 80 famílias, com a implantação de 160 hectares no sistema agroflorestal (SAF)	80	80	80	10	14

^(*) pretende-se abranger, no mínimo, 30% do público total com jovem e/ou mulheres.









	METODOLOGIA DE EVECULOÃO (COMO AO ATIVIDADES CEDÃO DE ALIZADAS)
	METODOLOGIA DE EXECUÇÃO (COMO AS ATIVIDADES SERÃO REALIZADAS)
META	FORMA DE CONSTRUÇÃO/AQUISIÇÃO, UTILIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO POR META
	O pagamento do subsídio da borracha e murmuru, representa uma metodologia de incentivo à atividade extrativista, de forte cunho ambiental, buscará dá a
	viabilidade econômica capaz de fixar o produtor, incrementar a renda, por conseguinte, promover melhoria na qualidade de vida. Para a consecução e refino
1 e 2	das atividades de execução, acompanhamento e monitoramento do pagamento do subsídio, pretende-se publicar decreto governamental regulamentando o
	pagamento, desde a recepção nas entidades que serão credenciadas, por meio de chamamento público, até o efetivo repasse do subsídio ao produtor
	extrativista.
	A criação de abelhas com e sem ferrão, preconiza a necessária capacitação no manejo e manutenção dos enxames. A atividade que prevê ofertar alternativa a
	renda familiar, aliado a conservação do meio ambiente, terá foco mais incisivo aos criadores situados na regional do Purus, Tarauacá-Envira e Juruá. Será
3	realizado, a priori, diagnóstico para averiguar o perfil dos pretensos beneficiários, para selecionar àqueles que apresentarem aptidão e risco iminente de
	desmatamento da sua área ou circunvizinhas. De forma sistêmica com outras fontes de financiamento, serão distribuídas caixas de abelhas, equipamentos de
	proteção individual e centrífugas para apoio às boas práticas de coleta, envasamento e comercialização.
	As oficinas serão estratégicas para promover, sobretudo, a sensibilização para o manejo sustentável. O Associativismo e o Cooperativismo contribuem,
	sobremaneira, para a organização comunitária, o que representará a multiplicação de práticas sustentáveis, por meio da criação de abelhas, tornando, ainda, a
4	prática economicamente viável. Serão identificadas as demandas e os produtores serão agrupados por núcleos regionais. Após cada oficina será realizada as
	atividades de fomento e acompanhamento, <i>in loco</i> , da instalação ou manejo dos exames.
	A realização da Feira Estadual Anual será composta por criadores de todas as regionais do Estado. Momento em que será dada a visibilidade para a criação de
5	abelhas, comercialização do mel e derivados. O evento contará com uma programação, que consistirá em palestras de sensibilização, de viabilidade econômica
	e de inclusão socioprodutiva.









6

Os sistemas agroflorestais serão implantados contando com distribuição de mudas e insumos, além da mecanização agrícola. De forma sistêmica, pretende-se oferecer aos produtores alternativas viáveis de produção agrícola, sem a necessidade de abertura de novas áreas, nem a utilização do fogo para limpeza (prática que é bastante utilizada). Em mesmo sentido, se promoverá a recuperação de áreas alteradas. Para a efetividade e eficácia das ações a ATER estará envolvida em todos as fases de implantação dos SAFs, os quais poderão interagir com a pecuária, no sistema Integração, Lavoura, Pecuária e Floresta (ILPF).

Recomendo, ainda, seja realizado, com brevidade, o procedimento de chamamento público, para fins de regularizar a situação relativa à formalização de convênio com entidades civis representativas dos produtores estaduais envolvidos na exploração de produtos florestais previstos na Lei nº 1.277, de 13 de janeiro de 1999, e suas alterações.

Recomendo, por fim, seja verificada a existência de outros processos, ou de créditos relacionados à subvenção econômica aqui tratada, que estejam pendentes de quitação, devendo ser adotadas as providências para regularizar tais pagamentos, nos moldes aqui delineados.

É o Parecer.

Ao órgão de origem.

Rio Branco-Acre, dia 17 de agosto de 2020.

[assinado digitalmente] Janete Melo d'Albuquerque Lima Procuradora do Estado do Acre Chefe da Procuradoria Administrativa

^[4] AGUIAR, Afonso Gomes. Direito Financeiro: A Lei 4.320 Comentada ao Alcance de Todos. Belo Horizonte, 3ª Edição, 2008



Documento assinado eletronicamente por JANETE MELO DALBUQUERQUE LIMA, Procuradora do Estado, em 18/08/2020, às 10:00, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade, informando o código verificador 0578092 e o código CRC 6F5CB580

Referência: Processo nº 0056.000994.00153/2020-18

SEI nº 0578092

^[1] Doutor em Economia e Professor de Métodos Quantitativos Aplicados à Economia do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Acre (UFAC);

https://www.revistaespacios.com/a15v36n20/15362006.html#uno

Silva, Maria do Socorro Saraiva da Subsídio da borracha e sua relação com os moradores da Resex Chico Mendes: uma análise das contribuições socioeconômicas e Maria do Socorro Saraiva da Silva. Manaus: 2013.Disponível [s.n.], https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Produ%C3%A7%C3%A3o_e Uso Sustent%C3%A1vel/Disserta%C3%A7%C3%A3o



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE SECRETARIA DE STADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA

NOTA TÉCNICA DIREXEC N03/2020 Versão 1.0/20200811

SITUAÇÃO DE QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA E NO ACRE EM 2019 e 2020

1. INDICADORES DE QUEIMADAS NA AMAZÔNIA E NO ESTADO DO ACRE

1.1 Focos de queimadas

De **01** janeiro a **31** de julho de **2020** na Amazônia Legal foram registrados **24.189** focos de queimadas, segundo dados do Satélite de Referência (INPE, 2020). Entre os estados que compõe essa região, Mato Grosso apresentou o maior percentual com 37,9 %, seguido do Pará com 15,1 % e do Tocantins (14,4 %), e são também os estados que apresentam maior densidade de focos de calor (Figura1).

Segundo dados do Satélite de Referência, o estado apresentou 466 focos de queimadas, no período, representando 1,9 % dos focos de queimadas acumulados na Amazônia Legal. No estado Acre os focos apresentam maior densidade no Oeste do estado, mas estão ocorrendo ao logo de todo o estado embora em menor intensidade. Os municípios acreanos com maior número acumulado de focos no período de janeiro a julho de 2020 foram: Tarauacá (81 F), Feijó (55 F) e Cruzeiro do Sul (50 F), Sena Madureira (36 F) e Rio Branco (32 F).

Para o mesmo período em **2019 foram registrados na Amazônia Legal 25.209 focos, desses 375 focos de queimadas ocorreram no Acre**. Os dados mostram que os indicadores de queimadas **em 2020** já superaram valores observados em 2019.

As imagens abaixo mostram a espacialização da densidade de focos de calor na Amazônia Legal e no Acre, indicando as áreas de maior criticidade (Figura 1).

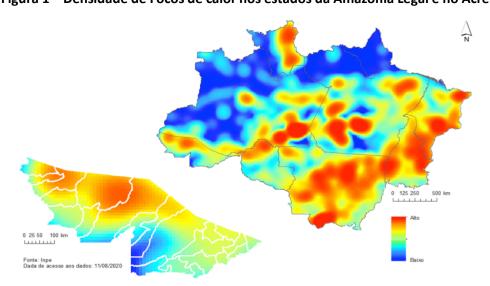


Figura 1 – Densidade de Focos de calor nos estados da Amazônia Legal e no Acre

Fonte: Inpe/ Programa Queimadas

Focos de calor de 01/01/2020 a 11/08/2020. Satélite Referência/Inpe





GOVERNO DO ESTADO DO ACRE SECRETARIA DE STADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA

A Tabela 1 a seguir indica a representatividade do Acre no contexto da Amazônia Legal. Percebe-se que o ano de 2019 superou os anos de 2018 e 2017, mas nenhum evento climático anômalo justificou esse aumento, a não ser pelo uso antrópico do fogo, na grande maioria, de forma ilegal, pois não foram emitidas licenças pelo órgão ambiental que justificasse esse fato. O Acre representou **percentuais que oscilaram entre 4 e 7** % dos focos de queimadas registrados na Amazônia Legal nos anos analisados.

Tabela 1. Focos de calor na Amazônia Legal e Acre, de janeiro a dezembro de 2005, 2010 e de 2016, 2019 e 2020 até 31/07*

Anos	Amazônia	Acre	%
2005	263.994	15.993	6,1
2010	215.775	8.661	4,0
2016	124.046	7.684	6,2
2017	149.411	6.295	4,2
2018	90.408	6.626	7,3
2019	126.091	6.802	5,4
2020*	24.189	466	1,9

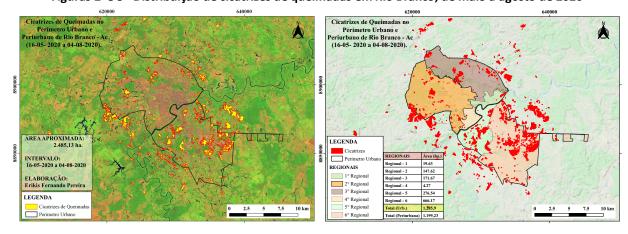
^{*}Focos de calor de 01 de janeiro a 31 de julho de 2020 Fonte: Satélite de Referência/INPE

De **01 de janeiro a 31 de julho de 2020**, as **Unidades de Conservação** apresentaram **51 focos**, sendo **24 deles localizados na Reserva Extrativista Chico Mendes**; 09 no Parque Nacional da Serra do Divisor; e 06 nas Resex do Alto Juruá e Resex Riozinho da Liberdade. Quanto à Terras Indígenas, foram observados 28 focos de queimadas, com destaque para a TI Alto Rio Purus (04 F), TI Jaminawa do Rio Bagé (03 F) e TI Poyanawa (03 F).

1.2 Cicatrizes de queimadas

O mapeamento das cicatrizes de queimadas nas áreas urbanas, periurbanas e rurais da capital do Estado, começou a ser realizado em maio, devido à falta de imagens com baixa cobertura de nuvens. De 16 de maio a 04 de agosto de 2020 foram registrados 2.485,1 hectares de áreas degradadas pelo fogo em Rio Branco, sendo a 6ª Regional a mais afetada, com 666,2 hectares, conforme indicado nas Figuras 2 e 3.

Figuras 2 e 3 - Distribuição de cicatrizes de queimadas em Rio Branco, de maio a agosto de 2020







GOVERNO DO ESTADO DO ACRE SECRETARIA DE STADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA

Queimadas significativas ocorreram nos municípios de Capixaba em 18/07/2020, em Plácido de Castro e Senador Guiomard em 27/07/2020, conforme mostram as Figuras 4 a 6 produzidas pelo LAbGama/CZS, a partir de imagens Landsat.

Figuras 4 a 6 – Imagens de satélite Landsat indicando áreas queimadas nos municípios acreanos de Capixaba em 18/07 e Plácido de Castro e Senador Guiomard e Capixaba em 27/07/2020

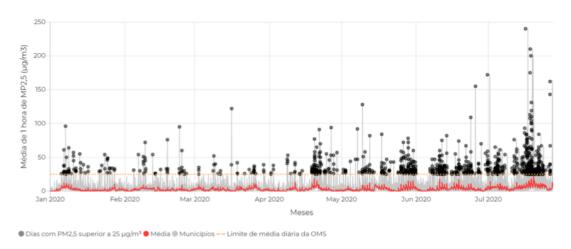


Fonte: LabGama/Ufac-CZS

1.3 Qualidade do ar

Segundo dados da Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar do Ministério Público do Estado do Acre-MPAC - (www.purpleair), trabalhados pelos pesquisadores da Universidade Federal do Acre – Ufac, a qualidade do ar nas cidades acreanas estão aumentando desde maio, e apresentou picos significativos em julho, conforme indicado na Figura 7, produzida pelo Laboratório Gama – UFAZ/CZS.

Figura 7 - Criticidade da qualidade do ar nas cidades do Acre



Fonte: http://acrequalidadedoar.info/dashboardGraficos_mun.php
Dados brutos ajustado pela equação do LRAPA





A capital Rio Branco apresentou em 2020, vários dias com médias diárias acima da recomendação da Organização Mundial de Saúde – OMS (Figura 8).

Rio Branco

Rio Branco

Rio Branco

Rio Branco

Aug 2019 Sep 2019 Oct 2019 Nov 2019 Dec 2019 Jan 2020 Feb 2020 Mar 2020 Apr 2020 May 2020 Jun 2020 Jul 2020

Messes

Figura 8 - Concentração de material particulado em Rio Branco de jun/2019 a jul/2020

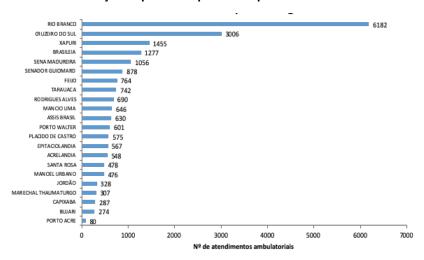
Fonte: http://acrequalidadedoar.info/dashboardGraficos_mun.php

Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS, o limite é de 25 μg/m³ para partículas de até 2,5 μm/m², na média para 24 horas de exposição, e de 10 μg/m³ para média anual.

De acordo, com a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (United States Environmental Protection Agency – EPA), a concentração média de PM2.5 superiores a valores de 89 μg/m³ em 1-3 horas já são considerados nocivos a grupos de risco (pessoas com doenças respiratórias ou cardíacas, idoso e crianças).

A Secretaria de Estado da Saúde do Acre - Sesacre, através do Departamento de Vigilância em Saúde/Divisão de Vigilância Ambiental, informou que o número de casos de doenças respiratórias no estado do Acre já superou o ano de 2019, sendo Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Xapuri, Brasileia e Sena Madureira, os municípios com os maiores percentuais, corroborando as informações anteriores e indicando que a fumaça afeta a saúde da população (Figura 9).

Figura 9 - Número de casos de doenças respiratórias por município no Acre até a 22ª. Semana epidemiológica



Fonte: Sesacre, 2020





2. DESMATAMENTOS EM 2019 E ALERTAS EM 2020

2.1 Taxas de desmatamento em 2019

As taxas anuais de desmatamento são publicadas pelo Instituto de Pesquisas Espaciais - Inpe, a partir do Projeto de Monitoramento do Desflorestamento da Amazônia Legal — Inpe/Prodes, indicando para o período de agosto de 2018 a julho de 2019 uma taxa de desmatamento de 10.129 km², representando um aumento de 34 % na Amazônia Legal em relação a 2018. O estado do Acre, com uma taxa de 682 km² teve um aumento de 54 % de 2018 para 2019 (Tabela).

Tabela 2 - Taxas de desmatamento dos estados da Amazônia Legal de 2004 a 2019

Ano/Estados	AC	AM	AP	MA	MT	PA	RO	RR	то	AMZ LEGAL
2004	728	1232	46	755	11814	8870	3858	311	158	27772
2005	592	775	33	922	7145	5899	3244	133	271	19014
2006	398	788	30	674	4333	5659	2049	231	124	14286
2007	184	610	39	631	2678	5526	1611	309	63	11651
2008	254	604	100	1271	3258	5607	1136	574	107	12911
2009	167	405	70	828	1049	4281	482	121	61	7464
2010	259	595	53	712	871	3770	435	256	49	7000
2011	280	502	66	396	1120	3008	865	141	40	6418
2012	305	523	27	269	757	1741	773	124	52	4571
2013	221	583	23	403	1139	2346	932	170	74	5891
2014	309	500	31	257	1075	1887	684	219	50	5012
2015	264	712	25	209	1601	2153	1030	156	57	6207
2016	372	1129	17	258	1489	2992	1376	202	58	7893
2017	257	1001	24	265	1561	2433	1243	132	31	6947
2018	444	1045	24	253	1490	2744	1316	195	25	7536
2019	682	1434	32	237	1702	4172	1257	590	23	10129
Var. 2019-2018*	54%	37%	-33%	-6%	14%	52%	-4%	203%	-8%	349
Var. 2019-2004*	-6%	16%	-30%	-69%	-86%	-53%	-67%	90%	-85%	-64%

Fonte: Inpe/Prodes, 2020. * Atualizado em 15/06/2020

O desmatamento acumulado no estado do Acre até 2019 corresponde a 14,6% do seu território. No período de 2008 a 2019 os desmatamentos concentraram-se principalmente nas classes de pequenos e médios polígonos. Os municípios de Rio Branco, Sena Madureira e Feijó possuem a maior extensão de áreas desmatadas em todo o estado, mas os maiores percentuais de territórios desmatados estão em Plácido de Castro, Senador Guiomard, Acrelândia e Brasileia.

Os projetos de assentamentos são a classe fundiária que mais contribuiu com os desmatamentos no estado do Acre, seguidos das propriedades particulares. As Terras Indígenas e as Unidades de Conservação no estado do Acre são as classes fundiárias que menos contribuem com o desmatamento. Dentro da categoria de Unidades de Conservação, a Resex Chico Mendes, a APA São Francisco e a Resex Alto Juruá foram as que mais contribuíram com o total de desmatamentos nas UCs.

Os desmatamentos que ocorreram em 2019 sã os maiores já registrados nos últimos 11 anos, e estão próximos de áreas anteriormente antropizadas, ou seja, ao longo das principais rodovias, hidrovias e dos cursos hídricos, em geral, principalmente nas regionais do Baixo Acre e Tarauacá/Envira.





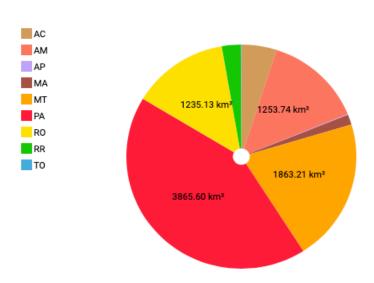
2.2 Alertas de desmatamentos de 01 de janeiro a 31 de julho de 2020

O Instituto de Pesquisas Espaciais - Inpe¹, por meio do projeto DETER-B, mapeia diariamente as alterações na cobertura florestal da Amazônia Legal, com área mínima próxima a 1 hectare, mas apenas o Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama tem acesso a esses dados diariamente.

Desse modo, o Governo do Estado do Acre utiliza os dados disponibilizados na Plataforma TerraBrasilis, onde **os polígonos mapeados possuem dimensão mínima de 6,25 ha** e são atualizados cerca de cinco dias após a data de detecção, o que possibilita a validação dos alertas.

Os dados de alerta de desmatamento do Deter B mostram que de 01/08/2019 a 31/07/2020 foram emitidos 44.121 alertas para a Amazônia Legal, representando 9.056,24 km². Esse valor representa um aumento de 34,5% em relação ao período anterior (2018/2019). Os estados do Pará (3.865,6 km²) e Mato Grosso (1.863,2 km²) ficaram na liderança em termos de número e extensão de alertas de desmatamento, seguidos pelo Amazonas (1.253,7 km²) e Rondônia (1.235,1 km²). O estado do Acre está entre os estados com menor número de alertas de desmatamentos, com registro de 449,3 km² de desmatamentos, de agosto/2019 a julho/2020 (Figura 10).

Figura 10 - Extensão dos alertas de desmatamentos entre 01/08/2019 a 31/07/2020, na Amazônia Legal



Fonte: Inpe/ DETER B, até 31/07/2020

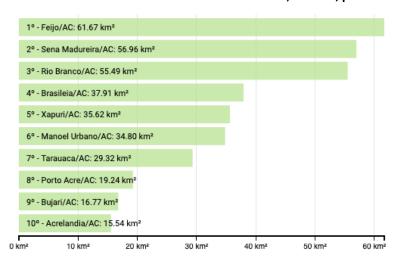
Nesse período, os alertas do Deter-B no estado do Acre indicaram que Feijó (61,7 km²), Sena Madureira (56,9 km²) e Rio Branco (55,5 km²) lideraram o processo, conforme Figura 11, a seguir.

¹ http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/deter.php





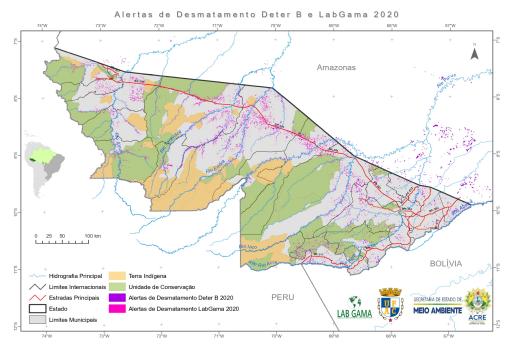
Figura 11 – Área de Alertas de desmatamentos em 2020, no Acre, por município



Fonte: Inpe/ DETER B

Analisando os alertas em 2020, verifica-se que de janeiro a julho, a área total acumulada de alertas de no Acre foi 13.725 ha, segundo dados do Deter B, enquanto o Laboratório Gama da UFA/CZS registrou 32.993 ha, cujo somatório chega a 46.718 ha, conforme Figura 12. Segundo os dados do Deter B os alertas se concentraram em áreas de até 50 ha, enquanto os alertas do LabGama se concentram principalmente em áreas de até 20 ha.

Figura 12 - Alertas de desmatamento do Deter B e LabGama, de janeiro a julho de 2020 no Acre



Fonte: Inpe/Deter B e LABGama/Ufac



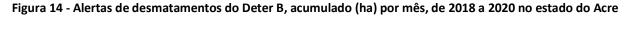


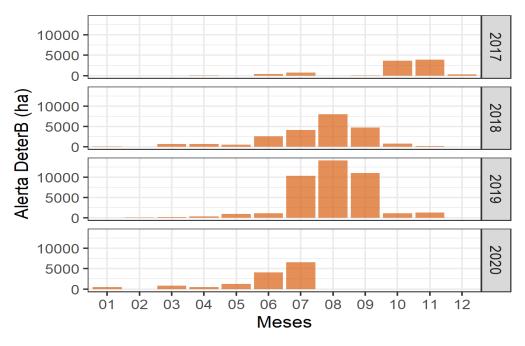
Nos últimos cinco anos o maior registro de alertas de desmatamento foi em 2019, seguido por 2018 e 2016, até o momento (Figura 13). De modo geral, os alertas de desmatamento se concentram no mês de agosto (figura 14), o que significa que a situação pode ainda se agravar.



Figura 13 - Alertas de desmatamentos (DeterB) acumulado por ano para o estado do Acre (ha)

Segundo os dados do Deter B no mês de julho de 2020 foram indicados 6.581 hectares de alertas de desmatamento no Acre, representando uma redução de aproximadamente 36,3 % em relação ao mesmo período de 2019, que apresentou 10.337 hectares, nos alertas emitidos (Figura 14).









Nesse período, os municípios de Feijó (2.503,7 ha), Rio Branco (1.767,8 ha), Sena Madureira (1.641,8 ha), Tarauacá (1.291 ha) e Manoel Urbano (1.049,9 ha) ficaram na liderança dos alertas emitidos pelo Deter B, conforme Figura 15.

Alertas de Desmatamento DETER B

2503,7

2500

1757,8

1641,8

1500

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

100

Figura 15 - Alertas de desmatamentos do Deter B em 2020, para o os municípios do estado do Acre (ha)

Fonte: Deter, 2020

Em termos de classe fundiária, em 2020, o desmatamento foi maior nos projetos de assentamento, nas propriedades particulares e nas áreas discriminadas, no entanto os valores foram inferiores aos de 2019, como pode ser observado na Figura 16.

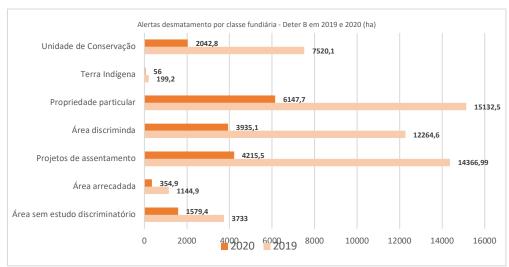


Figura 16 - Alertas de desmatamentos Deter B em 2020, por classe fundiária do estado do Acre (ha)

Fonte: Deter, 2020





3. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O desmatamento acumulado no estado do Acre **até 2019** corresponde a **14,6** % do seu território, ou seja, o Acre ainda mantém 85,4% de sua cobertura vegetal.

De **01/08/2019 a 31/07/2020**, o Deter B indicou **4.212 alertas para o Acre**, representando **449,3 km²**. Os municípios de **Feijó, Sena Madureira e Rio Branco** lideraram o processo, no período.

Os projetos de assentamento da reforma agrária, as propriedades particulares e as áreas discriminadas continuam ocupando o ranque das áreas que mais desmatam no estado. As Terras Indígenas representam a classe fundiária que menos contribui com o desmatamento no estado. Dentre as Unidades de Conservação no estado do Acre, a **Resex Chico Mendes** é a mais preocupante, compondo o ranque das áreas que mais contribuem com o desmatamento no Acre.

Quanto às queimadas, verifica-se que o Acre, embora encontre-se na 8ª posição no ranque, em relação aos demais estados da Amazônia Legal, representando apenas 1,5 % das queimadas da região, esses valores já ultrapassaram os de 2019, especialmente nos municípios de **Tarauacá**, **Feijó**, **Cruzeiro do Sul**, **Sena Madureira e Rio Branco**.

De modo geral, a distribuição dos desmatamentos no estado tem relação com a estrutura de ocupação territorial, concentrado principalmente no Vale do Acre, ao redor dos centros urbanos e ao longo dos grandes rios e rodovias, com destaque para as rodovias federais BR 364 e BR 317. Estes eixos, em geral, relacionam-se com o processo de escoamento da produção familiar nos projetos de assentamento e nas áreas discriminadas.

4. ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE GOVERNO DO ESTADO ACRE

O Governo do Estado instituiu o Comitê de Ações Integradas de Meio Ambiente, através do Decreto 5.866 de 29/04/2020 para coordenar as ações de monitoramento e combate ao desmatamento ilegal, queimadas, incêndios florestais e crimes ambientais no Estado, para fazer frente ao atual quadro de uso e ocupação irregulares de terras em várias áreas do estado, por processos contínuos de invasões nas áreas públicas, especialmente nas Unidades de Conservação. A equipe técnica da Sema e das instituições de Comando e Controle – Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC e Batalhão de Policiamento Ambiental – BPA, elaborou um Plano estratégico operacional, que é parte dessa estratégia de governo. Esse Plano de ação está vinculado ao Decreto 5.866/2020 e tem o objetivo de promover ações nas áreas de meio ambiente, regularização fundiária, segurança, infraestrutura e planejamento para o combate ao desmatamento e queimadas ilegais, bem como qualquer ilícito ambiental nas Unidades de Conservação e entorno, em função dessas ocorrências. As estratégias estabelecidas visam garantir a conservação das florestas e a continuidade dos negócios florestais em curso, tais como as concessões florestais, o manejo madeireiro florestal, o manejo não madeireiro, este com cadeias de valor importantíssimas para a Bioeconomia, dentre outras atividades apoiadas pelo Governo e que garantem a manutenção de milhares de famílias nessas Unidades.





Desde 2019, a Sema, em parceria com IMAC, Iteracre e Secretaria de Estado da Produção – SEPA, adotou os mutirões ambientais como estratégia para a regularização ambiental do produtor. Esta metodologia tem permitido uma maior aproximação do Governo nas áreas rurais, levando as políticas públicas do estado, seguidas de orientação sobre adesão ao CAR e regularização de passivos, através do Programa de Regularização Ambiental-PRA, dentre outras atividades.

A Sema tem trabalhado para o fornecimento de **Assistência Técnica Rural – ATER ao pequeno produtor**, através da inovação dos **Planos de incremento produtivo – IPCs** para os pequenos produtores, além da melhoria de ramais, que permite o escoamento da produção, o deslocamento, facilitando também o acesso das equipes de fiscalização e monitoramento no interior do estado.

O planejamento e a implementação dessas ações tem sido possível graças a recursos de operações de crédito do BID e BIRD, recursos não reembolsáveis do PSAM/MMA, do Programa REM/KfW e dos recursos do ARPA para o Parque Estadual do Chandless.

Em termos de queimadas, embora o Acre ocupe o 8º lugar no ranque dos estados da Amazônia Legal, representando apenas 1,5 % das queimadas da região, seus valores já superaram os de 2019, especialmente nos municípios de Tarauacá, Feijó, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Rio Branco.

O Estado está buscando **sinergia institucional e celeridade** nas ações desenvolvidas pelas instituições para **aumentar a eficiência e a eficácia no combate o desmatamento ilegal**, que **gera queimadas e também promove aumento das emissões de gases de efeito estufa**, comprometendo sobremaneira a saúde da população e a biodiversidade, representando um risco a mais neste período de pandemia da COVID-19.

Vera Reis BrownDiretora Executiva da Sema

Elaine LopesEng. Florestal
Consultora da Sema



Governança participativa do Programa REM Acre Fase 2

Maria do Socorro Soares de Oliveira Consultora GIZ Contrato n. 83344235/2019

I - INTRODUÇÃO

A busca pela boa governança tem sido um dos desafios do Estado e Sociedade contemporâneos. Uma tentativa de enfrentar os diversos e complexos problemas sociais, envolvendo não só o estado, mas também os/as cidadãos/as, o mercado e as organizações sociais na construção de relações políticas mais amplas, eficientes e justas. Isso demanda, por sua vez, a construção de complexos arranjos e relações institucionais que promovam a participação, o diálogo e o compartilhamento de poder e responsabilidades.

A governança, conforme descreve Bevir (2013), num plano mais geral pode ser relacionada a teorias e questões que envolvem a coordenação social e os padrões de regras envolvidos nesse processo, colocando em relevo a questão da participação e do compartilhamento das decisões. No debate teórico, as teorias sobre governança iluminam mais as relações baseadas em práticas de mercado e numa perspectiva de redes, do que na hierarquia e no Estado, propriamente. Enquanto prática, a governança dá origem a novas formas de implementação e dilemas que inspiram e incentivam o aprofundamento do debate teórico.

Estudos recentes têm analisado a importância da governança no contexto das políticas públicas, da gestão pública e da relação Estado e Sociedade. Fonseca (2011), por exemplo, ressalta que o processo de governança envolve múltiplas categorias de atores, instituições, inter-relações e temas, cada um dos quais suscetível de expressar arranjos específicos entre interesses em jogo e possibilidades de negociação. Governança, nessa perspectiva, expressa uma ideia de coletividade. Os interesses e o bem comum, portanto, devem prevalecer aos aspectos puramente técnicos e formais da administração pública.

De forma mais ampla, governança envolve diferentes dimensões da relação do estado e sociedade, no exercício e compartilhamento do poder e da ação pública. Grindle (2004) citado por Fonseca (2011) destaca algumas caracteristicas da governança, como: distribuição de poder entre instituições de governo; legitimidade e autoridade dessas instituições; regras e normas que determinem quem detém poder e como são tomadas as decisões sobre o exercício da autoridade; relações de responsabilização entre representantes, cidadãos e agências do Estado; habilidade do governo em fazer políticas, em gerir os assuntos administrativos e fiscais do Estado, e prover bens e serviços; e impacto das instituições e políticas sobre o bem-estar público.

Foi com essa perspectiva que, na década de 1980, o conceito de governança passou a ser adotado pelo Estado em diferentes partes do mundo. Fonseca (2011) registrou que a emergência deste conceito estaria relacionada a um amplo processo de redução do aparato estatal e à valorização da incorporação de atores externos no processo político e na gestão de políticas públicas. O autor ressaltou, ainda, que a disseminação de ideias e de práticas neoliberais favoreceu a disseminação da noção de governança como um mecanismo de gestão pública, conformado pela participação, descentralização, responsabilização e equidade entre os atores.

Deve-se ressaltar, contudo, a contribuição das práticas de boa governança para a maior participação dos/as cidadãos/as, assim como, das organizações sociais nos processos de gestão pública. Uma clara tentativa de ampliar a eficiência e a eficácia de programas, projetos e políticas públicas, assim como, o fortalecimento da cidadania e da democracia. De acordo com Fonseca (2011) a entrada da participação no *mainstream* das políticas de desenvolvimento, fomentada pelas agências internacionais financiadoras, acarretou na difusão e formalização de instâncias de participação social, como: comitês, fóruns e conselhos locais.

A implementação de práticas de governança se estendeu por diversos setores da política e em diferentes níveis de governo, sendo claramente adotada como estratégia para o enfrentamento aos dilemas do desenvolvimento e a sustentabilidade do planeta. Conforme destacou Bevir (2013) as práticas de boa governança ganharam destaque entre as estratégias para regular os fluxos transnacionais e governar os bens comuns globais. Neste contexto, as iniciativas relacionadas a governança ambiental e a governança das mudanças climáticas ganharam relevância global. Como destacou Moura (2016) a "busca de uma boa governança permanece um desafio constante para todos os governos e cidadãos. No que se refere à temática ambiental, em particular, há desafios específicos a serem enfrentados no campo que passou a ser chamado de governança ambiental" (MOURA, 2016, p. 9).

A mudança global do clima tem se constituido num dos problemas contemporâneos de maior relevância em escala planetária. Junto às evidências já disseminadas pela comunidade científica a respeito dos impactos das mudanças climáticas, esse problema traz consigo o desafio de se constituir um processo de governança global como o caminho para construção de respostas. Conforme destacou Inoue (2016), a mudança climática [...] é um dos maiores desafios de governança contemporâneos, [...], por envolver múltiplas dimensões, setores e atores das relações internacionais, permeando as questões de segurança e economia política (INOUE, 2016, p. 93). É nesse contexto que iniciativas de incentivo a adoção de práticas sustentáveis que levem a redução da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) têm sido implementadas em escala mundial.

Conforme destacado por IPAM (2017), os mecanismos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) tornaram-se [...]

um caminho muito promissor - e nem por isto consensual - para lidar com as emissões por desmatamento nos países em desenvolvimento, conforme apontado pela Convenção Quadro da ONU sobre Mudanças do Clima (UNFCCC) (IPAM, 2017, p. 11). Esses mecanismos, que envolvem compensações financeiras e outras ações, são direcionados aos países que conseguem comprovar a reduções das emissões por desmatamento e degradação da floresta.

Diversas iniciativas de REDD+ têm sido implementadas, especialmente nos trópicos Amazônicos. No Brasil, essas iniciativas estão sendo implementadas nos estados do Acre, Pará e Mato Grosso, onde investimentos estão sendo realizados para a construção de sistema jurisdicionais de combate ao desmatamento, com propostas de metas de redução e fortalecimento de legislações e políticas públicas ambientais. Registros apontados pelo IPAM (2017) indicam que no período de 2012 a 2017, cerca de 40 projetos de REDD+ estavam sendo implementados, vários deles em terras indígenas.

As estratégias estaduais estão em sintonia com a Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+), uma vez que contribuem para a mobilização de recursos em escala compatível com o compromisso nacional voluntario de mitigar as emissões de gases de efeito estufa até 2020, estabelecido pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187/2009. Por sua vez, a política nacional integra o esforço global de redução de GEE constituído no âmbito do Governor´s Climate and Forests Task Force (GCF). Essa estratégia nacional é coordenada, monitorada e avaliada pelo Conselho Nacional (CONAREDD+) constituído pelos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), da Fazenda, das Relações Exteriores, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Desenvolvimento Agrário; e pela Casa Civil e Secretaria de Governo da Presidência da Republica.

Nesse contexto, foi implementado no estado do Acre o *Global REDD Early Movers* (Programa REM). No período de 2012 e 2017, o Programa buscou apoiar a operacionalização e o aprimoramento do Sistema de Incentivo por Serviços Ambientais (SISA) e a consolidação de um processo de governança participativa, com vistas a promover a repartição de benefícios às comunidades organizadas, de forma mais efetiva e justa, tendo em vista sua atuação como provedoras de serviços ambientais vinculados à conservação das florestas e redução do desmatamento (IPAM, 2017).

Em sua segunda fase, o Programa REM está sendo executado pelo governo do Estado do Acre, por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) em estreita coordenação com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) e com o Instituto de Mudanças Climáticas (IMC), com apoio da Cooperação Financeira e Técnica Alemã, estabelecida entre o governo federal brasileiro, por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério Federal de Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ), através do Banco de Desenvolvimento Alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) e com a cooperação técnica da *Deutsche Gesellschaft für Internationale*

Zusammenarbeit (GIZ). O Programa REM Acre Fase 2 tem como perspectiva, dentre outras questões, fortalecer a governança e fomentar a participação de povos indígenas e mulheres nesse processo.

Este trabalho está ancorado no contrato de consultoria Nº 83.344.235 no âmbito do Projeto Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais – Terras Indígenas (Projeto *Schutz und Nachhaltiges Management in Indigenen Gebieten Amazoniens*) com objetivo de "Apoiar Tecnicamente os Temas Relacionados à Governança Participativa e Salvaguardas Socioambientais de REDD+ em Parceria com o Instituto de Mudanças Climáticas (IMC) e SEMA/AC, com Ênfase na Participação dos Povos Indígenas". Assim, este documento se constitui no Primeiro Produto desta consultoria, que na forma contratual deve conter uma síntese dos serviços executados, além de evidências que demonstrem as atividades executadas, como: notas técnicas, minutas de documentos, listas de presença de reuniões e/ou oficinas, relacionadas à governança participativa do Programa REM Acre Fase 2.

Assim, o trabalho de pesquisa visa analisar o processo de governança realizado pela CEVA para a implementação do Programa REM Acre Fase 2, no âmbito do SISA/Acre. Nesta primeira etapa, o objetivo do trabalho foi estabelecer um primeiro nível de compreensão sobre o contexto de formulação, o arranjo institucional, os atores, as instâncias, os mecanismos e instrumentos de gestão adotados pela CEVA. Partiu-se de uma breve revisão bibliográfica, seguida de observação participante em reuniões, oficinas e seminários e conversas exploratórias com gestores/as dos órgãos executores buscou-se compreender as estratégias coordenação e comunicação, assim como, as formas de participação dos atores na Comissão. A partir dessa aproximação teórica e empírica buscou-se traçar uma proposta metodológica que permita, na segunda etapa deste trabalho, alcançar um nível de compreensão mais aprofundado, identificando os avanços e os limites desse processo de governança, assim como, as necessidades de aprimoramento.

Assim, este documento está estruturado da seguinte forma: esta primeira parte introdutória; a segunda, que apresenta uma breve revisão bibliográfica sobre governança e sua articulação com as questões ambientais e das mudanças climáticas; a terceira, que parte descreve o processo de criação da CEVA e sua estrutura de funcionamento; a quarta, que descreve as atividades realizadas na primeira fase e apresenta a estratégia de pesquisa da segunda fase, indicando no desenho metodológico os objetivos da pesquisa, os conceitos referenciais e as questões orientadoras, a indicação de como será a coleta de dados; e, por fim, as duas partes finais onde constam os anexos e as referências bibliográficas consultadas.

II - GOVERNANÇA: UMA BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Alcançar uma boa governança pode representar, nas palavras de Fonseca e Bursztyn (2009), uma possibilidade de estabelecer um processo

político mais abrangente, eficiente e justo. Em contraposição ao estado monolítico e formal, o conceito de governança chama a atenção para os complexos processos e interações o estado e a sociedade. Como destaca Bevir (2013) a governança como teoria, prática e dilema destaca fenômenos que são híbridos e multijurisdicionais com partes interessadas plurais que se reúnem em redes e que combina acordos que, geralmente envolvem a combinação de sistemas administrativos com mecanismos de mercado e organizações sem fins lucrativos (BEVIR, 2013).

Governança está relacionada com pluralismo político (McFARLAND, 2007) e com o policentrismo (OSTRON, 1990). As novas práticas de governança, como descreveu Bevir (2013), combinam pessoas e instituições em diferentes setores de políticas e diferentes níveis de governo (local, regional, nacional e internacional). A partir destas práticas, que entre outras coisas envolvem a inclusão de novos atores e a configuração de novos arranjos e processos de tomada de decisão, trilha-se um novo caminho em busca de uma maior eficiência e transparência nas escolhas e decisões públicas.

Os grupos de interesse de vários tipos há tempos tem estado presentes no processo de formulação de políticas. Contudo, a partir dos anos 2000, uma variedade maior de organizações não-governamentais tornou-se participante ativa na formulação e gestão de políticas públicas. Para Bevir (2013) essa pluralização de atores sociais decorreu da explosão de grupos de defesa de direitos durante o último terço do século XX, o que levou ao surgimento e a promoção de novas práticas e desenhos institucionais, incluindo parcerias público-privadas e governança colaborativa.

O caráter policêntrico da governança resulta da percepção de que o poder de decisão está distribuído em diferentes instâncias de governo e em múltiplos setores e jurisdições. Trata-se de uma característica distintiva da governança, que nas palavras de Bevir (2013) reflete e responde ao fato de que governar é um fenômeno cada vez mais híbrido, multijurisdicional e plural. Nesse sentido, podem ser diversos os arranjos governamentais estabelecidos em diferentes níveis de governança, envolvendo as várias partes interessadas que compartilham decisões e responsabilidades relacionadas a ação pública.

Os problemas públicos da modernidade não se restringem a uma única jurisdição de agências específicas ou de um estado. Em decorrência disso, a governança, conforme destacou Bevir (2013), apresenta dilemas que exigem novas estratégias de governo para abranger jurisdições, vincular pessoas entre níveis de governo e mobilizar uma variedade de partes interessadas. A governança, portanto, coloca em evidência fenômenos que são híbridos e multijurisdicionais com partes interessadas plurais que se reúnem em redes.

Os principais impulsionadores da adoção do conceito de governança foram as agências internacionais de desenvolvimento, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Fonseca (2011) afirmou que este conceito tornou-se um elemento-chave da agenda de implantação de projetos, de diversas naturezas, em países apoiados por essas agências. Esses

organismos internacionais a partir de seus interesses, definiram diversos componentes que consideravam necessários para uma boa governança, e no decorrer da década de 1980, espalharam essas ideias entre os mais diversos e diferentes países.

Na litereatura é presente a ideia de que, a partir da implementação e do aprimoramento dessas práticas, constituiu-se um rol de critérios - registrado no Manual da Boa Governança (MBG) - que deveria contribuir para o aprimoramento do processo político e, portanto, essencial aos programas e projetos. Fonseca (2011) descreveu que:

conceitos e critérios como empoderamento, participação, capital social, accountability (responsabilização), descentralização, educação de qualidade, combate à corrupção, eficiência dos mercados, mão de obra qualificada, igualdade de gênero, respeito à propriedade e livre iniciativa, distribuição equitativa de renda, entre outros, estão presentes em uma agenda ampla e repleta de boas intenções (FONSECA, 2011, p.11).

Entretanto, este mesmo autor ressalta a limitação prática desses conceitos e critérios, pelo fato de serem genéricos, muito abrangentes e, com frequência, distante das realidades específicas nas quais se tenta implementálos (FONSECA, 2011). Em acréscimo, às críticas ao MBG colocam em evidência os limites da replicação dessas práticas apenas como forma de atender aos condicionantes dos projetos e programas apoiados por agências internacionais. atendimento pré-requisitos Preocupava-se com 0 aos independentemente do contexto onde se dava o processo político (FONSECA, 2011). À revelia das criticas, o conteúdo geral do MBG foi continuamente ampliado alcancando, conforme destacado em Grindle (2004, 2007), um patamar de mais de 200 itens.

Alcançar a boa governança tornou-se um desafio aos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Contudo, na percepção de Fonseca a simples replicação de práticas pode levar a frustrações. O autor destacou que:

a reprodução das chamadas boas práticas nem sempre encontra realidades semelhantes às que lhes serviram de referência, podendo resultar em frustrações ou mesmo na imposição de condutas e critérios equivocados, de cima para baixo. Como resultado desse processo, o MBG é consolidado ao mesmo tempo que vai sendo ampliado e torna-se base das políticas ambientais e de desenvolvimento. Esse mesmo processo, por outro lado, faz com que o manual seja crescentemente descontextualizado, acrítico, ingênuo e pouco útil como ferramenta prática para o aprimoramento das políticas. Nesse sentido, o ideal de boas práticas tende a levar a frustrações, quando transposto para realidades diferentes, resultando em más práticas (FONSECA, 2011, p.11).

A busca pela boa governança, entretanto, seguiu se espraiando por todo o mundo. Tais práticas têm se destacado entre as estratégias para regular os fluxos transnacionais e governar os bens comuns globais (BEVIR, 2013). No que se refere à temática ambiental, em particular, há desafios específicos a serem enfrentados no campo que passou a ser chamado de governança ambiental. Tema que será discutido a seguir.

Governança ambiental

Os dilemas da ação coletiva e o uso do bem comum estão associados à busca pela governança ambiental. Numa perspectiva de gestão do uso dos recursos naturais em uma dimensão mais localizada, Ostrom (1990) considerou que governança tinha relação direta com a auto-organização de comunidades a qual, até certa medida, dispensava, mas não excluia, as intervenções dos atores de mercado e do Estado. Nesse sentido, a governança foi entendida como a capacidade que as comunidades tinham se organizarem, em diferentes locais e momentos, com o objetivo de gerir um bem comum por meio de condições que o tornesse mais efetivo, eficiente e estável, evitando, assim, a escassez desse bem. Aqui, a dimensão da sustentabilidade estaria assegurada.

Capelari et al (2017) analisando os escritos de Ostrom, registrou que na persepção dela, a adequação de um conjunto de regras em uso à uma determinada situação dependeria, diretamente, das condições biofísicas do ecossistema e dos atributos que a comunidade dispunham para manejá-lo. Entre estes atributos estariam a confiança, a reciprocidade, a reputação, o compartilhamento de valores e objetivos entre os membros, a heterogeneidade, o capital social, o repertório cultural e o tamanho do grupo. E as condições biofísicas do ecossistema estariam relacionadas às propriedades de exclusão e subtração dos recursos privados e dos próprios recursos comuns. A governança, assim, deveria considerar as regras e normas de uso, o contexto externo e as características intrínsecas às comunidades usuárias dos recursos comuns.

Nos preceitos de Ostrom, destacados por Capelari et al (2017), associado ao termo governança estaria o conceito de policentrismo. Este refere-se à interação entre os centros de autoridade e a intenção de determinar sob quais condições essas autoridades, e também os cidadãos subordinados a elas, estariam autorizados a agir ou impedidos de operar (CAPELARI et al, 2017). Nesse sentido, este conceito poderia ser aplicado aos diversos processos políticos e, na gestão do bem comum, estes centros de autoridade envolveriam também os indivíduos e atores usuários dos recursos. Uma estrutura policêntrica, como destacaram os autores, estaria relacionada à diversidade de atores, diversidade de níveis, diversidade de setores e diversidade de funções.

Nessa perspectiva, o conceito de policentrismo pemite compreender que o Estado pode assumir a função de articular os demais centros tomadores de decisão para a produção e coordenação de políticas mais eficazes e eficientes. Sob esse viés, ressaltaram Capelari et al (2017), a presença de agências

regionais, organizações comunitárias, cooperativas locais, indústrias e empresas formariam um conjunto policêntrico essencial para que resultados positivos na produção e coordenação das políticas fossem alcançados. Entretanto, os autores ressaltaram que para além da participação de diversos parceiros independentes colaborando com a produção de serviços e políticas públicas, era preciso levar em consideração fatores que envolvessem custo e benefício, eficiência da política e maximização dos recursos. Ou seja, atributos do mercado.

Assim, Capelari et al (2017) ressaltaram que, na visão de Ostrom seria necessário equacionar as condições operacionais às condições previamente especificadas, em um movimento que passaria pela: correspondência entre diversas escalas de governos; pelo desenvolvimento de acordos de cooperação entre unidades de governo e a sociedade; a resolução de conflitos advindos da competição entre diversos atores e entes federativos; e a promoção da cooperação entre esses mesmos atores. O Estado, em situações específicas, precisaria rever sua atuação na produção de políticas públicas, de maneira a desempenhar um papel direcionado ao provimento, e não produção de políticas públicas.

Na perspectiva de Ostrom, no processo de governança se destaca a capacidade de auto-organização da sociedade em torno do bem comum e, o envolvimento do Estado poderia ser um fator secundário, mas não dispensável. Assim, concluíram Capelari et al (2017) a governança, na perspectiva de Ostrom configura-se a partir da participação de diversos atores autônomos e interrelacionados que tomam decisões em prol da superação do dilema da ação coletiva em meio a ambientes de propriedade comum. Os atores e as agências em nível local seriam os mais propícios a produzirem arranjos institucionais que contribuam para a superação do dilema coletivo.

Numa dimensão mais ampla, a governaça ambiental diz respeito aos processos e instituições por meio dos quais as sociedades se organizam e tomam decisões que afetam o meio ambiente (CÂMARA, 2013). Na visão deste autor, esse conceito considera que a magnitude e a complexidade dos problemas ambientais demandam uma ação coordenada não apenas do Estado, mas de toda a coletividade, para direcionar o conjunto dos recursos da sociedade rumo à sustentabilidade ambiental. Para Cavalcante (2004), citado por Câmara (2013), o conceito refere-se a um arcabouço institucional de regras, instituições, processos e comportamentos que afetam a maneira como os poderes são exercidos na esfera de políticas ou ações ligadas às relações da sociedade com o sistema ecológico.

De forma geral, o conceito de governança é bordado na literatura como algo associado à capacidade de o Estado formular e implementar políticas públicas efetivas (CÂMARA, 2013). No Brasil, de acordo com este autor, a governança ambiental se estabeleceu desde o descobrimento com a instituição de regras, normas e instâncias de regulamentação do acesso e uso dos recursos naturais. Passou a ser efetivada como política pública na década de 1930, com

o a institucionalização de diretrizes, princípios e regras para o uso dos recursos naturais.

Entretanto, ressaltou o mesmo autor, esse gerenciamento público do uso dos bens comuns estava ancorado no processo de comando e controle, com definição de penalidades, taxas e impostos que pouco contribuíram para o seu uso racional. Predominava a cultura utilitarista e descompromissada com a sustentabilidade, ao mesmo tempo que, se reafirmava a perspectiva de que o crescimento econômico deveria orientar não apenas as políticas públicas, mas também, o comportamento da sociedade brasileira quanto ao seu padrão de consumo e de relação com a natureza (CÂMARA, 2013). Em tempos recentes, contudo, a percepção do processo de governança ambiental tem se transformado.

Os preceitos teóricos da ação coletiva, da propriedade comum, da definição de agendas locais e do fortalecimento das instituições sociais têm sido realçados no debate e na implementação de práticas de governança ambiental. Conforme ressaltado po Câmara (2013), esses preceitos tem sido utilizados para o fortalecimento do papel da Política Nacional de Meio Ambiente na consolidação do Estado moderno e da democracia. E, na perspectiva deste autor, democracia e participação, eficácia na gestão e utilização adequada dos mecanismos de mercado são processos fundamentais para o desenvolvimento social e para o crescimento econômico, e constituem critérios importantes para o alcance da boa governança, incluída nesta a governança ambiental.

Os registros bibliográficos ressaltam que os mecanismos de governança ambiental no Brasil estão baseados em uma robusta legislação ambiental, no sistema de licenciamento, na atuação do Ministério Público, nos conselhos e comitês instituídos e nas lideranças políticas e suas influências no processo decisório, nas atuações das organizações não governamentais e na atitude do cidadão como consumidor sustentável (CÂMARA, 2013; JACOBI, 2005). Mas, apesar de estar bem consolidada, a governança ambiental brasileira, ainda requer incentivos para seu fortalecimento.

Para Jacobi (2005) faz-se necessário, ainda, dirigir esforços na constituição de processos de gestão ambiental, nos seus aspectos legais, institucionais, de capacitação institucional, de representatividade dos atores sociais e de interface com as demais políticas públicas. O autor destaca, tambem, que os mecanismos para a democracia deliberativa relacionados com questões ambientais, embora tenham avançado, ainda não incorporaram plenamente grupos sociais normalmente excluídos dos mecanismos tradicionais de deliberação. Para ele, isto se dá em decorrência de que estes grupos ainda não possuem os recursos econômicos, sociais e cognitivos que permitiriam sua participação nas atividades que permeiam processos decisórios em torno de questões ambientais.

Para Jacobi (2005) ao abordar os problemas ambientais pela ótica da governança, tem-se como premissa que a mobilização social ampliou o espaço público, criando novas regras de convivência e arenas públicas pelas quais

foram canalizadas as suas demandas. Além disso, foram estabelecidos princípios jurídicos que firmaram uma nova matriz civilizatória, institucionalizada e democrática. Neste sentido, deve-se reconhecer nos processos de governanca a noção de poder social que media as relações entre estado e sociedade civil, como espaço de construção de alianças e cooperação, mas também permeado por conflitos.

Esta noção transcende, portanto, uma abordagem mais técnico-institucional e se insere no plano das relações de poder e do fortalecimento de práticas de controle social e constituição de espaços públicos participativos. Os complexos e desiguais avanços, como destacou Jacobi (2005), revelam que estas engenharias institucionais ocorrem pela superação das assimetrias de informação e pela afirmação de uma nova cultura de direitos. Essas iniciativas tem o potencial de fortalecer a capacidade de crítica e de interveniência dos setores sociais, se assumidas como um processo pedagógico e informativo de base relacional, que permita aproveitar a capacidade de multiplicação e o potencial dos/as cidadãos/as no processo decisório.

Nas últimas duas décadas, o debate sobre as práticas de governança ambiental foi permeado pelas questões contemporâneas relacionadas às mudanças climáticas. Colocou-se em relevo a necessidade de os estados e a sociedade em pensar estratégias globais compartilhadas de enfrentamento aos efeitos dessas mudanças e de implementação de práticas mais sustentáveis de desenvolvimento e de convivência com o ambiente. Surge, nesse contexto o termo governança da mudança climática, objeto das reflexões apresentadas no item a seguir.

Governança da mudança climática

A governança, como destacou Câmara (2013), já estava atuando fortemente nos temas ambientais mais destacados no contexto nacional e internacional, entre eles o aquecimento global, buraco na camada de ozônio, perda da biodiversidade, escassez de água, comércio internacional e meio ambiente, padrões de consumo, mudanças tecnológicas e estratégias empresariais na busca do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, diferentes arranjos institucionais de governança foram constituídos ao redor do mundo, visando a gestão ambiental do desenvolvimento, numa perspectiva mais global.

Contudo, foi a partir da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), assinada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), realizada no Rio de Janeiro em 1992, que a perspectiva da governança da mudança climática ganhou mais atenção. De acordo com Vargas e Rodrigues (2009) a Convenção tornou-se um marco fundamental na direção de ações globais sobre o problema do aquecimento global e da mudança climática, ao contar com a adesão da maioria dos países industrializados, exceto os Estados Unidos.

Em 1997 foi elaborado o Protocolo de Quioto durante a IV Conferência das Partes da Convenção-Quadro (COP-4). Firmado em 1999, o protocolo entrou em vigor somente no início de 2005, logo após adesão da Rússia no final de 2004, sendo ratificado por 55 países que, juntos, respondem por 55% das emissões de GEE. O protocolo estabeleceu um calendário pelo qual os países industrializados comprometeram-se com a redução das suas emissões. Esses dois mecanismos constituíram, como ressaltaram Vargas e Rodrigues (2009), uma ordem internacional do clima que visava enfrentar o problema de forma articulada na escala global. Entretanto, a comunidade internacional reconhece a necessidade de ir além destes instrumentos, cujas metas, claramente insuficientes, não foram globalmente alcançadas tanto pelo descumprimento de boa parte dos países industrializados quanto pelo aumento das emissões das economias emergentes.

De acordo com Martins e Ferreira (2011) vários autores já ressaltaram a necessidade de uma governança da mudança climática que opere em vários níveis (*multi-level*), com ações, estratégias, políticas públicas e programas nos níveis internacional, regional, nacional e local. Para eles, a grande parte da literatura sobre a dimensão política da mudança climática estaria marcada pela análise do desenvolvimento e da implementação dessa ordem internacional do clima a partir de seus princípios, normas, regras e processos de decisão.

Contudo, sabe-se que a mudança climática tem uma dimensão local importante, levando em conta que parte das atividades humanas que contribuem para o aquecimento global e as mudanças ambientais globais, em geral, acontecem no nível local. Nesse sentido, Martins e Ferreira (2011) destacaram a necessidade de olhar para as cidades e os municípios como arenas fundamentais de governança ambiental e chamam atenção para o papel dos governos locais e subnacionais na implementção de ações estratégicas de mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.

A governança global estaria, nas palavras de Inoue (2018), relacionada à ordem global, inclusive abarcando a sobreposição, interação ou conflito entre dois ou mais regimes internacionais. Nas palavras dela, a mudança global do clima se configura como um tema multissetorial, que não se restringe mais à dimensão ambiental e perpassa as dimensões econômica e de segurança (INOUE, 2018). Ela propõe, ainda, um marco analítico-conceitual que identifica dimensões-chave na análise dos processos envolvidos na governança global do clima, que envolve questões relativas à relações de poder e escalas; atores e agentes e relação agente-estrutura; tipos de arquitetura e arranjos de governança.

Governança e participação social

A participação é considerada um dos pilares da governança. De acordo com Fonseca (2011) o conceito de participação passou a ocupar o *mainstream* dos projetos e das políticas de desenvolvimento, a partir dos anos de 1970. O

autor registrou as mudanças de abordagem que ocorrerem a partir daí. Iniciativas que eram implantadas de forma *top-down*, passaram a dar lugar às iniciativas com abordagem *bottom-up*. Estas, inclusive, ganharam destaque no meio acadêmico, nas agências financiadoras, nas organizações governamentais e nas entidades da sociedade civil. Promover a participação social nos processos de desenvolvimento tornou-se uma das principais estratégias de aproximação entre estado e sociedade na gestão de políticas públicas.

Uma das iniciativas que mais contribuíram para a difusão da abordagem participativa foi a metodologia denominada *Participatory Rural Appraisal (PRA)*. Fonseca (2011) ressaltou que com essa abordagem seria possível alcançar uma melhor eficácia das políticas de desenvolvimento e reduzir a pobreza. Em paralelo, haveria um maior empoderamento das comunidades locais, fortalecendo, assim, a cidadania e a democracia; reduzia-se o foco do agente externo como porta voz e indutor de mudanças e práticas; promovia-se o debate sobre alternativas locais para o desenvolvimento, no qual a comunidade local, estimulada e participativa, teria maior protagonismo.

De acordo com Fonseca (2011) a participação era vista como grande potencial por promover vários benefícios: alguns relacionados à influência nos resultados práticos das políticas, conferindo a elas maior legitimidade, eficiência e eficácia; e outros às mudanças nos agentes e nas comunidades locais. Os agentes tornar-se-iam mais empoderados e por isso seriam mais atuantes nos processos políticos e as as comunidades alcançariam uma condição de maior cidadania. Dadas todas essas expectativas, seria improvável que a participação recebesse críticas.

Contudo, o autor ressaltou que a participação, que carregava consigo uma aura politicamente correta e consensual e tornou-se a base de diversas políticas de desenvolvimento e ambientais, foi considerada por diversos autores um *buzzword* (palavra da moda), uma vez que:

[...] a participação significa tudo e nada ao mesmo tempo, pois é algo com que todos concordam no âmbito da retórica (guiando assim a ordem do dia nas discussões acadêmicas e na formulação de políticas), mas cuja aplicação prática não avança como seria o esperado (FONSECA, 2011, p.15).

Nas décadas de 1970,1980 e 1990 houve um forte movimento de valorização do "local" como espaço de protagonismo nos processos de desenvolvimento e nas políticas públicas, em contraposição ao papel dos governos centrais no processo de planejamento e elaboração de políticas. Para Fonseca (2011) os esforços de descentralização administrativa, econômica e política e a crescente importância das organizações sociais no processo político impulsionaram o conceito de participação. Dessa forma, passou a ser considerada um elemento central das boas práticas de governança.

Contudo, o autor ressaltou que, as experiências mostraram aspectos problemáticos nas abordagens participacionistas, suscitando questões sobre a

pertinência de se disseminar mecanismos de participação de modo indiscriminado. Entre estes problemas, registrou Fonseca (2011), estariam a tendência de romantizar o "local" e a "comunidade"; aprofundar e/ou fortalecer as relações desiguais de poder entre os diversos grupos sociais; a tendência de aprofundar e/ou legitimar desigualdades de poder, de acesso à informação, de recursos e de decisão no processo político.

Outro problema relevante destacado po Fonseca (2011) decorre da inclusão da participação no *mainstream* das políticas de desenvolvimento. Com apoio do governo, agências financiadoras internacionais e entidades da sociedade civil, houve uma ampla institucionalização de comitês, fóruns e conselhos locais. Sem questionar o mérito desses mecanismos de promoção da participação, o autor destaca que, a formalização de tais mecanismos e a identificação dos mesmos como essenciais à participação podem propiciar situações nas quais estas instituições sejam descontextualizadas e possam ser influenciadas por relações de poder locais.

Outro problema decorre, em certa medida da obrigatoriedade de criação de comitês, fóruns e/ou conselhos no âmbito de programas, projetos ou políticas como mecanismo principal de promoção da participação. Em nome da boa governança, em muitos casos, estas instâncias são simplesmente replicadas sem considerar as singularidades dos contextos locais. São eles que, nas palavras de Fonseca (2011), vão determinar as limitações e potencialidades desses espaços. Os obstáculos podem surgir conforme as características típicas de cada localidade.

Governança e democracia

Alcançar os benefícios da boa governança, entre eles a democratização dos processos políticos e administrativos, a responsabilização e a eficiência dos governos e o restabelecimento da confiança no setor público implica em mudanças na forma de agir e se relacionar. Para Pinto et al (2018) os desafios da governança estão em afastar-se dos arranjos centrais que se apoiavam em estruturas hierárquicas, passando a implementar arranjos com maior participação de diversos atores e dotados de mecanismos de coordenação. Também, deve-se assumir uma forma mais participativa de democracia, introduzindo o debate e o diálogo nos processos de decisão. Trata-se de reforçar as formas de decisão deliberativas para que se obtenham resultados melhores e mais equitativos, com processos políticos transparentes e mais justos.

Assim, associar os princípios democráticos das noções administrativas e de eficiência conferem à governança uma maior qualidade na tarefa de governar. No Brasil, o movimento de descentralização embutiu os preceitos democráticos e foi orientado e impulsionado pela Constituição Federal de 1988. O poder municipal ganhou maior relevância como ente federado. Para Pinto et al (2018) a maior aproximação das esferas locais do poder à sociedade contribuiria para

melhorar as respostas às demandas da sociedade plural. Os governos locais e regionais foram idealizados como de maior potencial para se flexibilizarem diante das demandas da coletividade e para negociar com os seus cidadãos.

O processo de descentralização, que no Brasil esteve associado às reformas no setor público e à democratização, tirando do governo federal o monopólio sobre o processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas (PINTO et al, 2018). A hierarquia e os controles centralizados deram lugar a princípios como de flexibilidade, coordenação, participação cidadã e transparência administrativa para fazer frente à complexidade de relações que passam a se estabelecer entre o global, nacional, regional e o local (PINTO et al, 2018). Assim, a busca pela boa governança colocou o governo frente a um grande desafio: coordenar o processo de interação entre governos, em diferentes níveis, e entre governos e organizações sociais.

Os arranjos de governança são complexos e desafiadores. Entretanto, conforme destacaram Pinto et al (2018), podem se constituir em oportunidade para que uma pluralidade de atores usem seus conhecimentos, criatividade e recursos para a busca de novas e melhores formas de se produzir políticas públicas. Neste sentido, é necessário olhar o processo de governança sob a perspectiva das Relações Intergovernamentais (RIG), que foi apresentada por Terto e Castro (2017) como:

Relações intergovernamentais (RIG) podem ser definidas como as relações estabelecidas entre os diferentes níveis de governo dentro de uma divisão político-territorial. RIG, quer sejam verticalmente, no âmbito das relações estabelecidas entre União, estados e municípios, quer sejam horizontalmente, entre entes do mesmo subnível de governo (estado-estado/município-município) têm sido tema recorrente no debate acerca do federalismo [...] (TERTO e CASTRO, 2017, p. 222).

O sistema intergovernamental, constituído por relações de cooperação e competição, conflito e coerção entre os vários níveis de governo, requer a constituição de processo que, nas palavras de Wright (1988), facilite o reconhecimento da natureza complexa das relações intergovernamentais e que permita o desenvolvimento de um núcleo de objetivos comuns. Diante disso, Terto e Castro (2017) ressaltaram a relevância da integração e do compartilhamento de decisões entre os entes, o que remete ao conceito de coordenação federativa. Para Abrucio, a coordenação diz respeito às "[...] formas de integração, compartilhamento e decisão conjunta presentes nas federações" (ABRUCIO, 2005, p. 41).

A coordenação é, conforme ressaltaram Terto e Castro (2017), um elemento fundamental para o sucesso de uma organização política na qual a competência por uma determinada área é compartilhada por mais de um nível de governo ou quando a interdependência é uma prerrogativa desse modelo de governo. A adoção de políticas nacionais, por exemplo, tende a favorecer a

coordenação federativa. Isso pode ser verificado na maioria das polícias sociais, como as de saúde, educação e assistência social, implementadas no Brasil.

A interação no processo de governança participativa passa, também, pela articulação entre governos e um conjunto de organizações sociais, relações que podem ser identificadas como Relações Interorganizacionais. Neste aspecto, também faz-se necessário estabelecer mecanismos específicos e eficientes de coordenação, que sejam capazes de mobilizar, articular e monitorar tais atores. As Relações Interorganizacionais, em geral, se estabelecem num arranjo institucional na forma de rede. Barbosa e Medeiros (2005) indicaram que o conceito base para diversos estudos sobre esse tema, foi apresentado por Van De Ven e Walker (1979) que descreveu:

relação interorganizacional ocorre quando duas ou mais organizações executam transações de recursos de qualquer tipo, sejam financeiros, materiais, clientes e serviços técnicos (VAN De VEN e WALKER, 1979, citado por BARBOSA e MEDEIROS, 2005, p. 2).

Estas autoras estabeleceram, ainda, que as configurações dos arranjos de Relações Interorganizacionais podem se constituir em três tipos: relação aos pares, quando duas organizações estabelecem relações de mão dupla; conjunto interorganizacional, quando o conjunto de organizações se forma pela relação de par estabelecida entre uma organização focal e as diversas outras organizações membros, sem que estas mantenham ligações entre si; e rede interorganizacional, quando diversas organizações estabelecem relações diretas entre si. Para Barbosa e Medeiros (2005) neste último tipo, as ligações são permitidas em todas as direções, gerando um maior volume de interações com maior grau de complexidade, proporcionando maior riqueza de experiências. Contudo, isso exigiria mecanismos de coordenação e controle mais eficientes.

As autoras recorreram a MILES e SNOW (1994) para apontar que há uma relação entre a tipologia das redes estabelecidas por meio das Relações Interorganizacionais e as formas de coordenação utilizadas. Assim, elas poderiam ser classificadas em: rede estável, quando a coordenação da relação interorganizacional é especializada e central, com desenvolvimento de atividades em integração vertical; rede dinâmica, quando é delineada por alianças temporárias, sob coordenação central, onde existe uma combinação da avaliação central com uma autonomia local de organizações responsáveis pela produção de bens ou serviços, com integração horizontal; e rede interna, quando é definida por relações que estabelecem um mercado interno de troca de bens e serviços entre organizações que compõem uma organização central.

Por fim, as autoras destacaram outra diferenciação de tipologias de redes interorganizacionais proposta por Grandori e Soda (1995). Esta tipologia tem como como base o grau de formalização, assimetria ou descentralização e um mix de mecanismos de coordenação. A referida diferenciação é composta por três tipos de rede, caracterizadas da seguinte forma: redes sociais, quando as redes não são formalizadas, dedicadas apenas à troca de bens sociais; redes

burocráticas, quando as redes são formalizadas por acordos ou contratos de troca ou associação; e redes proprietárias, quando são formalizadas e utilizam o direito de propriedade como sistema de incentivo à cooperação.

Outros autores, como Gonçalves e Silva (2015), que estudaram sobre estruturas organizacionais e seus mecanismos de coordenação apresentam outro sistema de classificação: mercado, hierarquia e formas híbridas. Os dois primeiros teriam, respectivamente, preço e autoridade como mecanismos de coordenação. Já a forma organizacional Híbrida, possuem diferentes mecanismos como por exemplo contratos de longo prazo, co-produção e, comércio recíproco. Segundo estes autores as formas híbridas são vistas como promissoras em função de poderem proporcionar o equilíbrio entre a competição e cooperação; reduzirem os custos, e orientam relacionamentos entre as organizações.

As falhas da boa governança

Por definição, o termo governança está impregnado de boas intenções e, talvez por isso, tenha uma boa receptividade por parte de gestores/as públicos/as, lideranças, políticos/as e cidadãos/as em geral. Como afirmaram Fonseca e Bursztyn (2009):

a despeito das boas intenções inerentes à definição de boa governança, o processo político moderno é complexo e demanda soluções específicas. Situado em uma ampla arena que envolve princípios, valores e interesses distintos, trata-se de um jogo no qual alianças e oposições são constantemente definidas e redesenhadas. A tentativa de inclusão de múltiplos atores na gestão pública é necessária, mas uma enorme gama de fatores age sobre o processo e deve ser considerada (FONSECA e BURSZTYN, 2009, p.24).

Processos de governança, portanto, são constituídos num contexto de rápidas e profundas transformações e permeados pelos impactos das relações desiguais de poder, seja ele econômico, social ou político. Assim, replicar ações com vistas a criar elementos que foram bem sucedidos em determinadas realidades não garante que os resultados sejam os mesmos em outros contextos (FONSECA e BURSZTYN, 2009). A realidade específica de um determinado contexto, com características econômicas, ambientais, políticas, sociais próprias, condicionam, estruturam e modificam as interações sociais. Assim, não existe fórmula, nem modelo ideal a ser replicado. As boas experiências em governança podem servir de inspiração para novos processos.

As experiências também fornecem lições. Fonseca e Bursztyn (2009), a partir dos estudos sobre processos de governança e aplicação do MBG, apontou algumas questões que podem ser identificadas como falhas de governança, assim resumidos: 1) a descentralização da elaboração e implementação de

políticas públicas em alguns contextos, pode gerar como efeito imprevisto fortalecer as elites locais que exercem o seu domínio mediante características culturais perversas, como o clientelismo e o patrimonialismo; 2) O discurso da equidade de gênero, enquanto um princípio básico da justiça social, pode gerar conflitos e instabilidades em sociedades organizadas culturalmente sob bases distintas das ocidentais, ou gerar conflictos em ações relacionadas a alguns povos indígenas; 3) garantir canais formais de participação não significa, por si só, que esta se dê de forma igualitária, generalizada e eficaz.

III - CEVA/AC: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

3.1 Contexto de criação

A CEVA/AC é uma estrutura integrante do SISA/AC, constituída em 2010, por meio da Lei Estadual n. 2.308, de 22 de outubro de 2010. No Relatório sobre o Programa REM, elaborado pelo IPAM em 2017, são apresentados os progressos e as lições preliminares aprendidas quanto à implementação de abordagens de Estoque-Fluxo para a distribuição de benefícios de sistemas de REDD+. O documento resgata, a partir de uma perspectiva histórica-institucional das ações voltadas à conservação florestal no estado do Acre, o contexto em que a CEVA/AC foi criada e implementada.

Apesar das ações relacionadas à conservação florestal terem sido implementadas desde a década de 1980, foi somente a partir dos anos 2000 que elas foram impulsionadas por meio de políticas públicas. Um diferencial nessa trajetória foi o reconhecimento pelo Estado do Acre de que a floresta não representava um obstáculo para o desenvolvimento, mas sim uma oportunidade de ser utilizada como fonte de crescimento e renda para as populações locais (IPAM, 2017). Assim, o governo estadual desenvolveu o conceito de "Florestania", reconhecido como um importante instrumento para o desenvolvimento sustentável, pelo fato de incorporar a perspectiva da inclusão social dos povos da floresta, o crescimento econômico e a valorização da floresta em pé. Esse conceito passou a nortear a elaboração das políticas públicas estaduais.

Em 2008, foi estabelecido o Programa de Certificação das Unidades Produtivas Rurais, por meio da Lei Estadual n. 2.025/2008, que ofertava incentivos aos pequenos produtores rurais que adotassem práticas socioambientais. Em 2009, como parte integrante da Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, foi desenhada a proposta de Projeto de Pagamentos por Serviços Ambientais — Carbono (PSA-Carbono) cujo objetivo era promover incentivos financeiros e econômicos a produtos e serviços advindos da floresta, com o intuito de valorizar a floresta em pé. Em 2010 foi lançado o Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento no Acre (PPCD-AC), que propunha a redução das taxas de desmatamento em 80% até o ano de 2020 e das emissões associadas de gases de efeito estufa da ordem de 165 milhões de toneladas de CO2. Em 2010, foi constituido o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), por meio da Lei Estadual n. 2.308/2010.

A Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal é constituida por por seis programas: Incentivos aos Serviços Ambientais; Regularização do Passivo Ambiental; Certificação de Unidades Produtivas Sustentáveis; Gestão de Florestas Públicas, Privadas e Comunitárias; Reflorestamento; Recuperação de Áreas Degradadas. Esses programas, conforme registrado em WWF (2013), visam contribuir para o estabelecimento de uma economia de baixo carbono que melhore a qualidade de vida e amplie a sustentabilidade ambiental e econômica.

Assim, o Estado do Acre conformou um arcabouço de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável, a conservação, a valorização e restauração florestal. A Polítical também tem interface com políticas federais, entre elas o Plano Amazônia Sustentável (PAS), o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônica (PPCDAM) e o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

O SISA foi criado para valorizar e estimular os principais serviços ambientais no Acre (IPAM, 2017). Para isso, foram constituídos cinco programas: Carbono Florestal (ISA Carbono); Sociobiodiversidade; Recursos Hídricos; Regulação do Clima; e Valorização Cultural e Tradicional.

O primeiro programa desenhado e implementado foi o Programa ISA Carbono, com objetivo de promover a redução progressiva, consistente e de longo prazo das emissões de gases de efeito estufa, com vistas ao alcance da meta voluntária estadual de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal. De acordo com WWF (2018) trata-se de uma abordagem jurisdicional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+), com uso sustentável da terra e contabilização do carbono florestal, tornando-se um mecanismo financeiro, com estrutura de governança participativa e segurança para investidores e parceiros interessados.

A partir dos resultados verificados e registrados de REDD+ e condições de viabilidade e credibilidade, o Programa ISA Carbono foi escolhido no âmbito da iniciativa *Global REDD Early Movers* (Programa REM) para receber apoio do Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW) (WWF, 2018). Assim, foram formalizados dois contratos entre o governo do Acre, por meio da SEMA e IMC e o KFW.

De acordo com a WWF (2018) o Programa REM/AC em sua primeira fase previa, em menor proporção, o apoio à operacionalização e aprimoramento do SISA e à consolidação de seu processo de governança, por meio da participação da sociedade civil. E, visando uma repartição de benefícios mais efetiva e justa, o Programa destinou a maior parte dos recursos para às comunidades organizadas, provedoras de serviços ambientais vinculados à conservação das florestas e redução do desmatamento. Assim, o primeiro contrato, de acordo com IPAM (2017), obteve cerca de € 16 milhões de Euros, dos quais 70% foram destinados às comunidades. O segundo contrato, deverá destinar ao Programa REM/AC em sua segunda fase, cerca de € 9 milhões de Euros, sendo que 90% deverão ser destinados às comunidades.

Esses recursos pagos ao Estado do Acre destinam-se a remuneração da emissão evitada de aproximadamente 6,5 milhões de tC02 em um período de quatro anos. Cabe ressaltar que os pagamentos por resultados de redução das emissões não estão atrelados a uma transação comercial de créditos de carbono, mas sim representam pagamentos por resultados no âmbito da cooperação internacional oficial (Official Development Assistance - ODA). Os pagamentos anuais são realizados em função de redução comprovada de emissões de gases de efeito estufa em escala jurisdicional do respectivo ano

anterior. Esses recursos são investidos nos programas governamentais de distribuição de benefícios que já se encontram em andamento, sem que se aplique uma contabilidade de carbono a cada um desses programas (IPAM, 2017).

Ainda seguindo os registros de IPAM (2017) a adoção de princípios claros de repartição de benefícios e a priorização de atores locais, tais como povos indígenas, comunidades dependentes de florestas e populações rurais são exigências explícitas do REM. Desta forma, foi acordado entre o SISA e REM, que 70% do primeiro contrato de REM seriam aplicados em escala local em benefício direto à população local. O restante seria investido no fortalecimento institucional do SISA e de ações governamentais de controle do desmatamento. Já no segundo contrato REM, no mínimo 90% dos recursos seriam investidos em ações com benefícios locais e o restante no fortalecimento institucional.

No final de 2017, conforme registrado em WWF (2018), o Programa contabilizava aproximadamente 21.000 beneficiários. Estes relatam uma melhoria de seus meios de vida, mediante a consolidação e diversificação de cadeias produtivas sustentáveis, da valorização dos recursos e ecossistemas naturais e da redução do desmatamento. Com estes resultados, o Programa REM/AC tornou-se uma experiência importante para a Amazônia brasileira. O SISA passou a ser reconhecido como um mecanismo inovador que contribui para a transição e consolidação de estratégias de desenvolvimento que visam uma economia de baixas emissões. Assim, o Estado do Acre foi reconhecido como um ator-chave em iniciativas internacionais, incluindo a condição de estadomembro da Força Tarefa de Governadores pelo Clima e Florestas (GCF-FT) e signatário do Memorando de Entendimento sobre a necessidade da limitação do aquecimento global com o Estado da Califórnia (MoU under 2).

O SISA esta alicerçado em três pilares: gestão eficaz e eficiente; viabilidade econômico-financeira; e participação social, transparência e monitoramento. De acordo com WWF (2018), a estrutura, o arranjo institucional e o marco legal permitiram ao governo do Acre desenvolver um alto grau de flexibilidade para construir parcerias, estabelecer relações, negócios e usar diversos mecanismos financeiros, como contratos de doação, créditos, participações, ações, opções, greena bonds, dentre outros. São mecanismos conhecidos e confiáveis para atrair o interesse de potenciais parceiros.

Assim, os recursos do Programa REM/AC, conforme apresentado em WWF (2018), são recepcionados pelo Fundo Estadual de Floresta (FEF) e aplicados no âmbito dos programas e políticas do Estado por meio de convênios, que são estabelecidos entre as entidades governamentais e não governamentais parceiras, as implementadoras das ações. Os convênios são planejados e executados no âmbito dos subprogramas de repartição de benefícios e direcionados aos diferentes grupos de beneficiários (agricultores pecuaristas, agricultores familiares, extrativistas e indígenas) nas diferentes categorias fundiárias (propriedades privadas, projetos de assentamentos, unidades de conservação e terras indígenas). Os Planos de ações e projetos vinculados a

subprogramas são prioritariamente elaborados pela CDSA e devem ser registrados junto ao IMC.

O SISA/AC é orientado por um conjunto de salvaguardas, conforme descrito por IPAM (2017). Entre elas a que assegura que "a repartição dos benefícios devem ser também direcionada às populações que historicamente conservam a floresta". Tal salvaguarda foi reforçada pela adoção da abordagem de estoque-fluxo e pela adesão do SISA às iniciativas internacionais de salvaguardas, além de outros, como Princípios e Critérios Brasileiros para REDD+, RedSocial Ambiental. Além disso, a inclusão explícita do critério de estoque também assegura que o sistema gere benefícios relacionados ao funcionamento ecossistêmico e à biodiversidade, elemento igualmente importante nas salvaguardas internacionais e nacionais.

Outras salvaguardas fundamentais, como destacado pelo IPAM (2017) estão: (1) respeitar o cumprimento legal de normas e acordos previamente acordados, (2) resguardar os direitos, (3) atuar em prol da sustentabilidade econômica e a da melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, (5) garantir a participação plena, efetiva e representativa dos beneficiários no planejamento das iniciativas, (6) disponibilizar de forma adequada as informações sobre as ações a serem desenvolvidas e (7) buscar o alinhamento das ações de REDD+ com políticas e diretrizes nacionais, regionais e locais.

Por fim, ressalta-se o papel da CEVA na gestão do SISA/AC. Conforme descrito por IPAM (2017), a Comissão desempenhou um relevante papel na tomada de decisões, inclusive para a distribuição das linhas de ação do programa REM/AC. Configurou-se como um meio promissor de tomada de decisões coletivas e participativas. A CEVA tem sido dotada de instrumentos de gestão, como Plano de Ação para lacunas e monitoramento do desempenho e do impacto das ações do SISA.

3.2 Atribuições legais

As atribuições da CEVA/AC foram estabelecidas pela Lei 2.308/2010 e retificadas pelos Decretos ns. 4.300/2012, 7.708/2014, 4.877/2016 e 10.308/2018. Assim, são competências estabelecidas pela legislação:

- garantir a transparência e o controle social dos programas, subprogramas, planos de ação e projetos especiais do SISA.
- analisar e aprovar propostas de normas do SISA apresentadas pelo Instituto de Regulação, Controle e Registro.
- opinar sobre termo de referência para contratação de auditoria externa independente do SISA e definir, em conjunto com o Instituto de Regulação, Controle e Registro, os requisitos mínimos para homologação da mesma.
- analisar os resultados das auditorias independentes e recomendar o permanente aperfeiçoamento do SISA.

- elaborar e apresentar relatórios anuais de suas atividades ao Coletivo de Conselhos.
- requisitar informações e documentos vinculados ao planejamento, gestão e execução dos programas, subprogramas e projetos vinculados ao SISA.

3.3 Estrutura

De acordo com a legislação a CEVA/AC está vinculada ao Instituto de Regulação, Controle e Registro, do governo do Estado do Acre. E, de acordo com seu Regimento Interno, instituído pelo Decreto n. 8.653/2018, a Comissão tem a seguinte a estrutura organizacional:

- Plenário, que tem as atribuições de analisar e decidir os assuntos de competência da CEVA; requerer informações e providências ao Coordenador da CEVA; julgar os recursos contra atos do Coordenador; propor alterações no Regimento Interno; e resolver os casos não previstos no Regimento.
- Coordenação, sempre exercida por um/a representant da sociedade civil integrante da Comissão. Tem por responsabilidadecumprir e fazer cumprir o Regimento Interno; convocar e coordenar as reuniões ordinárias e extraordinárias; definir a pauta das reuniões, salvo no caso de reunião extraordinária solicitada por outro membro para tratar de assunto específico; prestar as informações solicitadas pelo Coletivo de Conselhos; exercer ou delegar a representação da CEVA; submeter ao Plenário os expedientes oriundos da Secretaria Executiva; solicitar informações e fazer consultas às autoridades federais, estaduais e municipais, aos governos estrangeiros e à sociedade civil sobre questões de interesse do SISA, conforme as deliberações do Plenário.
- Secretaria Executiva, deve dar suporte administrativo, técnico e logístico; organizar e manter arquivada toda documentação relativa às atividades da Comissão; representar a CEVA na articulação de trabalhos integrados; coordenar o planejamento anual e monitorar a sua implementação; e coordenar e estruturar as publicações; preparar as pautas, secretariar, agendar e convocar as reuniões, por determinação da Coordenação; preparar as atas das reuniões, submetendo-as à aprovação dos demais membros; executar outras atividades que lhe sejam atribuídas pela Coordenação; fazer a articulação entre os diferentes órgãos da esfera municipal, estadual e federal; viabilizar a gestão técnica e financeira para o funcionamento da Comissão.
- Grupos de Trabalho Temporário, podem ser criados com vistas a auxiliar a Comissão em assuntos técnicos específicos de sua competência, com natureza consultiva e prazo de duração determinado.

 Câmaras Temáticas, podem ser criadas visando auxiliar em quaisquer assuntos de sua competência, com natureza consultiva e prazo de duração indeterminado.

A composição dos grupos de trabalho e das câmaras temáticas será definida por resolução da CEVA, que deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado do Acre pela Secretaria Executiva, constando o seu objetivo, a sua duração, o nome e a atribuição de seus membros. Os grupos de trabalho e as câmaras temáticas deverão ter um/a coordenador/a e um/a secretário/a, aos quais caberá, respectivamente, dirigir e registrar os trabalhos, agendar as reuniões, promover os encaminhamentos necessários e demais atos inerentes ao seu objetivo. Poderão ser convidadas pessoas com conhecimento científico, técnico ou empírico para auxiliar nos seus trabalhos. Tanto os grupos como as câmaras poderão ter até cinco membros, não havendo impedimentos para que um membro participe de mais de um grupo ou câmara temática. As atividades deverão ser registradas em relatórios.

A CEVA também está vinculada ao Colegiado de Conselhos do Estado, formado por três conselhos estaduais: Conselho Estadual de Floresta (CEF); Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (CEMACT); e Conselho de Desenvolvimento Rural Florestal Sustentável (CDRFS), onde estão representados vários setores da sociedade.

De acordo com Brilhante e Sonntag (2018) foram constituídas no âmbito da CEVA/AC as Comissões Temática Indígenas e de Mulheres. A CT Indígena visa aprimorar os trabalhos desta Comissão no que se refere às comunidades indígenas e serviços ambientais. É composta por entidades governamentais no nível federal e estadual, responsáveis pelas políticas para populações indígenas, bem como por entidades não governamentais e lideranças de diferentes terras e povos indígenas. A Câmara Temática já estabeleceu um conjunto de salvaguardas que foram incorporadas pelo SISA. A CT Mulher visa aprimorar os trabalhos da Comissão, dando tratamento adequado para assuntos relacionados à temática gênero. Esta CT é composta por entidades governamentais no nível estadual responsáveis pelas políticas para mulheres, bem como por entidades não governamentais e lideranças desta causa.

3.4 Composição

A composição e a estrutura básica da CEVA foram definidas na Lei n. 2308/2010. Deve ser integrada por oito membros, no mínimo, assegurando-se a paridade entre representantes da sociedade civil organizada e do poder público. Os/as representantes da sociedade civil são indicados pelo Coletivo de Conselhos. Os/as representantes do poder público são de escolha do chefe do executivo estadual, dentre os/as representantes dos órgãos que integram o Coletivo de Conselhos. A nomeação dos/as representantes titulares e suplentes se dá por meio de decreto estadual para um período representação de dois anos.

Atualmente, a Comissão é composta por dezinstituições, sendo cinco representantes do Poder Público: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), IMC, Procuradoria Geral do Estado (PGE) e SEMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e cinco representantes da sociedade civil organizada: Associação das Indústrias de Madeira de Manejo do Acre (ASIMMANEJO), Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), Rede Acreana de Homens e Mulheres (RAHM), Comissão PróIndio Indigena (CPI/AC) e Fundo Mundial para a Natureza no Brasil (WWF-Brasil).

No período de 2012 a 2018, sete organizações da sociedade civil e seis órgãos governamentais estiveram representados na CEVA (Quadro 1). Pode-se observar que entre as organizações da sociedade civil houve uma maior rotatividade de organizações representadas do que entre os órgãos de governo. Apenas duas organizações da sociedade civil (WWF e ASSIMMANEJO) integraram a CEVA em todos os períodos. E entre as governamentais a SEMA. PGE e EMBRAPA estiveram representadas em todos os períodos.

Quadro 1 - Organizações integrantes da CEVA/AC no período de 2012 a 2019, com identificação de titulares e suplentes.

Organizaç ão	Decreto n. 4.300/2012	Decreto n. 7.208/2014	Decreto n. 4.877/2016	Decreto n. 10.308/2018	Decreto n. 4.408/2019
	2012-2013	2014-2015	2016-2017	2018-2019	2019 (Substituição de Membros)
WWF	Titular: Alberto Tavares Pereira Junior; Suplente: Orlando de Freitas Gouveia Branco	Titular: Ricardo de Assis Mello; Suplente: Flavio Quental Rodrigues	Titular: Ricardo de Assis Mello; Suplente: Flávio Quental Rodrigues	Titular: Flávio Quental Rodrigues; Suplente: Rocio Chachi Ruiz	
CUT	Titular: Rosana Souza do Nascimento ; Suplente: Fernando Barbosa do Nascimento	Titular: Evandilson Alves da Costa; Suplente Mercedes Lozano Zumaeta			
ASIMMAN EJO	Titular: Adelaide de Fátima Gonçalves de Oliveira; Suplente: Camila Monteiro	Titular: Adelaide de Fátima Gonçalves de Oliveira; Suplente: Camila Monteiro	Titular: Adelaide de Fátima Gonçalves de Oliveira; Suplente: Camila Monteiro	Titular: Adelaide de Fátima Gonçalves de Oliveira; Suplente: Camila Monteiro	

	Braga de Oliveira	Braga de Oliveira	Braga de Oliveira.	Braga de Oliveira	
GTA	Titular: Maria Jocicleide Lima de Aguiar; Suplente: Cleib Lubiana.	Titular: Maria Jocicleide Lima de Aguiar; Suplente: Ronimar Ferreira de Matos	Titular: Maria Jocicleide Lima de		
CNS			Tìtular: José Rodrigues de Araújo; Suplente: Fátima Cristina da Silva	Titular: José Rodrigues de Araújo; Suplente: Ângela Mendes	
RAHM				Titular: Maria Jocicleide Lima de Aguiar; Suplente: Daniela da Costa Oliveira	
CPI/AC				Titular: Maria Luiza Pinedo Ochoa; Suplente: Gleyson de Araújo Teixeira	
IMC	Titular: Eufran Ferreira do Amaral; Suplente: Monica Julissa De Los Rios		Titular: Magaly da Fonseca e Silva Taveira Medeiros; Suplente: Vera Lúcia Reis Brown	Titular: Magaly da Fonseca e Silva Taveira Medeiros; Suplente: Raul Vargas Torrico	Titular: Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti; Suplente: Julie Messias e Silva
SEMA	Titular: Carlos Edgard de Deus; Suplente: Cristina Maria Batista Lacerda	Titular: Carlos Edgard de Deus; Suplente: Cristina Maria Batista Lacerda	Titular: Carlos Edgard de Deus; Suplente: Claudenir Maria Ferreira da Rocha	Titular: Carlos Edgard de Deus; Suplente: Claudenir Maria Ferreira da Rocha	Titular: Geraldo Israel Milani de Nogueira; Suplente: Vera Lúcia Reis Brown
PGE	Titular: Rodrigo Fernandes das Neves;	Titular: Rodrigo Fernandes das Neves;	Titular: Érico Maurício Pires Barboza;	Titular: Érico Maurício Pires Barboza;	Titular: Érico Mauricio Pires Barbosa;

	Suplente: Érico Maurício Pires Barboza	Suplente Érico Maurício Pires Barboza	Suplente: Alberto Tapeocy Nogueira	Suplente: Rodrigo das Neves	Suplente: Cristovam Pontes de Moura
EMBRAPA	Titular: Judson Ferreira Valentim; Suplente: Lúcia Helena de Oliveira Wadt	Titular Falberni de Souza Costa; Suplente Fernanda Lopes da Fonseca	Titular: FeÍnanda Lopes da Fonseca: Suplente: Moacir Haverroth	Titular: Moacir Haverroth; Suplente: Eufran Ferreira do Amaral	SEPLAG Titular: Jarbas Anute Costa; Suplente: Jocemiro Ferreira de Abreu
ICMBio				Titular: Tiago Juruá Damo Ranzi; Suplente: Rosenil Dias de Oliveira	IMAC Titular:André Luiz Pereira Hassem; Suplente: Ivo Perícles dos Santos Sena
SEAPROF	0040-0044-0	Titular: Marlene Jardim Medeiros; Suplente: Ellen Albuquerq ue Abud	2040. Elabara		

Fonte: Acre, 2012; 2014; 2016; 2018; 2019. Elaborada pela autora.

IV - METODOLOGIA: O QUE JÁ FOI REALIZADO E PROPOSTA PARA SEGUNDA FASE

O estudo de caso foi a estratégia escolhida para realização deste trabalho. Conforme definido por Gerring (2007) trata-se da abordagem de um único exemplo dentro de um fenômeno mais amplo. Um estudo intensivo de uma única unidade com o propósito de entender uma classe mais ampla de unidades similares. Neste caso, a única unidade analisada foi a governança realizada pela CEVA/AC para implementação do Programa REM Acre Fase 2 e o fenômeno mais amplo, o processo de governança.

Por tratar-se de um único caso, o método qualitativo melhor se aplica para que as variáveis sejam estudadas de forma detalhada e compreensiva (GERRING, 2007). A pesquisa foi iniciada em dezembro de 2019 (início de vigência do contrato de consultoria) com a revisão dos documentos institucionais relacionados à CEVA/AC e ao Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais (SISA), no qual ela está inserida. Nesta primeira fase buscou-se compreender o contexto de formulação, o arranjo institucional criado, os mecanismos e instrumentos de gestão adotados para o funcionamento da Comissão.

Neste sentido foram analisados os principais normativos legais (Lei n. 2.308/2010 e Decretos n. 4.300/2012, 7.208/2014, 4.877/2016 e 10.308/2018); atas de reuniões da Comissão realizadas; três relatórios institucionais que analisam a implementação da primeira fase do Programa REM/AC elaborados pela WWF e Ipam; e um produto de consultoria elaborado com vistas ao fortalecimento do Programa REM e do SISA. Parte dos documentos institucionais (relatórios e legislação) foram obtidos na rede mundial de computadores (internet) e as atas das reuniões e produto de consultoria foram disponibilizados em formato digital pelas instituições executoras do Programa - SEMA e IMC - e pela agência de cooperação GIZ.

Em paralelo, foram realizadas reuniões com gestores/as da SEMA e IMC com vistas a compreender o funcionamento da CEVA/AC, do SISA e do Programa REM/AC. Buscou-se compreender a trajetória de implementação do Programa identificando os principais marcos de mudanças, no processo de governança. Foram realizadas1reunião com gestores/as da SEMA e 11reuniões com gestores/as e técnicos das diretorias do IMC, no período de dezembro de 2019 a janeiro de 2020. Ainda, por meio da observação participante em reuniões, oficinas e seminários e conversas exploratórias com pessoas chaves envolvidos na implementação do Programa buscou-se compreender melhor o funcionamento da CEVA/AC, as institucionalidades constituídas e o processo de coordenação e comunicação.

No período desta pesquisa foram realizados os seguintes eventos que tiveram a participação da consultora:

- 1) Participação na Oficina de Fortalecimento do Monitoramento, Avaliação e Aprendizado (MEL) do Programa REM ACRE, realizado nos dias 7 a 8 de novembro de 2019, na Procuradoria Geral do Estado do Acre.
- 2) Participação na 2a. Reunião Ordinária da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento so SISA - CEVA, realizada no dia 20 de Dezembro de 2019, no Auditório da Fundação de Tecnlogia do Estado do Acre (FUNTAC), Contou com 17 participantes, sendo: Srs. (as):Geraldo Israel Milani - Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti e Julie Messias e Silva - Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC), Flávio Quental Rodrigues - World Wide Fund for Nature (WWF-BRASIL), Maria Luiza Pinedo Ochoa - Comissão Pró Índio (CPI), Camila Monteiro B. Oliveira — Associação das Industrias de Madeira de manejo do Estado do Acre (ASIMMANEJO), Adelaide de Fátima— Associação das Industrias de Madeira de Manejo do Estado do Acre (ASIMMANEJO), Jocemiro F. de Abreu, Jânio N. de Aquino - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), e os participantes, Jorge André Aquino, Lucinéia Oliveira Salamazo – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), Nésia da Costa Moreno, Charles Henderson, Isadora Nogueira, Francisca Oliveira de Lima Costa, Adjan de Araújo Paula – Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC), conforme lista de presença em anexo.

A reunião teve como pauta:

- 1. Apresentação da pauta de inclusão dos jovens;
- 2. Apresentação das lições aprendidas;
- 3. Apresentação dos relatórios finais da fase I;
- 4. Apresentação do programa Regulação do Clima;
- 5. Apresentação do Plano de aplicação de recursos destinados à CEVA;
- 6. Compartilhamento da versão atual do MOP;
- 7. Apresentação do Plano de Monitoramento do IMC/ Programa REM e estratégia de inclusão da CEVA;
- 8. Informe sobre o processo de Consultoria Internacional para o Programa REM/KFW:
- 9. Outros informes.

E resultaram com os seguintes encaminhamentos:

- 1) Apresentação do Programa de Regulação do clima para a próxima reunião no dia 15 de janeiro de 2020;
- 2) A confecção de um documento questionando a mudança na Lei ambiental do Estado que será encaminhado aos parlamentares;3) Envio do oficio todos os documentos incluindo um calendário de atividades do ano de 2019 do IMC.
- 3) Participação na reunião de Planejamento Institucional do IMC para 2020, realizada no Auditório da Fundação de Tecnlogia do Estado do Acre (FUNTAC). Destaco que participei de 4 reuniões departamentais, como desbobramento da atividade de planejamento.

Por fim, realizou-se uma breve revisão bibliográfica sobre governança e suas relações com a questão ambiental, das mudanças climáticas, da participação social e da democracia, buscando traçar um panorama do debate sobre o tema e identificar variáveis comuns decorrentes dos estudos de iniciativas já implementadas. A partir dessa revisão buscou-se definir um quadro referencial de conceitos e variáveis, visando a aplicação na análise dos dados de pesquisa. Esse referencial foi importante para facilitar e conferir maior qualidade à etapa de análise das evidências e contribui para transformar a coleta de dados em um processo seletivo e dirigido, na busca de uma melhor definição do foco da pesquisa.

Assim, pode-se compreender que os principais elementos chave do processo de governança identificados na revisão referem-se: ao pluralismo político (McFARLAND, 2007), ao policentrismo (OSTROM, 1990), à participação (FONSECA, 2011) e aos arranjos institucionais (WRIGHT, 1988 e VAN de VEN e WALKER, 1979). Estes elementos foram decompostos em um conjunto de variáveis, descritas no quadro 2. A partir deste referencial foram elaborados três instrumentos de coleta de dados, apresentados em anexo, sendo: um direcionado aos integrantes da CEVA; um direcionado ao Grupo de Trabalho Indígena e outro direcionado ao GT Mulheres.

Quadro 2- Elementos-chaves e variáveis referencial para análise da

governança realizada pela CEVA/AC.

Elementos- chave	Variáveis	Questões
Pluralismo	Atores	Quais são os atores que participam da estrutura de governança?
Policentrismo	Instâncias de governo	Quais as instâncias de governo participam? Quais as responsabilidades?
	Setores da política	Quais os setores participam? Quais as interações e contribuições?
	Jurisdição	Sob qual jurisdição atuam os agentes?
Participação	Representação	Quais categorias sociais estão representadas?
	Qualificação	Qual o tipo e o nível de conhecimento dos atores?
	Poder de decisão	Qual o grau de empoderamento dos atores? Qual a relação de poder entre os atores? Quais as formas de auto-organização?
	Atributos pessoais	Qual o nível de confiança, autonomia, cooperação e reciprocidade entre os participantes?
Arranjo Institucional	Relação Intergovernamental	Quais os tipos de interação?
	Relação Interorganizacional	Quais os tipos de interação?
	Coordenação	Quais as instituições (regras)? Quais as estruturas? Quais os instrumentos (organizacional, informacional, financeiro, resolução de conflitos)?

A segunda etapa da pesquisa visa ampliar e aprofundar o nível de compreensão sobre o funcionamento da Comissão, as interações estabelecidas entre os membros, assim como, identificar os principais limites ou lacunas para

o seu funcionamento. Para isso serão realizadas entrevistas presenciais com os/as integrantes da Comissão e dos GTs Indígenas e Mulheres. Para as entrevistas serão utilizados roteiros semi-estruturados, previamente elaborados. As informações serão registradas por meio de equipamento eletrônico (gravação) sempre que houver a concordância do/a entrevistado/a. Os dados serão sistematizados e analisados utilizando os programas do Office (Excel e Word). Sempre que possível, os dados poderão ser analisados quantitativamente. O cronograma para a segunda fase consta no quadro 3.

Quadro 3 - Cronograma da segunda fase da pesquisa.

Atividade	Período - 2020
Elaboração dos instrumentos de coleta de dados	de 30/01 a 02/02
Agendamento das entrevistas	de 30/01 a 07/02
Entrevistas	de 04/02 a 21/02
Sistematização dos dados	de 23/02 a 26/02
Elaboração do documento final	de 25/02 a 29/02

Assim, na análise do caso - a governança realizada pela CEVA/AC para implementação do Programa REM Acre Fase 2 - pretende-se identificar como esses elementos-chave e variáveis se fazem presentes e se comportam, com a perspectiva de responder a seguinte questão: como a CEVA/AC vem realizando a governança no processo de implementação do Programa REM Acre Fase 2 e quais os elementos devem ser aprimorados para torná-la mais eficiente?

O objetivo deste trabalho, portanto, será o de contribuir para o fortalecimento do processo de governança de programas, projetos e políticas públicas, a partir da análise da governança realizada pela CEVA/AC na implementação do Programa REM Acre Fase 2, identificando os desafios a serem superados para ampliar sua eficiência na gestão do SISA/AC. Buscar-se-á, ainda, identificar os atores e os tipos de relações institucionais constituídas no âmbito da gestão e implementação do Programa; mapear as estruturas e os instrumentos utilizados pela CEVA/AC; compreender o processo de governança em curso, identificando os principais marcos de sua trajetória, as lacunas e necessidades de aprimoramento.

V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, F.L. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. Revista de Sociol. e Política, Curitiba, 2005. 24(6), 41-67.

BARBOSA, S. C. T.; MEDEIROS, J. J. Configuração de arranjos interorganizacionais e implementação de programas públicos. Cadernos EBAPE.BR.FGV. Vol. III, número 2, jul. 2005.

BERVIR, M. A Theory of Governance. University of California Press; Berkeley and Los Angeles, California, 2013.

BRILHANTE, S. e SONNTAG, N. Sistema de gestão de riscos socioambientais e salvaguardas do Programa REM no marco do Sistema de Incentivos Ambientais do Estado do Acre. IMC, KFW, GIZ: Rio Branco, 2018.

CAPELARI, M. G.M; CALMON, P. C. Du PIN; ARAÚJO, S. M. V. G de. Vicent e Elionor Ostrom: duas confluentes trajetórias para governança de recursos de propriedade comum. Ambiente e Sociedade: São Paulo, v. XX, n. 1, p.207-226, jan.-mar. 2017.

CÂMARA, J. B. D. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. Revista de Sociologia e Política. V.21, N,46, 125-146. JUN. 2013.

CAVALCANTE, C. 2004. Economia e Ecologia: Problemas da Governança Ambiental no Brasil. Revista Iberoamericana de Economía Ecológica, vol. 1, p. 1-10.

FONSECA, I. F. e BURSZTYN, M. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre a governança ambiental em escala local. Sociedade e Estado: Brasília, v.24, n.1, p.17-46, jan./abr. 2009.

FONSECA, I. F. da. Participação, Buzzwords e Poder: uma análise crítica da tendência de proliferação de conselhos e comitês locais enquanto instrumentos de gestão ambiental no Brasil. Texto para discussão n. 1572. IPEA: Rio de Janeiro, 2011.

GERRING, John. Case Study Research: Principles and Practices. Cambridge University Press. Cap 5, 2007.

GONÇALVES, W. M.; SILVA, T. N. Revisitando o mecanismo de coordenação: confiança como um mecanismo de coordenação na análise de formas

operacionais plurais no agronegócio. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas. Santa Maria, RS. V.2 n.3, jan./jun. 2015.

GRINDLE, M. Good enough governance: poverty reduction and reform in developing countries. Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions, v. 17, n. 4, p. 525-548, 2004.

_____. Good enough governance revisited. Development Policy Review, v. 25, n. 5, p. 553- 574, 2007.

GRANDORI, A.; SODA, G. Inter-firm networks: antecedents, mechanisms and forms. Organization Studies, v.16, n.2, p183-214, 1995.

JACOBI, P. Governança institucional de problemas ambientais. Política e Sustentabilidade. N.7, outubro de 2005. P.119-137.

INOUE, C. V. A. Governança Global do Clima: proposta de um marco analitico em construção. Revista Corte Internacional: Belo Horizonte, v.11, 2016, p.91-117.

IPAM. Programa REDD para Early Movers (REM). Abordagem de estoque e fluxo para repartição de benefícios em Programa de REDD: conceito e prática na implementação de REDD no Estado do Acre. IPAM: Brasília, 2017.

MARTINS, R. D. A. e FERREIRA, L. Da C.Uma revisão crítica sobre cidades e mudança climática: vinho velho em garrafa nova ou um novo paradigma de ação para a governança local? RAP. Rio de Janeiro, 43(3): 611-41, mai./jun. 2011.

MCFARLAND, Andrew. Neopluralism. Annual Review of Political Science, v. 10, p. 45-66, 2007.

MILES, R. E.; SNOW, C. C. F. Fit, failure and the hall of fame. New York. Free Press, 1994.

MOURA, A. M. M. de. Introdução. Governança Ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas. IPEA: Brasília, 2016.

OSTROM, E. Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action. CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 1990.

PINTO, T. R. G. S.; MARTINS, S.; LEONEL, D. S.; CKAGNAZOROFF, I. B. Governança participativa: possibilidades e desafios da gestão local. Interações (Campo Grande). Vol.19; n.3, Campo Grande, jul./set., 2018. Disponível em: www.cielo.br Acessado em: 25 dde janeiro de 2020.

TERTO, D. C.; CASTRO, A. M. D. A. Federalismo e relações intergovernamentais na na implementação de políticas educacionais. Revista Educação em Questão. Natal, v.55, n.44, p.216-239, abr./jun. 2017.

VARGAS, M.; RODRIGUES, D.F. Regime internacional de mudanças climáticas e cooperação descentralizada: o papel das grandes cidades nas políticas de adaptação e mitigação. In: HOGAN, D.J.; MARANDOLA JR., E. (Org.). População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais. Campinas: Ed. Unicamp, 2009. p. 205-222.

VAN DE VEN, A. H.; WALKER, G. Coordination patterns within an interorganizational network. Human Relations, v. 32, n.1, p.19-36, 1979.

WWF. Mecanismos financeiros inovadores para conservação e desenvolvimento sustentável: remuneração de resultados de REDD+ no Acre (Relatório). WWF: Brasília, 2013.

WWF. Conservação - O Sistema de Incentivos por Serviços Ambientais do Estado do Acre, Brasil. Lições para políticas, programas e estratégias de REDD Jurisdicional. WWF: Brasília, 2018.

WRIGHT, D. S. Undertanding intergovernamental relations. 3a ed. California: Books/Cole Publishing Company, 1988.

Roteiro 1 - Entrevista com integrantes da CEVA

Governança participativa do Programa REM Acre Fase 2

Questionário

1.	IDENTIFICAÇÃO DO/A ENTREVISTADO/A 1.1				
	Nome:				
		1.3 Sexo: () Fem. () Masc.			
	1.4 Nível de formação:	(, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,			
	() Fundamental () Médio () Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado				
	1.5 Área de formação:				
	1.6 Instituição que representa na CEVA:				
	() Pública () Privada () Organização Social () ONG				
	1.7 Nome da instituição:				
	1.8 Tempo que trabalha a instituição:	anos			
	1.9 Ocupa cargo de direção: () Sim () Não				
	1.10 Como você entrou para a CEVA?				
2.	ATORES, REPRESENTAÇÃO E PARTIC	CIPAÇÃO			
	2.1 Você considera que todos/as as instit ambiental estão devidamente representa Por que?				
	2.2 Que atores deveriam integrar a CEVA	١?			

2.3 Você considera a representação dos indígenas adequada: () Sim () Não Por que?
2.4 Você considera a representação das mulheres adequada: () Sim () Não Por que?
2.5 Você considera que os atores integrantes da CEVA participam em condições de igualdade? () Sim () Não Por que?
2.6 Quais os principais limites, desafios e potencialidades para a participação efetiva dos/as integrantes da CEVA?
<u></u>
2.7 Quais os principais limites,desafios e potencialidades para a participação efetiva dos/as indígenas integrantes da CEVA?
2.8 Quais os principais limites, desafios e potencialidades para a participação efetiva das mulheres integrantes da CEVA?

2.9 Desc	reva sua participação na CEVA:
	ais os principais limites, desafios e potencialidades para a suação efetiva na CEVA?
DDACE	SEOS DE TOMADA DE DECISÃO
PROCES	SSOS DE TOMADA DE DECISÃO
3.1 Você	considera que todos/as os/as integrantes da CEVA participa
3.1 Você da tomad	considera que todos/as os/as integrantes da CEVA participa da de decisão em condição de igualdade? () Sim () Não
3.1 Você	considera que todos/as os/as integrantes da CEVA participa da de decisão em condição de igualdade? () Sim () Não
3.1 Você da tomad	considera que todos/as os/as integrantes da CEVA participa da de decisão em condição de igualdade? () Sim () Não
3.1 Você da tomad	considera que todos/as os/as integrantes da CEVA participa da de decisão em condição de igualdade? () Sim () Não
3.1 Você da tomad	considera que todos/as os/as integrantes da CEVA participa da de decisão em condição de igualdade? () Sim () Não
3.1 Você da tomad	considera que todos/as os/as integrantes da CEVA participa da de decisão em condição de igualdade? () Sim () Não
3.1 Você da tomad	considera que todos/as os/as integrantes da CEVA participa da de decisão em condição de igualdade? () Sim () Não
3.1 Você da tomad Por que?	considera que todos/as os/as integrantes da CEVA participa da de decisão em condição de igualdade? () Sim () Não
3.1 Você da tomad Por que?	considera que todos/as os/as integrantes da CEVA participa da de decisão em condição de igualdade? () Sim () Não
3.1 Você da tomad Por que?	considera que todos/as os/as integrantes da CEVA participa da de decisão em condição de igualdade? () Sim () Não
3.1 Você da tomad Por que?	considera que todos/as os/as integrantes da CEVA participa da de decisão em condição de igualdade? () Sim () Não
3.1 Você da tomad Por que?	considera que todos/as os/as integrantes da CEVA participa da de decisão em condição de igualdade? () Sim () Não
3.1 Você da tomad Por que?	considera que todos/as os/as integrantes da CEVA participa da de decisão em condição de igualdade? () Sim () Não
3.1 Você da tomade Por que?	considera que todos/as os/as integrantes da CEVA participada de decisão em condição de igualdade? () Sim () Não
3.1 Você da tomad Por que? 3.2 Quai todos/as 3.3 Exist	considera que todos/as os/as integrantes da CEVA participada de decisão em condição de igualdade? () Sim () Não so principais limites, desafios e potencialidades para que tenham igualdade na tomada de decisão? em iniciativas que incentivem ou estimulem a auto-organizaç
3.1 Você da tomad Por que?	considera que todos/as os/as integrantes da CEVA participada de decisão em condição de igualdade? () Sim () Não

3.4 Você considera que as informações necessárias para a tomada d decisão estão acessíveis e são disponibilizadas em tempo adequado () Sim () Não Por que?	
3.5 Quais as principais limitações para o acesso adequado às informações?	
3.6 Você considera que os/as integrantes da CEVA possuem as qualificações necessárias para a tomada de decisão?	
3.7 Existem iniciativas para ampliar a capacidade dos/as integrantes para a tomada de decisão? () Sim () Não Se existe, indique quais:	
3.8 Você percebe a ocorrência de conflitos entre os/as integrantes da CEVA? () Sim () Não Se existe, indique quais:	i

3.9 Quando os conflitos são evidentes você considera que eles são devidamente tratados e resolvidos? () Sim () Não Por que?
3.10 Os conflitos não tratados e resolvidos impedem (ou já impediram) tomada de decisão? () Sim () Não Por que?
3.11 Você considera que as decisões tomadas pelos/as integrantes da CEVA são acatadas e/ou respeitadas? () Sim () Não Por que?
3.12 Você considera que há acompanhamento pelos/as integrantes da CEVA após as tomadas de decisão? () Sim () Não Por que?
3.13 Quais os principais limites para que os/as integrantes da CEVA tenham autonomia plena para tomada de decisão:

nos	4 Você considera que os/as integrantes da CEVA têm confiança uns s outros? () Sim () Não · que?
CE	
CE	
esti	
4.1 pre () [() [() (CANISMOS E INSTRUMENTOS DE COORDENAÇÃO Quais das características listadas abaixo você considera que são dominantes no processo de coordenação da CEVA: Baseada em regras (comando e controle) Decisões tomadas de cima para baixo Ds/as atores são considerados passivos/as A supervisão é o mecanismo de acompanhamento A autoridade é o meio para resolver os conflitos ncentivo a competição entre os/as atores

) Relação entre os/as atores e a coordenação é de fornecedores e demandante
) Relação entre os/as atores e a coordenação é de controle central e
agentes executores) Existência de incentivos e recompensas motiva os/as atores) Incentivo a reciprocidade entre os/as atores
) Os/as atores reconhecem a existência de interesses comuns ou
complementares () A satisfação dos/as atores sobre o processo é também considerada () A negociação é o meio para a resolução de conflitos () As relações informais são consideradas no processo
4.2 Quais dos instrumentos abaixo você considera que estão presentes no processo de coordenação da CEVA: 1) Planejamento, Monitoramento e Avaliação 2) Treinamento/capacitação 3) Sistema comum de informação 3) Instituição de unidade de coordenação 4) Regulamentação dos procedimentos 5) Uso de subsídios ou transferências financeiras 6) Instituição de grupos de trabalho 7) Formalização de contratos 8) Formalização de acordos ou convênios 8) Instituição de consórcios
4.3 Você considera que as regras estabelecidas no Regimento Interno são plenamente conhecidas e cumpridas pelos/as integrantes da CEVA? () Sim () Não Por que?
4.4 Quais os limites para o cumprimento das regras?
4.5 Existem regras informais que orientam ou interferem na interação entre os/as integrantes da CEVA? () Sim () Não Por que?

4.7 Considerando os recursos listados abaixo necessários para o funcionamento da CEVA, como você avalia a disponibilidade deles nos
·
dias atuais:
Financeiro () suficiente () insuficiente () não sabe opinar Organizacional () suficiente () insuficiente () não sabe opinar Autoridade () suficiente () insuficiente () não sabe opinar Informacional () suficiente () insuficiente () não sabe opinar
GESTÃO DO PROGRAMA REM ACRE fase II 5.1 Você considera que os/as integrantes da CEVA têm pleno conhecimento da execução física e financeira do Programa? () Sim () Não Por que?
5.2 Você participou do planejamento, monitoramento e avaliação do Programa? () Sim () Não Se sim, descreva quando e como:

5.4 Quais os limites para participar plenamente das decisões do Programa? _
5.5 Você considera que a CEVA tem autonomia para decidir sobre o Programa? () Sim () Não Por que?
. 5. 4.5.

5.6 Você considera que decisões sobre o Programa foram tomadas em contradição com as decisões da CEVA? () Sim () Não Descreva:
RECOMENDAÇÕES
6.1 Você tem recomendações para aprimorar o processo de governança
realizada pela CEVA? () Sim () Não
Descreva:
2000,014.
Obrigada

Governança participativa do Programa REM Acre Fase 2

6.

Questionário 2 - CT Indígenas

1. IDENTIFICAÇÃO DO/A ENTREVISTADO/A 1.1

	Nome:
	Nome:
	1.4 Nível de formação:
	() Fundamental () Médio () Graduação () Especialização () Mestrado (
) Doutorado
	1.5 Área de formação:
	1.6 Povo indigena:
	1.7 Instituição que representa na CEVA:
	() Pública () Privada () Organização Social () ONG
	1.8 Nome da instituição: anos
	1.9 Ocupa cargo de direção: () Sim () Não
	1.10 Por que foi indicado para participar da CEVA?
	1.10 1 of que for indicado para participar da OL VVI:
2.	Participação e funcionamento da Comissão
	2.1 Desde quando participa da CT?
	2.2 Como avalia o funcionamento da CT? () Bom () Regular () Ruim
	Por que?
	2.3 Como a CT funciona?
	2.4 De quantas reuniões você já participou?
	()0a1()2a3()4a5 ()6a+ 2.5 Quem participa?
	2.5 Quem participa?2.6 Na sua opnião outros atores deveriam participar da CT?
	() Sim () Não Quais?
	Por que?
	2.7 Como avalia a sua participação? () Boa () Regular () Ruim
	Por que?
	2.8 Como avalia a participação dos/as outros integrantes? () Boa
	() Regular () Ruim Por que?
	2.9 As decisões na CT são tomadas de forma adequada?
	() Sim () Não
	2.10 Como as decisões são tomadas?
	2.11 Como são encaminhadas para o plenário?
	2.12 Em geral, as decisões tomadas na CT são mais acolhidas ou rejeitadas pelo plenário? Pode citar um exemplo?
	2.13 Como você avalia o poder de influência da CT nas decisões da
	CEVA? () nenhum () pouco () médio () muito
	Por que?
	2.14 Que resultados já produzidos pela CT?
	2.15 Quais recursos a CT dispõe? () Financeiro () Pessoal ()
	Equipamentos de informática e internet () Espaço físico para reuniões ()
	Outros:
	2.16 Na sua opinião os recursos atuais são:

	() Suficientes () Insuficientes Por que?
	externos na CT? () Sim () Não 2.23 Em que momento? Pode citar um exemplo:
3.	Limites e recomendações 3.1 Quais os principais limites que impedem um funcionamento mais efetivo da CT? 3.2 Que recomendações você faria para que a CT fosse mais eficiente: 3.3 Quais os limites para a participação dos indígenas: 3.4 O que deveria ser feito para melhorar a participação dos/as indígenas
4.	na Comissão e na CEVA? Gostaria de fazer mais algum comentário?
	Obrigada! Governança participativa do Programa REM Acre Fase 2 Questionário 3 - CT Mulheres
1.	Governança participativa do Programa REM Acre Fase 2 Questionário 3 - CT Mulheres IDENTIFICAÇÃO DO/A ENTREVISTADO/A 1.1
1.	Governança participativa do Programa REM Acre Fase 2 Questionário 3 - CT Mulheres IDENTIFICAÇÃO DO/A ENTREVISTADO/A 1.1 Nome: 1.2 Idade: anos
1.	Governança participativa do Programa REM Acre Fase 2 Questionário 3 - CT Mulheres IDENTIFICAÇÃO DO/A ENTREVISTADO/A 1.1 Nome: 1.2 Idade: anos
1.	Governança participativa do Programa REM Acre Fase 2 Questionário 3 - CT Mulheres IDENTIFICAÇÃO DO/A ENTREVISTADO/A 1.1 Nome: 1.2 Idade: anos
1.	Governança participativa do Programa REM Acre Fase 2 Questionário 3 - CT Mulheres IDENTIFICAÇÃO DO/A ENTREVISTADO/A 1.1 Nome: 1.2 Idade: anos

2.6 Na sua opnião outros atores deveriam participar da CT? () Sim () Não Quais?
Por que?
2.7 Como avalia a sua participação? () Boa () Regular () Ruim Por que?
2.8 Como avalia a participação dos/as outros integrantes? () Boa () Regular () Ruim Por que?
2.9 As decisões na CT são tomadas de forma adequada? () Sim () Não
2.10 Como as decisões são tomadas?
2.11 Como são encaminhadas para o plenário?
2.12 Em geral, as decisões tomadas na CT são mais acolhidas ou rejeitadas pelo plenário? Pode citar um exemplo?
2.13 Como você avalia o poder de influência da CT nas decisões da CEVA? () nenhum () pouco () médio () muito Por que?
2.14 Que resultados já produzidos pela CT?
2.15 Quais recursos a CT dispõe? () Financeiro () Pessoal () Equipamentos de informática e internet () Espaço físico para reuniões ()
Outros:
2.16 Na sua opinião os recursos atuais são: () Suficientes () Insuficientes
Por que?
2.17 Como é o acesso à informação?
2.18 As informações são suficientes para decidir? () Sim () Não 2.19 Existem conflitos na CT? () Sim () Não
2.19 Existem conflictor occurren?
2.20 Que tipos de conflictos ocorrem?
2.22 Há intervenção de outras instâncias da CEVA ou de agentes externos na CT? () Sim () Não
2.23 Em que momento? Pode citar um exemplo:
2.23 Lift que momento: i ode cital um exemplo
Limites e recomendações
3.1 Quais os principais limites que impedem um funcionamento mais
efetivo da CT?
3.2 Que recomendações você faria para que a CT fosse mais eficiente:
3.3 Quais os limites para a participação das mulheres:
3.4 O que deveria ser feito para melhorar a participação das mulheres na
Comissão e na CEVA?
Gostaria de fazer mais algum comentário?
Obrigada!

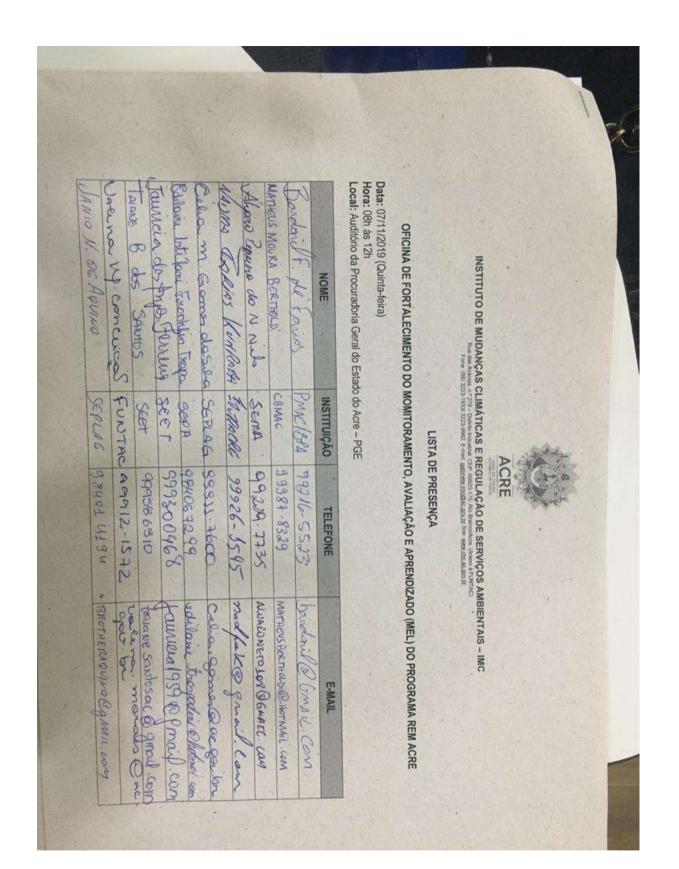
3.

4.

45

Reunião de Planejamento de Atividades do Ano de 2020 Data: 15/01/2020 (Quarta-Feira) Hora: 8h00 Local: Auditório da FUNTAC	2020		
No NOME	SETOR	TELEFONE	E-MAIL
, ROUL VERY TORRICO	NG ES SOUTH	10H114PP	savator notingil. Con
2 Tradora noguina	Manuagene at marginger	84988669	Assistanted Againsper - Makis
3 Ordendo dos oscasos	mo noto manache	3502-1202	optende dies & no Untry, way
4 Cabril Batista, de Obversa	Motorial a Returnan	GCE 8466 6 (89) 67	Motorial . Beturnamy (68) 9 9948 7257 GLIMA 9614 GGMAIL COM
5 This me do E Moune	JMC	2885 003BB	ness biomp someon aisen
6 ch 35 - W. + 43 W.	IMC. Tamotor	Inc. tansfork 99912 5019	Chibronousm & Carm.
7 HUMO SAUS OF OLYOTHA IR	Trudspur	88207-400	23207-4004 maniferror operation party - COLSE
8 Alon de l'Anto	HMC	999897636	adjone . Pauls Dar . goo b
9 Simber of rown	Montowatito	3219 A Pa	Herpersonas@ Katual can
Change to the same			

23 Julie Jem	I Fre CHI	do comolulas	- AP22A	17 Whenup of	16 Homeon	15 March house	14 Mauries his	13 Elismando	12 Alexandre la	" Francis Of	No.	
mara no sunscesso solveres	CALLO CHUNCOM I MIC	H & Cre & C & A C A C A C A C A C A C A C A C A	· Furuina da Silva	Musterup Layre limopale Ser Euch 400 99985-9600	Some Cole Compres	-	1 Lucy Marion	Remarde frein Barrow IMC-DM	winds de Says	French diam of the Coto	NOME	ACRE INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS IMC Resultant de Structura de S
CONSULTORN FORM	* MC	A). RH	advinite.	Ser fum for	Comprises	Amorain huidia	IMC ,	tmc-om	Dro,	IMC	SETOR	ACRE ACRE
(4)98148-2022	98204-8464	7999-936	749-48bbb	99985-9600	99924.9584	10th-15000 million	93995-2984	98109-7156	99988 9253	99983_6468	TELEFONE	E ULAÇÃO DE SERVIÇO
(11)99148-2022 MSOCOPEOS & 411100 Can . SE	ed for one 4 @ molin	500 Manual Block of & wormany 9966- 60616	Mario Chamilton da silva galinte 99987-6674 adm. Diamed Ognail. Com	when a layne & hobmail com	9924.9584 nomero, cratero egmal con	4431-4401 March Luighan 1914	their tempo a go, be	eliguando barreso a as goo ba	slexaste mount 550 amollow	xa Kashawada wa 6 /2/200 Com. lo	E-MAIL	S AMBIENTAIS - IMC



Bondail Flands FEITSA DE FARAS PARA COMANDADA DE PROCESSA DE PARAS PARA SECTIONAS POR PROCESSA DE PROC	OF.11.2019				
Bondanil T. Tanas FETTOSA DE FARTAS PARK 1889A CONTREMADOR DO PROGRAMA MANTEUS MOURA BERTHOUDI BORTHOUDI CEMAC CONTREMADOR DO PROGRAMA DE PLANTAMINO SATURA	O7.11.2019 O8.11.2019 O8.11.2019 O8.00 h 12.00 h NOME NOME NOME NOME SOBRENOME SOBRENOME ORGANIZAÇÃO	Las gomes @ ac gos br exe de pto Monofamenta Mon Maine traspodin a betmoit was verve sourbac @ gnail com	a	Supporture .	Jaurier donting of Balance Belowing Swingon Belowing Southern Brown Brown do
Bondonill Bonds FETTSSA DE FINTAS PARK 1849 COORDENADOR DO PROGRAMA DE SULTANA DE FINTAS PARK 1849 COORDENADOR DE PROGRAMA DE PLANTAMINO SARGO DE	O7.11.2019 O8.11.2019 O8.00 h NOME NOME NOME SOBRENOME SOBRENOME SOBRENOME SOBRENOME ORGANIZACAO COM MATHOUS MOURA BERTHOUDI PORTHACIA MATHOUS MOURA BERTHOUDI ROBLITARIA MATHOURA MATHOURA MATHOURA MATHOURA MATHOURA MATHOURA MATHOURA MATHOUGH TOTALIA MATHOUGH MAT	NUMBRO STUDIOS PUD.			Julie gleman
Bondoni/F. Bondo FETTOSA DE FARTAS PARK 1844 COURTREMADOR DO PROGRAMA DE PLANTONAMO CARGO DIA TO PROGRAMA DE PLANTONAMO CARGO DIA TO PROGRAMA DE PLANTONAMO CARGO DIA TO PROGRAMA DE PLANTONAMO CARGO DE PROCEDO DE PLANTONAMO CARGO DE PLANTONAMO DE PLANTONAMO DE PLANTONAMO DE PLANTONAMO D	O7.11.2019 O8.11.2019 O9.00 h 12.00 h NOME SOBRENOME SOBRENOME SOBRENOME SOBRENOME ORGANIZAÇÃO AMANHOUS MOURA BERTHOUD: BORTHOUD: CEMAC Nem	TO BY THE OF CONTENTS (C)			
SOBRENOME ORGANIZACAO CARGO VISTO DIA 1	O8.11.2019 12.00 h NOME SOBRENOME ORGANIZAÇÃO	BY BLOGUE		BORNAUDI C	Marrieus Maura Beatharai
	08.11.2019 12.00 h GREAT & PARTNERSHIP	VISTO DIA 1		SOBRENOME	NOME

Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais

Projeto Terras Indígenas

PN: 13.2077.9-001.00

Contrato n. 83344235

Apoio Técnico Especializado à Governança Participativa do

Programa REM Acre - Fase II com Ênfase nos Povos Indígenas

PRODUTO 2: Relatório técnico contendo: avaliação geral sobre a governança participativa, em especialos fluxos de comunicação e gestão entre as instituições gestoras e executoras do Programa REM Acre - Fase 2

Maria do Socorro Soares de Oliveira

Consultora GIZ

2020

Governança: análise da atuação da CEVA/ACna gestão do Programa REM Acre

Maria do Socorro Soares de Oliveira

Consultora GIZ

Contrato n. 83344235/2019

Sumário

I – IN	ГRODUÇAO	4
II – DI	ESCRIÇÃO METODOLÓGICA	7
1.	Categorias de análise e questões orientadoras	7
2.	Perfil dos/as entrevistados/a	10
III – R	ESULTADOS DA PESQUISA: ANÁLISE DA GOVERNANÇA	14
3.	Mudanças no contexto político	14
4.	A CEVA/AC é um colegiado plural?	20
5.	A CEVA é um colegiado policêntrico?	34
6.	A CEVA foi criada para exercer quais papéis?	36
7.	Quais as regras orientam o funcionamento da CEVA?	41
8.	A CEVA é um espaço onde as interações são coordenadas?	43
9.	A CEVA é um espaço participativo e democrático?	52
10.	Como a CEVA/AC acompanha a execução do Programa REM Acre Fase 2?	58
	ONSIDERAÇÕES FINAIS: AVANÇOS, LIMITES E RECOMENDAÇÕES DE	
	MORAMENTO	
VII - R	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67
V I- Al	NEXOS	69

I – INTRODUÇÃO

A prática da boa governança tem sido um objetivo percorrido pelo Estado no âmbito das políticas públicas, entre elas as políticas de meio ambiente, e de forma mais recente, as políticas de mudança do clima. Conforme destacou Inoue (2016), a mudança climática [...] é um dos maiores desafios de governança contemporâneos, [...], por envolver múltiplasdimensões, setores e atores das relações internacionais, permeando as questões de segurança e economia política. É nesse contexto que iniciativas de governança têm sido implementadas em políticas e programas de incentivo a adoção de práticas sustentáveis que levem a redução da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) estadual, nacional e escala mundial.

Para além dos aspectos puramente técnicos e formais da administração pública está em jogo, nos processos de governança, o compartilhamento do poder e da ação pública. Assim, governança é um processo inter-relacional, de múltiplas dimensões e características cujo desafio central é envolver a coletividade na gestão dos interesses e o bem comum. A inter-relação e a negociação entre múltiplas categorias de atores, instituições e temas, está no centro do processo (FONSECA, 2011). Outras características predominantes da governança ressaltadas por Grindle (2004), citado por Fonseca (2011), são a distribuição de poder entre instituições de governo; legitimidade e autoridade dessas instituições; regras e normas que determinem quem detém poder e como são tomadas as decisões sobre o exercício da autoridade; relações de responsabilização entre representantes, cidadãos e agências do Estado; habilidade do governo em fazer políticas, em gerir os assuntos administrativos e fiscais do Estado, e prover bens e serviços; e impacto das instituições e políticas sobre o bem-estar público.

Este trabalho está voltado para análise da governança no âmbito do Programa Global de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) Early Movers (Programa REM) implementado no estado do Acre no período de 2012 a 2017, fase 1, e de 2018 a 2022, fase 2. Em sua segunda fase, o Programa REM Acre está sendo executado pelo governo do Estado, por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) em estreita coordenação com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) e com o Instituto de Mudanças Climáticas (IMC), com apoio da Cooperação Financeira (KfW) e Técnica (GIZ)Alemã, estabelecida entre o governo

federal brasileiro, por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério Federal de Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ), através do Banco de Desenvolvimento Alemão Kreditanstaltfür Wiederaufbau (KfW) e com a cooperação técnica da Deutsche Gesellschaftfür Internationale Zusammenarbeit (GIZ).

O Programa REM Acre apóia a operacionalização e o aprimoramento do Sistema de Incentivo por Serviços Ambientais (SISA) e a consolidação de um processo de governança participativa, com vistas a promover a repartição de benefícios às comunidades organizadas, de forma mais efetiva e justa, tendo em vista sua atuação como provedora de serviços ambientais vinculados à conservação das florestas e redução do desmatamento (IPAM, 2017). Iniciativas como esta integram a Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+)¹, por contribuir para a mobilização de recursos em escala compatível com o compromisso nacional voluntário (NDC, na sigla em inglês) de mitigar as emissões de gases de efeito estufa até 2020, estabelecido pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187/2009 (BRASIL, 2009). Por sua vez, a política nacional integra o esforço global de redução de GEE constituído no âmbito do Governor s Climateand Forests Task Force (GCF).

Este trabalho está ancorado no contrato de consultoria Nº 83.344.235 no âmbito do Projeto Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais — Terras Indígenas (Projeto Schutzund Nachhaltiges Management in Indigenen Gebieten Amazoniens) com objetivo de "Apoiar Tecnicamente os Temas Relacionados à Governança Participativa e Salvaguardas Socioambientais de REDD+ em Parceria com o Instituto de Mudanças Climáticas (IMC) e SEMA/AC, com Ênfase na Participação dos Povos Indígenas". Assim, este documento se constitui o Segundo Produto desta consultoria, que na forma contratual deve conter uma avaliação geral sobre a governança participativa, em especial os fluxos de comunicação e gestão entre as instituições gestoras e executoras do Programa REM Acre - Fase 2.

-

¹Essa estratégia nacional é coordenada, monitorada e avaliada pela Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+) constituído pelos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), da Fazenda, das Relações Exteriores, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Desenvolvimento Agrário; e pela Casa Civil e Secretaria de Governo da Presidência da Republica. A pelo Decreto n^{o} 8.576, de 26 de 2015 Comissão foi criada novembro de (http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=27/11/2015&jornal=1&pagina=1&totalA rquivos=232).

Em sua primeira etapa (Produto 1) buscou-se estabelecer um primeiro nível de compreensão sobre o contexto de formulação, o arranjo institucional, os atores, as instâncias, os mecanismos e instrumentos de gestão adotados pela Comissão Executiva de Validação e Acompanhamento (CEVA) no Acre. Partiu-se de uma breve revisão bibliográfica, seguida de observação participante em reuniões, oficinas e seminários e conversas exploratórias com gestores/as dos órgãos executores. A partir dessa aproximação teórica e empírica buscou-se traçar uma proposta metodológica que permitissealcançar na segunda etapa um nível de compreensão mais aprofundado sobrea representação, participação e interação entre atores; a gestão do Colegiado, identificando estratégias coordenação e comunicação, assim como, os avanços e os limites desse processo de governança e as necessidades de aprimoramento.

O objetivo deste trabalho, portanto, visa contribuir para o fortalecimento do processo de governança de programas, projetos e políticas públicas, a partir da análise da governança realizada pela CEVA/AC na implementação do Programa REM Acre Fase 2. O documento ora apresentado está estruturado da seguinte forma: esta primeira parte introdutória; a segunda, que apresenta a descrição metodológica que orientou a realização da segunda fase do trabalho; a terceira, que parte apresenta os resultados da pesquisa realizada com os membros da CEVA/AC; a quarta, de considerações finais que apresenta uma síntese sobre os avanços, os limites desse processo de governança, assim como, as necessidades de aprimoramento; e, por fim, a duas partes finais onde constam os anexos e as referências bibliográficas consultadas.

II – DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

1. Categorias de análise e questões orientadoras

Conforme destacado no Produto 1 desenvolvido por Oliveira (2020) o estudo de caso foi a estratégia escolhida para realização deste trabalho por permitir um estudo mais intensivo de uma única unidade com o propósito de entender uma classe mais ampla de unidades similares (GERRING, 2007). Por tratar-se de um único caso, o método qualitativo foi aplicado na análise das variáveis. A pesquisa foi iniciada em dezembro de 2019 com a revisão dos documentos institucionais relacionados à CEVA/AC e ao SISA/AC, no qual ela está inserida. Na primeira fase buscou-se compreender o contexto de formulação, o arranjo institucional criado, os mecanismos e instrumentos de gestão adotados para o funcionamento da Comissão.

Neste sentido foram analisados os principais normativos legais (Lei n. 2.308/2010 e Decretos n. 4.300/2012, 7.208/2014, 4.877/2016, 10.308/2018 e 4.608/2019); atas de reuniões da Comissão realizadas; três relatórios institucionais que analisam a implementação da primeira fase do Programa REM/AC elaborados pela WWF e Ipam; e um produto de consultoria elaborado com vistas ao fortalecimento do Programa REM e do SISA. Parte dos documentos institucionais (relatórios e legislação) foram obtidos na rede mundial de computadores (internet) e as atas das reuniões e produto de consultoria foram disponibilizados em formato digital pelas instituições executoras do Programa - SEMA e IMC - e pela agência de cooperação GIZ.

Em paralelo, foram realizadas reuniões com gestores/as da SEMA e IMC com vistas a compreender o funcionamento da CEVA/AC, do SISA e do Programa REM/AC. Buscou-se compreender a trajetória de implementação do Programa identificando os principais marcos de mudanças, no processo de governança. Ainda, por meio da observação participante em reuniões, oficinas e seminários e conversas exploratórias com pessoas chaveenvolvidas na implementação do Programa buscou-se compreender melhor o funcionamento da CEVA/AC, as institucionalidades constituídas e o processo de coordenação e comunicação.

Por fim, realizou-se uma breve revisão bibliográfica sobre governança e suas relações com a questão ambiental, das mudanças climáticas, da participação social e da

democracia, buscando traçar um panorama do debate sobre o tema e identificar variáveis comuns decorrentes dos estudos de iniciativas já implementadas. A partir dessa revisão buscou-se definir um quadro referencial de conceitos e variáveis, visando a aplicação na análise dos dados de pesquisa. Esse referencial foi importante para facilitar e conferir maior qualidade à etapa de análise das evidências e contribui para transformar a coleta de dados em um processo seletivo e dirigido, na busca de uma melhor definição do foco da pesquisa.

Assim, pode-se compreender que os principais elementos-chaves do processo de governança identificados na revisão referem-se: ao pluralismo político (McFARLAND, 2007), ao policentrismo (OSTROM, 1990), à participação (FONSECA, 2011) e aos arranjos institucionais (WRIGHT, 1988 e VAN de VEN e WALKER, 1979). Estes elementos, descritos por Oliveira (2020) Produto 1, foram decompostos em um conjunto de variáveis apresentados no Quadro 1. A partir deste referencial foi elaborado o instrumento de coleta de dados.

Quadro 1 – Elementos-chaves e variáveis para análise da governança

Elementos-chaves	Variáveis	Questões
Pluralismo	Atores	Quais são os atores que participam da estrutura de governança?
	Representação	Quais categorias sociais estão representadas?
Policentrismo	Instâncias de governo	Quais as instâncias de governo participam? Quais as responsabilidades?
	Setores da política	Quais os setores participam? Quais as interações e contribuições?
	Jurisdição	Sob qual jurisdição atuam os agentes?
Participação	Qualificação	Qual o tipo e o nível de conhecimento dos atores?
	Poder de decisão	Qual o grau de empoderamento dos atores? Qual a relação de poder entre os atores? Quais as formas de auto-organização?
	Atributos pessoais	Qual o nível de confiança, autonomia, cooperação e reciprocidade entre os participantes?
Arranjo Institucional	Relação Intergovernamental	Quais os tipos de interação?
	Relação Interorganizacional	Quais os tipos de interação?
	Coordenação	Quais as instituições (regras)? Quais as estruturas? Quais os instrumentos (organizacional, informacional, financeiro, resolução de conflitos)?

Assim, na análise do caso - a governança realizada pela CEVA/AC para implementação do Programa REM Acre Fase 2 – buscou-se identificar como esses elementos-chave e variáveis se fazem presentes e se comportam, com a perspectiva de

responder a seguinte questão: como a CEVA/AC vem realizando a governança no processo de implementação do Programa REM Acre Fase 2 e quais os elementos devem ser aprimorados para torná-la mais eficiente?

O objetivo deste trabalho, portanto, visa contribuir para o fortalecimento do processo de governança de programas, projetos e políticas públicas, a partir da análise da governança realizada pela CEVA/AC na implementação do Programa REM Acre Fase 2, identificando os desafios a serem superados para ampliar sua eficiência na gestão do SISA/AC. Buscou-se, ainda, identificar os atores e os tipos de relações institucionais constituídas no âmbito da gestão e implementação do Programa; mapear as estruturas e os instrumentos utilizados pela CEVA/AC; compreender o processo de governança em curso, identificando os principais marcos de sua trajetória, as lacunas e necessidades de aprimoramento.

A segunda etapa da pesquisa consistiu-se na coleta de dados junto aos integrantes da CEVA/AC, visando ampliar e aprofundar o nível de compreensão sobre o funcionamento da Comissão, as interações estabelecidas entre os membros, assim como, identificar os principais limites ou lacunas para o seu funcionamento. Foram realizadas entrevistas presenciais com representantes das organizações que compõem o Colegiado, conforme a última composição estabelecida pelos Decretos nº 10.308/2018 e nº 4.608/2019 (Quadro 2). Por opção própria duas organizações – World Wide Fund for Nature (WWF) e Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC) – indicaram dois representantes para participar das entrevistas.

Ouadro 2 – Relação das organizações participantes da pesquisa

Nº do/a entrevistado/a	Instituição	
1	Conselho Nacional dos Seringueiros	CNS
2	World Wide Fund for Nature	WWF Brasil
3	World Wide Fund for Nature	WWF Brasil
4	Comissão Pró-Índio do Acre	CPI Acre
5	Comissão Pró-Índio do Acre	CPI Acre
6	Rede Acreana de Mulheres e Homens	RAMH
7	Associação das Indústrias de Madeira de Manejo do Acre	ASSIMANEJO
8	Instituto de Meio Ambiente do Acre	IMAC
9	Secretaria de Estado de Meio Ambiente	SEMA
10	Instituto de Mudanças Climáticas	IMC
11	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão	SEPLAG
12	Procuradoria Geral do Estado do Acre	PGE

Fonte: Oliveira, 2020. Dados de campo.

Antes do agendamento das entrevistas, um comunicado oficial, em Anexo, foi enviado pelo IMC aos integrantes da CEVA/AC informando os objetivos do trabalho e apresentando a consultora. Assim, foram realizados agendamentos e realizados 10 encontros presenciais com representantes das organizações, no período de 03 de Fevereiro a 21 de Fevereiro, na cidade de Rio Branco enas sedes das organizações.

Durante as entrevistas foi utilizado um roteiro semi-estruturado e um conjunto de ilustrações com as questões-chaves, em Anexo, visando facilitar o diálogo com o/a interlocutor/a. As informações foram registradas por meio de equipamento eletrônico (gravação) e posteriormente transcritas em editor de texto (Word). Alguns dados foram armazenados e sistematizados em base de dados (Excel) permitindo a elaboração das tabelas e gráficos apresentados neste documento.

2. Perfil dos/as entrevistados/a

Foram entrevistadas 12 pessoas representantes das organizações que compõem a CEVA/AC no biênio 2019/2020, conforme identificadas no Quadro 2. Os entrevistados 3 e 5, no momento da pesquisa não faziam parte do Colegiado, mas foram mobilizados por suas organizações para participar das entrevistas pelo conhecimento histórico que acumularam no processo de constituição da CEVA/AC. A primeira parte da entrevista buscou traçar um perfil dos/as entrevistados/as a partir de informações sobre sexo, idade e formação, que são apresentadas nos quadros 3, 4, 5 e 6.

Quadro 3 – Distribuição dos entrevistados por sexo

Sexo	Nº de entrevistados	%
Feminino	4	33
Masculino	8	67
Total geral	12	100

Fonte: Oliveira, 2020. Dados de campo.

A análise dos dados mostrou que a maioria (67%) era do sexo masculino e adulto,na faixa dos 41 aos 50 anos (58%). Quase todos (92%) tinham um nível educacional mais elevado, com nível superior completo, e 42% tinham pós-graduação. A maioria deles (58%) era formada na área ambiental. Mas, no grupo havia dois da área econômica, um da área de saúde e um da gestão pública.

Quadro 4 – Distribuição dos entrevistados por faixa etária

Faixa etária	Nº de entrevistados	%
30-40	2	17
41-50	7	58
51-60	2	17
60 ou mais	1	8
Total	12	100

Fonte: Oliveira, 2020. Dados de campo.

Quadro 5 – Distribuição dos entrevistados por nível de formação

Nível de formação	Nº de entrevistados		%
Especialização		3	25
Graduação		6	50
Mestrado		1	8
Doutorado		1	8
Sem Informação		1	8
Total		12	100

Fonte: Oliveira, 2020. Dados de campo.

Quadro 6 – Distribuição dos entrevistados por área de formação

Área de formação	Nº de entrevistados	%
Ambiental	7	58
Economia	2	17
Saúde	1	8
Gestão pública	1	8
Sem Informação	1	8
Total	12	100

Fonte: Oliveira, 2020. Dados de campo.

Os quadros 7 e 8 mostram informações relacionadas ao tempo de trabalho e cargos ocupados. Verificou-se que os/as representantes da sociedade civil tinham mais tempo de trabalho em suas organizações que os/as representantes do poder público. No primeiro grupo, 25% tinham tempo de trabalho variando entre 11 e 20 anos. No segundo grupo, apenas um entrevistado estava nessa faixa. Os demais tinham entre 1 e 2 anos. Esse resultado decorre do fato de que parte dos entrevistados são os gestores máximos das instituições que passaram a compor o governo em 2019.

Quadro 7 – Distribuição dos entrevistados por tempo de trabalho em suas organizações

Tempo de trabalho	Sociedade civil	%	Poder público	%
1 a 2	2	17	2	17
5 a 10	1	8	0	0
11 a 20	3	25	2	17
mais de 20	1	8	0	0
Sem informação	0	0	1	8
Total	7	58	5	42

Fonte: Oliveira, 2020. Dados de campo.

Observou-se que entre os/as representantes da sociedade civil a maioria (42%) não possuía cargo de direção. Eram pessoas que integravam os quadros técnicos nas organizações ou eram lideranças em movimentos sociais. Já no setor público todos possuíam cargo. Eram chefe de departamento, coordenador, presidente ou secretário de Estado.

Quadro 8 – Distribuição dos entrevistados por ocupação de cargos em suas organizações

Cargo	Sociedade civil	%	Poder público	%
Sim	1	8	6	50
Não	5	42	0	0
Total	6	50	6	50

Fonte: Oliveira, 2020. Dados de campo.

Por fim, o quadro 9 apresenta trechos que relatam a trajetória dos/as entrevistados/asaté chegar à CEVA/AC. Identificou-se que os/as representantes da sociedade civil tinham, em alguma medida, experiência com o tema ambiental, organização social, mulheres e indígenas e, a própria organização, tinha uma trajetória de atuaçãonestes temas. A experiência acumulada do/a profissional era considerada na escolha da representação da organização para a Comissão. Pelo lado do setor público foi a força institucional do cargo que levou o/a representante à participação no colegiado.

Quadro 9 – Qual a sua trajetória até chegar na CEVA?

Entrevistado	Trajetória
Entrevistado 1	O trabalho que a gente faz com o movimento social de certa forma mexe com o quadro do governo. E dentro das discussões dos recursos que o estado buscava de fora das instituições, a gente sempre fez questão de que ele chegasse lá na ponta. Em reuniões e discussão com governo e secretários do meio ambiente [] a gente fazia essas discussões. []
Entrevistado2	Entrei no [] pra trabalhar num programa de paisagens que existe na Amazônia []Nessa entrada me deram pra tocar a agenda de governança das paisagens. A ideia era contribuir também com a casa, com o programa Amazônia com a expertise que eu trazia com os produtos florestais não madeireiros. Esse programa tinha uma abordagem pra mercados, ajudar a pensar como acessar esses produtos, as paisagens.
Entrevistado3	Acompanho a CEVA desde 2012. Como suplente. O [] participa dessa discussão de REDD no Brasil, a nível nacional e tem todo um trabalho nesse sentido, as nossas equipes com políticas públicas. []então a gente tava aqui, foi meio que natural a gente estar juntos. Não tinha como criar um programa de REDD no estado sem a gente.
Entrevistado4	Começou no Grupo de Trabalho Indígena []o que a gente discutia quando se falava em REDD, que a gente ficava se questionando, a liderança indígena como que vai beneficiar o programa pra quem não desmata pra quem faz conservação. Desde o inicio[]era,e é ainda, é um tema muito complexo.
Entrevistado5	Tem trabalhado com política ambiental desde 2013. Na época [] o GTI era o organismo que foi criado para ampliar a participação indígena dentro do Sisa, [] GTI não se sentia seguro o suficiente pra que a Ceva tivesse esse papel de deliberação em função dos indígenas. []Ai começou a ter essa discussão que era necessário ter uma instituição que representasse os povos indígenas dentro da Ceva pra poder acompanhar e tomar decisões relativo a parte indígena.
Entrevistado6	Desde que começou a discussão do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais no governo do Binho e passamos a acampar as discussões no Conselho. Fizemos um estudo a respeito da atuação desses conselhos tivemos atuação bem ativa. Na época que começou a discussão sobre REDD na Amazônia, a Rede GTA tomou a decisão de ser protagonista neste processo. E fomos nós que elaboramos a primeiras propostas de princípios de REDD no Brasil.
Entrevistado7	Desde 1988 a gente [] começou a falar sobre as reservas das áreas que são de fazendeiros. Porque eu olhava pras áreas, pras reservas que são dos fazendeiros pra fazer manejo florestal. E aí conversando []a gente já sonhava em transformar todas as áreas com reserva legal em manejo florestal, obviamente preservados os 80% e depois a gente sabia que[]tinha que trabalhar uma política maiorpra poder esses fazendeiros manter suas áreas, manter as seringueiras, castanheiras. E a gente sempre falava no pagamento por serviços ambientais, a gente não falava muito do carbono naquela época. Ai teve o grande []avanço de ter essas áreas consolidadas, o manejo dessas áreas.
Entrevistado8	Eu entrei na Ceva nesta gestão. Mudaram todos os gestores [] Até então a gente não participava da primeira composição; porque do pouco que eu conheço da Ceva, era um colegiado []pra acompanhar os projetos que estão envolvidos com carbono. Então gente sabia que existia []algumas reuniões do final do ano passado foi apresentado o relatório e a gente passou a conhecer um pouquinho mais.
Entrevistado9	Há muito tempo a gente tem [] fez parte da formação []a gente já tinha algum conhecimento. E na transição eu acabei entendendo um pouco mais.
Entrevistado10	Entrei na Ceva por força institucional.
Entrevistado11	Cheguei na CEVA em meados do ano passado (2019). Assumi a coordenação do REM, em fevereiro de 2019, e me colocaram como suplente na CEVA em decorrência da minha relação com o Programa REM.
Entrevistado12	Sem informação
	

Fonte: Oliveira, 2020. Dados de campo.

III – RESULTADOS DA PESQUISA: ANÁLISE DA GOVERNANÇA

3. Mudanças no contexto político

O ponto de partida desta análise passa necessariamente pela compreensão das mudanças recentes no contexto político acreano. Em 2019, tem inicio a gestão do governo Gladson Cameli – que rompe uma trajetória mais de 20 anos de governos do Partido dos Trabalhadores – etraz uma nova perspectiva de desenvolvimento e uma nova abordagem sobre as questões relacionadas às mudanças climáticas e a participação social na gestão de políticas públicas.

É reconhecida a perspectiva de desenvolvimento baseado na sustentabilidade, manutenção e valorização das florestas, introduzida pelas gestões petistas na implementação de políticas ambientais. Também, foi destaque nesse período a participação e o diálogo com a sociedade civil organizada na formulação e implementação de políticas públicas, especialmente por meio dos conselhos estaduais de políticas públicas. Foi nesse contexto que um conjunto de políticas ambientais foi construído, constituindo as bases para a criação do SISA e a constituição da CEVA/AC, enquanto uma instância de participação social na formulação e gestão de políticas públicas. Como destacou umentrevistado:

O processo de construção dela [CEVA] se deu por ser pioneiro de uma forma, talvez, que a gente não tivesse que começar do zero. Então ele passa por um processo onde você tem todo um arcabouço institucional-legal, que são elementos importantes pra uma lei, e que ai se constrói o Programa SISA (Entrevistado 2).

De outra parte, organizações ambientalistas se projetaram local, regional, nacional e internacionalmente no debate sobre REDD, constituindo uma expertise institucional, com amplo potencial de contribuição com a construção de políticas públicas voltados para a redução dos efeitos das mudanças climáticas. Como destacaram:

O WWF participa dessa discussão de REDD no Brasil, a nível nacional, e tem todo um trabalho nesse sentido com as [...] equipes [que atuam] com políticas públicas. [...] Estava aqui, foi meio que natural estar junto [na construção do Programa REM]. Não tinha como criar um programa de REDD no estado sem o WWF (Entrevistado 3).

Na época que começou a discussão sobre REDD na Amazônia a Rede GTA tomou a decisão de ser protagonista neste processo. [...] [Participou da elaboração] das primeiras propostas dos princípios de REDD no Brasil. [Teve] um papel central na discussão da lei e das diretrizes da Política. Estava quando a discussão se afunilou nos Conselhos Estaduais [meio ambiente, floresta e desenvolvimento sustentável] (Entrevistado 6).

A sociedade civil buscou garantir a sua participação na formulação das políticas de mudanças climáticas participando da CEVA/AC. Do ponto de vista dos entrevistados/as, as organizações sociais foram mobilizadas, num processo de autoorganização, para contribuir com a construção do Programa REM e, posteriormente do SISA, como afirmou um entrevistado:

Foi quando esse grupo da sociedade civil entrou pra Ceva. Era uma coisa que a gente colocava a necessidade de ter um fórum pra fazer acompanhamento, controle e tudo mais, que não fosse só os órgãos públicos. Que a sociedade civil entrasse e também de forma paritária. Na verdade, no começo, foram todas as ONGs que entraram e começaram as discussões. Todo mundo que estava envolvido nisso foi chamado e começou as conversas. Mas daí alguns foram ficando e outros ficaram pelo caminho. A ideia era incluir a sociedade civil, que estava a fim de participar CEVA (Entrevistado 3).

Havia à época uma confluência de interesses da sociedade civil e do governo do estado para a construção de políticas de preservação e valorização da floresta:

As pessoas estavam num cenário, participando de um processo de construção. É como no processo anterior, ou seja, a sociedade civil vem pra cima pra aquilo que estava sendo construído pelo governo meio sem essa participação, mas onde ele vê materialidade [...]é uma

proposta que está ali materializando tudo que se pensou de pagamento por serviços ambientais, muita coisa concreta com engajamento da sociedade(Entrevistada 2).

Esse processo de diálogo resultou implementação da primeira fase do Programa REM, sendo formulada durante o governo de Binho Marques (2007-2010) e concretizada por Tião Viana (2011-2018). Durante os cinco anos da primeira fase do programa (2012-2017), o Acre recebeu 25 milhões de euros (R\$ 105 milhões). Ao fim de 2017, o governo do Acre e o governo alemão, por meio do KFW, renovaram a parceria por mais cinco anos. O novo contrato passou a ter a participação do Reino Unido, previa o pagamento de 30 milhões de euros (R\$ 120 milhões), referentes a 7,2 milhões tCO2 e que estão disponíveis no Infohub Brasil (IMC, 2020. Disponível em: http://imc.ac.gov.br/programa-para-pioneiros-em-redd-rem/.

A gestão Cameli, que teve início em 2019, trouxe mudanças importantes nessa relação sociedade e Estado e na perspectiva do governo sobre as questões ambientais, com importantes consequências para o Programa REM. Conforme noticiado na imprensa nacional em alinhamento com a nova gestão da Presidência da República, o governo Cameli tem questionado os dados oficiais que indicam o avanço do desmatamento na Amazônia e no estado do Acre, que comprometiam os repasses dos recursos pactuados no Programa REM.

A partir das entrevistas pode-se inferir que o processo de transição no âmbito do governo, de apropriação e ajustes ao Programa REM e a CEVA/AC foi prolongado e de pouco diálogo com a sociedade civil. Os novos gestores foram indicados para a CEVA/AC pelo Decreto nº 4.608/2019. Os dados das entrevistas mostram que as atividades da CEVA/AC só foram retomadas no final do primeiro semestre de 2019, com a realização primeira reunião daquele ano. Foi uma reunião conturbada e com pouca clareza:

A transição, a estruturação do governo, a nomeação dos membros tivemos uma série de dificuldades que no final, a gente não conseguiu... a gente fez uma reunião [...] que foi um pouco conturbada, num momento onde não se sabia quem representava o que, não tinha nomeação, não se sabia se era uma reunião ordinária ou extraordinária, a discussão permeou um plano de

trabalho que não tinha sido apresentado, foi a reunião do primeiro semestre (Entrevistado 11).

O novo arranjo institucional dentro do governo resultou da incorporação do IMAC, da SEPLAG e da Casa Civil, com atribuições especificas na execução:

Dentro do governo a Seplag é responsável pelo planejamento do REM e onde roda a Fase 2. O IMC também. É como se fosse o porta voz de tudo isso. A Sema é órgão executor. Antes a Sema fazia a gestão. Agora a gestão foi pra Seplag. O IMC é o porta-voz e a Sema entra executando uma parte. O IMC é como se fosse oporta voz e faz o monitoramento. A Sema faz acompanhamento, mas não só do REM e de outros programas. Um dos maiores desafios da nossa gestão é não fazer essa sobreposição (Entrevistado 8).

A visão sobre o novo arranjo e as atribuições estabelecidas para os novos órgãos integrantes não é unificada, ao contrário, apresenta divergências significativas entre os integrantes da CEVA/AC, como pode ser observado nos trechos das entrevistas descritos abaixo:

A Casa Civil, agora está tendo um papel fundamental. Está sendo a parte dos tomadores de decisões. Não só no REM. A gente acabou de ver um fato que fez a cópia pra Casa Civil e ela vai disparar o comando e controle no Acre. Então a Casa Civil está assumindo um papel de importância porque tem mais autonomia de cobrar o secretariado, cobrar os executores que fazem chegar na ponta. E a instância de tomadores de decisão que é mais forte que todas as outras. Não está no mesmo nível de igualdade do secretariado e está ligada direto ao governador (Entrevistado 9).

Foi colocada a nova proposta e a tomada de decisão passa agora necessariamente pela Casa Civil. [...] Eu fui uma das pessoas que questionei. Toda a argumentação [...] foi que mudando pra tomada de decisão da Casa Civil era pra desburocratizar e agilizar. E cheguei a falar desculpa se estou sendo ponto fora da curva aqui, mas me parece que um processo decisório que tem que passar pela Casa Civil vai burocratizar ainda mais, vai demorar mais. Não vai ser mais ágil, vai ser mais

hierárquico, mais complicado, vai cair na vala comum. Essa é uma discussão que a gente estava colocando muito forte. Esse é um programa de redução de emissões, é um programa de REDD, é um programa para fazer as coisas diferentes (Entrevistado 3).

Percebe-se também na avaliação dos/as entrevistados/as, que o diálogo inicial entre os representantes do novo governo e a sociedade civil parece ter sido delineado por uma "desconfiança" de ambas as parte. De um lado, a sociedade civil detentora da memória de constituição do Programa, de funcionamento do colegiado, e defensora de seu protagonismo nesse processo; do outro, um novo governo crítico, com perspectivas opostas ao governo anterior, do qual a sociedade civil esteve politicamente mais alinhada, e com novos interesses em relação ao Programa. O trecho abaixo ilustra esse entendimento:

[...] quando mudou o governo as primeiras reuniões a gente ficava assim, o pessoal da Ceva vem aqui, vem pra criticar, pra empatar... Nunca foi assim. Sempre foi agenda positiva. [...] principalmente nas primeiras duas [reuniões] com o governo novo [...] não viemos pra isso, estamos aqui pra defender um programa que nós somos protagonistas na construção. Não é um programa de governo que vocês chamaram pra dar palpite; não é isso. [...] O programa é tão nosso quanto do governo. Acho que esse é o espírito que talvez falta ainda. É um projeto pro nosso estado, investimento pro nosso povo, pras comunidades, que todo mundo é protagonista ajudou, se esforçou pra criar. Então tem um pouco esse caráter assim de dar uma desqualificada na sociedade civil ignorando toda a história de construção e onde a gente chegou hoje (Entrevistado 3).

Por fim, parece haver uma percepção de que existe uma divergência dentro do governo e uma falta de transparência em relação ao que o governo pensa ou se propõe a fazer em relação ao Programa REM. Sobre isso, um dos entrevistados relata:

[...] então a própria divisão do governo de que uma ala pensa de um jeito e a outra [...] que interfere na tomada de decisão... porque você tem um governo super instável, que não sabe o que quer com o Programa, mas está gastando o dinheiro. E por um lado você tem um grupo

da sociedade civil que não vê essa transparência do governo e fica ainda tentando segurar e fazer com que o projeto de alguma maneira seja executado (Entrevistado3).

Corroborando com esse entendimento verificou-se que foi constituído pelo governo uma nova estrutura que de certa maneira sobrepõe com a CEVA/AC - o Comitê Gestor de Mudanças Climáticas do Estado do Acre. O Comitê é parte da política que criou o SISA, do Programa de Incentivos por Serviços Ambientais (ISA Carbono) e demais Programas de Serviços ambientais e produtos ecossistêmicos do Acre. Seu objetivo entre outras coisas delinear, monitorar e estabelecer diretrizes gerais para as ações voltadas ao desenvolvimento sustentável associado a serviços ambientais, a mitigação e a adaptação das mudanças climáticas, além de articular as ações das instituições estaduais voltadas ao planejamento e execução de políticas econômicas e ambientais e ao fomento da produção florestal, agroflorestal e agropecuária, vinculadas às atividades de valorização dos serviços ambientais e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Além de ser responsável por definir as estratégias de enfrentamento das mudanças climáticas com relação às ações de mitigação e adaptação.

O Comitê Gestor é presidido pelo IMC, e composto de representantes da PGE, da SEPLAG, da Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia (SEICT), da SEMA, da Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio (SEPA), do IMAC, do Instituto de Terras do Acre (ITERACRE) e da Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Estado do Acre (CDSA).

Finalizada essa primeira etapa de reflexão sobre as mudanças recentes no contexto político acreano e suas implicações na CEVA/AC, o foco da análise foi direcionado para compreender o comportamento dos elementos-chaves e variáveisque caracterizam, de forma geral, os processos de governança conforme apresentado no Quadro 1. Assim, análise apresentada a seguir, trás esses elementos identificados nas entrevistas e as reflexões decorrentes dessas manifestações. Pensando em estruturar melhor essa sistematização e análise foram organizados blocos a partir de questões mais amplas apresentadas nos subtítulos.

4. A CEVA/AC é um colegiado plural?

Partindo dessa questão buscou-se identificar quais os atores que participaram da composição da CEVA/AC, desde sua criação. A composição desse colegiado, como já mencionado, deve seguir a Lei nº 2.308/2010, que determinou uma composição obrigatória de, no mínimo, oito membros assegurando-se a paridade entre representantes da sociedade civil organizada e do poder público.

Os/as representantes da sociedade civil são indicados pelo Coletivo de Conselhos e os/as representantes do poder público são de escolha do chefe do executivo estadual, dentre os/as representantes dos órgãos que integram o mesmo Coletivo.A nomeação dos/as representantes titulares e suplentes se dá por meio de decreto estadual para um período de representação de dois anos. Contudo, o Decreto nº 10.308/2018 ampliou a composição para 10 integrantes, permitindo a indicação de cinco representantes da sociedade civil e cinco do governo.

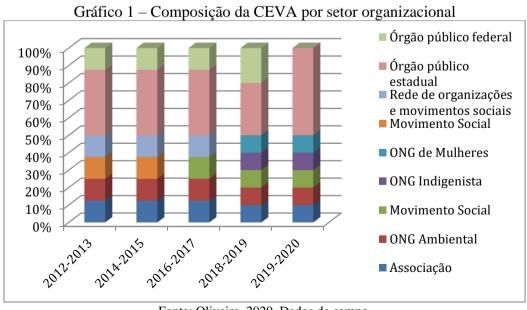
Uma análise dos decretos de nomeação editados pelo governo no período de 2012 a 2020 permitiu a identificação de sete organizações da sociedade civil e oito órgãos do poder público que estiveram representados na CEVA/AC (Quadro 10). Observa-se que entre as organizações da sociedade civil houve uma maior rotatividade de organizações participantes do que entre os órgãos de governo. No quadro verifica-se que o WWF e a ASSIMANEJO representantes da sociedade civil e a SEMA, PGE e IMC, representantes do governo estiveram presentes em todos os mandatos no período analisado, desde a criação da CEVA/AC. Portanto, acumulam um conhecimento histórico do processo de construção do Programa REM e do SISA, assim como, de seu processo de governança.

Quadro 10 - Organizações integrantes da CEVA/AC no período de 2012 a 2018.

Organização			2016-2017	2018-2019	2020-2021
ASIMMANEJO	X	X	X	X	X
WWF	X	X	X	X	X
CNS			X	X	X
CPI/AC					X
RAMH					X
CUT	X	X			
GTA	X	X	X		
PGE	X	X	X	X	X
SEMA	X	X	X	X	X
IMC			X	X	X
IMAC					X
SEAPROF		X			
SEPLAG					X
EMBRAPA	X	X	X	X	
ICMBio				X	
	_	011 1 04	200 P 1 1		

Fonte: Oliveira, 2020. Dados de campo.

Outro aspecto considerado na análise dos atores foi o vínculo com os diferentes setores organizacionais. O Gráfico 1 mostra que no âmbito da sociedade civil, em todos os mandatos, houve uma maior diversidade de setores representados da CEVA/AC. Participaramdeste colegiado movimentos sociais, representados pelo CNS e CUT; associações, representada pela ASSIMANEJO; organizações não governamentais, representadas pela WWF, CPI/AC e RAMH; e rede de organizações e movimentos sociais, representada pelo GTA.



Fonte: Oliveira, 2020. Dados de campo.

O Gráfico 1 revela, também, que no âmbito do poder público houve uma concentração de representação de órgãos estaduais e federais. Entretanto, no mandato atual a representação passou a ser exclusivamente pelos órgãos estaduais. A indicação dos representantes de governo é uma atribuição do governo conforme estabelecido na lei de criação e decretos de regulamentação do SISA e no Regimento Interno. Entretanto, parte dos entrevistados ressaltou ser de bom senso o diálogo na CEVA/AC sobre a inclusão ou exclusão de representantes, seja do poder público, seja da sociedade civil. Registros indicam que a saída dos órgãos federais no último mandato não foi explicada:

Por exemplo, retiraram a Embrapa e o ICMBio. Em nenhum momento consultaram a Ceva, a sociedade civil. Isso foi colocado quando fizemos reuniões. [...]retiraram instituições estratégicas. A Embrapa eu não saberia dizer. Mas com relação ao ICMBio, a gente se sentiu lesado. Quando a gente começou a participar. Na reunião a gente sentiu falta. E nós fizemos perguntasàs instituições e não tivemos respostas. Só que, como falei no início, já foram feitas mudanças sem consulta. Até as do governo deveriam ter sido discutidas. Porque tudo bem é indicação, mas é legal [...]Pelo menos no ICMBio a gente colocou o argumento do porque [da indicação]. Então no mínimo a gente poderia ouvir porque determinada instituição esta sendo indicada. Qual a relação, qual o papel dela para o Sisa? (Entrevistado 4).

Na época o governo [...]tirou o ICMBio. É como eu falei o governo é soberano, antes foi discutido em conselho, agora não foi.Tirou o ICMBio e colocou a SEPLAG. E tirou a Embrapa também e entrou outro. Então são coisas que a gente entende, mas que há uma preocupação dos demais (Entrevistado 7).

A composição da CEVA/AC também foi analisada do ponto de vista da representação das diferentes categorias sociais que integram o campo socioambiental. O Quadro 11 mostra que no primeiro biênio estavam presentes as classes dos industriais madeireiros, representado pela ASSIMANEJO; dos ambientalistas, representados pela WWF e GTA; e dos trabalhadores de forma geral, representados pela CUT.Em 2016-

2017, o CNS passou a representar os extrativistas. E, nos dois últimos biênios houve umaampliação da representação, com a integração da CPI/AC representando os/as indígenas; e RAMH representando as mulheres. Entretanto, uma lacuna na representação da agricultura familiar foi percebida durante as análises e expressa por um dos entrevistados:

A ideia era incluir a sociedade civil, que estava afim de participar, chamar [....]. Uma que a gente teve muita dificuldade desde o começo foi o setor da agricultura familiar. Então desde o começo foi chamado, tentado envolver, nunca conseguimos. [...] pra mim é uma das lacunas da governança. De certa forma a gente tem lá o setor madeireiro, tem lá os extrativistas, tem os indígenas, mas quem é que representa a agricultura familiar? (Entrevistado 3).

Quadro 11 - Atores sociais representados na CEVA (nº de organizações participantes)

Quadro 11 - Atores sociais representados na CEVA (n. de organizações participantes)						nerpanies)
Atores	2012-2013	2014-2015	2016-2017	201	18-2019 20	020-2021
Madeireiros	1	1		1	1	1
Ambientalistas	2	2		2	1	1
Extrativistas				1	1	1
Indígenas					1	1
Mulheres					1	1
Trabalhadores	1	1				
Total	4	4		4	5	5

Fonte: Oliveira, 2020. Dados de campo.

Outra reflexão relacionada à representação presente na fala dos/as entrevistados está relacionada à legitimidade da representação. O primeiro aspecto diz respeito à qual organização representa uma determinada categoria social no âmbito da CEVA/AC. Uma questão levantada inicialmente pelos extrativistas, que demandavam a representação por sua categoria de classe ou movimento social. Os registros das entrevistas demonstram:

Ai a gente começou a discussão como é que tem um comitê, uma comissão, um conselho, que eu não me sinto representado porque tem outra instituição [...] a gente sabe, da luta e da conquista [organização x], mas eu não me sinto representado por esta instituição, da minha classe. Não desconsiderando, a gente sabe o valor que ela tem. Os indígenas da mesma forma. Então a gente fica nessa discussão. Com isso a gente vai buscando

espaço. E aí os membros vão discutindo. E era exatamente por aceitação dos membros iniciais que iam aceitando outras instituições [...] Euvi que tivemos vários encontros dos povos da floresta, indígena, o nosso objetivo é muito parecido, mas a discussão é diferente. Então eu não me acho em condições de representar os indígenas. Assim como outras instituições que eu acho que tem um papel fundamental para a população trabalhadora, extrativistas, indígenas que não representa o seringueiro (Entrevistado 1)

Essa reflexão também pode ser feita em relação à representação dos povos indígenas na CEVA/AC. Apesar de ser uma importante conquista a participação de uma organização que represente os interesses indígenas tem-se a compreensão que o movimento indígena não está representado neste colegiado, como destacou um dos entrevistados:

A gente tem uma ressalva, porque a [...] não representa o movimento indígena. A gente trabalha com autonomia, a gente está lá, mas o certo seria uma organização indígena que contribua nesse espaço com a [...] A gente não representa as organizações indígenas, mas somos uma organização indigenista (Entrevistado 5).

Um segundo aspecto está relacionado ao número de representações no âmbito da CEVA/AC, o que leva a refletir sobre o tamanho desse Colegiado e seu papel. Experiências de grandes conselhos mostram o quanto os processos de discussão podem ser prolongados, quando existe um grande número de participantes. Por outro lado, o caráter do colegiado – se consultivo ou deliberativo – deve ser considerado ao pensar o tamanho do colegiado em função da necessidade de agilidade nos processos decisórios. Isso foi ilustrado nas falas dos entrevistados, quando questionados sobre o tamanho da CEVA/AC:

Se fosse pra CEVA ser uma instituição consultiva ela poderia ser ampliada. A gente sabe como funcionam estes espaços. Então era muito complicado [ser maior]. A gente precisava de agilidade. Por exemplo, eu tive que dedicar muito tempo a CEVA. Um tempo que nunca fui paga por isso. A forma como foi pensada ficou bem representativa (Entrevistado 6).

Acho de bom tamanho. Esse tipo de representação tem que ser um recorte, necessariamente. Não dá pra caber todo mundo. Para uma representação da sociedade junto ao projeto acho que está de bom tamanho (Entrevistado 10).

Desse ponto de vista, a participação sempre será limitada. Entretanto, diante de um programa de REDD em contraposição aos efeitos das mudanças climáticas, qual é esse limite? Quais os critérios para estabelecer um número razoável de representantes? Todas as organizações que atuam na questão ambiental estão devidamente representadas na CEVA? Esta última questão foi apresentada aos entrevistados. Em resposta, um entrevistado destacou:

Pela amplitude das pessoas que representam indígena, você pega muita gente, extrativistas, WWF acho que tem uma representação institucional muito grande. É bem representado (Entrevistado 11).

Eu fico com um pouco de dúvida, porque tem instituições que fazem um papel importante que não estão dentro da CEVA. E a minha dúvida é: pra fazer parte da Ceva tem que ser instituições que representam, ou que prestam serviços e ajudam a implementar qualquer tipo de ações ou de recursos que vem pro estado voltado a preservação do meio ambiente? Eu acho [...] que mais instituições precisam participar. Exemplo: a SOS Amazônia que presta serviço a não sei quanto tempo; [...] o CTA [...] o Pesacre que é uma instituição que prestou ATER que tem um conhecimento excelente da situação dessas pessoas que vivem [...]áreas de preservação sustentável, de área extrativista, de indígena, ribeirinho (Entrevistado 1).

Um terceiro aspecto relacionado à representação envolve os interesses dos representados. Neste sentido, um entrevistado destacou:

[...] eu sempre acho que representação não se dá na sua totalidade. É algo meio simbólico de certa forma. Se as pessoas que representam conseguirem um pouco jogar essas informações [...] se conseguir isso, ok, beleza, cumpre o papel. Neste caso específico, eu também estou pensando isso agora, eu acho que isso não é bem feito (Entrevistado 10).

Sendo parcial e simbólica, essa representação deve ser efetiva e, para tanto, é importante que a relação entre representante e representado seja alimentada, para que os interesses deste sejam, de fato, defendidos nos espaços de participação social. E como esses interesses estão sendo defendidos na CEVA/AC? Como os representantes e representados estão dialogando sobre os temas, os assuntos, as decisões do Programa REM? Estas são questões que deveriam ser refletidas nos processos que buscam uma governança mais eficiente.

Outros dois elementos da representação na CEVA/AC foram objeto de reflexão da pesquisa: a representação dos indígenas e das mulheres. Sobre a representação indígena, para além do que já foi explicitado, pode-se ressaltar o reconhecimento dos membros do Colegiado e a importância dessa representação, como destacou um dos entrevistados:

É fundamental. Sem a participação dos indígenas acho que fica faltando uma [lacuna] nesse negócio. É fundamental, assim como é a participação do representante dos extrativistas (Entrevistado 1).

Cabe ressaltar que os indígenas constituíram um Grupo de Trabalho no âmbito da CEVA/AC que, posteriormente foi transformado em Câmara Temática. Neste espaço são discutidas propostas de ações estratégicas direcionadas aos povos indígenas que são apresentadas ao plenário da CEVA/AC como recomendações ao Programa REM. Uma atuação de grande relevância como destacado por alguns entrevistados:

Tamanha é a complexidade de envolver os indígenas, por vários motivos comunicação, acesso e tudo mais [...] Eu acho que é um setor que tem uma representatividade. Não da pra falar que todos os povos indígenas estão representados. Não é bem assim, mais isso também é uma coisa quase que inatingível. [...] dentro dessa complexidade toda eu posso dizer que tem uma representação sim, super valida e consistente. Podia ser maior, melhor? Como as coisas andam nos indígenas, pra mim, é o que deveria acontecer em outros subprogramas. Porque os indígenas criaram um GT [discutem] quando vai ser investido [...] Nos outros não, é o governo que escolhe (Entrevistado 3).

A CT Indígena tem funcionado, só nesse último ano que não. Mas tem discutido muito bem e com a participação de uma ONG indígena que representa os indígenas dentro da Ceva isso é muito mais legitimo (Entrevistado 5).

A representação indígena é uma forma de garantir o acesso aos recursos do Programa, mas é também uma oportunidade para influenciar no seu desenho. A articulação dos indígenas, por exemplo, garantiu a constituição de um subprograma no SISA. Nesse sentido, entrevistados reconheceram ser adequada a representação indígena na CEVA/AC, como destacado:

Dentro do formato que foi pensado inicialmente e a forma como se daria a participação indígena, o GT indígena faz muito bem a representação [dos povos indígenas]. Porque não são apenas as entidades representativas e de assessorias [que participam], são as próprias lideranças dos povos indígenas no Acre que estão lá. A participação não era contada dentro [do plenário] da CEVA. Mas, tudo que era demandado no GT, era acatado [pelo plenário]. E tudo que a gente [plenário] tinha dúvidas era enviado pra eles [GT] e a resposta deles era acatada. Agora eles elegeram uma representação do GT para dentro [plenário] da Ceva. Isso amplia e acrescenta (Entrevistado 6).

Deve ser adequada a partir do momento que eles, indígenas, vão ter condições de apresentar algum projeto. Porque se eles não vão ter alguma área de atuação, se eles não vão estar contemplados em projetos de incentivo aos serviços ambientais, aí fica difícil. Eles vão estar lá pra opinar sobre o que? Se não tem interesse nada pra eles. Então se a comunidade indígena vai acessar projetos, vai poder trabalhar projetos de incentivos ambientais é justo eles estarem lá também pra defender o que é melhor pra eles. Mas eles têm que estar sendo contemplados dentro das políticas ambientais. Se eles tiverem participação em projetos então acho nada que mais justo. Estarem pra defender o que é melhor pra eles (Entrevistado 8).

O outro elemento de análise que diz respeito à participação, é o envolvimento das mulheres na CEVA/AC. O primeiro a ser destacado está relacionado à defesa dos

direitos das mulheres na participação política. Isto passa pela representação delas,a partir de organizações feministas, de mulheres ou mistas em espaços que discutem e definem políticas públicas. Esse parece ser um caminho ainda em construção na CEVA/AC. Diferente da representação indígena, que se mostra mais consolidada, a representação das mulheres, de suas questões específicase da defesa de seus direitos está em fase incipiente e com dificuldades de deslanchar.

A iniciativa de criar, em 2015, um Grupo de Trabalho de Mulheres que assim como o dos indígenas foi transformado em Câmara Temática, ainda não trouxe resultados concretos para o Programa REM. Os primeiros debates foram impulsionados por iniciativa da Coordenação, com um apoio da Secretaria Executiva, à época. Entretanto, com a mudança de gestores no âmbito do governo, em 2016, esse processo de debate foi interrompido. Os relatos dos entrevistados indicam que também houve uma mobilização do Banco Alemão KfW e outras organizações internacionais, para que esse tema se tornasse mais evidente na CEVA/AC e no Programa REM.

Diante disso, foram realizados alguns encontros de mulheres e foi contratada consultoria específica para auxiliar na construção de estratégia de participação das mulheres na CEVA/AC. Assim foi destacado:

O GT das mulheres foi mais complicado. A gente começou a mobilização desde 2015. Começou a fazer os primeiros debates a respeito da participação das mulheres. Aliás, eu sempre reivindiquei que tinha que ter não só o GT das Mulheres, mas também dos extrativistas e dos agricultores familiares. Com o gestor do IMC, da época, o negócio avançou. Mas quando mudou a gestão, aí parou. Começou uma pressão do próprio KfW para que o enfoque de gênero fosse mais evidenciado e aí, o tema ganhou outro peso. Nós começamos a fazer os encontros. A Iniciativa Internacional começou a pressionar também, que tinha que ter a questão de gênero inserida no processo, porque não estava muito evidente e precisava ser fortalecido. Aí teve esse avanço de pensar no GT, tivemos uma consultoria para pensar o formato, como se daria a participação, se seria um GT ou um conselho. A Universidade da Florida veio para fazer com a gente um

grande encontro. Mas aí a gente foi patinando (Entrevistado 6).

Ao que parece desde 2016, as atividades da Câmara Temática de Mulheres estão paralisadas. Apesardos esforços de mobilização realizados no âmbito do estado do Acre, a CT não ganhou o mesmo reconhecimento alcançado pela CT Indígenas, mesmo contanto com os recursos organizacionais e financeiros para essas atividades.

Da [reunião da Câmara Temática] das mulheres, é o que te falei, nunca aconteceu. [...]eu nunca participei e a gente nunca recebeu relatório (Entrevistada 7).

A [Câmara Temática] das mulheres não funcionou, ainda. Nem as mulheres que estão dentro da Ceva conseguem dialogar sobre as mulheres na Ceva, nem a CT Mulheres conseguiu funcionar. Eu não sei o que acontece. Porque a CTI funciona. Se tiver o órgão pra chamar as reuniões, o recurso pra fazer funciona. Agora das mulheres, não rodou. Não foi. Acho que desde 2015 que a gente tem tentado, fizemos reuniões, viajamos o Acre inteiro para constituir essa CT Mulheres, mas não consegue. Eu acho que vale a pena ter um esforço pra [acontecer] (Entrevistado 5).

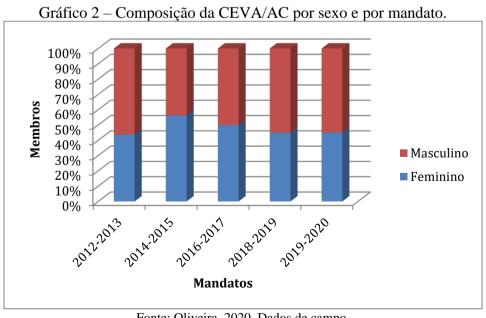
Faz-se necessário, assim, refletir sobre os limites, as barreiras que estagnaram esse processo de mobilização e articulação das mulheres na CEVA/AC. Nessa direção, percebe-se a dificuldade de reconhecer como legitima a participação e a representação das mulheres, que por isso, deve sempre ser afirmada. Chamou atenção a fala de um entrevistado ao questionar o sentido da participação das mulherese ao considerar que um indivíduo, independente do sexo, já representa os interesses de homens e mulheres que integram uma organização coletiva, não sendo necessário uma representação especifica delas. Assim foi relatado:

Em que sentido elas poderiam estar participando?
Porque eu acho assim, indígena, ok. Você tem conselho de seringueiro, são entidades que tem representatividade, ou homem ou mulher, pode ser do sexo masculino ou feminino, que vai representar todos. Agora, a mulher qual o sentido dela estar nesse conselho de monitoramento? Eu não sei. Eu acho que se for por questões de gênero tudo bem, mas eu não consigo ver

uma especifica representação da mulher dentro desse conselho. Qual sentido dela? Eu não consigo enxergar (Entrevistado 8).

Esse pensamento do membro entrevistado é um exemplo do que se pode chamar de cegueira de gênero, ou seja, não há o reconhecimento das diferenças entre homens e mulheres, constituídas social e historicamente, e que colocaram às mulheres condições de subordinação, opressão, violência e invisibilizaram seu trabalho, seu conhecimento e seu papel no desenvolvimento da sociedade. A elas, foram destinados o espaço doméstico e o trabalho de cuidados e reprodução da vida, geralmente desvalorizados. A eles, o espaço público, o trabalho produtivo e as responsabilidades e poderes sobre a sustentação da família, um trabalho de maior importância e valor.

Por isso, numa perspectiva mais rasa, garantir a participação das mulheres na CEVA/AC já é o primeiro passo para a reparação dessas desigualdades, considerando que elas ainda são minorias na política, na gestão pública e nas instâncias de decisão. Destaca-se que, a composição da CEVA/AC em relação ao sexo dos seus integrantes tem sido desde a criação bastante equilibrada, próxima de uma composição paritária como pode ser verificado no gráfico 2. Contudo, sem desmerecer o fato, não parece que isso tenha sido resultado de uma estratégia deliberada de equilíbrio de gênero dentro da CEVA/AC ou do Programa REM. Pelo menos não foi relatado por nenhum dos entrevistados.



Fonte: Oliveira, 2020. Dados de campo.

Desse ponto, o segundo aspecto a ser destacado é a incorporação dautilização da perspectiva de gênero e a afirmação dos direitos das mulheres. O gênero é uma importante ferramenta analítica que permite olhar os processos sociais, econômicos, culturais e históricos, e ver neles as desigualdades decorrentes dos valores diferenciados que foram dados aos papéis e responsabilidades desempenhados por mulheres e homens. A partir disso, a afirmação dos direitos das mulheres considerando suas especificidades, é a condição necessária para alcançar a igualdade. Com ações específicas e direcionadas a elas pode-se, por exemplo, fortalecer sua auto-organização, garantir sua autonomia e seu protagonismo. Sobre isso, um dos entrevistados destacou:

[...] não adianta ter só a representatividade. Quando são as mulheres, é só aquele grupinho. Tem que ter uma base pra poder ser representada (Entrevistado 9).

Essa base é constituída pela organização e o protagonismo das mulheres em grupos sociais, produtivos, econômicos e políticos. Entretanto, não é um processo simples, uma vez que devem ser consideradas as suas especificidades, ou seja, as necessidades das mulheres não são iguais para todas, pois elas têm identidades diferentes (agricultoras, indígenas, pescadoras, extrativistas, etc.), possuem condições sociais diferentes; residem em locais diferentes. Daí a dificuldade de uma representação única nos colegiados de participação social. Como destacou o Entrevistado 11:

Acho que precisa fortalecer a organização das mulheres. Mas têm as indígenas, as extrativistas... Quanto você fala em representação das mulheres eu não sei se a RAMH representa todos esses seguimentos. A gente sabe que o movimento social é bem complexo (Entrevistado 11).

Nessa trajetória de organização das mulheres pode-se ressaltar o papel das entidades de apoio e assessoria e, especialmente, de mobilização e formação das mulheres na base. A experiência e a expertise dessas organizações têm sido mobilizadas para mediar o debate sobre gênero e os direitos das mulheres em colegiados de políticas públicas. Assim, aconteceu na CEVA/AC, como foi afirmado:

No final de 2018, como estava muito forte o debate sobre a participação das mulheres dentro da CEVA, precisava de uma entidade que tivesse essa expertise, convidamos a RAMH para participar. Depois que a Rede foi eleita, internamente, eles me escolheram para fazer o debate no colegiado (Entrevistado 6).

O processo de constituição da CT Mulheres quando consolidado, dará ao Programa REM e ao SISA, ao incorporar a perspectiva de gênero e a garantia de direitos, oportunidade para as mulheres rurais, sejam elas agricultoras, camponesas, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras e indígenas, se fortaleçam e sigam desempenhandoseu importante papel no uso e manutenção dos recursos florestais e na condução de quintais agroflorestais e, por consequência, na redução do desmatamento. Além disso, como foi destacado em uma das entrevistas, o Programa tem um importante potencial para apoiar o fortalecimento e articulação das organizações e movimentos de mulheres:

A [...] tem um trabalho muito antigo, mas é uma organização que tem suas fragilidades, mais que o movimento indígena. A busca por envolver, trazer a questão de gênero é muito valiosa. Antes de jogar pedra na [...], que tem todas suas dificuldades, poucas pessoas, sem grana, mas as pessoas se dedicam, estão a fim, tem que fazer, buscam recursos [...] para trazer as mulheres pra discussão. Então, assim, é uma batalha, tentando trazer essa representação e fazer o fortalecimento institucional [...]. Aí é um exemplo da mão dupla. Como é que a gente pega uma organização que trabalha a questão de gênero e que está com dificuldades, se ficar do jeito que esta vai morrer, como é que a gente traz pra dentro e fortalece, tenta trazer mais gente, faz um movimento, chama uma oficina, como é que conecta isso com o movimento de mulheres camponesas, por exemplo. Então, assim, são caminhos que estão se buscando. Mas que tem suas fragilidades (Entrevistado 3).

Por fim, mas também pode ser visto como o início do processo de fortalecimento das mulheres considera-se fundamental importante romper com a resistência masculina de que a CEVA/AC pode ser sim, um espaço de defesa de políticas para as mulheres, como foi destacado em uma entrevista:

[...] querendo ou não ainda tem uma resistência que o cara não vai defender a política da mulher porque é homem. A agente ainda tem muito isso, tem que ser

realista. E aí é fundamental, não tem que deixar de existir [a representação das mulheres] (Entrevistado).

É evidente o desafio da CEVA/AC em avançar com a discussão sobre gênero ea questão das mulheres no âmbito do Programa REM e do SISA. Mas, é também uma oportunidade para que, a partir do colegiado, gestores e lideranças possam levar essa perspectiva para os demais espaços que discutem as políticas públicas no âmbito do governo e de outros colegiados.

Retomando a análise dos ateres na CEVA/AC, ressalta-sea rotatividade das pessoas que representaram as organizações. Desde a sua criação, passaram por este colegiado 49 pessoas, sem repetição. Desse conjunto, 33 pessoas(67%) exerceu apenas 1 (um) mandato e 12 pessoas (24%) exerceram dois mandatos, como pode ser observado no quadro 12.O número de pessoas que participaram por 3 ou mais mandatos representou 14%.

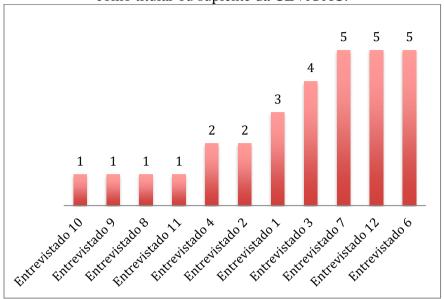
Quadro 12 – Número de mandatos exercidos pelos membros da CEVA/AC no período de 2012 a 2021.

Nº de mandatos	Nº de pessoas	%
5	4	8
4	2	4
3	1	2
2	12	24
1	33	67

Fonte: Oliveira, 2020. Dados de campo.

Verifica-se que essa rotatividade de indivíduos é maior entre os representantes da sociedade civil. Isso fica mais evidente quando se toma apenas os/as atuais integrantes da CEVA/AC. Conforme apresentado no Gráfico 3,quatro pessoas que participaram de apenas um mandato,o que representa 36%. Enquanto, três pessoas que participaram em cinco mandatos, o querepresenta 27%. Os entrevistados que participaram de mais de três mandatos concentram-se na sociedade civil.

Quadro 3 – Número de mandatos exercidos pelos/as entrevistados/as que participam como titular ou suplente da CEVA/AC.



Fonte: Oliveira, 2020. Dados de campo.

Pode-se considerar a CEVA/AC como um espaço plural, com representação das principais categorias sociais existentes no estado do Acre. Entretanto, existem lacunas na participação de atores importantes, como a agricultura familiar e camponesa, que são beneficiários diretos do Programa REM. Além disso, garantir a legitimidade das representações, ao que parece, é um desafio presente que deve ser considerado no processo de governança da CEVA/AC.

5. A CEVA é um colegiado policêntrico²?

Partindo dessa pergunta buscou-se identificar quais os órgãos públicos integram e participam do processo decisório da CEVA/AC e da implementação do Programa REM. Este colegiado, que obrigatoriamente deve ter 50% de órgãos do setor público, possui cinco representantes governamentais, conforme identificado no quadro 13. Atualmente, a representação do poder público é feita, exclusivamente, pelo governo estadual. Em outros mandatos, o governo federal esteve representado pela Embrapa e

_

² O caráter policêntrico da governança resulta da percepção de que o poder de decisão está distribuído em diferentes instâncias de governo e em múltiplos setores e jurisdições. Trata-se de uma característica distintiva da governança, que nas palavras de Bevir (2013) reflete e responde ao fato de que governar é um fenômeno cada vez mais híbrido, multijurisdicional e plural.

ICMBio. Mas, no atual biênio estas organizações não foram incluídas, como já foi mencionado.

Nesse aspecto da governança, pode-se refletir sobre a lacuna na representação das instâncias municipal e federal, considerando seu papel e responsabilidades na implementação de políticas ambientais e de mudanças do clima. Perguntas ficam em aberto: como o governo estadual dialoga com estas instâncias? Onde faz esse diálogo? Como promove a integração de políticas relacionadas ao meio ambiente e clima? A interlocução com eles o compartilhamento de responsabilidades não potencializaria o Programa REM?

Outra dimensão, integradaà análise dadistribuição dos centros de poder no processo de governança, diz respeito aos setores da política envolvidos. O quadro 13 mostra que predominamna CEVA/AC os órgãos estaduais do setor ambiental, com a participação da SEMA, IMAC e IMC. Nessa perspectiva, pode-se observar uma lacuna decorrente dessa concentração de órgãos na interlocução da CEVA/AC com órgãos responsáveis por outrosaspectos das políticas ambientais, como a regularização fundiária, infraestrutura, ciência, tecnologia e inovação. Outras perguntas ficam sem respostas: como são tratados e resolvidos os problemas que podem ser limitantes ao Programa? Onde estes órgãos interagem e dialogam sobre as demandas dos beneficiários atendidos pelo Programa REM?

Quadro 13 – Organizações do poder público participante da CEVA

Organização	2012-2013	2014-2015	2016-2017	2018-2019	2019-2020
PGE	1	1	1	1	1
SEMA	1	1	1	1	1
IMC	1		1	1	1
IMAC					1
SEAPROF		1			
SEPLAG					1
EMBRAPA	1	1	1	1	
ICMBio				1	
Total geral	4	4	4	5	5

Fonte: Oliveira, 2020. Dados de campo.

Por fim, o último aspecto da participação dos centros de poder na CEVA/AC diz respeito à jurisdição na qual atuam estes agentes. A centralidade da representação de órgãos vinculados ao Estado, obviamente limita a abrangência das ações implementadas pela CEVA/AC, especialmente no tocante as políticas públicas, aos limites do estado do

Acre.Mas, considerando, por exemplo, os assentamentos da reforma agrária, as terras indígenas e áreas de Povos e Comunidades Tradicionais que estão sob a gestão de órgãos federais, como o Programa REM é implementado nessas áreas? Quais as estratégias de atuação em áreas de gestão municipal?

Quadro 13 – Organizações do poder público participante da CEVA por setor da política e jurisdição

Organização	Setor Organizacional	Setor da Política	Jurisdição
PGE	Órgão Público Estadual	Jurídico	Estadual
SEMA	Órgão Público Estadual	Ambiental	Estadual
IMC	Órgão Público Estadual	Ambiental	Estadual
IMAC	Órgão Público Estadual	Ambiental	Estadual
SEAPROF	Órgão Público Estadual	Agrícola	Estadual
SEPLAG	Órgão Público Estadual	Administrativo	Estadual
EMBRAPA	Órgão Público Federal	Pesquisa	Federal
ICMBio	Órgão Público Federal	Ambiental	Federal

Fonte: Oliveira, 2020. Dados de campo.

A CEVA/AC é um espaço de compartilhamento de decisões entre órgãos de uma única instância (estadual), de um setor específico da política (ambiental) e com atuação nos limites jurisdicionais do estado do Acre. Centros de decisões importantes para as políticas ambientais e de mudanças climáticas, o governo local e o governo federal, estão ausentes desse processo. Ao que parece, esta pode ser uma grande limitação ou barreira que restringe o potencial de transformação do Programa REM.

6. A CEVA foi criada para exercer quais papéis?

A CEVA/AC é uma estrutura integrante do SISA/AC constituída por meio da Lei Estadual nº 2.308, de 22 de outubro de 2010. No processo de constituição da CEVA/AC deve-se considerar a importância das salvaguardas. Este mecanismo tornou a criação da CEVA/AC um condicionante prioritário do SISA e para o Programa REM. A salvaguarda número 05, estabelece que se deve garantir a participação plena, efetiva e representativa dos beneficiários no planejamento das iniciativas do SISA.

De acordo com a legislação ³ as principais atribuições da CEVA/AC são de acompanhamento e avaliação dos programas, sub-programas, planos de ação e projetos especiais relacionadas ao SISA. A transparência e o controle social são, portanto, princípios fundamentais que orientam as ações deste coletivo. Como destacado pelo governo do Acre:

Todas as ações do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre (SISA) são guiadas pela transparência, a participação social e o compromisso técnico-científico. Esses princípios explicam a criação de instrumentos como a Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento do SISA; o Grupo de Trabalho Interinstitucional Indígena e o Comitê Científico. Composto por diferentes grupos da sociedade, esses instrumentos se revelam canais democráticos que orientam e legitimam o processo de execução do SISA, garantindo que as ações do Sistema obedeçam a interesses da sociedade acreana (ACRE, 2020)4.

De acordo com os entrevistados/as a CEVA/AC foi constituída a partir de uma demanda pela participação da sociedade civil no processo de construção do programa REM, do SISA e das políticas de mudanças climáticas e, posteriormente, da gestão e do controle social. Nessa perspectiva, a definição de estratégias e o planejamento de ações utilizando instrumentos e momentos espaços que garantam a participação dos atores envolvidos no financiamento e na execução, assim como dos beneficiários/s, são condições fundamentais num processo de governança participativa. Nesse sentido, ficou evidente que em sua trajetória a CEVA/AC teve esses momentos:

Os planejamentos foram, pelo menos do REM fase 2, super participativos. Eles chamaram oficinas que tinham mais de 200 pessoas. Chamaram reuniões menores temáticas e tinha salas com 30 a 40 pessoas. Chamaram grupos pequenos e chamaram conversas individuais (Entrevistado 3).

A Ceva pra mim é um espaço onde a gente tem autonomia, ou melhor, é pra ter, de participação da

_

 $^{^3\}mathrm{Lei}\ 2.308/2010$ e retificadas pelos Decretos ns. 4.300/2012, 7.708/2014, 4.877/2016 e 10.308/2018.

⁴Fonte: http://imc.ac.gov.br/governanca/Acessado em 19/03/2020.

sociedade civil no recurso que o estado busca, em nome destas famílias que estão residindo [na floresta] no caso os indígenas, extrativistas e ribeirinhos (Entrevistado 1).

A decisão coletiva e o controle social nos processos de governança não podem ser restritos aos eventos pontuais de planejamento. Monitorar, acompanhar, fiscalizar e re-planejar são etapas desse processo de construção coletiva e diálogo entre atores, que devem ser continuamente realizadas. Essa perspectiva é observada pelos membros da CEVA/AC:

É uma instância de controle social. Um fórum de pessoas que ajudam a construir, monitorar o programa (Entrevistado 3).

[A CEVA] é um espaço também de decisões pra ser implementado o recurso e os projetos da melhor forma possível. Desde a hora que você pensa o projeto, até a hora da aplicação, da gestão, do funcionamento. A gente começa a discutir exatamente, e acho que isso foi feito. Tira da pecuária vai pro extrativismo, tira da agricultura e vai pra subvenção, corta do manejo madeireiro, isso é melhor aqui e tal. Então é um espaço onde a gente discute e vai afunilando as necessidades das ações que são feitas no estado (Entrevistado 1).

O papel da Ceva é justamente acompanhar. [...] é a gente ir quando eles forem fazer as visitas de campo, se não pode ir todo mundo, sempre ir em um. A gente tem que ir até o final [beneficiários] [...]. Segundo é trabalhar verdadeiramente dentro das secretarias que fazem essa extensão rural [...]Épapel da Ceva ir pra assembleia legislativa, porque a maioria [dos parlamentares] não sabe o que é a Ceva, para eles entenderem a importância desses recursos. A importância da Ceva. Porque sem a Ceva não tem o dinheiro. Porque a Ceva foi criada, quando criaram a lei, justamente pra fazer a governança de forma equilibrada. Então tudo isso a gente precisa expor [...]. O papel da Ceva é verdadeiramente fazer com que o governo chegue até a ponta. Que o recurso... a finalidade com que ele foi pensado e foi conquistado que ele realmente chegue até a ponta. Chegue através dos subprogramas (Entrevistado 7).

Por fim, em um espaço de participação e gestão social o processo de governança pressupõe o compartilhamento das decisões, onde os atores envolvidos assumem a coresponsabilidade pela definição das estratégias, a aplicação dos recursos e o acompanhamento e avaliação dos resultados. Neste espaço, onde estado e sociedade participam e definem juntos, essas ações ganham maior legitimidade perante a sociedade como um todo. Os processos de governança devem caminhar nessa direção. Contudo, um dos desafios é superar a visão instrumentalista da sociedade civil, como aquela que apenas ajuda a construir, mas na prática não decide e legitima os interesses do estado, como mencionado por um dos entrevistados:

[A CEVA é o espaço onde] a sociedade civil tendo a voz e vez, e ajudando o governo a construir. Ela não é somente fiscalização, somente olhar. Eu acho que, assim como o governo, ela se fortalece e se ela conseguir se juntar e se fortalecer como um todo, ela acaba sendo uma estrutura que vai dar um suporte e uma legalidade pras ações do governo; mas ela tem que se unir cada vez mais(Entrevistado 9).

Se a governança está relacionada com compartilhamento de poder e coresponsabilidade, os atores – representantes do estado e da sociedade civil – devem ter o mesmo entendimento sobre os objetivos, os instrumentos, as responsabilidades e as etapas do processo de decisão, os recursos disponibilizados e os resultados que são percorridos. Nesta perspectiva é importante estabelecer, claramente, os limites da CEVA/AC enquanto colegiado de gestão social do SISA e do Programa REM. Percebese nas entrevistas diferentes perspectivas sobre o papel da CEVA/AC: uma, que limita sua atuação ao Programa REM; outra que amplia sua atuação às decisões relacionadas ao SISA.Os destaques abaixo ilustram essa percepção:

Porque existe esse espaço de controle social que constrói essas estratégias. A Ceva é a coluna do Sisa. Por mais que queiram deslegitimar esse espaço, a Ceva é o principal espaço que a gente tem hoje de articulação. Porque é muito difícil a gente vê, em governos, espaços que sejam paritário e que seja deliberativo, que tenha 50% da sociedade civil organizada e 50% de governo (Entrevistado 4).

Houve uma alteração do Sisa no comitê gestor, que foi instituída a comissão executiva e foi colocado na Casa Civil. Isso foi pro debate, mas ninguém tinha muita consciência do impacto disso na governança (da CEVA). O debate ficou no achismo [reunião da CEVA]. Foi tirado o encaminhamento de fazer uma nota técnica. Neste caso quem fez a nota técnica foi a PGE pelo conhecimento jurídico. A gente tinha solicitado para o IMC fazer, mas disseram que como não tinham participado a reunião que discutiu a mudança não tinha como fazer a nota. A alteração foi feita no âmbito do comitê gestor do SISA, que é só governo. Os projetos são aprovados pelo governo e depois validados pela sociedade civil na CEVA (Entrevistado 11).

Também, observa-se uma divergência no entendimento sobre o próprio papel da CEVA/AC. De um lado a manifestação em fazer monitoramento junto aos executores e beneficiários, entendendo isso como parte do controle social; de outro, uma perspectiva mais restrita de validar a partir de informações sistematizadas e repassadas pelos executores dos projetos. Assim destacaram:

[A CEVA é] um fórum de pessoas que ajudam a construir, monitorar o programa, eu vejo nesse sentido. Mas acaba não acontecendo (Entrevistado 3).

A gente ir quando eles forem fazer as visitas de campo, se não pode ir todo mundo, sempre ir um. A gente tem que ir até o final, porque eu não vou mais validar nada sem visitar, sem acompanhar (Entrevistado 7).

Porque se for só pra reunir pra validar alguma coisa, algum ato aí tudo bem, você pode fazer três, quatro, cinco reuniões por ano. Mas pra você monitorar, acompanhar, participar efetivamente do que está acontecendo na ponta, esse conselho não sei se ele tem realmente essa capacidade [...] (Entrevistado 8).

Não é papel da CEVA validar a questão do financiamento, mas sim como os recursos são distribuídos nas comunidades e como está sendo refletido na vida deles. Olhar os resultados (Entrevistado 11).

Por fim, ainda nessa perspectiva de estabelecer os limites de atuação é importante deixar claro quais são as estruturas que integram o processo decisório (CEVA/AC, Comitê Gestor do SISA, Colegiado de Conselhos), os atores envolvidos (governo e agente financeiro), abrangência das decisões (Programa REM e SISA) e as regras que orientam o processo decisório.

7. Quais as regras orientam o funcionamento da CEVA?

As estruturas de governança para um funcionamento adequado e eficiente requerem regras de funcionamento que sejam pactuadas pelos atores, que sejamclaras e amplamente conhecidas. As principais regras de funcionamento da CEVA/AC constam no seu Regimento Interno (RI), instituído pelo Decreto n. 8.653/2018, que foi construído pelos/as integrantes que participaram de sua primeira composição, no momento de sua criação em 2012. Estas regras estabelecem a estrutura do colegiado, os mecanismos de funcionamento, os procedimentos a serem adotados pelos/as participantes para o desenvolvimento das ações, assim como, suas responsabilidades.

Assim, pressupõe-se que o Regimento Interno seja um instrumento amplamente conhecido pelos/as integrantes e as regras devidamente aplicadas no cotidiano do colegiado. Contudo, a pesquisa indicou que esse pressuposto não é absolutamente verdadeiro. Parte dos entrevistados reconheceu esta falha:

Eu sou membro da Ceva e não me lembro de cor aqui o Regimento. Eu acho que tem coisas que a gente não cumpre da forma que deveria cumprir (Entrevistado 1).

[as regras] são conhecidas talvez, cumpridas não (Entrevistado 2).

Há de se fazer também uma reflexão sobre os limites entre não conhecer as regras e não aplicá-las adequadamente. Em ambos os casos o bom funcionamento do Colegiado pode ser comprometido e traz consequências para as relações e a confiança entre os atores e a transparência do processo de governança. Essa questão foi levantada por uma parte dos entrevistados:

A gente tem problema na tomada de decisão, tem problema na convocação das reuniões, tem problema na

transparência dos documentos, tem problema na consistência das informações que chegam [...]. mas não é o fato de não conhecer [as regras].Pode ser que pontualmente tenha algum desconhecimento, mas no geral, não é isso. É porque a coisa funciona dessa maneira mesmo. Aí você fica com aquela pulga atrás da orelha mesmo, será que o pessoal não está sabendo fazer conta ou é de propósito? Será que se coloca uma pauta de 15 coisas pra uma reunião de 1h30 será que é porque as pessoas são ingênuas ou foi de propósito que foi colocado isso? Será que o documento foi mandado na véspera porque foi um deslize, não deu tempo, ou será que mandou na véspera para não dar tempo pra você ler, e chegar lá e ter que dar o aval? Marcar reunião em cima da hora, sendo que todo mundo tem um monte de agendas(Entrevistada 3).

O Regimento Interno tinha que ser trabalhado.Como a Ceva não cumpre a agenda? Desde a primeira reunião que eu fui em maio [...] ter acesso aos documentos (Entrevistado 4).

Acho até que você lê o regimento, mas conhecer de fato acho que não. Se você não aplicar bem, buscar realmente se interar muito com o regimento [tem problemas]. As pessoas que estão na linha de frente conhecem, mas a grande maioria não tem esse conhecimento apropriado não (Entrevistado 8).

Não sei se são cumpridas mas acredito que sim que são conhecidas [as regras] (Entrevistado 9).

As normas institucionalizadas no Regimento Interno devem ser, com frequência, revisitadas, re-pactuadas e, quando necessário, revisadas. No caso da CEVA/AC, onde a rotatividade de integrantes é realizada a cada dois anos, medidas para garantir o acesso às informações e mecanismos de acompanhamento da aplicação das regras deveriam ser implementadas. Ainda, é importante observar os limites que dificultam a compreensão do regimento e aplicação das normas. As normas são comunicadas de forma clara? São simplificadas? São compreendidas pelo coletivo como instrumentos necessários para transparência do processo? Seu cumprimento é monitorado?

Sempre há o risco de que as normas institucionalizadas sejam colocadas em segundo plano, quando prevalece a percepção de que o grupo é harmonioso e que predomina o bom senso na tomada das decisões. Isso pode ser observado no trecho a seguir:

Sempre as pessoas que estão ali elas têm um bom senso. Independente de Regimento Interno, todo mundo se entende muito bem. Todo mundo tem, não vou dizer laços de amizade, mas tem um convívio muito tranqüilo. Então a questão de limites eu acredito que não tenha muito isso. Tenho uma convivência boa e uma relação boa com todos. Então a partir daí o Regimento fica meio em segundo plano e todo mundo se entende muito bem. ORegimento muitas vezes consegue colocar em pauta, tirar de pauta, tem uma discussão. Nunca saiu nada ali sem discutir (Entrevistado 9).

Nesse sentido, passam a prevalecer outras regras, que não aquelas formalizadas, que são tão subjetivas, quanto imprecisas. Difíceis de serem monitoradas e que podem comprometer o equilíbrio de poder e participação, tão necessário para o alcance da boa governança.

8. A CEVA é um espaço onde as interações são coordenadas?

Antes de abordar as interações entre os atores, é importante apresentar as estruturas da CEVA/AC. De acordo com a legislação, este colegiado está vinculado ao IMC, ou seja, faz parte da estrutura organizacional do Instituto. De acordo com seu Regimento Interno, a instância máxima deste colegiado é o Plenário. Constituído pelo conjunto dos/as representantes das organizações, o plenário é o espaço de análise e decisão. Os membros podem requerer informações e solicitar providências ao coordenador; também podem julgar os recursos contra atos do coordenador; propor alterações no Regimento Interno; e resolver os casos não previstos no Regimento.

A Coordenação é realizada, obrigatoriamente, por uma organização representante da sociedade civil, que integre a Comissão. É a instância que deve zelar pelo cumprimento do Regimento Interno. Entre suas atribuições está a representação da CEVA/AC no diálogo com a sociedade e outros atores. Internamente, é a coordenação

que faz a convocação e coordenação de reuniões; a definição da pauta; a apresentação de informações solicitadas pelos membros do colegiado ou pelo Coletivo de Conselhos; a solicitação de informações e de consultas às autoridades federais, estaduais e municipais, aos governos estrangeiros e à sociedade civil sobre questões de interesse do SISA. Atualmente a coordenação é exercida pela representante da ASSIMANEJO.

À Secretaria Executiva cabe o suporte administrativo, técnico e logístico necessários para as ações da CEVA/AC. Também fica sob sua responsabilidade organizar e manter arquivada a documentação; representar o colegiado na articulação de trabalhos integrados; coordenar o planejamento anual e monitorar a sua implementação; coordenar e estruturar as publicações; preparar as pautas, secretariar, agendar e convocar as reuniões, quando determinado pela coordenação; preparar as atas das reuniões, submetendo-as à aprovação dos demais membros; fazer a articulação entre os diferentes órgãos da esfera municipal, estadual e federal; viabilizar a gestão técnica e financeira para o funcionamento da Comissão.

Outras duas estruturas de apoio podem ser constituídas no âmbito da CEVA/AC: os Grupos de Trabalho e as Câmaras Temáticas. No primeiro caso, são estruturas temporárias. Podem ser criados para auxiliar a Comissão em um assunto técnico específico. É uma estrutura consultiva. No segundo caso, podem ser criadas para auxiliar a CEVA/AC em qualquer assunto de sua competência. Tem natureza consultiva e prazo de duração indeterminado. A composição dos grupos de trabalho e das câmaras temáticas será definida pela CEVA/AC, e poderão ser convidadas pessoas com conhecimento científico, técnico ou empírico para auxiliar nos seus trabalhos. Como já mencionado existem duas Câmaras Temáticas: a dos indígenas e a das mulheres.

A CEVA/AC também está vinculada ao Colegiado de Conselhos do Estado. Esse Conselho é formado pelos Conselhos Estaduais de Floresta (CEF), de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (CEMACT) e de Desenvolvimento Rural Florestal Sustentável (CDRFS). Os/as representantes da sociedade civil que integram a CEVA/AC são eleitos neste Colegiado.

É nessa estrutura, não tão complexa, que ocorrem as interações entre os atores integrantes da CEVA/AC. E como ocorrem as interações entre os atores? Na trajetória da CEVA/AC, aqui parcialmente revelada pelos representantes da sociedade civil, indica que a interação entre as organizações sociais foi determinante para que, hoje, a

CEVA/AC seja um colegiado de participação social. Por meio da auto-organização, as organizações sociais mobilizaram e constituíram um canal de diálogo com o governo que resultou na institucionalização deste colegiado. O processo de auto-organização ficou evidente nos relatos, conforme destacou um entrevistado:

Realmente houve toda uma demanda grande, forte da sociedade civil, porque o programa estava sendo construído de uma forma não participativa. E aí, as instituições que estão, são as que sempre estiveram na linha de frente. A gente reuniu, discutiu como é que vai, a situação está assim vai se repensar tal coisa [...]. Mas sempre forma as instituições que estiveram à frente pra não deixar cair uma proposta que a gente acredita (Entrevistado 2).

A gente meio que foi pioneiro e nós que começamos a articulação com a sociedade civil. No nosso próprio escritório que era lá na beira do rio. Então as primeiras reuniões da sociedade civil foram todas lá. Foi quando esse grupo da sociedade civil entrou pra Ceva. Era uma coisa que a gente colocava a necessidade de ter um fórum pra fazer acompanhamento, controle e tudo mais, que não fosse só os órgãos públicos (Entrevistado 3).

Esse processo de auto-organização da sociedade civil parece ter se perdido no momento da institucionalização do colegiado. A interação dos atores, ao que parece, ficou restrita às estruturas instituídas, especialmente o plenário e as comissões temáticas, e aos seus calendários de reuniões. Umainiciativa pontual de auto-organização foi relatada, quando no inicio de 2019 por iniciativa da Coordenação – que é representada por uma organização da sociedade civil – foi realizada uma reunião com os membros da sociedade civil. Mas ao que parece, não é uma rotina estabelecida. Tão pouco há um reconhecimento dessa iniciativa pelos membros da sociedade civil, como um processo de auto-organização entre esses pares.

Por outro lado, do ponto de vista das relações interorganizacionais— aquelas que são estabelecidas entre o governo e as organizações sociais — não se verificou a ocorrência de uma sistemática de comunicação ou encontros, para além do que ocorre no âmbito do plenário da CEVA/AC. Verificou-se, contudo, que no processo de transição do novo governo houve a iniciativa de determinada organização

governamental em apoiar a interlocução de representantes da sociedade civil com o novo governo, por meio da Casa Civil. Entretanto, não se trata de um processo coordenado e institucionalizado, conforme foi registrado:

[...] quando na mudança do governo, foi o primeiro grande interlocutor de todos esses setores. Então foi pelo IMC que eles foram pra Casa Civil. Hoje, muitos vão lá, na Casa Civil, por que são lideranças e foi bom para os dois. Eles precisavam ir conversar com o governo novo, e eles representam os setores e o governo precisava dialogar com os setores. Eu não vi nenhuma ação de [coordenação] muito deliberada. Mas eu, particularmente, como [...] achei que cabia fazer isso. Eu fiz com maior boa vontade (Entrevistado 10).

Em outra perspectiva da interação entre os atores cabe analisar a relação entre os órgãos do poder público. Como já foi relatado, participam da CEVA/AC apenas órgãos do governo estadual, ampliados para o número de cinco neste último biênio. Os registros obtidos nas entrevistas não indicam, claramente, a existência de um processo coordenado de diálogo e interação, por meio do qual, internamente, o governo alinhe suas decisões relacionadas ao Programa REM e as questões tratadas na CEVA/AC. Ao que parece, a interlocução e, em certa medida a coordenação de ações, com os demais órgãos do governo foi realizada pelo órgão que faz a Secretaria Executiva da CEVA/AC. O registro abaixo demonstra essa percepção:

Por lei o IMC é a Secretário Executivo e a Presidência é eleita pelos pares, sendo uma instituição não governamental. Eu percebi que acontece neste caso que o IMC defende, por ser coordenador do projeto REM. Por ser algo estratégico, ele detém um poder natural na Ceva/AC. [...] É natural. É da instituição, porque detém as informações. De qualquer forma não há um conflito entre a coordenação formal e uma coordenação que o IMC acaba [realizando]. Agora, a relação entre os órgãos do governo não há uma reunião previa, os membros do governo tendem a entender que, eventualmente, se o IMC encaminha de uma forma, aquilo seria de interesse [dele]. É como se eles [outros órgãos] dissessem assim: olha eu não sou muito participante disso. Então se interessa a você, ok. Então naturalmente eles tendem a fechar com o IMC. Às vezes,

agora está a acontecendo um pouco, se o secretário – e ai tem um secretário de estado que faz parte [...]ele pode dizer não quero assim, quero assado. A princípio ainda não aconteceu. Se houver alguma coisa em prejuízo do governo eu imagino que jogaria para uma instância superior [resolver] (Entrevistado 10).

Entretanto, a nova composição da CEVA/AC com a entrada da Casa Civil, pode indicar uma forma de o governo de ordenar e coordenar essa interação entre os órgãos governamentais. Em diversas iniciativas de gestão compartilhada de políticas públicas, o governo tem adotado a estratégia de ter um órgão central, com maior poder de articulação dentro do governo e entre outras esferas governamentais, para estabelecer um processo mais coordenado para um posicionamento mais alinhado do governo nos espaços de gestão participativos. Na percepção de um dos entrevistados:

A Casa Civil, agora está tendo um papel fundamental. Está sendo parte dos tomadores de decisões. Não só no REM [...]. Então a Casa Civil está assumindo um papel de importância porque tem mais autonomia de cobrar o secretariado, cobrar os executores que fazem chegar na ponta. E a instância de tomadores de decisão que é mais forte que todas as outras. Não está no mesmo nível de igualdade do secretariado e está ligada direto ao governador (Entrevistado 9).

Por fim, a interação entre os atores e a coordenação destas relações pode ser analisada, também sob a perspectiva dos recursos disponíveis. Basicamente, quatro tipos de recursos podem ser observados nos processos de coordenação da interação entre os atores, que influenciam o nível de governança: financeiro, organizacional, autoridade e informacional. Numa perspectiva mais geral pode-se considerar que existem importantes lacunas em relação à disponibilidade destes recursos no âmbito da CEVA/AC.

Em relação aos recursos financeiros, destaca-se que a CEVA/AC não tem recursos próprios, ou seja, provenientes do orçamento do Estado. Os recursos financeiros para seu funcionamento são do Programa REM, repassados ao IMC para viabilizar as atividades do colegiado. Na percepção de parte dos entrevistados, esses recursos são suficientes para o funcionamento adequado do Colegiado. Entretanto, para

que os membros exerçam com eficiência seu papel de controle socialhá limitações. E, há, ainda, uma baixa execução financeira, conforme foi destacado:

Não é suficiente porque se a gente for pensar na Ceva como espaço que pode ampliar sua participação pra outros lugares, não dá. Mas hoje o recurso não foi executado. Nada foi executado, principalmente o recurso da Ceva. Não é suficiente porque a gente pode ampliar a Ceva e colocar ela em lugar de muito mais destaque, com muito mais formação, informação, entretanto a gente tem um recurso, que não é suficiente, mas que não foi executado (Entrevistado 5).

Como não aconteceram as reuniões a gente não sabe os recursos que foram gastos na gestão passada. A gente tem valores suficiente para manter a Secretaria Executiva, pra manter as viagens da Ceva, pra manter as reuniões da Ceva. Pra tudo têm, só que não foi utilizado e nunca foi contratado (Entrevistado 7).

Suficiente numa perspectiva que está posta aí. A CEVA fazendo as atividades dela. Se a Ceva partir para algo extra, viagens, etc. [não é suficiente]. As viagens para monitoramento é uma questão a ser discutida (Entrevistado 10).

Em relação ao recurso organizacional, ou seja, às estruturas e normas de funcionamento, a percepção compartilhada pelos entrevistados é que estes recursos, na forma que foram desenhados, são adequados e suficientes para que a CEVA/AC possa alcançar seus objetivos e propósitos. Entretanto, percebeu-se que haver um acúmulo de trabalho individual, considerando o exercício das atividades de coordenação e secretaria executiva, com as atividades institucionais, conforme indicado por dois entrevistados:

Acho que é suficiente, mas podemos melhorar. A minha atividade aqui às vezes ela é um pouco mais intensa, as vezes é um pouco menos. [...] eu acho a mais relevante, que ela não é muito vista, que é essa política externa, e eu me refiro até mesmo junto ao governador [...] é a representação política. Porque eu achava que tinha que fazer uma difusão do que era o REM, do que era a política ambiental, etc. (Entrevistado 10).

Tem que ter uma secretária executiva específica pra Ceva, pra esse processo mesmo. De organizar reunião, chamar as instituições, pra organizar as atas, escrever as atas, cumprir os prazos, organizar documentos pra leitura, fazer resumos executivos, cobrar os documentos de monitoramento, organizar as missões de monitoramento quando for necessário. O IMC não faz e não vai fazer porque ele tem os interesses próprios, que são interesses de governo, e ele vai atender aquilo que está posto pra ele fazer. E aí se tiver uma secretária executiva que possa fazer esse papel fica melhor (Entrevistado 4).

Os recursos de autoridade referem-se aos poderes atribuídos aos integrantes da CEVA/AC. Dois aspectos podem ser observados neste ponto: a autoridade exercida por integrantes no processo decisório; e a autoridade exercida pela CEVA/AC a partir das suas instâncias: plenário, coordenação e secretaria executiva. De forma geral, há uma percepção que os recursos de autoridade são suficientes para o desempenho de suas atribuições. Os/as integrantes do colegiado dispõem de um mandato atribuído por suas organizações para a tomada de decisão. A CEVA/AC toma suas decisões nos limites de suas competências, conforme ressaltado:

No processo às vezes existe, é natural, que todo o órgão tem uma tendência de [fazer mais do que suas competências. Mas na tomada de decisão sempre acabou voltando para o cumprimento das competências. A CEVA tem competências definidas em lei. Ela não pode fazer outra coisa. [...] A CEVA tem competências legais e aquilo que não é competência da CEVA ela não pode fazer (Entrevistado 12).

Por fim, o recurso informacional, ou seja, das informações. Esse é um elemento fundamental para o compartilhamento do poder de decisão, no qual, a transparência das informações é o elemento-chave. De acordo com os entrevistados as informações sobre a CEVA/AC, o Programa REM e os projetos que estão sendo executados, em geral, são repassadas por correio eletrônico, comunicação nas reuniões, relatórios de execução ou disponibilizada no site do IMC. Contudo, os entrevistados deixaram evidentes alguns limites no acesso à informação. Abaixo, foram descritos alguns trechos nos quais essa avaliação foi mencionada:

A gente ficou sabendo sempre depois [sobre detalhamento dos projetos conveniados no âmbito do Programa]. Aquele repasse de informação rasa, que não satisfaz, você acaba não fazendo o controle social. Você é informado de algumas coisas. A gente não consegue aprofundar as coisas, sempre é difícil. Então se eles [executores dos projetos] dessem essas informações, fossem mais transparentes acho que a coisa melhoraria. [...] ter os relatórios, acompanhar, chamar pra discussão, a gente está pensando assim, o que vocês acham. Ter algumas ferramentas (Entrevistado 3).

Porque na Ceva você tem que ter um conhecimento maior sobre o que é o programa, dos três subprogramas, e pra isso é necessário ter esse conhecimento, essa informação, até pra você validar (Entrevistado 4).

Um dos entrevistados chama atenção para um elemento importante no acesso à informação: ter o conhecimento do Regimento Interno. Ou seja, ter informação sobre as regras de execução é uma forma de cobrar maior transparência para garantir o direito do coletivo de ter informações claras e de qualidade sobre o Programa. Assim foi dito:

Porque quando o membro conhece o Regimento Interno e ele sabe como funciona a política, ele vai saber que quando chega no final do ano as instituições que são executoras ou sub-executoras vão ter que apresentar um relatório de execução. E aí ele pode cobrar sobre isso. Ele sabe que o programa tem que dar uma resposta em forma de relatório que tem todos esses critérios que foram estabelecidos lá atrás. E se ele está empoderado disso ele vai podar fazer um controle muito melhor. E aí se ele não sabe, não tem muito conhecimento disso, ele não vai exigir, e essa informação não vai chegar. Então não vai ter acesso de forma transparente àquilo que foi executado (Entrevistado 5).

A comunicação entre os atores, ao que parece, é falha e ineficiente. Falha no sentido de que os canais utilizados não são adequados ou não são utilizados como deveriam. Atualmente as informações sobre o Programa são disponibilizadas no site do IMC para acesso amplo da sociedade, mas as informações sobre o Programa REM, no seu detalhamento, não consta lá; os relatórios de execução dos projetos — são disponibilizados aos integrantes da CEVA/AC por correspondência eletrônica —

apresentam as informações sobre o uso dos recursos, as atividades, os beneficiários, etc., mas, conforme relatado nas entrevistas, são extensos, muitas vezes com informações imprecisas e enviados com pouco tempo para análise; as atas, onde são registradas os debates, resoluções e encaminhamentos das decisões, também são imprecisas e confusas; por fim, o grupo de comunicação pelas redes sociais, mencionado pelos entrevistados como um dos canais de comunicação, mas, ao que parece não utilizado para manifestações sobre conteúdos, apenas para agendamento de reuniões.

É ineficiente porque compromete o desempenho das atribuições da CEVA/AC. O acesso à informação está diretamente relacionado ao exercício do controle social, de gestão compartilhada e de participação, que estão entre as atribuições legais da CEVA/AC e que compõem as expectativas de seus integrantes. O acesso à informação é, também, condição essencial para o acompanhamento e a validação da execução do Programa. Sobre isso, um dos informantes destacou:

Acompanhamento é o principal limite da CEVA. Cada um acompanha sua área. Mas precisa acompanhar o Sisa como um todo, e ai a gente não tem uma estrutura. A comunicação entre os membros, a comunicação entre governo e CEVA, governo e sociedade civil. O banco – KfW– tem uma confiança na CEVA por conta da participação da sociedade civil. No governo a gente troca informação e quem não está dentro tem dificuldade de entender o que está acontecendo. Isso limita a participação de uma forma mais proativa. Tu vais dar tua opinião a partir de um olhar fracionado, do que tu está percebendo sobre o que está acontecendo no sistema. [...] O nivelamento da participação está mais no procedimento e na comunicação. No fluxo de informação dentro da comissão (Entrevistado 11).

É imperativo pra CEVA/AC, para o pleno desenvolvimento de seu papel e para a participação plena e democrática de seus atores, estabelecer um sistema de comunicação ágil e eficiente e, que alcance todos os seus integrantes. Também é fundamental garantir que as informações sejam disponibilizadas de forma clara, compreensível e acessível a todos os membros.

9. A CEVA é um espaço participativo e democrático?

Diferentes estudos sobre gestão social de políticas públicas indicam que, a participação com eficiência e qualidade é um grande desafio dos processos de governança. Nessa perspectiva, parte-se da questão para analisar as condições e os limites da participação no âmbito da CEVA. Em primeiro plano buscou identificar elementos que indique haver igualdade de participação. Parte dos entrevistados considerou que sim, há igualdade de participação porque todos os membros possuem voz e voto e, cada voto tem o mesmo peso, em defesa de seus interesses enquanto sociedade civil ou poder público. Assim descreveu:

Eu acho que a gente tem uma igualdade de conhecimento e participação e de discussão. Porque o poder público ele está discutindo uma realidade e defendendo situações que ele quer fazer ou gostaria de fazer e a sociedade civil está discutindo a realidade, propondo o que a gente quer pro futuro, com certeza, tem estudo e muita coisa comprovada também (Entrevistado 1).

Primeiro porque todo mundo tem voz e vez. Então conforme tem uma votação, tendo a paridade, eles são representados de maneira igualitária (Entrevistado 9).

Sim, todos têm voz e voto, mesmo que às vezes alguns integrantes demandem um maior tempo de entendimento das questões, todos possuem as mesmas condições de participação (Entrevistado 12).

Outra parte dos entrevistados, de forma contraria, considerou que não há igualdade de participação de todos os membros, por diferentes motivos. Primeiro, o acúmulo decorrente do processo de articulação e construção confere a determinados representantes uma melhor condição de participação. Os novos membros, que não tem esse acúmulo histórico, entram com diferente condição de participação (informação, conhecimento e experiência), como afirmaram os entrevistados:

Nos últimos anos, como teve mudança da representação então àquelas pessoas que tinham o histórico não estavam mais. Então não é a mesma participação. Até porque estava começando e passou um período sem

indicação formal. Acho que só houve participação institucional, acho que não era na época os membros titular e suplente, então acho que isso fez com que não houvesse participação de algumas pessoas. Igual a mim quando iniciei (Entrevistada 5).

Falta informação pra muita gente. Então você não vai ter um nivelamento de informações. Eu acho que a própria sociedade civil, ela está aquém das informações. Algumas estruturas do estado estão realmente aquém dessas informações. O que é os serviços ambientais? Muito você vê falar de serviços ambientais, mas pouca gente realmente conhece quais são as políticas que de fato estão acontecendo no estado. Aí você imagina se os organismos públicos não conhecem, imagina as organizações sociais. Acho que deveriam saber mais pra poder discutir. Não é igual, não (Entrevistado 8).

Outro elemento que interfere na condição de participação com igualdade diz respeito aos atributos pessoais. Lideranças tendem a ter uma participação mais efetiva, como afirmou:

Formalmente participam com igualdade. Agora há o brilho pessoal neste tipo [de representação], não é só na Ceva, é em qualquer lugar. Ele tem muito a ver com a participação, com a individualidade, mesmo. São grupos de lideranças. Uns são muito mais eloquentes, [...] outrosmenos (Entrevistado 10).

Os limites para uma participação mais efetiva foram ressaltados pelos entrevistados. Destacam-se, entre eles, a limitação de componentes:

O limite começa exatamente pela quantidade de componentes da CEVA. [...]Acho que a gente tem que pensar uma nova estratégia de colocar pessoas que na verdade possam contribuir com as discussões e que possa avançar nos resultados (Entrevistado 1).

Outro limite destacado é a disponibilidade de recursos para garantir condições adequadas de deslocamento, hospedagem e alimentação dos membros que necessitam sair de seus municípios de residência para participar das ações da CEVA/AC. Assim registrou:

E ter recursos disponíveis eu acho que isso é fundamental principalmente pra sociedade civil se deslocar dos seus município prque não adianta colocar pessoas que representam a sociedade civil que não tem conhecimento da realidade. Mas a gente tem ainda essa necessidade de recursos pra gente fazer parte desses conselhos. Porque nós da sociedade civil não somos remunerados, não temos salário. E dentro desse espaço tão importante que é a Ceva deveria ter esse recurso garantido pelo menos pra deslocamento, alimentação, estadia pra participar (Entrevistado 1).

Outra percepção sobre os limites de participação levantada pelos participantes diz respeito à clareza na estratégia de participação. Há uma tendência nos espaços de gestão social de que, especialmente os representantes da sociedade civil, participem de forma reativa às ações do governo, receptor de informações e não fazendo parte, de fato, das decisões se sentido, os entrevistados destacaram:

O principal limite é esse adiamento da estratégia de realmente ser participativo. A gente reage, não há participação. E ficamos numa condição extremamente desconfortável. Existe sentimento de pertencimento das organizações. [...] Porque a gente fica como um órgão de repasse de informação. A gente não consegue realmente estar lá, nas decisões (Entrevistado 3).

A gente não tem claro qual o entendimento que eles tem, qual a visão, o que eles esperam do programa, de verdade [...]. Então essa falta de clareza eu acho que gera um ambiente de desconfiança onde você não sabe realmente o papel da Ceva e o que eles estão esperando da Ceva. [...] Porque não está claro qual a relação. E ai como eles não tem claro esse espaço não vão gerar igualdade [de participação], não vão gerar autonomia, a informação não é repassada e aí a gente fica em diferentes níveis (Entrevistado 4).

A falta de experiência e de formação também foi destacada como um limite para a participação com igualdade. Ter conhecimento sobre os temas e sobre os processos amplia o potencial de participação, daí a importância da formação dos integrantes da CEVA/AC destacado pelo entrevistado:

Olha acho que a construção do processo, você participar desde a criação do Sistema e ter todo esse histórico e você chegar numa reunião, você é muito mais empoderado, consegue se expressar muito mais do que uma pessoa que chegou ali três meses antes da reunião. [...]. Quando as pessoas conseguem se aprofundar mais na temática, de saber o seu lugar, o poder que tem de tomar decisão, de contribuir com o processo acho que cada um vai conseguindo se expressar mais. O que é extremamente importante, porque é um lugar de tomada de decisão, de grandes decisões que pode melhorar a vida de milhares de pessoas ou decisões que podem não melhorar a vida de pessoas. Então eu acho que esse processo de formação mesmo é um fator que pode ser limitante, que pode contribuir para essa falta de participação. Aí a gente pode entrar numa parte que é a promoção da formação de uma forma mais organizada pra Ceva (Entrevistado 5).

A desigualdade de participação também se manifesta no processo decisório. O desequilíbrio de poder entre as organizações participantes da CEVA foi perceptível no decorrer das entrevistas. Esse desequilíbrio se manifesta entre as organizações da sociedade civil e governo, sendo este detentor de maior poder de decisão, porque de forma geral tem o controle dos recursos financeiros, dos instrumentos de gestão e das informações, conforme percebido por um dos entrevistados:

Sempre tem um grupo que delibera mais. Eu acredito que o grupo da parte do governo tem uma predominância, consegue se articular melhor que a sociedade civil. Eu acredito que o governo é mais empoderado (Entrevistado 8)

Também há um desequilíbrio de poder de decisão internamente, seja da sociedade civil, seja do governo. Ou seja, entre as organizações sociais aquelas que são detentoras de maior conhecimento histórico da trajetória do colegiado, maior expertise nos temas relacionados às mudanças climáticas e mais recursos técnico-financeiro tendem a ter maior poder de decisão que as que não possuem esses atributos. Entre as organizações do governo, aquela que por atribuição legal tem maior responsabilidade no Programa tem maior poder de decisão, que os demais órgãos.

A igualdade de participação entre os atores está, também, associada aos conflitos que se expressam no ambiente do colegiado, mas não necessariamente são gerados dentro de seus limites. A percepção dos conflitos é o primeiro passo do processo de resolução. Mas, nem todos reconhecem sua existência:

Até onde eu estou participando não vi. Mas eu acredito que já houve em outros momentos (Entrevistado 8).

Outros reconhecem que as divergências são mais maleáveis, mais palatáveis aos participantes, permitindo uma boa condição de trabalho. Por isso, não se reconhece os conflitos, como afirmou:

Conflito eu não diria. Eu diria divergências. Porque são vários seguimentos. Por isso a representatividade, a diversidade. E havia um ambiente que a gente sempre tenta promover a empatia. Enxergar o outro. Ouvir o outro. Chegar a um denominador comum. Então as divergências existem, mas conflitos é uma coisa mais delicada. Eu nunca vi uma discussão mais acalorada. Sempre foi diálogo, mesmo. Então o que acontece, as pessoas se reúnem periodicamente, todos na mesma mesa, trabalham em coisas, nem tudo tem divergências, tem coisas que são convergentes. Trabalhar juntos nas coisas convergentes e quando chega no momento da divergência, não tem aquela animosidade. Existe mais diálogo e se chega mais fácil ao denominador comum (Entrevistado 12).

Entre os que reconhecem a existência de conflitos há aqueles que têm uma percepção de que os conflitos fazem parte do processo de representação e dos espaços de participação social. Como ressaltou um entrevistado:

[...] é normal, porque se eu estou representando uma classe vou querer defender minha classe. Porque eu acho que é o mais correto. Acho que a Ceva ela foi esse espaço de construção principalmente sociedade civil e governo. Porque a sociedade civil tem um pensamento e o governo tem outro (Entrevistado 1).

Conflitos existem, claro. Algumas coisas são naturais do próprio tipo de estrutura. Tem que ser assim e vai aparecer sempre. Então, conflitos existem porque é uma gama de interesses. O que eu acredito, particularmente, é assim quando uma instituição é muito forte as individualidades tendem a perder peso. Quando ela não funciona direito, aí as pessoas põem a individualidade, os interesses (Entrevistado 10).

Por fim, há aqueles que reconhecem e identificam claramente os conflitos que ocorre na CEVA/AC. Um conflito relatado pelos entrevistados está relacionado com a falta de transparência no diálogo entre governo e sociedade, e na atuação da coordenação atual como interlocutora entre os atores, conforme destacaram:

Pra mim a estratégia foi essa. Colocar uma pessoa que faz esse jogo. "Eu sou sociedade civil, pode deixar comigo que eu faço interlocução com o governo, vai dar tudo certo". Aí vai no governo e faz o mesmo discurso ao contrário "não pode deixar, o pessoal da sociedade civil está tudo dominado". E aí [...] não deixa realmente aflorar as coisas. Aí tem esse medo, esse receio das instituições que vem pra toldar, pra criticar. Só que se a gente não levanta os conflitos e discutem eles. Não resolve os problemas. Então os problemas acabam sempre indo pra debaixo do tapete (Entrevistado 3).

Hoje o maior conflito, sendo bem claro, é com relação à coordenação. E ainda não foi discutido. Acho que precisa ser debatido, de como pode ser mais efetivo, uma coordenação mais [eficiente], que chame mais, que possa deixar o espaço mais vivo. Porque a Ceva faz as reuniões, mas está uma monotonia (Entrevistado 5).

Então, não tinha. Mas agora já tem. Dá pra perceber. Essa coisa de agora você trabalha pro governo. E isso faz parte da discussão, sem ser pauta da reunião (Entrevistada 7).

Pode-se reconhecer que a participação nos colegiados de gestão social é marcada por um conjunto de condicionantes que a limita ou favorece. E é nesse contexto que os membros dos colegiados vão encontrando meios para exercer, de forma democrática, seu propósito de construção e controle social de políticas públicas e programas como o REM.

10. Como a CEVA/AC acompanha a execução do Programa REM Acre Fase 2?

No último bloco dessa análise buscou-se verificar como os/as integrantes da CEVA/AC participam das decisões, monitoram e avaliam sua execução. Aqui, deve-se fazer um destaque importante que no conjunto de atribuições dos membros da CEVA/AC consta a responsabilidade por validar ou atestar a execução dos recursos do Programa REM. Os relatos apresentados pelos entrevistados indicam que, parte deles, participou do processo de discussão e construção do Programa REM, nas duas fases. Entretanto, os integrantes mais novos não participaram desse processo.

Neste sentido, buscou identificar o grau de conhecimento dos atuais membros da CEVA no que diz respeito à execução física e financeira do Programa REM Fase 2. Observou-se que há um baixo grau de conhecimento sobre esses aspectos da execução. Especialmente, na gestão passada, houve momentos de prestação de contas, quando essas informações foram passadas aos integrantes do colegiado:

Sim, porque a gente sempre recebeu e a gente sempre discutiu. E todos são pessoas que tem nível superior e que tem conhecimentos extraordinários sobre articulação, sobre questões financeiras e todo mundo participou. Na última prestação de contas da Ceva, que a gente teve que foi até no hotel, que foi um momento de prestação de contas e que todos participaram. Foram dois dias, deu pra tirar muitas dúvidas, pra ver tudo e pra ver o que tinha ainda em caixa, o que tinha sido utilizado até agora (Entrevistada 7).

Contudo, parece predominar a percepção de que poucas informações são transmitidas e, de forma não muito clara. Alguns entrevistados relataram conhecer parcialmente sobre a distribuição dos recursos entre os subprojetos. Mas o detalhamento sobre a execução, que deveria ser disponibilizada por meio de relatórios, não foi apresentado. Sobre isso, os entrevistados ressaltaram:

Eu como membro da Ceva tinha dúvidas desse negócio. A falta de conhecimento gera dúvida na tomada de decisão. Não ter informação de valor, por exemplo. Qual a linha de ação do projeto. Como é que eu vou defender, às vezes até com conhecimento de necessidade do público, mas sem conhecimento da linha de ação e de valores (Entrevistado 1).

[conheço] mais ou menos. Em linhas gerais, sim. Foram tantos mil, pra pecuária sustentável (Entrevistado 2).

[não conhecem] porque os relatórios não chegam. Não chegou até a Seplag (Entrevistado 4).

Hoje nenhum deles tem porque a gente não recebeu esse relatório. Primeiro porque o governo ano passado não consegui fechar, porque teve secretarias que os gestores foram presos. Em algumas secretarias[no processo de transição] que sumiu tudo, eles levaram todas as informações (Entrevistado 7).

Às vezes falta mais conhecimento de quem participa do todo. Então eu acredito que algumas instituições que estão lá não vão ter todo o conhecimento de tudo o que está acontecendo dentro do Estado. A gente tem diferença de alguns conselhos, muitas vezes às coisas já vem prontas a gente lá só discute uma coisa que já vem consolidada. Eu acredito que não é diferente aqui também (Entrevistado 8).

Buscou-se, ainda, identificar se os/as integrantes da CEVA/AC participaram de etapas especificas de planejamento, monitoramento e avaliação do Programa. Como já foi mencionado alguns participantes, que estão há mais tempo no colegiado, participaram das etapas iniciais de planejamento e alguns eventos de avaliação do Programa, como registrado:

Sim, pro planejamento. Teve vários planejamentos. Tiveram reuniões grandes, bilateral, reuniões menores, temáticas, mas no passado. Eventos de avaliaçãotiveram workshops, eventos grandes. Nesse governo não teve. Nesse teve duas reuniões. A primeira foi pra apresentar a equipe deles (Entrevistado 3).

Participei do seminário de avaliação do programa REM (Entrevistado 4).

Pelo ponto aspecto da tomada de decisão sobre o Programa deve-se ressaltar, que a SEVA/AC é uma das instâncias decisórias, com restrições sobre essas decisões.

Na percepção dos/as entrevistados a autonomia da CEVA/AC para decidir sobre o Programa é limitada:

Era pra ter. Mas pelas tomadas de decisões que nós tivemos, pela forma que foi conduzido e pelo que foi feito eu sinceramente acho que ela não tem autonomia. Gostaria muito que tivesse (Entrevistado 1).

Outro aspecto relevante relacionado ao processo decisório, que foi apresentado por um dos entrevistados, diz respeito à posição, no âmbito do governo, onde o Programa REM Acre fase 2 vai ser gerido. Enquanto estava sob a responsabilidade do IMC e SEMA/FEF (Fundo Estadual de Florestas), era garantido um caráter de programa especial, prioritário. Mas à medida que a gestão muda para a SEPLAG, perde-se essa condição, de acordo com a fala do entrevistado. E, nesse sentido, a autonomia da CEVA/AC em relação às decisões do Programa REM Acre Fase 2 fica mais limitada. Os relatos dos entrevistados foram:

[...] a partir do momento que o Programa, a tomada de decisão não passa mais no IMC, deixa de ser um Programa de redução de emissões, de REDD, pra ser um programa do portfólio do governo que vai estar na fila, para tomada de decisão. [...] Então fica um projeto como qualquer outro. Você capta com uma finalidade e gasta da forma que quiser. E a gente [CEVA] fica sabendo depois (Entrevistado 3).

Dentro do governo a Seplag é responsável pelo planejamento do REM Fase 2. O IMC também. É como se fosse o porta voz de tudo isso. A Sema é órgão executor. Antes a Sema fazia a gestão. Agora a gestão foi pra Seplag. O IMC é o porta-voz e a Sema entra executando uma parte. O IMC é como se fosse o porta voz e faz o monitoramento. A Sema faz acompanhamento, mas não só do REM e de outros programas. Um dos maiores desafios da nossa gestão é não fazer essa sobreposição (Entrevistado 9).

Por fim, pode-se perceber que os representantes da sociedade civil não participam em condição de igualdade dos processos decisórios uma vez que o governo tem a centralidade da execução do Programa. Aspectos como a falta de transparência no repasse das informações e as limitações para realizar o monitoramento da execução, seja

por meio dos relatórios, seja por meio do acompanhamento direto junto aos executores e beneficiários, colocam a sociedade civil em desvantagem nesse processo de gestão social. Assim destacou um dos entrevistados:

Sempre o governo, quem está no governo, sempre a condição vem sempre de lá. Pelo pouco que a gente sabe esse colegiado se reúne, mas assim, ele não tem feito o acompanhamento. Porque eu acho que se acompanha e vê que algo na ponta está errado e se ele tiver a condição de se impor ou de tomar decisão pra que aquilo mudasse. Então, assim, a gente não vê esse acompanhamento no campo. Algum determinado momento eu acredito que a Ceva acompanha, mas ela não está envolvida. Então como é que ela vai se impor se ela seguer faz o monitoramento? Se ela não avalia? Então pra ela poder se posicionar mais, acho que teria que ter esse acompanhamento. Tem que ter essa participação mais efetiva de monitorar mesmo o Programa, o que está acontecendo. E assim, como colegiado acho que isso não foi feito. Então fica difícil ela se empoderar pra querer de repente mudar ou ampliar o entendimento;[...]um determinado[ponto do] programa está errado que possa alterar. Tem que estar mais empoderada e ter mais a liberdade no sentido do colegiado poder realmente fazer o papel dela (Entrevistado 8).

Se o Programa REM foi construído com ampla participação social no âmbito da CEVA/AC, não se pode afirmar o mesmo de sua execução. As limitações no funcionamento do Colegiado têm imposto uma linha divisória entre àqueles que decidem e executam e àqueles que validam a execução a partir das informações que lhes são disponibilizadas. A riqueza de integrar os atores na construção de um caminho está exatamente no compartilhamento de seus recursos para a superação de cada uma das etapas, cada um ofertando o que tem e se fortalecendo com o todo, para depois comemorar as conquistas.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS: AVANÇOS, LIMITES E RECOMENDAÇÕES DE APRIMORAMENTO

O processo de governança realizado pela CEVA/AC, apesar de formalmente ter sido institucionalizado em 2012, com a constituição do Colegiado, tem suas origens na trajetória de participação social, construída pelas organizações da sociedade civil, na formulação de políticas públicas em conjunto com o governo do estado, desde o início dos anos 2000. Nesse processo, a CEVA/AC se consolidou como um espaço de construção coletiva de um complexo arcabouço de políticas, legislação e instituições de REDD que se constituiu uma referência nacional e internacional.

A pesquisa revelouimportantes avanços do processo de governança da CEVA/AC. A garantia da participação das organizações sociais, institucionalizada nos instrumentos legais (lei e decretos que criam o SISA, a CEVA e regulamentam seu funcionamento), buscando meios para garantir a representatividade dos diferentes atores sociais que discutem ou estão envolvidos com as questões ambientais. Assim, estão presentes neste espaço de diálogo representantes de ambientalistas, extrativistas, indígenas, mulheres, industriais madeireiros e do poder público, que aportam sua experiência e conhecimento nesse processo de gestão compartilhada. A ausência de organizações, como as representantes da agricultura familiar, do poder público local e federal,indica o desafio de mobilizar e articular estes atorespara que participem.

A CEVA/AC é fruto de uma experiência concreta de articulação e diálogo entre atores sociais que mobilizaram expertise, conhecimento, recursos técnicos e financeiros em torno de objetivos e interesses voltados para o bem comum, que resultaram no SISA, levando ao Programa REM. Em que pese essa experiência ter se dado entre organizações alinhadas, até certo ponto, no mesmo campo político, não se pode dizer que essa construção tenha ocorrido sem conflitos. Portanto, deve-se aproveitar dessa experiência para enfrentar o desafio de construir um novo pacto entre sociedade e governo, em torno do Programa REM, pautado pelo SISA e pelo bem comum dos povos e comunidades que vivem na floresta.

As Câmaras Temáticas dos Indígenas e das Mulheres constituem importantes mecanismos de qualificação das ações da CEVA/AC para que o Programa REM também seja um instrumento de redução das desigualdades históricas que impuseram a

estes atores menor acesso às políticas públicas, à assistência técnica, aos recursos financeiros e a outros direitos sociais, econômicos e ambientais. Nesse sentido, deve-se superar o desafio da formação/qualificação dos integrantes da CEVA/AC ofertando-lhes instrumentos e ferramentas para incorporação adequada da perspectiva de gênero, dos direitos dasmulheres e dos povos indígenas nas suas ações.

Por outro lado, é o processo de execução que revela as necessidades de mudanças e aprimoramento do programa. Assim, deve-se olhar pra execução do Programa e para o contexto político atual, identificar suas lacunas e as formas de superação e sua reorientação, caso seja necessário. Uma repactuação de objetivos, papeis e regras, pode ser um caminho. É fundamental aprimorar o diálogo e a interação entre os atores, tornando-as mais transparentes; constituir um processo coordenado de interação entre os atores, estabelecendo claramente as estruturas de decisão e os seus limites; estabelecer fluxos de comunicação e informação mais ágeis e eficientes; organizar e disponibilizar a documentação institucional; revisar regras e aprimorá-las; e, realizar um planejamento participativo com os membros da CEVA e convidados para melhorar o processo de decisão e monitoramento das ações.

Na perspectiva dos/as entrevistados/as também foram apresentadas recomendações para aprimorar o processo de governança da CEVA/AC, que obviamente, deverão ser avaliadas pelo Colegiado. Abaixo, apresentam-se de forma consolidada as recomendações gerais, acompanhadas das manifestações apresentadas pelos/as entrevistados/as.

1) Composição do colegiado com maior participação da sociedade civil.

Na minha concepção a Ceva não tinha que ser paritária a sociedade civil tinha que ter uma participação maior. Um poder maior que o do governo. Porque os recursos que vem, vem com um objetivo. E a gente trata muito da questão ambiental, social e econômica. Pra gente fazer isso tem que ter o envolvimento maior da sociedade civil. E de forma alguma deixar de fora principalmente o membro que representa os extrativistas, os indígenas, os ribeirinhos essas pessoas que vivem na floresta (Entrevistado 1).

Tem que se colocar a FETACRE dentro desse negócio. Não dá pra ter investimento milionário na agricultura familiar sem ter nenhuma instância de representação participando (Entrevistado 3).

2) Capacitação dos integrantes da CEVA/AC.

Quando se constituir ou reformular a Ceva tem que ter uma capacitação dos membros falando que tem que ter conhecimento do papel da Ceva. Outra coisa tem mandato de 2 anos tem muita entrada e saída de pessoas. Muitas vezes o cara chega perdido, não sabe nem do que está se tratando. Chega lá representando uma instituição e na verdade não sabe qual é o objetivo da representatividade. Pra discutir em cima da realidade e tomar decisões que possam servir de orientação, monitoramento e acompanhamento. (Entrevistado 1).

 Constituir mecanismos de comunicação e diálogo que permitam aos integrantes da CEVA/AC compreender melhor o Programa e as demandas da base.

Maior participação não só dos entes ali representados. Não só da CPI, não só mulheres, eles têm que se organizar melhor entre eles. No segundo momento quando leva pro governo a gente tem que entender melhor, de que maneira a gente vai passar melhor, a partir do momento que entende melhor o Programa. E eles a mesma coisa, tem que se entender melhor na base, pra que chegue a um questionamento único, mas que contemple toda a base da pirâmide (Entrevistado 10).

4) Fortalecer, no âmbito do governo, o entendimento da CEVA como espaço de decisão compartilhada.

E que a Ceva seja um espaço de tomada de decisão, que tenha poder de decidir e que não tenha um secretario que vai dizer não a Ceva não existe. Que seja um espaço neste sentido,ou não vale a pena o esforço de participação (Entrevistado 1).

Mas se existe esse grupo que tem um papel tão importante de avaliar, de acompanhar, de monitorar acho que teria que ter mais envolvimento, mais planejamento com a gente. Alguns momentos da gente estar mais local e a gente poder receber, entender esses projetos que vem do governo, que são apresentados. Então, as vezes o projeto ele é escrito, é construído por

três, quatro cabeças, já chega pronto e as vezes a Ceva vai monitorar uma coisa que muitas das vezes ela não participou. O empoderamento só acontece a partir do momento que todo mundo está apto, está preparado (Entrevistado 8).

5) Garantir a transparência nos processos de decisão e execução.

Porque eu não consigo ver melhorar o processo dentro de uma casa se as coisas não estão claras, não existe uma relação de confiança entre quem está participando. [...] precisa ter um dialogo onde as coisas fiquem claras, quais as expectativas, a importância [...] alguém que vá, que faça essa fala do que é o programa pro governo para que o grupo consiga entender de que maneira se posiciona.É preciso ter mais transparência das informações (Entrevistado 2).

No nível mais de governança tem essa questão do 'time' das coisas, a gente se soma num fórum pra repassar o que já aconteceu? A gente tem que estar antes na tomada de decisão e efetivamente fazendo o monitoramento, que é função do órgão (Entrevistado 3).

6) Ampliar o diálogo e incorporar aos documentos, de forma clara e transparente, as decisões decorrentes desse diálogo.

Mas se a gente tiver um processo onde eles repassem essas informações e traga efetivamente, faça com que a gente tenha elementos pra cumprir a nossa função que é de validar, mas ajudar, avaliar e aprovar esse negócio... sem informação a gente não consegue fazer isso. que eles nos vejam que eles nos considerem como esse ponto de apoio pra dar esse feedback e ver como a gente trás a sociedade pra perto. Então se eles dessem essas informações, fossem mais transparentes acho que a coisa melhoraria no sentido de ter os relatórios, acompanhar, chamar pra discussão, a gente está pensando assim, o que vocês acham (Entrevistado 2).

7) Estabelecer critérios mais claros para a ocupação da instância de coordenação.

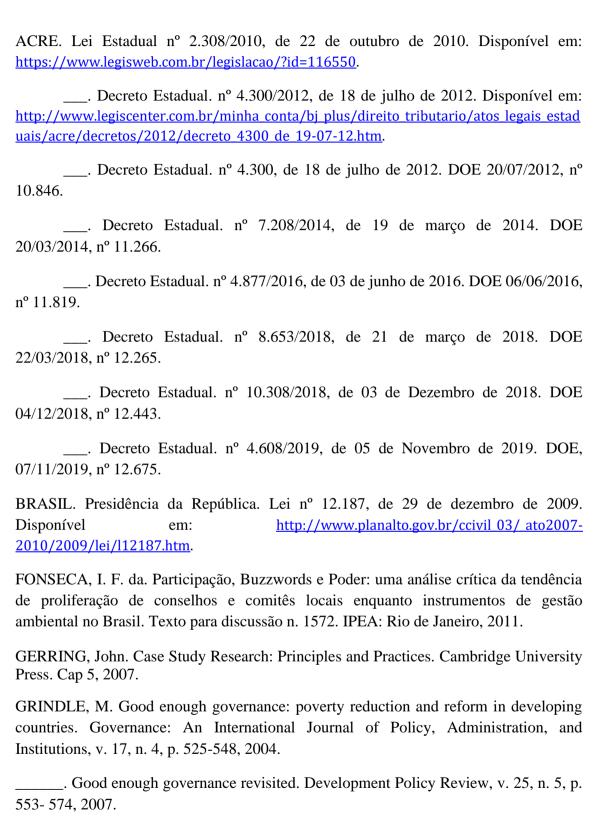
A gente gostaria que o perfil da pessoa que assumisse a liderança da Ceva, fosse o perfil mais adequado com aquilo que a Ceva se propõe. De querer realmente ter transparência, de entender o programa, de querer gerar, alimentar, retroalimentar o programa e fazer com que converse com todos os setores, indígenas, extrativistas. Então uma pessoa que não tem essa visão nunca vai puxar uma discussão dentro do governo para envolver outros setores. Passa por uma questão de perfil nessa escolha (Entrevistado 2).

Dentro da governança acho que tem urgente que voltar para as mãos da sociedade civil a coordenação (Entrevistado 3).

8) Estabelecer critérios mais claros para aplicação dos recursos no âmbito dos convênios/projetos apoiados garantindo a coerência com os princípios do Programa REM.

A gente está dentro de um programa que é de redução de emissões. Está ligado ao desmatamento do estado. No plano técnico precisa se refletir muito se a gente quer pegar um recurso que tem um propósito e uma finalidade e fazer um tecnicismo de sempre. Comprar tudo em ração, adubo químico, agrotóxico, semente de soja, mecanização, queimar óleo diesel. Esse programa não pode ser assim, não pode ser baseado em tecnicismo, insumos químicos, a gente esta sendo completamente incongruente com tudo que a gente se propôs a fazer (Entrevistado 3).

VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



INOUE, C. V. A. Governança Global do Clima: proposta de um marco analítico em construção. Revista Corte Internacional: Belo Horizonte, v.11, 2016, p.91-117.

IPAM. Programa REDD para Early Movers (REM). Abordagem de estoque e fluxo para repartição de benefícios em Programa de REDD: conceito e prática na implementação de REDD no Estado do Acre. IPAM: Brasília, 2017.

OLIVEIRA, M. S. S., PRODUTO 1:Relatório Técnico contendo síntese dos serviços executados, além de evidências que demonstrem as atividades executadas, como: notas técnicas, minutas de documentos, listas de presença de reuniões e/ou oficinas, relacionadas à governança participativa do Programa REM Acre Fase 2. GIZ: Brasília, 2019.

WWF. Mecanismos financeiros inovadores para conservação e desenvolvimento sustentável: remuneração de resultados de REDD+ no Acre (Relatório). WWF: Brasília, 2013.

WWF. Conservação - O Sistema de Incentivos por Serviços Ambientais do Estado do Acre, Brasil. Lições para políticas, programas e estratégias de REDD Jurisdicional. WWF: Brasília, 2018.

V I- ANEXOS

 Ofício encaminhado às instituições membros da CEVA/AC informando sobre a entrevista



INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS - IMC

Rue das Ansosa, nº 279 – Dainte Industria: CEP 69920-175. Ro BrancolAzre, (Ansosa e PLN) Forte: ISBN 3225-1939-3223-9962. E-mail: gatiniste incilitati quy br Skie, www.inc.ac.guy.br

Oficio N.º 042/2020/GAB/IMC

Rio Branco-AC, 03 de fevereiro de 2020.

Aos Senhores

Membros da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento - CEVA do Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais (SISA)

Assunto: Apresentação da Consultora da GIZ - Aplicação de questionário: Sistema de Governança do SISA.

Senhores Membros.

Ao cumprimentá-los cordialmente, refiro-me ao Programa REM (REDD for Early Movers), Fase II, Contrato de Contribuição Financeira nº de referência KFW 2016 69 092 (eur 10.000.000) e o Contrato Financeiro de Implementação nº de referência KfW 3020 00 198 (Euros de GBP 17.842.500), mais precisamente sobre as ações da Governanca.

O Instituto de Mudanças Climáticas (IMC), como executor da Lei do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA) e seus Programas, está em periodo de planejamento dos instrumentos normativos da referida Lei.

Especificamente ao que tange o sistema de Governança do SISA, contamos desde o final de 2019 com o apolo técnico da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GiZ), por meio da Consultora com expertise comprovada na área, a Srª Maria do Socorro Oliveira.

A referida Consultora está realizando um diagnóstico da Governança, no âmbito da CEVA e das Câmaras Temáticas Indigena e da Mulher, no sentido de aprimorar e otimizar essas instâncias que garantem a participação social.

Como parte do diagnóstico, será aplicado um questionário junto aos membros da CEVA, no infuito de nortear as ações de melhorias da mesma.

Assim, a referida Consultora estará entrando em contato com Vossas Senhorias, para avançar nos estudos do seu trabalho. Vale ressaltar que, o apoio da GiZ se dá a partir do programa REM Acre Fase II, o qual é responsável pela Assessoria Técnica do Programa. Desta forma, a GiZ disponibilizou apoio para fortalecimento da Governança e do SISA, vislumbrando a continuidade da participação social de forma continuada e qualitativa.

Agradecemos a compreensão e ficamos a disposição para informações adicionais.

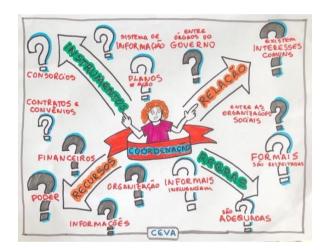
Atenciosamente.

Prof. Dr. Francisco Carlos da Sliveira Cavalcanti Presidente do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC Decreto N.º 2.248/2019

2- Ilustrações com questões=chaves utilizadas nas entrevistas











Ilustrações de Patrícia Mourão, 2020.

Anexo III — Registro Fotográfico das Ações realizadas no ano de 2020 no âmbito do Programa REM Acre Fase II

SUBPROGRAMA 1: TERRITÓRIOS INDÍGENAS

Implementação dos Planos de Gestão em Terras Indígenas



Figura 1: Coleta de assinaturas em Termos de Fomento junto aos representantes das Terra Indígenas do município de Feijó, março de 2020.



Figura 2: Coleta de assinatura no Termo de Fomento junto ao representante da Terra Indígena Kaxinawa da Colônia 27, março de 2020.

SUBPROGRAMA 2: TERRITÓRIO DA PRODUÇÃO FAMILIAR SUSTENTÁVEL

Assistência Técnica Agroflorestal para comunidades extrativistas das Florestas públicas Estaduais e Manutenção das UGAIs



Figura 3: Serviços de limpeza da UGAI do Afluente



Figura 4: Serviços de limpeza da faixada da UGAI Liberdade



Figura 5: Reunião da SEMA, IMAC e Pelotão Florestal na UGAI do Acuraua

Apoio ao Programa de Regularização Ambiental - PRA

Oficina de Planejamento e Gestão Ambiental de Agroecossistemas do Imóvel Rural, realizada no município de Rodrigues Alves e Visita de campo em áreas de produção e Viveiro de Mudas em Mâncio Lima – AC.



Figura 6: Abertura da oficina com produtores rurais, técnicos da SEMA e da EMBRAPA. Fonte: Jarlene Gomes, 2020.



Figura 7: Atividade de campo com produtores rurais, técnicos da SEMA e da EMBRAPA. Fonte: Jarlene Gomes, 2020.



Figura 8: Produtores rurais apresentando suas experiências e necessidades. Fonte: Jarlene Gomes, 2020.

➤ Capacitação de Soldados do 7º BEC em produção de mudas no Viveiro da Floresta para utilização nos projetos de recuperação de áreas alteradas/PRA.



Figura 09: Aula teórica sobre o processo de produção de mudas.



Figura 10: Seleção de sementes para produção das mudas.



Figura 11: Aluno do curso realizando produção de mudas.



Figura 12: Mudas produzidas no curso de capacitação.

SUBPROGRAMA 1: TERRITÓRIO DA PECUÁRIA SUSTENTÁVEL

Escolha do módulo para Unidade Demonstrativa, georreferenciamento da área para piqueteamento para posterior correção e adubação, em Senador Guiomard-Acre.



Figura 22: Área com potencial para fazer parte do projeto de Unidade Demonstrativa



Figura 23: Atividade de piqueteamento para posterior correção e adubação

SUBPROGRAMA 4: FORTALECIMENTO DO SISA E MECANISMOS DE REDD+

4.1.1.8 Revisão e Atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre - ZEE/AC, Fase III



Figura 13: Reunião do Fórum de governadores da Amazônia legal. Março/2020

Ouvidoria do SISA





Figuras 14 e 15: Equipe da Ouvidoria do SISA participando do Dia do Ouvidor promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Acre – TCE/AC. Março/2020





Figuras 16 e 17: Certificado de Capacitação no curso Gestão em Ouvidoria promovido pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Junho/2020.

Promover a Gestão e difusão das Unidades de Conservação Estaduais e o Funcionamento do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas – (SEANP), visando potencializar os esforços de redução do desmatamento e melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais.



Figura 18: Missão na Floresta Estadual do Afluente



Figura 19: Missão na Floresta Estadual do Gregório



Figura 20: Fiscalização em invasão de áreas públicas no parque Estadual Chandless.



Figura 21: Reunião de posse do conselho Gestor do Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório - CFERG